



# ecos da revolução russa

Organização  
Marly Gonçalves da Silva  
Thais Florencio de Aguiar

anarquismo, socialismo e  
democracia ontem e hoje



Assessoria de Educação a Distância • UFPA



Todo conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright © 2019 Editora EditAedi Todos os direitos reservados.

### **Reitor**

Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

### **Vice-Reitor**

Dr. Gilmar Pereira da Silva

### **COMITÊ EDITORIAL**

#### *Presidente*

Dr. José Miguel Martins Veloso

#### *Diretora:*

Dra. Cristina Lúcia Dias Vaz

#### *Membros do Conselho:*

Dr. Aldrin Moura de Figueiredo

Dr. Iran Abreu Mendes

Dra. Maria Ataíde Malcher

### **Organização**

Marly Gonçalves da Silva

Thais Florencio de Aguiar

### **Capa**

Oficina de Criação da UFPA, a partir de projeto gráfico de Age de Carvalho

### **Editoração Eletrônica**

Andreza Jackson de Vasconcelos

### **Editora**

EditAedi

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

Gonçalves da Silva, Marly; Aguiar, Thais Florencio de. **Ecoss da Revolução Russa: Anarquismo, Socialismo e Democracia Ontem e Hoje**. Belém: EditAedi/UFPA, 2019.

**ISBN:** 978-85-65054-92-8

1. Ciências Sociais
  2. Revolução Russa
-



Organização  
Marly Gonçalves da Silva  
Thais Florencio de Aguiar

# ecos da revolução russa

anarquismo, socialismo e  
democracia ontem e hoje

7ª Edição

BELÉM - PA



**editAedi**

Assessoria de Educação a Distância • UFPA

2019



Para **André Nunes** e **Nazareno Tourinho**

*(in memoriam)*

À memória de **Paulo Cesar Fonteles de Lima**,  
que faria 70 anos em 11 de fevereiro de 2019

# Sumário

Introdução .....	08
<i>per</i> Marly Gonçalves da Silva e Thais Florencio de Aguiar	
<b>SEÇÃO 1 - Mais de um século depois .....</b>	<b>16</b>
Pensando a Revolução Russa .....	17
<i>per</i> José Alves de Souza Junior	
<b>SEÇÃO 2 - Ecos do anarquismo ontem e hoje ...</b>	<b>36</b>
Os anarquistas na Revolução Russa (anotações libertárias)..	37
<i>per</i> Edson Passeti	
Insurgências na Rússia revolucionária e a atualidade da luta contra o Estado: niilismo e terrorismo, anarquia e antipolítica	50
<i>per</i> Acácio Augusto	
Romper as fronteiras: conexões entre anarquistas na Rússia e no Japão .....	74
<i>per</i> Luiza Uehara	
Mulheres em revolução pelas ruas incendiárias do planeta ....	90
<i>per</i> Flávia Lucchesi	
Todo poder aos soviets: para fazer um mundo novo .....	103
<i>per</i> Camila Jourdan	

<b>SEÇÃO 3 - Democracia e questão revolucionária</b>	<b>120</b>
A propósito da Revolução Russa, a democratização .....	121
<i>per</i> Thais Florencio de Aguiar	
<b>SEÇÃO 4 - Da Rússia ao Brasil</b> .....	<b>134</b>
Questão agrária, campesinato e anarquismo - interseções entre Rússia revolucionária e a Amazônia Oriental .....	135
<i>per</i> Fabiano de Oliveira Bringel, Felipe Figueiredo da Costa e Xavier Van Welden	
Revolução Russa avaliada por Florentino de Carvalho (1883 - 1947) .....	160
<i>per</i> Rogério H. Z. Nascimento	
Relatos: memórias comunistas .....	185
<i>per</i> Alfredo Oliveira, André Nunes, Dulce Rocque, Hecilda Veiga e Nazareno Tourinho	
<b>SEÇÃO 5 - Revolução e Arte</b> .....	<b>208</b>
John Cage e Emma Goldman, a revolução que não tem fim ....	209
<i>per</i> Gustavo Simões	
Vermelho: o sangue ainda corre pelas veias ou ficaram apenas as manchas? .....	220
<i>per</i> José Denis de Oliveira Bezerra	
Biografias dos(as) convidados(as) .....	227

**Documentário fotográfico ..... 233**

Seminário Nacional 100 anos da Revolução Russa

*per* Patrick Pardini

Anexo ..... 244





## Introdução

por Marly Gonçalves da Silva e Thais Florencio de Aguiar

O físico e historiador da ciência Thomas Kuhn, na obra clássica que o consagra internacionalmente - *A Estrutura das Revoluções Científicas* -, nos lembra que encontrou nas revoluções políticas as pistas para construir, por analogia, um arcabouço teórico consistente sobre o processo que leva a ciência moderna aos seus próprios movimentos de ruptura e reinvenção do novo. Essa construção abala o prestígio da filosofia positivista da ciência com a sua visão linear do desenvolvimento científico.

A ideia que anima este livro segue este preceito: armar a dialética que move as relações entre o campo intelectual-acadêmico e o campo da política *stricto sensu*, entre o campo do pensamento crítico e reflexivo e o campo das lutas revolucionárias e emancipatórias, das utopias políticas; o campo do confronto de ideias de diferentes matizes e entre ideias, imaginários e experiências históricas vividas. Enfim, o campo dos embates que os homens travam na história; não, na história do pensamento fechado em si mesmo, mas sim do pensamento que se lança sobre/na história, que é por ela provocado e que dela é parte constituinte.

Entendemos que publicar o debate público entre acadêmicos e intelectuais sobre acontecimentos singulares, extraordinários, da história da modernidade, como é o caso da Revolução Russa ou das Revoluções Russas, é uma oportunidade única, uma vez que o centenário desse acontecimento coincide com a eclosão e também o aprofundamento de várias crises institucionais mundo afora, crises de representação política, crises sociais, econômicas, migratórias, ambientais e cenários de guerra. Esses acontecimentos incluem microrrevoluções e revigoração de lutas tendo à frente novos movimentos sociais, novas formas de organização, como é emblemático o caso do movimento feminista e dos movimentos étnicos.

Num contexto de crises profundas e enigmáticas quanto a seus desfechos, o desafio que os intelectuais públicos e críticos são chamados a enfrentar pode ser colocado nestes termos: se, como nos

ensina Kuhn, as revoluções políticas foram inspiração para pensar com criatividade os movimentos revolucionários da ciência, numa via de mão-dupla poderíamos indagar: o que acadêmicos têm a dizer sobre a experiência e os significados desta revolução paradigmática no campo político, passados cem anos do seu acontecimento e no decurso da qual vasta gama de questionamentos, inquirições, investigações, interpretações e narrativas foram e não param de ser elaboradas, construídas/desconstruídas? Em que medida os embates teóricos e os investimentos de pesquisa nesse campo temático têm contribuído para enriquecer nossa visão social do mundo, a nossa vida política, numa via de mão-dupla do pensamento que transita entre ciência, política, arte e cultura?

Convidamos o leitor a transitar por esse universo de questões ricas, provocadoras, instigantes, reveladoras e controversas que fazem parte da história da Revolução Russa. Os autores dos artigos aqui publicados são pensadores inquietos, pesquisadores consagrados ou jovens estudiosas(os) das lutas revolucionárias e emancipatórias da humanidade. Eles estiveram reunidos no Seminário Nacional 100 anos da Revolução Russa: debates sobre democracia, socialismo e anarquismo, realizado em setembro de 2017 pelo projeto de Extensão Universitária *Confronto de Ideias*, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, a partir do qual elaboraram os ensaios aqui apresentados, dando vazão aos ecos do questionamento que tem como mote a Revolução.

O livro está dividido em cinco seções. Na seção de abertura intitulada “Mais de um século depois”, o artigo de José Alves de Souza Junior parte do combate paradigmático travado por François Furet contra a historiografia marxista-jacobina da Revolução Francesa, para entender que a Revolução Russa implica não só um “acontecimento histórico”, bem como um “acontecimento historiográfico”. Resgatando os debates em torno dos limites e avanços da historiografia marxista (destaque para Trotsky e Hobsbawm), José Junior aborda como a história da Revolução Russa se confunde com a própria história da historiografia, na medida em que, como alerta Christopher Hill, o historiador tende a investigar o passado a partir de preocupações expressas no presente.

A segunda seção “Ecos do anarquismo ontem e hoje” tem o propósito de por em foco a pouco conhecida participação anarquista no processo que engendrou a Revolução Russa. O artigo de Edson Passeti abre essa seção, relacionando a defesa do socialismo libertário (antiautoritário e anarcocomunista) à concepção da revolução permanente que, elaborada desde Proudhon, vincula, no contexto russo, mutualismo econômico e federalismo político descentralizado. O autor mostra a atuação dos anarquistas na denúncia de tudo aquilo que converte o processo revolucionário em experiência de ditadura e de terror de Estado. O fato dos dirigentes do Estado inscreverem os conflitos políticos no quadro de guerra civil permitiu eliminar física ou moralmente os opositores sob o pretexto de promover a paz interna. Como aponta Passeti, não se pode esquecer que a categoria de guerra civil se torna noção estratégica desde a conformação do Estado moderno. A partir da análise dessas categorias, Passeti distingue *militantismo* e militância, formulando novos enquadramentos para as lutas políticas contemporâneas.

Em seguida, Acácio Augusto interpreta o espírito insurgente presente nos tempos da Revolução Russa, destacando-o como “radical experiência política de combate ao terror do Estado”. Ele estabelece uma ponte entre aquela insurgência e a luta atual contra o Estado, entendido como forma historicamente estabelecida por meio do uso de violência, da prática do terror regulado e do desenvolvimento de tecnologias biopolíticas. Acácio mobiliza de Dostoiévski e Camus até Paul Avrich e Foucault para evidenciar as nuances presentes na ordinária associação entre niilismo e anarquia ou terrorismo e anarquismo. Para ele, a nova onda de interesse pelas ideias e práticas anarquistas, tendo como fulcro a revolta como recusa da política, revela em muito a atualidade do combate ao Estado empreendido outrora pela Revolução Russa.

Em um olhar atento ao papel fundamental das lutas feministas nos processos revolucionários, Flávia Lucchesi narra a história de mulheres que se vinculam a bandeiras libertárias em duas diferentes ocasiões na Rússia. Na segunda metade do século XIX, sublinha a trajetória das mulheres universitárias russas que se opõem ao czar e ao autoritarismo. Elas organizam-se no Ciclo Fritschi, desenvolvendo estudos, integrando

associações como a conspiradora Organização de Todos os Revolucionários Sociais Russos e lançando protagonistas como Vera Figner – personalidade tão respeitada quanto Piotr Kropotkin nos tempos da Revolução de Outubro. Deixando o século passado, Lucchesi passa a analisar como as integrantes anônimas da associação Pussy Riot, associação essa que ganha evidência em todo o mundo a partir de 2011, mobilizando ideários libertários, como o combate, por meio de ações diretas, contra práticas capitalistas e autoritárias, bem como contra as relações entre Igreja e Estado na Rússia.

Pouco conhecido, o anarquismo no Japão é tema do artigo de Luíza Uehara, que apresenta revolucionários japoneses que destoam da imagem comum de povo subserviente. Uehara destaca como a passagem de Bakunin pelo país estabelece não só uma rota para exilados na Sibéria em fuga para Estados Unidos e Europa, mas também tece a conexão entre anarquistas russos e europeus (Lev Metchnikoff, Elisée Reclus) e libertários japoneses (Kôtoku Shûsui e Kanno Sugako, Ôsugi Sakae). Essa conexão favorece também a constituição de uma imprensa libertária, o fomento de iniciativas de traduções de artigos e obras, bem como a inauguração de práticas de anarcoterrorismo. Uehara revela como anarquistas e libertários japoneses materializam a defesa do princípio de liberdade na visão crítica contra a guerra e a obediência passiva ao Imperador, tornando-se em função disso perseguidos arbitrariamente pelo Estado.

O artigo de Camila Jourdan encerra a segunda seção. Jourdan rastreia o papel central dos sovietes (conselhos populares) na Revolução Russa, mostrando como eles representaram uma “fase avançada de processo revolucionário enraizado na sociedade”. Ao recontar essa história, a autora remonta as formulações desenvolvidas ainda no século XIX, como a primeira proposta dos sovietes formulada no Congresso da Primeira Internacional em 1869. Na compreensão da reconstituição do sistema de sovietes em 1905 e da retomada dos conselhos em 1917, ela mobiliza referências importantes como Rocker, Tragtenberg e Wayne Price, mostrando como, nos embates travados entre anarquistas e bolcheviques, instala-se a dualidade entre sovietes (portadores de uma democracia operária) e Estado.

Na terceira seção denominada “Democracia e questão revolucionária”, Thais Florencio de Aguiar argumenta em torno da pertinência de se reconhecer a Revolução Russa como um marco importante para compreensão da democratização no século XX, retomando a conjunção entre democracia/revolução ou democracia/socialismo. Explorando uma visão ancorada em seu conceito de demofobia, Aguiar ressalta a associação entre democratização recente e efeitos tanto exógenos quanto endógenos da Revolução. Os adventos revolucionários de 1917 desencadeiam protagonismo popular e cristalizam um horizonte utópico que, paradoxalmente, incute nos mais pobres a esperança contra a ordem demofóbica em voga, ao mesmo tempo em que exacerba o medo constitutivo da classe dominante. A Revolução Russa teria tanto ampliado a democratização fora de suas fronteiras (favorecendo correlação de forças em benefício das classes trabalhadoras) quanto internamente às fronteiras (série de experimentos de natureza democratizante e anticapitalista, como a formação de uma rede de soviets e a politização dos espaços de sociabilidade).

A seção “Da Rússia ao Brasil” é a quarta deste livro. No artigo de Fabiano de Oliveira Bringel, Felipe Figueiredo da Costa e Xavier Van Welden são recuperados os debates em torno da questão agrária, debates esses suscitados durante o processo revolucionário russo, em especial no que tange à discussão a respeito da situação dos camponeses após o recrudescimento das relações de produção capitalistas, tema recorrente desde os embates entre anarquistas e marxistas na Primeira Internacional. Os autores apontam possíveis conexões entre a questão camponesa russa, passando pela experiência ucraniana makhnovista, e a questão agrária dos subalternos na Amazônia Oriental. A partir de trabalho etnográfico, os pesquisadores identificam nos assentamentos rurais dessa região – considerada como zona de fronteira –, especificidades que guardam traços de similaridade com a experiência agrária russa.

Em artigo rico em excertos desconhecidos, Rogério Nascimento apresenta as ideias de Florentino de Carvalho, personalidade que participou intensamente do movimento operário brasileiro, inclusive como publicista na imprensa libertária, nas primeiras décadas do século

XX. Essas ideias, extraídas de escritos publicados sob os pseudônimos mais diversos, são exemplares de um momento em que comunismo e anarquismo encontravam-se ainda fundidos no país. Nos textos de Florentino, produzidos desde pouco antes da Revolução Russa até os anos 30, Nascimento destaca apreciações sobre as atividades e o ideário dos movimentos operários, sejam eles de natureza socialista, marxista ou libertário.

A seção é seguida do relato sensível, rico e comovente de duas gerações de militantes políticos que viveram nos anos 1950, 1960 e 1970 os ideais da revolução socialista, da sociedade sem Estado, e da utopia comunista, seja como lideranças do movimento estudantil secundarista, universitário, e em organizações postas na clandestinidade, seja atuando no campo artístico em busca do uso libertário da linguagem literária e teatral. O médico e escritor Alfredo Carlos Cunha de Oliveira nos fala da influência familiar e da experiência escolar que o levaram à leitura da literatura marxista e à sua filiação ao Partido Comunista do Brasil-PCB, respectivamente, e dos caminhos e descaminhos de sua fiel militância no partido. O escritor André Costa Nunes, nascido em 1930 e filiado ao partido comunista aos 17 anos, nos dá um testemunho da formação marxista dos jovens do partido, das perseguições sofridas, das prisões dos militantes, em Belém e no Rio de Janeiro, e da censura aos jornais após o golpe militar de 1964. Ele também apresenta o seu ponto de vista acerca do significado de acontecimentos históricos como a queda do muro de Berlim em 1989. O dramaturgo Nazareno Tourinho, da mesma geração de Alfredo e André, enfatiza aquilo que o diferencia dos amigos: a prática de uma militância independente, apartidária. Condição que não o livrou do enquadramento ideológico-partidário por parte do Serviço Nacional de Informações-SNI e, por conseguinte, da censura política, conforme documento-testemunho por ele distribuído no seminário e que segue como anexo neste livro. Senso crítico apurado, Nazareno Tourinho discorre sobre as armadilhas e contradições que vê na revolução russa, no socialismo de Estado, e professa o valor do anarquismo, desmistificando a ideia distorcida que dele se faz no senso comum. Entusiasta de longa data das letras e da poesia e treinado na escrita dramática, ele apresenta aos leitores o poema “quarenta anos de sonho depois de uma tempestade”, referido aos dissabores do golpe

civil-militar de 1964. Já a economista Dulce Rosa de Bacelar Rocque, a única da geração dos anos 60 filiada ao partido comunista que saiu do Brasil, nos relata como foi essa experiência. A socióloga Hecilda Mary Ferreira Veiga, a mais jovem dos cinco, presa em 1971 e torturada nos porões da ditadura, nos dá um testemunho dos horrores do regime. Ela, e o então marido e companheiro na Ação Popular, Paulo Cesar Fonteles de Lima, sobreviveram à ditadura, mas ele viria a ser brutalmente assassinado em 1987 em Belém em um crime político tramado pelo latifúndio paraense, onde ele passou a advogar em defesa de posseiros pobres e lideranças camponesas.

“Revolução e arte” constitui a quinta e última seção. Nela, Gustavo Simões aborda a expressão artística como propulsora de experiência cultural libertária. O estudo gira em torno da figura de John Cage e amplia as escassas referências existentes sobre a sua adesão às ideias anarquistas. Simões destaca a influência dos escritos de Emma Goldman na prática anarquista de Cage, explorando, em especial, a afirmação da autora de que a natureza de métodos e de meios não se separam da natureza dos objetivos buscados. Essa proposição, marcante para Cage, é apontada como inspiradora de maneiras de vida libertadoras vividas no presente e não apenas aguardadas no futuro.

A seção conta ainda com artigo de José Denis de Oliveira Bezerra, no qual relata a experiência criadora do trabalho teatral *Vermelho*, adaptação livre da obra *O percevejo*, do célebre “poeta da Revolução” Maiakovski. Apresentado na ocasião do centenário da Revolução Russa, a peça teatral evoca a arte operária que expressa o espírito revolucionário e vislumbra uma sociedade comunista. Mas o espírito evocado não se refere somente àquele de cem anos atrás. Bezerra ressalta como *Vermelho* invoca a essência de *O percevejo* para, então, pôr em evidência a cor do sangue que corre nas lutas travadas contra os interesses do grande capital no Brasil de nossos dias.

No final deste volume, apresentamos um Documentário Fotográfico de autoria do fotógrafo Patrick Pardini, referente ao *Seminário Nacional 100 Anos da Revolução Russa*, e que consiste numa série de fotografias, na ordem cronológica das atividades realizadas (conferência, mesas-redondas, relatos, palestra e minicurso), incluindo,

no final, a peça “Vermelho”, do grupo *Honestíssimos*, direção Denis Bezerra.

No Anexo, apresentamos a reprodução *fac-símile* do documento distribuído aos participantes do Seminário pelo dramaturgo Nazareno Tourinho: sua ficha/prontuário no Serviço Nacional de Informações-SNI, e o texto *Sobre o Comunismo e a Revolução Russa de 1917*, de sua autoria.

O Seminário Nacional 100 Anos da Revolução Russa - Debates sobre democracia, socialismo e anarquismo, realizado no *Campus* da Universidade Federal do Pará-UFPA (Belém, 25-28/09/2017) sob a coordenação geral da Profa. Dra. Marly Gonçalves da Silva, foi uma realização do Projeto de Extensão Universitária Confronto de Ideias (da Faculdade de Ciências Sociais-FACS do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH) e teve o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Edital PAEV 2017/PROPESP) e da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA, da Editora da UFPA, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Centro Acadêmico de História da UFPA. A todos, nossos agradecimentos.

Como mostram boa parte dos ensaios, os ecos da Revolução continuam a reverberar em nossos tempos. Boa leitura!





# Secção 1

**Mais de um século depois**

# Pensando a Revolução Russa

por José Alves de Souza Junior<sup>1</sup>

## Introdução

O título desta reflexão sobre a historiografia da Revolução Russa constitui-se numa paráfrase à obra de François Furet, *Pensando a Revolução Francesa* (Furet, 1989). No entanto, o que se pretende desenvolver nele está muito distante daquilo que o historiador francês apresenta em seu livro, que faz parte do revisionismo desenvolvido na França por historiadores como Furet, Daniel Richet, acerca da interpretação da Revolução Francesa.

Voltando às interpretações de Alexis de Tocqueville e, principalmente, de Augustin Cochin, Furet realiza “um deliberado retorno à história conceitual”, cujo resultado foi a construção de um discurso abstrato, que rejeita a investigação empírica, elemento fundamental de todo o trabalho historiográfico. Nesse sentido, a análise do referido historiador privilegia a ideologia para explicar a Revolução Francesa, descolando-o do social, e abandona a perspectiva da revolução como luta de classes (Vovelle, 2004).

A explicação para tal opção teórico-metodológica está na própria história de vida de Furet. Marxista e membro do Partido Comunista Francês, rompeu definitivamente com os dois em 1971, passando a eleger a historiografia marxista-jacobina da Revolução Francesa, por muito tempo, hegemônica na França e fora dela, como seu principal inimigo no campo historiográfico da Revolução, acusando-a de ter transformado a memória dos seus atores na história da Revolução. Segundo Furet, a análise marxista-jacobina “consiste em ver a Revolução através dos olhos de seus próprios atores, como uma ruptura, um advento, uma espécie de tempo da natureza diversa, homogêneo como um tecido novo” (Furet, 1989, p. 22).

Considerando que a ideologia teve um peso muito maior do que a sociedade para a eclosão da Revolução Francesa, Furet a esvazia de

---

<sup>1</sup> Faculdade de História/PPGHIST - UFPA.

seu conteúdo histórico, o que lhe permite sentenciar que “A Revolução Francesa terminou”, na medida em que aquilo que era considerado pelos seus atores e pelos historiadores marxistas como criação da Revolução, o Estado administrativo e a sociedade igualitária, seria, na verdade, característica da antiga monarquia. Esta tese da Revolução como um processo de continuidade foi desenvolvida por Alexis de Tocqueville, em *O Antigo Regime e a Revolução* e retomada por Furet para demonstrar que a Revolução Francesa foi um grande esforço desnecessário, com ônus humano altíssimo, pois “A Revolução resolveu repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precauções, sem deferências, o que se teria realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo” (Tocqueville, 1982, p. 68).

O leitor deve estar se perguntando o porquê dessa longa digressão sobre François Furet e a historiografia da Revolução Francesa se o objetivo deste texto é pensar a Revolução Russa. Duas possibilidades de resposta para tal pergunta são: a de que o tema revolução é bastante espinhoso para os historiadores que se dedicam a ele, pois, ainda recorrendo a François Furet, no caso do historiador da revolução, “devem ser exibidos outros títulos além de sua competência. Ele tem que anunciar as suas cores”, pois “a história que se escreve é também história dentro da história” (Furet, 1989, p. 15), e a de que as histórias das duas revoluções se interpenetraram e se contaminaram nos trabalhos de historiadores que as estudaram, e que tornaram a Revolução Francesa “a mãe de um acontecimento real, datado, registrado, que é outubro de 1917” (Furet, 1989, p. 19).

Nesse sentido, o que é produzido historiograficamente sobre as revoluções e, em especial, sobre a Revolução Russa, torna-se parte de suas histórias, o que estabelece uma relação instável entre passado e presente. Nunca é demais lembrar a advertência de Marx sobre a opressão que as gerações do presente sofrem das gerações do passado.

E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. (Marx, 2007, p. 224).

No caso da Revolução Russa, considerada como a primeira realização efetiva de utopia<sup>2</sup> de Marx, a possibilidade de um tratamento historiográfico passional é maior, principalmente por aqueles que a abordam pelo viés marxista, como será visto mais adiante. Ao formular sua teoria revolucionária, Marx apropriou-se do significado do termo revolução corrente no século XIX e que teria sido produzido pelos atores da Revolução Francesa, para os quais esta seria um evento inaugural, que deu origem a uma nova fase da história, ao produzir uma sociedade inteiramente nova (Arendt, 1990). Desse modo, para Marx, a revolução proletária daria início a uma História inteiramente nova, que romperia com o capitalismo do presente para criar a sociedade comunista, não no sentido de retorno ao comunismo primitivo, mas de um comunismo novo, que incorporasse e socializasse o progresso material capitalista.

Além do simbolismo referido no parágrafo anterior, a Revolução Russa também se constituiu num marco histórico para a esquerda mundial, que, a partir dela, passou a considerar possível a realização revolucionária do socialismo e a balizar sua atuação nas orientações do Comintern. Apesar da descrença pós-moderna, a Revolução Russa tem, historicamente, uma importância fundamental para a compreensão do “breve” século XX, constituindo-se, ainda hoje, pleno século XXI, uma referência histórica para aqueles que continuam a acreditar em uma alternativa de sociedade ao capitalismo e que continuam a lutar por ela. Isto justifica ter sido considerada, juntamente com a Revolução Francesa, acontecimentos ecumênicos do mundo contemporâneo, ou seja, cuja repercussão se fez sentir globalmente, afetando e contribuindo para a modificação dos modos de vida e de pensar das diversas sociedades do planeta.

Desse modo, pensar a Revolução Russa implica não só em vê-la como um acontecimento histórico, mas também como um acontecimento historiográfico, já que a história da Revolução Russa se confunde com a história de sua historiografia, isto é, são campos nos

---

<sup>2</sup> A utilização do termo utopia é feita não no sentido que lhe foi atribuído no século XIX, ou seja, de algo irrealizável, só possível na imaginação, mas no sentido original do termo grego *u topos*, cujo significado é algo que ainda não existe.

quais a polêmica, a incerteza, a paixão, o engajamento se entrelaçam numa teia complexa, que se tentará desenredar nas linhas a seguir.

### **A história da historiografia da Revolução Russa**

Christopher Hill considera que a história deve ser reescrita a cada geração, pois, se o passado não muda, o presente está em constante modificação. Essa lição, que reforça o pressuposto de que o historiador investiga o passado a partir de preocupações do seu presente, é fundamental para compreendermos o caráter hermenêutico da disciplina história e de como as interpretações de fatos ocorridos no passado estão contaminadas por aquilo que o historiador é no presente.

A tese do Historicismo de que o historiador deve apresentar o que realmente aconteceu foi, há muito, superada. No entanto, a profundidade da investigação empírica permite ao historiador se aproximar mais ou menos do que realmente aconteceu (Thompson, 1981). Nesse sentido, a extensão e o limite de qualquer trabalho historiográfico são determinados pelas fontes. Podemos acrescentar a esta assertiva, que o conhecimento produzido em qualquer trabalho historiográfico também é determinado pelas fontes. A compreensão de um texto historiográfico exige que se tenha clareza do lugar de onde fala o seu autor, pois nada suprime a particularidade do lugar de onde ele fala e do domínio em que realiza a sua investigação. Desse modo, “encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). (Certeau, 2011, p. 46).

Os pressupostos acima apresentados permitem entender o porquê de estudos realizados por vários historiadores acerca de um mesmo tema apresentarem resultados diferentes e algumas vezes contraditórios. Por isso, estabelecer o que foi a Revolução Russa depende do lugar de que fala o historiador, cujas ideias e posicionamentos políticos interferem na sua interpretação. No caso da Revolução Russa isto é mais intenso, na medida em que sua ocorrência dividiu opiniões e produziu polêmicas acirradas, não só no campo da

historiografia. Tendo tudo isso em mente, passar-se-á à análise de algumas vertentes da sua historiografia.

Os primeiros trabalhos sobre a Revolução Russa foram escritos por jornalistas, como o de John Reed, *Dez dias que abalaram o mundo*, publicado em Nova York, em 1919, ou por pessoas que participaram dos acontecimentos, como os de Nikolai Sukhanov, *Notas sobre a Revolução*, publicado em três volumes em Moscou, em 1921, Aleksander Kerensky, *A Catástrofe*, publicado em Nova York, em 1927. Esses trabalhos estavam eivados de partidarismo a favor ou contra a Revolução, o que fazia com que suas análises estivessem comprometidas com um dos lados envolvidos no processo revolucionário. (Segrillo, 2010, p. 65-66).

Entre as obras escritas por participantes da Revolução, encontra-se a de Leon Trotsky, *A História da Revolução Russa* (1932), em cujo prefácio o autor esclarece qual o dever da História: “relatar os fatos que se passaram e como se passaram”. (Trotsky, 2017, p. 22). Esta concepção de história eminentemente historicista permitiu a Trotsky reivindicar a necessidade de ver por que os fatos aconteceram de determinada maneira e não de outra. Ao mesmo tempo e em função de sua abordagem marxista, Trotsky se propõe a produzir uma história vista de baixo, afirmando que “a história de uma Revolução, para nós, inicialmente, é a narrativa de uma irrupção violenta das massas nos domínios onde se desenrolam seus próprios destinos”. (Trotsky, 2017, p. 24).

Trotsky se apropria da tese de Lênin sobre o partido de vanguarda que levará as massas à revolução, já que estas aderem à revolução não por ter um projeto novo de sociedade, mas porque não toleram mais o regime estabelecido. Seguindo Lênin, Trotsky considera que “apenas o centro dirigente da classe possui um programa político...”. (Trotsky, 2017, p. 25).

Trotsky adverte o leitor que seu trabalho não está baseado nas suas recordações, mas em documentos rigorosamente controlados e que, quando fala de si, usa a terceira pessoa, o que, segundo ele, evitaria algo inadmissível num estudo histórico: o tom subjetivo. Apesar da advertência de Trotsky, Nicolas Krassó o acusa de desenvolver em sua obra uma concepção impregnada de sociologismo.

Assim como assinalado frequentemente, a *História da Revolução Russa* é, acima de tudo, um brilhante estudo da psicologia das massas e de seu oposto complementar, o esboço individual. Não é tanto uma explicação do papel do partido bolchevique na revolução como uma epopeia das multidões que dito partido conduziu à vitória. O sociologismo de Trotsky encontra aqui sua máxima expressão. O idealismo que necessariamente entranha produz uma visão da revolução que rejeita explicitamente a permanente importância das variáveis políticas. A psicologia da classe, combinação perfeita dos dois membros do permanente binômio – forças sociais e ideias – converte-se na instância determinante da revolução. (Krássó, 1970, pp. 41-42).

A afirmação de Krássó está equivocada porque está baseada numa concepção reducionista de política, que a restringe unicamente ao partido, indo na contramão do marxismo, que considera a política como um campo de luta pelo poder e no qual suas instituições possuem grande relevância. Além disso, seu argumento também está equivocado, já que suprime o que é fundamental no argumento de Trotsky, ou seja, de que o nexo que o revolucionário russo estabelecia entre a crise da humanidade e a crise de direção revolucionária do proletariado já indica o vínculo que estabelece entre classe e partido. Segundo Trotsky, “a mola principal, vital, deste processo é o partido, assim como a mola vital do mecanismo do partido é sua direção. O papel e a responsabilidade da direção em uma época revolucionária são colossais”. (Trotsky, 1985, p. 328).

Com seus trabalhos sobre a Revolução Russa, Trotsky inaugurou uma historiografia marxista sobre a Revolução, que se tornou hegemônica e que, baseada nos pressupostos formulados por Marx, procurou encaixá-la neles. Para Marx:

A história é o solvente universal. Nada existe que não seja sujeito a modificação; e, para compreender os homens, é preciso examinar a fundo quais são as suas necessidades, “as suas forças produtivas, e quais as relações entre homem e homem, resultantes dessas condições de existência”. Tudo é história; e “aprofundar todas essas questões” significa “fazer história real (...), representar esses homens como os autores e, ao mesmo tempo, como atores de seu drama”.

Essas formulações encontram-se em *A Miséria da Filosofia*, obra indicada pelo próprio autor como leitura inicial para quem pretendesse entender o materialismo histórico. Marx deixa claro que os homens são sujeitos da sua história, lição repetida em *A Ideologia Alemã*, onde

reafirma sua definição de história: o homem e suas ações. Além disso, Marx enfatiza a importância da análise do tipo de modo de produção em que o homem está inserido em sua sociedade, ou seja, “trata-se, portanto, do seguinte: indivíduos determinados, que desempenham uma atividade produtiva segundo o modo determinado, entram nessas determinadas relações sociais e políticas”. (Marx e Engels, 2007, p. 21).

Logo, a análise da infraestrutura das sociedades é fundamental para a produção do conhecimento sobre elas, pois os homens são resultado da forma como produzem suas condições materiais de existência. Ouçamos Marx.

O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de subsistência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de subsistência que eles encontram e que têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser julgado apenas enquanto é reprodução da existência física dos homens; ao contrário, ele é já um modo determinado da atividade desses indivíduos, um modo determinado de explicitar suas vidas, um *modo de vida* determinado. A forma pela qual os indivíduos externam sua vida determina o que eles são. Portanto, o que eles são coincide com a sua produção, tanto com o *que* produzem quanto com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são depende, assim, das condições materiais da sua produção. (Marx e Engels, 2007, p. 17).

O determinismo econômico, um dos princípios fundamentais do materialismo histórico, já que Marx considera o econômico como determinante em última instância, levou os historiadores marxistas a privilegiarem nas suas análises as condições econômicas e sociais para construir a explicação dos fenômenos históricos estudados. Logo, como Marx, estabelecem uma relação de determinação da supraestrutura (o político, jurídico e cultural) pela infraestrutura. Desse modo, o marxismo desloca para o econômico e social o centro de gravidade do problema da revolução.

Tal opção teórico-metodológica foi alvo de inúmeras críticas, que convergem na acusação de que a ênfase exagerada no econômico fez com que a historiografia marxista negligenciasse ou abandonasse aspectos essenciais da vida das sociedades, como o cultural. Edward Palmer Thompson, em sua feroz crítica ao marxismo estruturalista althusseriano, afirma que:

A Economia Política, incluindo a anti-estrutura de Marx, não dispunha de termos – deliberadamente, e para os objetivos da sua ciência analítica, *excluíra* os termos – que se tornam,



imediatamente, essenciais para que compreendamos as sociedades e suas histórias. A Economia Política tem termos para o valor de uso, o valor de troca, o valor monetário e a mais-valia, mas não para o valor normativo. (Thompson, 1981, p. 181).

Ao detonar o marxismo estruturalista althusseriano, acusando-o de propor um positivismo às avessas, pois sacraliza os conceitos marxistas tornando-os os sujeitos da história, Thompson descobriu o que falta no planetário de erros de Louis Althusser: a “experiência humana”. Pensar a história como o conjunto de experiências humanas coloca homens e mulheres como sujeitos de sua própria história, “não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*”. (Thompson, 1981, p. 182).

Como esclarecem os excertos acima, Thompson retomou as premissas de Marx da história como totalidade, reinserindo a cultura como instância tão importante quanto as econômica e social, e da história vista de baixo, e também reafirmou a indispensabilidade da investigação empírica para a reconstrução historiográfica, defendendo uma forte tradição historiográfica marxista que estava sendo atacada por Althusser. Embora tenha rompido com hierarquização da relação infraestrutura e superestrutura, Thompson manteve-se fiel à recomendação de Marx de que o conhecimento dos homens exige o exame de suas necessidades, das suas forças produtivas, das suas relações resultantes das suas condições de existência.

Nesse sentido, a historiografia marxista da Revolução Russa privilegiou a análise dos fatores econômicos e sociais que levaram à Revolução, continuando a menosprezar, na maioria dos casos, os fatores mentais ou culturais presentes no processo revolucionário.

Essa historiografia construiu a história da Revolução Russa de acordo com que era estabelecido pela teoria marxista, segundo a qual a revolução proletária seria necessariamente antecedida pela revolução burguesa. Assim, para a interpretação marxista, os acontecimentos de fevereiro de 1917, que culminaram com a derrubada do czarismo e a proclamação da república, constituiriam a revolução burguesa russa. No entanto, tais acontecimentos estavam longe de se encaixar no conceito

marxista de revolução, pois não contemplavam os seus elementos essenciais: maciça participação popular, violência política e um novo projeto de sociedade.

Os acontecimentos de fevereiro de 1917 começaram com uma greve operária na fábrica de Putilov deflagrada pelo soviete de Petrogrado, dirigido por Leon Trotsky, e que, rapidamente, se espalhou por todas as fábricas da cidade. Como de costume, o governo czarista tratou o movimento dos trabalhadores como caso de polícia e ordenou a sua imediata repressão. As tropas enviadas para reprimir o movimento aderiram a ele e “nas ruas de Petrogrado se fundiram em um todo único duas torrentes: os operários, ansiosos por acabar com o czarismo, e a burguesia e os soldados, na sua maioria camponeses, que exigiam paz e terra”. (Polyakov, s/d, p. 8). Isolado, o governo czarista não teve outra opção senão abdicar ao trono, o que levou à proclamação da república e a instalação de governo provisório em que os cadetes, leia-se a burguesia russa, ocupava a maioria dos cargos, associada aos menchevistas, um dos grupos em que havia se cindido o Partido Social-Democrata russo, a partir do congresso realizado em Londres, em 1903. Esses acontecimentos seriam seguidos pela Revolução de outubro de 1917, em que os bolchevistas, à frente do proletariado russo e por meio da luta armada, tomaram o Palácio de Inverno, depuseram o Governo Provisório e assumiram o poder, dando início à organização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Essa organização cronológica do processo revolucionário russo tinha como objetivo ajustá-lo aos pressupostos da teoria marxista, que prevê o desenvolvimento de etapas nesse processo, até que se efetive a revolução proletária. Esta historiografia marxista acabou por se tornar alvo de inúmeras críticas, que enfatizavam o caráter abstrato de sua análise. A mais consistente acusação feita a esta historiografia é a de que ela transformou a memória dos atores da Revolução Russa na sua história, o que compromete, sensivelmente, seu entendimento do processo.

Além disso, a historiografia das revoluções é acusada de promover uma interpenetração e contaminação de vários processos. Exemplos disso é François Furet, segundo o qual, “os discursos historiográficos sobre as duas revoluções repercutem um sobre o outro

e se contaminam. Os bolcheviques têm ancestrais jacobinos e os jacobinos tiveram antecipações comunistas”. (Furet, 1989, p. 20).

O argumento de Furet para justificar tal contaminação é de que a Revolução Russa tomou o lugar da Revolução Francesa como modelo revolucionário “para um futuro possível, desejável, esperado, mas ainda sem conteúdo”. (Furet, 1989, p. 19). Marc Ferro, historiador francês da Revolução Russa, afirma que, nos primeiros anos da Revolução Russa.

Lênin era assimilado a Robespierre, e, com base nesse terreno conhecido, podiam-se opor partidários da “indulgência” apartidários da “intransigência”. Lênin eliminava os partidos, tal como Robespierre eliminara os girondinos, os indulgentes. Ora, os revolucionários russos analisavam os eventos um pouco do mesmo modo. Em alguns casos, Fevereiro de 1917 era comparado a 1789, e Outubro, à ditadura jacobina; em outros, 1905, a 1917, Fevereiro de 1917, a 10 de agosto de 1792 (queda do rei) e Outubro ao Terror; logo após, passou-se a identificara NEP com o Termidor. Com boa lógica, Bertrand Russel – em *Prática e teoria do bolchevismo* (1921) – esperava o advento de um Bonaparte. (Ferro, 1984, p. 56).

Essa contaminação não atinge somente a Revolução Francesa e a Revolução Russa. Ela se estende para as grandes revoluções do mundo contemporâneo: Revolução Inglesa de 1640, Revolução Francesa e Revolução Russa. Essas revoluções, no imaginário revolucionário, estão entrelaçadas numa relação de influência sucessiva. Hobsbawm chama atenção para o fato de que “a luta da década de 1920 na União Soviética foi conduzida com acusações mútuas tiradas da Revolução Francesa” e menciona o comentário de um comunista francês que passou algum tempo em Moscou e que declarou admirado que “eles conhecem a Revolução Francesa melhor do que nós”. (Hobsbawm, 1996, pp. 73 e 62).

Modesto Florenzano, em artigo em que analisa a Revolução Russa em perspectiva histórica e comparada, estabelece a seguinte conexão entre as três revoluções:

Tendo em mente as trajetórias, ou parábolas, percorridas pelas Revoluções Inglesa e Francesa – derrubada do absolutismo, monarquia parlamentar, guerra civil, república, reação termidoriana, ditadura pessoal, restauração, superação da restauração e encerramento da Revolução –, não deixa de ser impressionante constatar que, também na Revolução Russa, observam-se, *mutatis mutandis*, uma dinâmica e uma sequência revolucionárias bastante semelhantes àquelas duas Revoluções. Com efeito, não temos também no caso da Revolução Russa, uma vez derrubada a monarquia absolutista, um regime constitucional, embora muito breve e sob forma

republicana, depois um regime revolucionário-radical com guerra civil, sobrevivendo, a seguir, a reação termidoriana, a ditadura pessoal (de duração longa e, depois da morte de Stalin, de caráter colegiada), e, agora, isto é, desde 1991, com o colapso da União Soviética, uma surpreendente e imprevisível restauração. Na Revolução Francesa, diga-se de passagem, Robespierre e Napoleão dividiram no tempo os papéis que, na Revolução Inglesa, Cromwell desempenhou sozinho e simultaneamente, enquanto na Revolução Russa, Stalin representou aqueles três personagens, tendo desempenhado, sucessivamente, os três papéis, de Cromwell, Robespierre e Napoleão. (Florenzano, 2008, p. 45).

A longa citação se fez necessária para demonstrar como Florenzano reconstrói as similaridades entre as três revoluções, o que é explicitamente declarado em seu texto. Essa interpenetração e contaminação entre as três revoluções parecem indicar que os processos revolucionários do mundo contemporâneo, apesar de diferentes em seus resultados, trilharam caminhos muitos parecidos, já que ocorreram em contextos históricos também semelhantes: Estado absolutista, sociedade aristocrática de privilégios e condições precárias de vida e de trabalho das camadas populares.

Para concluirmos esta breve reflexão sobre a historiografia da Revolução Russa é importante analisar as dificuldades que se apresenta ao historiador que pretenda reconstruir tal história. Eric Hobsbawm, em “Podemos escrever a história da Revolução Russa?”, apresenta o que ele considera como dificuldades para a realização de tal empreitada. Para o historiador, a grande dificuldade para se escrever a história da Revolução Russa era a escassez de fontes, na medida em que os documentos relativos a tal acontecimento estavam armazenados nos arquivos soviéticos, longe dos olhares dos historiadores.

Para Hobsbawm, a queda da União Soviética abriria um extenso horizonte de pesquisa aos historiadores, pois tal fato “inevitavelmente alterou o modo como todos os historiadores encaram a Revolução Russa, porque agora são capazes, ou de fato, obrigados a vê-la numa perspectiva diferente...”. (Hobsbawm, 1998, p. 257). Ainda, segundo o historiador, a historiografia da Revolução Russa está eivada de passionalidade, o que demandará muito tempo para que seus historiadores estabeleçam um distanciamento que permita tratá-la como àqueles que estudam, por exemplo, a Reforma Protestante. Assim, Hobsbawm considera que o distanciamento temporal do historiador do objeto estudado garantirá maior objetividade a sua

análise, premissa extremamente problemática em termos historiográficos, na medida em que invalida a história do tempo presente.

Hobsbawm chama a atenção para o fato de que os debates acerca da Revolução Russa se baseiam em hipóteses contrafactuais, ou seja, não sobre o que aconteceu, mas sobre o que poderia ter acontecido. Partindo dessa premissa, enumera diversos exemplos de problemas levantados sobre a Revolução, tais como “era inevitável uma revolução na Rússia? O czarismo poderia ter se salvado? Sem Lenin e Stalin, “sem a presença pessoal desses homens singulares, a história da Revolução Russa teria sido diferente? Ao responder a essa última questão, Hobsbawm adverte que “os indivíduos nem sempre fazem tanta diferença assim na história”. (Hobsbawm, 1998, p. 260).

Apesar de criticar o uso de hipóteses contrafactuais para analisar o processo revolucionário russo, Hobsbawm considera que uma delas “ajuda a Revolução Russa a remover os antolhos da polêmica ideológica”. Tal hipótese diz respeito à previsibilidade da queda do czarismo. Segundo Hobsbawm, nenhum observador sério, mesmo antes de 1900, acreditava que o czarismo sobreviveria por muito tempo no século XX, “Uma revolução russa era universalmente prevista”. (Hobsbawm, 1998, p. 261). Marx, em 1879, previa “um grande desastre e não muito distante na Rússia, imagina-se que começará por reformas de cima para baixo que o velho edifício não será capaz de suportar e que levarão ao seu desabamento total”. (Marx e Engels, 1976, p. 581).

Em carta a Paul e Laura Lafargue, datada de 5 de março de 1870, Marx manifestou a primeira menção específica à possibilidade de uma revolução na Rússia, ressaltando que sua revolução serviria de “senha a uma revolução operária no Ocidente, de modo que ambas se completem”. (Prefácio à edição russa do *Manifesto do Partido Comunista*).

No artigo “Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm”, Kevin Murphy considera que as opiniões articuladas por Hobsbawm não são convincentes acerca da queda da União Soviética e da abertura dos arquivos acerca da Revolução Russa. Se o problema da historiografia da Revolução Russa fossem as fontes,

A interpretação padrão da Revolução Russa estaria avançando pela esquerda, em direção à interpretação marxista clássica, mas, ao invés disso, vemos exatamente o oposto: uma historiografia girando em direção à direita e à renovação de velhos argumentos que frequentemente contradizem as próprias fontes nas quais estão fundamentados. (Murphy, 2008, pp. 46-47).

Para Murphy, os problemas da interpretação acadêmica acerca da Revolução Russa não decorrem, como afirma Hobsbawm, da escassez das fontes, mas sim da ideologização das interpretações, repletas de partidarismos, que desenvolvem uma análise passional do fenômeno. Tais interpretações, segundo Murphy, engessam o processo histórico, dirigindo-o para um único resultado, o que atribui a ele um caráter antidialético.

Apesar das críticas de Murphy, a abertura dos arquivos soviéticos após a dissolução da União Soviética possibilitou um aprofundamento do conhecimento produzido sobre a Revolução Russa ou, como afirmou Hobsbawm, “o fim da União Soviética inevitavelmente alterou o modo como todos os historiadores encaram a Revolução Russa, porque agora são capazes ou, de fato, obrigados a vê-la numa perspectiva diferente”. (HOBSBAWM, 1998, p. 257). Provavelmente, a intenção de Hobsbawm ao fazer tal afirmação era enfatizar a importância das fontes para a qualquer trabalho historiográfico, cuja feitura exige um diálogo permanente entre teoria e empiria. O nível da investigação empírica determina a extensão e o limite do que é produzido pelo historiador. Nesse sentido, a operação historiográfica contempla três atividades que estão imbricadas: a pesquisa (levantamento documental), a leitura (interpretação das fontes) e o produto (trabalho historiográfico). (Certeau, 2011).

## **Considerações Finais**

Pensar a Revolução Russa e comemorar o seu centenário reacende a crença na possibilidade da transformação social na direção de um mundo melhor, onde o ser humano recupere a sua essência genérica, ou seja, a sua humanidade. Tal sentimento se constitui num alento no mundo de hoje, no qual o conservadorismo exacerbado vem avançando a passos largos.

Como nunca, o desenraizamento de milhões de pessoas marca nossa época. Em busca de um reconhecimento de sua humanidade, essas pessoas invadem os quatro cantos do planeta, fugindo de situações as mais diversas possíveis, mas que têm em comum o fato de degradarem a condição humana. Originárias de países com gravíssimos problemas sociais, essas pessoas, na maioria, tentam chegar aos países da Europa Ocidental, os quais, a luta secular dos trabalhadores possibilitou-lhes conquistar condições dignas de vida e de trabalho. A presença dessas pessoas no Continente Europeu contribuiu para acirrar o xenofobismo, o conservadorismo e para o avanço político das forças da extrema direita, que, atendendo aos anseios de setores expressivos de suas sociedades, prometem conter essa onda avassaladora de migração, que, para eles, ameaça a sua civilização.

Não se pode esquecer que essa e outras questões sociais presentes no mundo de hoje são produtos do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. O Imperialismo do século XIX retraiu o mapa da África, continente onde o fluxo migratório é mais intenso, criando países arbitrariamente em termos de fronteira e população. Neles foram misturados à revelia, grupos étnicos rivais, que continuam a se exterminarem mutuamente, tornando seus países um verdadeiro inferno, o que força a migração.

Além disso, deve-se ao capitalismo a constituição de um mundo extremamente desigual, tanto em relação aos países que o compõem, como em relação à humanidade que o habita. Sintoma disso é a miséria que se alastra pelo Terceiro Mundo, responsável por um alto índice de mortalidade provocada pela fome, pela subnutrição, por doenças, pela guerra etc. Não precisamos sair do Brasil para constatar tal situação. Nas cidades brasileiras é cada vez maior e mais visível o número de moradores de rua, de violência urbana e doméstica, de mortalidade, de mendicância, de desempregados, situações que atingem, principalmente, a população pobre e negra.

Marx, profundo humanista, que presenciou na Inglaterra do século XIX a exacerbada exploração dos operários nas fábricas movidas a vapor, escuras, insalubres, onde cumpriam exaustivas jornadas de trabalho sob condições extremamente precárias, apontou o caminho para acabar com esse sofrimento: a revolução. Sua bandeira, reforçada

por Lênin, de “Proletariado de todo mundo uni-vos” ecoou no planeta, tornando-se uma luz no final do túnel para aqueles, que como ele, sonham com um mundo justo e igual.

Os trabalhadores russos deram a largada na corrida por este mundo e fizeram a sua revolução em 1917, dando início à construção da primeira experiência socialista e mostrando que havia sim uma alternativa de sociedade à capitalista. Revolução que se tornou um emblema mundial, na medida em que passou a alimentar os sonhos socialistas da esquerda e a se tornar um pesadelo para a direita. Como afirma François Furet, ao comentar o impacto da Revolução Russa sobre a historiografia da Revolução Francesa, “Tudo muda em 1917. A partir de então, a revolução socialista tem um semblante, e a Revolução Francesa deixa de ser um modelo para um futuro possível, desejável, esperado, mas ainda sem conteúdo”. (Furet, 1989, p. 19).

O fim da União Soviética produziu uma grave crise no marxismo e permitiu que a pós-modernidade conquistasse cada vez mais espaço no campo intelectual. O pensamento pós-moderno decretou a falência dos grandes paradigmas ou das macro análises, desautorizando e desacreditando o marxismo como método de produção do conhecimento da realidade, do conhecimento histórico. Fazendo a apologia do imediato, do aqui e agora, do viver intensamente o presente, tal pensamento buscou destruir as utopias e desacreditar as experiências revolucionárias.

Um dos grandes expoentes do pensamento pós-moderno é Francis Fukuyama, doutor em ciência política pela Universidade de Harvard e professor de economia política internacional na Universidade Johns Hopkins. Um dos ideólogos do governo Ronald Reagan, mentor intelectual de Margaret Thatcher e figura importante do conservadorismo, Fukuyama publicou, em 1989, um famoso artigo na revista *The National Interest*, intitulado “O Fim da História”, transformado em livro, em 1992, com o título *O Fim da História e o Último Homem*, que o tornou milionário, o que demonstra a grande aceitação mundial do pensamento conservador.

No artigo, depois livro, Fukuyama afirmava que a disseminação das democracias liberais e do livre capitalismo de mercado pelo mundo possivelmente apontava para o fim da evolução sociocultural da



humanidade. Ou seja, a crise do socialismo soviético seria uma demonstração cabal de que o capitalismo e a democracia liberal seriam as únicas alternativas de organização social e política para a humanidade.

Na perspectiva dos pós-modernos, a experiência soviética teria sido uma aberração histórica que não deveria se repetir. Realçando os aspectos ruins de tal experiência, como os crimes de Stalin, a ausência de liberdade na perspectiva burguesa, como se esse fosse um conceito universal, a má qualidade dos produtos industriais soviéticos de consumo, etc., tal percepção a desqualificava inteiramente, deixando de lado o que significou um grande avanço social produzido pela Revolução Russa.

Estamos falando da recuperação de sua dignidade humana pelo povo russo, esmagado e espoliado pelo Czarismo, do acesso da população a todos os níveis de educação e à saúde, tornadas públicas, do pleno emprego e moradia, do fim da mendicância, da redução da criminalidade. Hoje, grande parte do povo russo sente na carne o recrudescimento da miséria, do desemprego, da mendicância, da falta de assistência médica e de possibilidade de acesso à educação, da criminalidade. Neste último, o emblemático foi o ressurgimento da máfia russa, que disseminou seu poder mundialmente e possui grande poder de interferência nos meandros do Estado.

A Revolução Russa foi a grande referência para o disseminar das experiências revolucionárias na China, no Vietnã, em Cuba, na Nicarágua, já que as condições socioeconômicas do Terceiro Mundo – finalmente o autor deste texto se expõe como historiador da vigorosa tradição historiográfica marxista – favoreceram o levante dos oprimidos e explorados. Apesar da descrença pós-moderna e neoliberal, a revolução continua na pauta daqueles que sonham em realizar a *Eutopia* grega: o lugar da felicidade.

## Referências

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história* / Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FERRO, Marc. *O Ocidente diante da Revolução soviética*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FLORENZANO, Modesto. “A Revolução Russa em Perspectiva Histórica e Comparada”. *Lua Nova*, São Paulo, 75: 41-57, 2008.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa* / François Furet; tradução Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBBSAWM, Eric J. *Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. Eric Hobsbawm; tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras: 1996.
- \_\_\_\_\_. *Sobre História* / Eric Hobsbawm; tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KRASSO, Nicholas. El marxismo de Trotsky. In: KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. El marxismo de Trotsky. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Collected Works*. Londres, 1976, vol. 24,
- MURPHY, Kevin. “Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm”. *Outubro*, n. 17, 1º. Semestre 2008.
- POLYAKOV, Y. *Historia de La Sociedad Sovietica*. Moscou: Editorial Progreso. Instituto do Marxismo-Leninismo, s/d.
- SEGRILLO, Ângelo. “Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens”. *Projeto História no. 41. Dezembro de 2010*, pp. 63-92.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 2ª. ed.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma Crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa* / Leon Trotsky; tradução de E. Huggins. – Ed. do centenário – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v. – (Edições do Senado Federal; v. 240 A-C).

\_\_\_\_\_. “Classe, parti et direction: pourquoi le prolétariat espagnol a-t-il été vaincu? (Questions de théorie marxiste)”. In: *Ouvres*. Grenoble: Institut Léon Trotsky, 1985, vol. 20.

VOVELLE, Michel. *Combates pela Revolução Francesa* / Michel Vovelle: tradução Maria Lúcia Panzoldo: revisão técnica Márcia Mansor D’Alessio. Bauru, SP: EDUSC, 2004.





# Secção 2

**Ecos do anarquismo ontem e hoje**

## Os anarquistas na Revolução Russa (anotações libertárias)

por Edson Passetti<sup>1</sup>

### Domínio da revolução

A revolução é um acontecimento que propicia a expansão das diversas forças de resistências diante de uma situação insuportável. A conservação da revolução, por sua vez, implica retração destas forças ao domínio de uma delas no Estado. As revoluções contemporâneas, burguesas e proletárias, em nome da liberdade e da igualdade, criaram e recriaram os terrorismos de Estado.

A Revolução Russa foi um acontecimento marcante, no início do século XX, por realizar a intenção histórica do fim do capitalismo pelo socialismo, embate largamente discutido entre reformadores autoritários e libertários no século XIX. Nela, estiveram presentes as diversas forças de combate às explorações, desigualdade e socioeconômicas e de possibilidades de encontro com a nova sociedade. Cada uma destas forças contribuiu à sua maneira.

A dos anarquistas foi a de não abrir mão da liberdade e, por isso, reiteraram com suas ações a defesa do socialismo libertário ou anarcocomunismo. Ficaram marcados, por isso mesmo, pelos bolchevistas, seus mais diretos oponentes, como os que careciam de organização para garantir o socialismo numa sociedade pauperizada, despedaçada e ameaçada pelos exércitos da Europa. Eram considerados simpatizantes pequeno-burgueses importantes para o fato revolucionário, mas não para os desdobramentos da revolução, pois seus contrapositionamentos poderiam levar à restauração da velha ordem. Eles não cabiam no governo da *ditadura do proletariado*. Os anarquistas, por sua vez, viam nos bolchevistas a expressão das ideias de Marx e Engels, combatidas pelo francês Pierre-Joseph Proudhon

---

<sup>1</sup>Edson Passetti é professor no Departamento de Política e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da PUC-SP. Coordena o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária [www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org)), e edita a revista Ecopolítica (<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica>). [passetti@matrix.com.br](mailto:passetti@matrix.com.br)

desde a década de 1840, e depois pelos russos Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin desde a Associação Internacional de Trabalhadores, criada em 1864. Consideravam os bolchevistas autoritários e ditatoriais, em sentido similar ao do governo burguês – incluindo o terror de Estado –, e os que lhes antecederam com faraós, imperadores, czares, reis e príncipes. Alertavam que a revolução contemporânea em si é incapaz de mudar o mundo, e que, paradoxalmente, ela está propensa a restaurar o exercício da soberania no Estado, seja em nome do povo ou do proletariado.

Desde a crítica de Proudhon à Revolução Francesa, a revolução contemporânea passou a ter sentido para os anarquistas como *revolução permanente*, diária e inventiva por meio de suas associações libertárias com base não mais num direito universal e num contrato transcendente de sustentação da propriedade, mas no direito bilateral – segundo o objeto da troca e as forças componentes –, e um contrato real, sinalagmático e comutativo. A *revolução permanente* trazia a interdependência entre mutualismo econômico e federalismo político descentralizado.

O fato revolucionário não era excluído, apenas deslocado da condição determinante para a posição secundária. Com isso, os anarquistas pretendiam evitar que as forças condensadas no fato revolucionário chegassem ao terror de Estado, à ditadura, à condição de proporcionar uma nova reforma do Estado ou, simplesmente, revelassem as marcas conservadoras dos revolucionários. Até mesmo a revolucionária marxista Rosa Luxemburgo, imediatamente depois da chegada ao Estado pelos bolchevistas, alertou Lênin para o perigo da ditadura do proletariado se transformar em ditadura sobre o proletariado, quando estes se voltaram para suprimir a *vontade política* das demais forças sociais. Ela foi desqualificada por Lênin e identificada como anarquista.

Foi assim que a palavra *anarquista*, no passado, associada ao socialista pequeno-burguês por Marx, passou a ser identificada, também, com os contrarrevolucionários no interior do discurso socialista. Todavia, a anarquista russa Emma Goldman, retornando a Moscou de Nova Iorque, de onde havia sido banida por ser insuportável aos limites da democracia burguesa, chegou à Rússia revolucionária

acreditando no fato, mas descrendo da ardilosa diferença estabelecida por Lenin, que a situava entre anarquistas e marxistas, restrita aos meios. Para Emma Goldman, os meios autoritários levam a fins autoritários, da mesma maneira que meios libertários levam a fins libertários, estabelecendo a distinção radical com Lenin e antevendo o rumo ditatorial da revolução. As palavras da russa Emma revigoraram as análises de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, indicando que desde Marx e Engels não haveria mais ou menos desvios na rota ditatorial caso estes alcançassem o Estado. Era o socialismo *real* dos marxistas se fazendo histórico.

Na Revolução Russa emergiu a radicalidade popular procedente, desde 1771, dos *sans-culottes*, e que atravessou a Revolução Francesa, como dos *luddistas*, a partir de 1811, na revolução industrial inglesa, problematizando a propriedade e o Estado. Outras radicalidades históricas potencializaram a revolução. Os socialistas fourieristas do jornal “La Phalange”, de Paris, nos anos 1830, esclareceram que o direito universal sustentava os ilegalismos das forças burguesas no exercício do direito de propriedade. Antes mesmo de Nietzsche, eles mostraram os baixos começos do direito, ali onde este se transforma em dever resultante da batalha entre forças sociais. Tais práticas e constatações habitaram o anarquismo de Proudhon, influenciaram o jovem Marx e foram detalhadas por alguns dos “Livres” alemães, como Max Stirner, que também notou que o grande crime na sociedade capitalista, não era derivado do conjunto de infrações realizadas por miseráveis e subversivos, mas do roubo da propriedade sobre as forças sociais livres, levando ao crime de lesa-sociedade. Para os anarquistas, a revolução socialista capitaneada por uma *vanguarda*, poderia criar um novo crime de lesa-sociedade ao manter a universalidade do direito contra os oponentes do governo ditatorial. Acrescentemos a isso, que muitas outras manifestações populares, pacíficas ou violentas, incluindo o terrorismo contra o Estado, dos anos 1880 e 1890, aos poucos, ou de uma só vez, explicitaram que não só os direitos universais, outrossim, o governo democrático, realizava a vontade de poder da burguesia. Os anarquistas, que desde os anos 1840, não acreditavam no fim da *luta de classes* por meio da tomada do Estado e da transformação da propriedade privada em propriedade socialista, consideravam, por meio



de análises detalhadas, que o socialismo autoritário não levaria ao fim do regime da propriedade, mas ao contrário o refaria como regime da propriedade estatal, e se desgastaria por não superar a acalentada *fase* de ditadura.

Na Rússia - muito antes de Trótski redimensionar a noção anarquista de revolução permanente como maneira de repor o sentido original da revolução bolchevista diante do *desvio* stalinista, após a morte de Lenin -, a ditadura do proletariado já tinha sufocado o acontecimento revolucionário com o esmagamento da revolta dos marinheiros do Kronstadt, em 1921, pela Guarda Vermelha de Trótski, a fundação da Tcheka e com os acordos palacianos, no ano seguinte, entre os bolchevistas com o anarquista Nestor Makhno e o Exército Insurgente da Ucrânia, aniquilando o comunismo libertário ucraniano, iniciado pelos camponeses e irradiado para as cidades. Os bolchevistas foram peritos ao situar a questão da revolução no interior de uma guerra civil entre exércitos vermelhos, brancos e verdes. E tal tática apenas rendeu agradecimentos ao modo pelo qual se efetiva o dispositivo policial na sociedade com Estado: tratar as lutas entre oponentes e dissidentes como guerra civil, como necessidade de obter paz interna diante da ameaça externa, da política como guerra civil tão ao gosto dos governos burgueses europeus no século XIX.

Os russos contestadores do regime czarista e da miserável economia pré-capitalista moveram incessantes lutas históricas contra a exploração e a dominação, e propiciaram o aparecimento de grandes pensadores da liberdade anarquista. Às vezes, estes pensadores produziram reflexões sistematizadas como as de Kropotkin, outras, legaram análises inacabadas repletas de sugestões como as de Bakunin. Ambos eram filhos da aristocracia russa com a sensibilidade à flor da pele para combater a inércia provocada pelo governo dos poucos, fosse ele da aristocracia, da elite ou mais tarde da *vanguarda*. Eles sabiam, a seu modo, que a ajuda mútua era necessária para o povo sair da miséria e que nela também se encontrava um poder de força revolucionária dos miseráveis, não mais restritos, como *lumpenproletariado*, a sustentar politicamente a burguesia em épocas de crise. Os anarquistas russos reconheciam o poder dos *sans-culottes* e *luddistas* na história, e que estes não foram somente reféns de beatos ou de reações do Estado.

Sabiam pela realidade em sua volta que as revoluções poderiam acontecer a qualquer momento. Na Ucrânia, uma revolução desencadeada em fevereiro de 1917 pelos camponeses, mostrou ser possível não só uma revolução em um país com baixo desenvolvimento das forças produtivas (Lenin *corrigindo* Marx), mas que também era possível ela emergir de camponeses, sem direção política centralizada nos *comitês revolucionários* (Nestor Makhno, advertindo Lênin). Makhno e a Revolução Ucraniana mostraram que a luta não cessava enquanto não se pusessem abaixo as organizações verticais de poder.

Makhno acreditou nas propostas de unificação revolucionária dos bolchevistas na luta contra os estrangeiros e o *exército branco*, e acabou exilado em Paris, como uma pessoa nociva ao socialismo. A revolução russa caminhava para se tornar um Império. Depois de passar pelos breves e intensos inícios da revolução, Kropotkin quando regressou à Rússia, morreu em fevereiro de 1921, dias antes do esmagamento da revolta do Kronstadt, em março. Bakunin, morreu em Berna em 1 de julho de 1876, depois de contestar os socialistas autoritários e se transformar na referência da luta anarquista coletivista dentro e fora da Rússia. Chegou a se interessar pelo anarquismo profissional e terrorista de outro russo contundente, Sergei Nietchaiev, que habita o romance *Os demônios* de Fiódor Dostoiévski, mas dele se afastou, muito antes de Lênin admirar a pertinência de suas ideias revolucionárias profissionais. Os anarquistas russos anônimos também não foram poucos e compuseram a maior força socialista junto com os bolchevistas durante os primeiros anos da revolução. Mas como toda revolução necessita se conservar, os anarquistas minoritários passaram à condição de adversários e em pouco tempo de inimigos. Acabaram anônimos nos campos de concentração como escravos do modo de produção socialista, foram mortos, exilaram-se ou se mantiveram calados por um longo tempo. Cada um deles sabia que a vitória da *ditadura do proletariado* era sua possível morte instantânea. Os russos, Bakunin, Kropotkin e Emma Goldman, e o ucraniano Makhno exibiram com suas análises e lutas, Europa adentro ou no interior dos soviets, que a vida está no amistoso exercício de invenção da liberdade. Levaram ao limite a reflexão e a aspiração do século XIX de superação da emancipação política pela emancipação humana.

## Por dentro da Revolução Russa

Gostaria de situar um momento na revolução russa captado pelas atitudes de dois pensadores que retornam à Rússia durante os primeiros anos da revolução.

Emma Goldman chegou a Moscou com a Nova Política Econômica, de 1921, quando se deu um fim à chamada guerra civil. Ela situa a reversão da revolução em um opúsculo intitulado *Minha outra desilusão na Rússia*. Para Emma Goldman, em poucas palavras, a Nova Política Econômica (NEP) reativou o mercado e as ideias burguesas; promoveu prisões de anarquistas, com gráficas fechadas como o Golos Truda, pela Tcheka – polícia secreta de Estado que substituiu a Okhrana, polícia czarista –, tudo em conformidade com o discurso de Lenin no X Congresso do Partido Comunista, em 1921, abrindo guerra contra os elementos pequeno burgueses anarquistas, aos sindicatos e aos seus defensores. Pouca valia teve a aproximação de anarquistas aos bolchevistas, ao acreditarem no *slogan* bolchevista deles surrupiado: “as fábricas aos trabalhadores e as terras aos camponeses”. E também pouco valor teve contemporizar com o tratado de Brest-Litovsk, em 1918, ainda durante a I Guerra Mundial, como uma proteção à Rússia do exterior, devolvendo territórios ao império alemão e ao austro-húngaro. Mesmo assim, os anarquistas ficaram ao lado dos bolchevistas trabalhando na Guarda Vermelha, no regimento de voluntários, no Exército Vermelho e na representação diplomática. Ficaram entre a revolução e o bolchevismo! Enquanto isso, suas organizações passaram a ser “infiltradas” e, finalmente, com o massacre à revolta de Kronstadt, em março de 1921, os anarquistas despertaram de “um sonho estranho”, como o Gregor Samsa. Foram presos e nas prisões promoveram levantes até serem deslocados para o campo de concentração de Ryazan. Ao mesmo tempo, os simultâneos levantes universitários foram calados por Ievgêni Preobrajenski, nomeado reitor, que proibiu qualquer manifestação política. Configurou-se, a partir daí, o anarquismo como banditismo, e que bandido deveria ser fuzilado, o que foi inaugurado com Fanya Baron e Lev Tchery. Os revolucionários, operários e camponeses, serão reconfigurados como massa: vida uniforme,

exterminados em suas individualidades, disponíveis a serem educados e dependentes das minorias inteligentes. Ponto.

Em maio de 1922, Alexander Berkman, companheiro de Emma Goldman, inicia a redação de seu tríptico sobre a revolução russa. Para ele, esta revolução foi o fato mais significativo da história da humanidade. Nela chegou em 1920, deportado dos EUA depois de encarcerado durante 2 anos na prisão de Atlanta, por defender o operário Thomas Mooney acusado de colocar bombas em passeatas. Comentarei o primeiro escrito, *A tragédia russa*.

Disposto a aprender e a ajudar se aproximou dos bolchevistas e atravessou a Rússia. Foi quando constatou que estava diante de um espelho deformante do “todo poder aos soviets” que derrubara Kerenski. Naquela ocasião, a burguesia estava desorganizada, fraca e sem militância e isso fortaleceu a união da oposição entre bolchevistas, o Partido Socialista Revolucionário, anarquistas, os libertos das prisões e imigrantes revolucionários. Mesmo constatando as diversas mudanças com a revolução os bolchevistas se mantiveram fiéis à sua filosofia social e desconfiados do campesinato. O tratado de Brest-Litovsk, foi inicialmente contestado por Radek (pseudônimo de Karol Sobelsohn, que lutou com Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht no grupo Espartaquista de 1918 a 1920) e Trótski, e depois contemporizado por ambos. A assinatura do tratado promoveu o gradativo distanciamento entre as forças agrupadas, opondo bolchevistas aos socialistas revolucionários e anarquistas. Então, os bolchevistas defenderam a Assembleia Constituinte até constatarem que não teriam maioria e insistiram na nacionalização do país.

Berkman esteve no Congresso Sindical Revolucionário de 1921 que produziu os “amigáveis” defensores da versão oficial da revolução, gerando o redimensionamento dos sindicatos que deveriam funcionar como correia de transmissão do partido. Com medidas como essas o centralismo se fortaleceu e produziu os *sovburs* que em 1920 era maior em Moscou do que a burocracia o fôra em toda Rússia czarista. Lenin introduz o sistema de *yedinolitchiye* (gerenciamento por um gestor e que dissolverá os comitês), aproximando-se dos banqueiros e desenvolvendo o sistema de punição (privação do *payok*, ração alimentar) e encaminhamentos à Tcheka. É a fase do terror? Não, nas

palavras de Nikolai Bukharin o terror é um método pelo qual a natureza humana será transformada em adequada cidadania bolchevista. (Depois de colaborar com Stalin, inclusive na perseguição a Trótski, ele foi julgado na Grande Purga em 1936, e executado em 1938, como traidor; Radek, também foi julgado no mesmo procedimento e morreu na prisão).

Para Lenin a liberdade não passava de um preceito burguês e liberdade de fala e imprensa era desnecessária e perigosa pra a revolução. Com o sistema eleitoral eliminado, os soviets passaram a ser obedientes à vigilância da Tcheka; os sindicatos, como vimos, passaram a ser transmissores do partido; o sistema militar se tornou obrigatório; disseminaram-se os trabalhos forçados para revisão de consciências; subordinou-se o campo com as técnicas de pilhagens de grãos comandadas por Radek e punição aos camponeses por meio da *razvyorstka*. A ilusão da unificação cidade-campo estava encerrada. As massas deveriam crer que tudo ocorria para conter a ameaça estrangeira, enquanto o terror desenfreado acontecia internamente para dar um fim à chamada *guerra civil*.

Depois, no X Congresso do Partido Comunista em 1921, Lenin se penitenciou da *razvyorstka* condenando a ação da Tcheka contra camponeses; afirmou que a burocracia era parasitária, corrupta e criminosa e proferiu: “os meios que vínhamos usando falharam. O povo, especialmente a população rural, não está ainda à altura dos princípios comunistas. A propriedade privada teve de ser reintroduzida; o livre comércio estabelecido. Daí, o melhor comunista ser aquele que pode impulsionar melhor a barganha”. A seguir, veio a NEP com fortalecimento da economia capitalista e da ditadura do proletariado. Enfim, o governo é para sujeitar, fortalecer-se e se perpetuar.

Gostaria de encerrar introduzindo uma questão. É comum, após esses acontecimentos, encontrarmos as análises relativas aos chamados desvios do socialismo, a constatação de um socialismo *real*, as contestações de marxistas exegetas, liberais afoitos e anarquistas reiterando suas análises históricas indicando que a revolução russa descambaria para a tirania.

Os liberais afoitos, rapidamente, colocarão o socialismo no rol dos totalitarismos, similar ao nazismo (que eles apoiaram para conter o

avanço socialista). Para a racionalidade neoliberal o Estado gradativamente passou a funcionar segundo o molde do partido, ou seja, o partido se sobrepôs ao Estado. Está neste intercurso, segundo os neoliberais, o fracasso do socialismo (de maior duração), diferentemente do nazismo e fascismo (de breve duração). Trata-se em ambos os casos de uma governamentalidade de partido que subjuga a sociedade e o Estado. Desse modo, a racionalidade neoliberal, após a derrota do fascismo e do nazismo, investirá, de acordo com os ordoliberais alemães, em uma nova legitimidade de Estado a partir do mercado, com regulações e ordenações de Estado voltadas à obstrução da planificação e configuração de uma instituição jurídica condizente com sua tarefa de monitorar o mercado. Segundo os neoliberais estadunidenses pela teoria do capital humano, em que definitivamente o trabalho é incluído na análise do comportamento econômico, coloca o trabalhador como empresa de si, como um capital humano que coopera com o capital, produzindo o estilo de vida empreendedor.

É com esta nova legitimidade do Estado fundada no mercado com suas empresas que a racionalidade neoliberal levará à derrocada o socialismo soviético com a inicial intromissão dos direitos humanos, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 da ONU, finalmente assinada pela URSS de Leonid Brejniev, em 1977, em Helsinki, durante as negociações sobre a *détente*, ou *distensão*. O fortalecimento da economia capitalista, como situara Lenin, agora se dispensará da ditadura do proletariado com o governo de reconstrução de Mikhail Gorbachev, em 1986, por meio da *perestroika* e da *glasnost* e se transmutará em democracia e economia de *mercado*. A China, mais esperta, combinará racionalidade neoliberal com ditadura do proletariado. E a Coreia do Norte, hoje em dia, começa a aprender com a China como se introduz a racionalidade neoliberal com ditadura do proletariado, mas primeiro ela precisa mostrar que tem capacidade de matar, até alguma Conferência Internacional ou o Conselho de Segurança da ONU abrir negociações vantajosas.

A NEP, mais do que dar um fim à chamada guerra civil, *abriu* a revolução para se ajustar, em médio prazo, à economia de mercado: o modelo de Estado alemão preconizado por Lenin facilitou o período stalinista, projetou a URSS para a conquista espacial e se deparou com

os efeitos da economia capitalista revitalizada pela racionalidade neoliberal e a globalização. Não se tratava de desvios do socialismo autoritário, mas de seus efeitos históricos. As análises anarquistas dos acontecimentos sinalizavam para isso. A centralização no Estado com planificação econômica mostrou seus limites e esgotamentos diante da racionalidade neoliberal e condenou os socialistas e comunistas, herdeiros de Marx, Lenin e seus seguidores, a se acomodarem, reiterando o Estado de direito, o parlamento, a política e a democracia burguesa. O jogo pelo interior do Estado, como defendiam os reformistas, se não levou, nem leva, à revolução e tampouco ao socialismo, facilita a acomodação no Estado, com base numa argumentação ideológica que formalmente opõem liberais e antiliberais.

## **O militantismo**

A noção de guerra civil é estratégica para a conformação da política e do Estado modernos. Os Estados necessitam segurança externa, por meio do dispositivo diplomático-militar; internamente, essa segurança é obtida pelo dispositivo de polícia. Os Estados para garantir sua segurança externa precisam obter a paz interna, ou seja, evitarem ou debelarem a chamada guerra civil. Todavia, desde a Revolução Francesa eles ficaram expostos à combates constantes. Não foi por menos que Foucault compreendeu a política, no século XIX, como maneira de conter a guerra civil. No caso da Rússia revolucionária, a questão da segurança externa estava mais ou menos equacionada pelo Tratado de Brest-Litovsk, assinado durante a I Guerra Mundial, e pelos modos de sufocar as lutas internas que seriam resolvidas pelos bolchevistas como fim da guerra civil. Contida ou esmagada, a segurança do governo estaria garantida.

O século XIX foi impulsionador do *militantismo*, modos de associar livremente os modos de viver, lutar, contestar, se revoltar e provocar revoluções que introduziram novas subjetividades provenientes, como vimos anteriormente, dos sans-culottes, luddistas, fourieristas e anarquistas. O *militantismo* intercepta a condução por um partido ou sindicatos, que submetem subjetividades por meio de sujeições e assujeitamentos. As práticas do *militantismo* revolvem

costumes, introduzem novas lutas, explicitam que a luta por direito político é a luta pela vida, ou seja, não por mais ou outros direitos a serem seguidos como deveres, mas por direitos anti-soberania. Produzem subjetivações insurretas e forçam os Estados a terem de agregar forças belicosas externas para contê-las, como ocorreu com a Comuna de Paris, ou promovem o redimensionamento das forças repressivas, como durante a Comuna ou mesmo nos primórdios da Revolução Russa: a questão que se coloca está na divisão entre os próprios súditos que alimentam com seus corpos e subjetividades a polícia e as forças militares. Todavia, adestrados aos ditames de partido ou do sindicato o *militantismo* sucumbe e emerge a militância, o ordenamento a ser seguido pelos subordinados à minoria inteligente, a restauração da polícia e das forças militares.

Porém, o maior agravante está em como a classe operária foi legalizada no século XIX, principalmente após a Comuna de Paris. O Estado respondeu às revoltas com o aparato jurídico conformando um conjunto de leis que legalizaram o operariado urbano e adestraram as lutas sindicais e políticas ao fluxo institucional. Vieram as leis trabalhistas, leis de previdência social, regulamentação do contrato de trabalho na fábrica, controle dos sindicatos, vínculos entre trabalho e lazer com vilas e bairros operários, políticas de assistência... enfim, um complexo jurídico institucional que definiu quem trabalha, o uso da força de trabalho, condições de salubridades, ocupação de mulheres, crianças, jovens e velhos nas fábricas, regulamentação do trabalho noturno e horas-extras, justiça trabalhista, ordenamento dos sindicatos e benefícios... Isso é política burguesa: é efeito das lutas, da busca por segurança, formatação institucional da paz diante da guerra civil iminente, emoldurando as lutas operárias em sindicatos e partidos da ordem; mas é, também, modo de gerir os ilegalismos, recrutar desempregados para polícia como agentes de ordem, informantes, infiltrados, pobres ordeiros que defendem o Estado e a propriedade, ou seja, modo de fomentar a luta entre os súditos. Mesmo que a legalização da classe operária não tenha ocorrido passo a passo com a cidadania e os direitos do homem e do cidadão, ela construiu a fortificação para conter revoluções. Porém, mesmo com tudo isso a legalização da classe operária conteve a urgência das revoltas voltadas para o igualitarismo



como na Revolução Espanhola, em 1936, na qual o Partido Comunista funcionou como força reativa, ou mesmo antes, para falarmos do Brasil, na Greve Geral de São Paulo, em julho de 1917, de onde surgirá o Partido Comunista Brasileiro fundado por ex-militantes anarquistas. O *militantismo* não se satisfaz com leis e, tampouco, se ajusta a normas; ele produz terrorismos ou diversas formas da revolta. Sua forma de adestramento e docilidade ocorre com as práticas de militância e estas, no seu esplendor de crescimento, acabam institucionalizadas como polícia do partido.

Na Rússia, os ajustes trabalhistas em função da *fase inferior do comunismo*, incluindo direitos compensatórios, redimensionaram o modelo de Estado alemão que servia de referência a Lenin antes de tudo acabar em governamentalidade de partido, cuja restauração do Estado ocorre por meio da racionalidade neoliberal, segundo os neoliberais, e em tirania como explicitaram os anarquistas, para quem a luta contra a propriedade é também a luta pela abolição do Estado. O socialismo marxista-leninista exercitou as mesmas formas de recrutamentos para a repressão, manteve as instituições repressivas e asilares, segundo as *vontades* de ocasião, facilitou o trajeto stalinista e criou a nova ideologia da revolução permanente restauradora, noção surrupiada de Proudhon por Trótski para repor a revolução nos termos cabais de fim da guerra civil: efeito de disputas pela propriedade do Estado.

Desde a Rússia, essa internacionalização do socialismo, continuou reproduzindo o espelho deformante da pós-revolução no início do século XX até o início do século XXI. O *militantismo* vivo hoje em dia se traduz em ação direta.

## **Referências**

AVRICH, Paul. *The russian anarchists*, Princeton: Princeton University Press, 1967.

BERKMAN, Alexander. “A tragédia russa”. In VERVE, revista semestral autogestionária. São Paulo: Nu-Sol, 2007, v. 12, pp. 81-115.

BERNARD, Edelman. *A legalização da classe operária*. Tradução de Flávio Roberto Batista, Jorge Luiz Souto Maior, Marcus Orione Gonçalves Correia e Pablo Biondi. São Paulo: Boitempo, 2016.

- EMMA, Goldmann. “Minha outra desilusão na Rússia”. In VERVE, revista semestral autogestionária. São Paulo: Nu-Sol, 2007, v. 11, pp. 109-122.
- \_\_\_\_\_. “Minorias versus maiorias”. In VERVE, revista semestral autogestionária. São Paulo: Nu-Sol, 2008, v. 13, pp. 123-133.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A coragem da verdade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade punitiva*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- Grupo de Anarquistas Russos Exilados na Alemanha. “A repressão ao anarquismo na Rússia Soviética”. In VERVE, revista semestral autogestionária. São Paulo: Nu-Sol, 2007, v. 11, pp. 95-108.
- MAKHNO, Alexandre Skirda e BERKMAN, Alexandre. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. Coleção Escritos Anarquistas. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Coletivo Anarquista Brancaleone, 2001, v. 16.
- TRAGTENBERG, Mauricio. *A revolução russa*. São Paulo: Unesp, 2007.
- Vários. “80 anos de revolução russa”. LIBERTÁRIAS, revista bimestral de cultura libertária. São Paulo: Imaginário, 1997. v.1.

# Insurgências na Rússia revolucionária e a atualidade da luta contra o Estado: niilismo e terrorismo, anarquia e *antipolítica*

por Acácio Augusto<sup>1</sup>

*Existem amizades estranhas:  
um amigo chega a querer quase devorar o outro,  
os dois vivem quase a vida inteira assim,  
e no entanto não conseguem se separar.*  
Fiódor Dostoiévski, *Os demônios*

*A obsessão pela colheita e a indiferença em relação à história  
são as duas extremidades de meu arco.*  
René Char

2017 marca os 100 anos da Revolução Russa, mas é impossível não recordar também de outros acontecimentos decisivos no mesmo ano de 1917, como a Revolução Mexicana. Esta foi pacificada pela promulgação da Constituição Mexicana com o presidente Venustiano Carranza, que a fez recuar ante aos anseios iniciais do campesinato de transformação radical expressos na figura de Emiliano Zapata<sup>2</sup> e na presença de anarquistas com o Ricardo Flores Magón. Também não se pode deixar de mencionar a primeira grande Greve Geral, em São Paulo, no mês de julho de 1917; uma greve impulsionada por mulheres anarquistas em torno da defesa das crianças contra a exploração e a dominação nas fábricas e da questão da carestia de vida. Movimentos germinados pela *cultura libertária* da época por meio de seus jornais, ateneus, centros de cultura, ligas operárias e escolas modernas. Uma história que por muito tempo foi ignorada e/ou desqualificada como pré-política pela historiografia oficial no Brasil, mas que se encontra registrada nos jornais *A Plebe*, de orientação anarcossindicalista, e *Guerra Sociale*, de orientação anarco-comunista<sup>3</sup>. Foram as pesquisas

---

<sup>1</sup>Acácio Augusto é professor no curso de Relações Internacionais da Unifesp (Osasco), pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) e autor de *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

<sup>2</sup>Cf. Enrique Krauze. *Biografía del poder. Caudillos de la Revolución Mexicana (1910-1940)*. México D.F.: Tusquets Editores, 2012, pp 75-139; 187-265.

<sup>3</sup> Ver Edson Passetti & Acácio Augusto. “a greve geral de são paulo, 1917”. In *Revista Verve*, vol. 32. São Paulo: Nu-Sol, 2017, pp. 13-64, Disponível em: <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2017/11/verve32.pdf>.

nestes jornais, que também traziam notícias e análises sobre o desenrolar da luta revolucionária na Rússia, que compuseram, a partir da década de 1980, uma historiografia da Greve Geral de 1917, em São Paulo, da perspectiva dos anarquistas<sup>4</sup>.

Feito esses dois registros, é evidente que a Revolução Russa é tomada por muitos historiadores como o acontecimento que inaugura o século XX, pois reconfigura a disposição das forças na disputa entre as nações. De fato, a dinâmica da Primeira Grande Guerra foi diretamente afetada pelo processo revolucionário dos russos. Esta dinâmica se alteraria de vez em março de 1918, quando da assinatura do tratado de Brest-Litovstki, que selou a retirada da Rússia da guerra mundial e deu forma jurídico-política à retórica liberal moderna sobre a autodeterminação dos povos. Assim, os bolchevistas, já ocupados do governo e buscando estabelecer o controle dos e pelos soviets (conselhos) responderam formalmente a uma das duas reivindicações do povo revoltado na Rússia: a paz; o outro anseio era a terra. Este controle diplomático-militar pelos bolchevistas se arrastaria até 1921, quando se declara o fim do processo denominado, na gramática da dominação estatal, de guerra civil.

E assim passou-se das agitações revolucionárias para a contenção do povo e manutenção da ordem em nome do novo governo, o que implicou na dissolução da Assembleia Constituinte (a IV Duma) formada em fevereiro de 1917, na suspensão de direitos políticos e perseguição de opositores do novo regime, assim como se passou da paz e autodeterminação dos povos para a busca de controle e unidade territorial que levou à anexação da Ucrânia e da Bielorrússia, tal qual o antigo Império do Tzar, mas agora com o nome de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No entanto, esta é a história do Estado, uma história que visa produzir – com o uso da violência autoproclamada legítima e do terror regulado e racionalizado – efeitos de pacificação e de hegemonia sob nova dominância governamental.

Para além dessa história estatal, não há dúvidas de que a Revolução Russa foi um dos mais importantes acontecimentos do

---

<sup>4</sup> Ver em especial este trabalho dedicado exclusivamente aos acontecimentos em torno da Greve: Christina. R. Lopreatto. *O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo: Anablumme, 2000.

século XX, sobretudo, por ser, independente do seu desfecho, uma radical experiência política de combate ao terror de Estado. Experiência esta que talvez só seja comparada aos três anos, entre 1936 e 1939, do que Hans Magnus Enzensberger chamou de *curto verão da anarquia* na Espanha<sup>5</sup>. Não é à toa que os dois eventos estão diretamente ligados às duas grandes guerras do século XX e envolvem as forças políticas que seguiram se enfrentando mesmo durante o que se convencionou chamar de tempos de paz para dentro e por fora dos Estados. Se na Revolução Russa inventaram-se os soviets, conselhos que fragmentaram e descentralizaram o poder por meio de uma democracia direta levada adiante pelos trabalhadores, camponeses e soldados; na revolução espanhola inventaram-se as *incautaciones*, enclaves livres de produtores que chegaram a abolir o dinheiro em regiões da Espanha como Zaragoza e em quase toda a Catalunha. Nos dois casos, a recusa do terror de Estado teve como face afirmativa a experimentação de outros modos de produzir, outros modos de agir e estar coletivamente, outros modos de vida que não buscavam tomar o controle da locomotiva que puxa o vagão da história (para usar uma metáfora recorrente nos textos dos crentes na Ciência da História). Ao invés de limitarem-se, nestes acontecimentos buscava-se liberar as experimentações dos trilhos que condicionam as virtualidades da vida efetiva. Retomar essas experiências, portanto, é retomar uma história de lutas contra a História pacificada pelo Estado a partir da potência de sua atualidade, sua capacidade de interpelar o presente.

O objetivo aqui é apenas retomar algumas histórias pouco conhecidas dos anarquistas na Rússia, nas primeiras décadas do século XX, para apontar questões em torno do terror de Estado e da luta contra esse Estado ontem e hoje. O terror é a marca distintiva da forma Estado como tecnologia política moderna de governo das condutas. Retomar as resistências dos anarquistas na Rússia pré e pós-dominação e efeitos de hegemonia bolchevista é afirmar a recusa *antipolítica*, ainda atual, do terrorismo de Estado.

---

<sup>5</sup>Hans Magnus Enzensberger. *O curto verão da anarquia. Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola*. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

## **Nilismo e anarquia**

É sabido que em 1925 todos os anarquistas que existiam em solo russo já estavam deportados, presos ou executados. É de conhecimento de historiadores que a última grande manifestação pública dos anarquistas em solo russo revolucionário foi no enterro de Piotr Kropotkin, em fevereiro de 1921, ano de início da NEP (Nova Economia Política), antes da morte de Vladimir I. Lênin e ainda sob forte influência de León Trotsky, chefe do Exército Vermelho e ministro das Relações Exteriores do governo soviético. O esmagamento da presença de anarquistas, ativos militantes no processo revolucionário, foi o resultado final da vontade de extermínio que se impôs com o exercício do terror de Estado justificado pelo que se chamou, no século XIX, de socialismo científico.

Socialismo científico que Karl Marx e Friedrich Engels opunham ao que denominavam de socialismo utópico. Esta foi a forma encontrada para desqualificar as proposições e análises de Pierre-Joseph Proudhon e Charles Fourier – figuras muito mais influentes nos meios operários naquele momento que os autores de *O Manifesto Comunista* (1848). A ironia dessa sentença da Lei estabelecida pela Ciência da História foi que a revolução se deu precisamente em solo no qual ela não previa ou, para colocar em seus próprios termos, para onde o desenvolvimento das forças produtivas não apontavam.

No entanto, a história como resultado das forças em luta, e não como ciência, mostrou que, ao contrário do que afirmou Lenin em fevereiro de 1917, em “O Estado e a Revolução”<sup>6</sup>, as diferenças entre proudhonianos (como ele chamava os anarquistas) e marxistas não eram apenas de meios e fins. A Revolução Russa teve os fins condicionados pelos meios autoritários e centralizadores dos bolchevistas. Por isso, naquele mesmo ano de 1925, em que Alexander Berkman após passar pela Rússia revolucionária junto de sua companheira Emma Goldman – quem o alertou sobre o massacre já em curso –, escreveu: *O bolchevismo pertence ao passado. O futuro*

---

<sup>6</sup>Vladimir I. Lênin. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007.

*pertence ao Homem e sua vontade de liberdade*<sup>7</sup>. A frase não é literal, mas sintetiza a extensa análise que fez do papel do Partido Comunista Russo como elemento de interrupção, obstrução e captura das lutas que levaram à derrubada do Império czarista.

Eis uma boa maneira de pensar a atualidade das forças em luta no acontecimento Revolução Russa: uma vontade de liberdade, como potência, *versus* uma vontade de extermínio, como poder formalizado no controle do governo de Estado por um partido e uma burocracia racionalizada e centralizadora. Sendo este último, traço comum da política como tecnologia moderna de governo sobre os outros.

Entre os anos de 1905 e 1921, na Rússia, este embate se traduziu como oposição das forças centrípetas do partido da revolução, próximos às propostas de Marx e Engels, e as forças centrífugas dos conselhos, comunas e associações anarquistas ou formados de maneira mais ou menos espontâneas nos meios rural, urbano e até entre os soldados cansados da guerra sangrenta a que haviam sido enviados pelo Tzar.

A história desse embate poderia começar muito antes, já que forças de destruição do centro se manifestam em terras russas desde, ao menos, 1861, quando, na esteira da emancipação dos servos, jovens estudantes dos nascentes centros urbanos – como Moscou, São Petersburgo, Baku e parte da Ucrânia – se aproximaram do anarquismo indígena dos eslavos (com seu instinto *antipolítico*, como dizia Mikhail Bakunin<sup>8</sup>) em torno do difuso movimento conhecido como *populismo russo ou eslavófilo (narodniki)*<sup>9</sup>, que teve na fundação (secreta) do movimento *Terra e Liberdade (Zemlia i Volia)*, por Chernychevsky, em 1862, uma de suas primeiras aparições de impacto. O *Terra e Liberdade* foi um dos primeiros grupos a se dedicar aos atentados violentos contra as autoridades do Tzar Nicolau I e contra proprietários de terra que se opunham à libertação dos mujiques. Este grupo teve vida curta, e alguns de seus integrantes mais radicais fundaram, após a cisão, *A Vontade do*

---

<sup>7</sup>Alexander Berkman. “A revolução russa e o partido comunista”. In *Revista Verve* v. 32. São Paulo: Nu-Sol, 2017, pp. 82-127.

<sup>8</sup>Ver Acácio Augusto. “Revolta e *antipolítica* em Bakunin”. In *Revista Verve*, vol. 6. São Paulo: Nu-Sol, 2014, pp. 157-173.

<sup>9</sup>Paulo Avrich. *Los anarquistas rusos*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

*Povo (Naradinaia Volia)* - associação dedicada quase que exclusivamente a atividades conhecidas como terroristas.

A literatura russa deixou alguns registros indelévels dessa associação entre jovens intelectuais urbanos, camponeses recém-libertos (os mujiques) e o que depois se convencionou chamar de lumpemproletariado, embora a Rússia fosse majoritariamente composta por camponeses nos quais os revolucionários das classes cultas depositavam todas as suas esperanças de transformação radical. O mais célebre é o romance *Os Demônios*, de Dostoiévski<sup>10</sup>, um crítico desses grupos russos e de suas ações violentas racionalmente justificadas por uma nova concepção de justiça capaz de referendar tudo diante da constatação da morte de Deus, como já havia indicado em “Os Irmãos Karamazov”<sup>11</sup>. Mas o que mais interessa a esse esboço de arqueologia da anarquia russa pré-revolução de 1917 e do instinto *antipolítico* dos eslavos, é um outro romance, “Pais e Filhos”, de Ivan Turguêniev<sup>12</sup>. Neste, o personagem principal, Bazárov, após se desentender em uma manifestação estudantil em São Petersburgo, se declara um niilista, alguém que não acredita em nada.

No romance, Bazárov viaja pelo interior da Rússia com seu amigo Arkádi. O primeiro, médico de formação, faz questão de demonstrar seu desprezo aos modos de viver e crenças dos pais, senhores da decadente aristocracia russa. Ele contempla essa decadência e suas tentativas ridículas de macaquear os modos da Europa ocidental e intervém de forma brutal, e até grosseira, em conversas triviais de salão sempre de forma irônica. E, embora devote uma maior simpatia, Bazárov não sente apreço pelos homens e mulheres vivendo nos campos, que ele vê como imagens invertidas de seus senhores. Este povo aparece em outros romances, como em “Guerra e Paz”<sup>13</sup>, de Liev Tolstói, como uma gente simples do campo com um aguçado senso de liberdade e autonomia.

---

<sup>10</sup>Fiódor Dostoiévski. *Os demônios*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2004.

<sup>11</sup>Fiódor Dostoiévski. *Os Irmãos Karamazov*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2 volumes, 2008.

<sup>12</sup>Ivan Turguêniev. *Pais e Filhos*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

<sup>13</sup>Liev Tolstói. *Guerra e paz*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2 volumes, 2013.



Mas para Bazárov, nem esse possível senso de liberdade dos mujiques é capaz de despertar qualquer esperança ou empatia.

O romance de Turguêniev é tomado como referência inaugural do sentido moderno da palavra niilista. No entanto, quem a define no romance não é Bazárov, mas seu amigo Arkádi. Ao descrever o amigo em uma conversa, este dirá que niilista é uma pessoa que “considera tudo de um ponto de vista crítico”. Conclui que se trata de alguém “que não se curva diante de nenhuma autoridade, que não admite nenhum princípio aceito sem provas, com base na fé, por mais que esse princípio esteja cercado de respeito”<sup>14</sup>. Essa definição de niilismo, legada por um artista em seu romance por meio de uma personagem, sugere uma relação singular com a anarquia e as práticas de terrorismo revolucionário realizadas por anarquistas na Rússia até seu esmagamento completo pelo terror organizado no Estado que findou por pacificar o processo revolucionário<sup>15</sup>.

Na aula de 29 de fevereiro de 1984 do curso em que Michel Foucault propôs uma trans-história do cinismo como prática que atravessa, com certa popularidade, a vida de alguns gregos antigos até algumas manifestações, elitistas, da arte moderna, há uma nota não pronunciada em que sugere não dever ser o niilismo encarado “na forma de um destino próprio da metafísica ocidental”, como indica a filosofia moderna, e tampouco descrito como “uma vertigem de decadência própria de um mundo ocidental incapaz de acreditar doravante em seus próprios valores”<sup>16</sup>. Assim, o niilismo poderia ser encarado, primeiro, como uma figura histórica localizável na passagem do século XIX para o século XX e, segundo, como expressão moderna do encontro entre cinismo e ceticismo, como “duas maneiras de colocar o problema da ética da verdade. Seu cruzamento no niilismo manifesta algo de

---

<sup>14</sup>Idem, p. 48.

<sup>15</sup>No entanto, não há uma identificação imediata entre niilismo e terrorismo russo, mesmo que os primeiros estivessem sempre entre os segundos (que agregaram outros sujeitos mais explicitamente identificados com o socialismo revolucionário e o anarquismo). Como defende Piotr Kropotkin em suas memórias, “o terrorismo teve origem em certas condições especiais da luta política, num momento determinado da história. Viveu e morreu. E pode renascer e desaparecer novamente. Mas o niilismo marcou toda a vida das classes cultas da Rússia, e esta marca persistirá durante muitos anos”. *Autour d'une vie*, p. 304 apud Jean Préposiet. *História do anarquismo*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 412.

<sup>16</sup>Michel Foucault. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. 166.

essencial, de central na cultura ocidental. Esse algo pode ser enunciado brevemente: onde o cuidado da verdade questiona essa sem cessar, qual é a forma de existência que possibilita esse questionamento; qual é a vida necessária a partir do momento em que a verdade não seria necessária? A questão do niilismo não é: se Deus não existe, tudo é permitido [Como coloca Dostoiévski e depois recoloca Albert Camus]. Sua fórmula é, antes, uma pergunta: se devo me defrontar com o ‘nada é verdadeiro’ como viver?”<sup>17</sup>.

Essa nota desloca de forma significativa a maneira como se deve retomar a história dos anarquistas na Rússia que, dando continuidade a algumas práticas dos populistas da década de 1860, praticaram o terrorismo revolucionário até serem banidos ou exterminados pelo terror do Estado soviético. Deve-se notar que, apesar da heterogeneidade dos grupos e associações, três elementos são comuns a eles: 1. exercício brutal e impiedoso da crítica diante da sociedade, seus valores e sua política; 2. disposição em dar forma à essa crítica em atos escandalosos; 3. fazer dessa forma de crítica o modo de viver entre os homens. Como observa Préposiet, “os populistas eslavófilos (*narodniki*) dos anos 70 do século XIX interessavam-se muito mais pela vida dos homens do que pela economia”<sup>18</sup>. Essa atitude e forma ética que marca inicialmente os niilistas russos, repercute na formação das associações anarquistas pré-revolução de outubro de 1917.

## **Anarquia e terrorismo**

Duas atitudes em comum marcam os diferentes anarquistas que viviam em solo russo no final do século XIX e começo do século XX: uma recusa decisiva da forma-partido como meio de atuação política e retórica de mobilização popular, e uma firme decisão em favor das táticas de expropriação e atentados contra autoridades estatais e proprietários de terras.

Em termos de um movimento mais ou menos organizado e declaradamente anarquista, segundo o historiador Paul Avrich, foi nas

---

<sup>17</sup>Idem, *Ibidem*.

<sup>18</sup>Jean Préposiet. *História do anarquismo*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 412.

“terras fronteiriças do oeste e do sudoeste, e principalmente nas cidades judias, onde nasceu o movimento anarquista russo”<sup>19</sup>. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, quando 11 integrantes do movimento anarco-sindicalista, empolgados com as notícias vindas da Rússia, fundaram, em 1922, o PCB (Partido Comunista Brasileiro), na Rússia foi o reformismo dos partidos socialistas que levou muito jovens a se associarem ao movimento anarquista. Segundo Avrich, “já na primavera de 1903, o ano do *pogroms*, um número considerável de trabalhadores e estudantes de Bialystok, um dos centros do movimento radical da Reserva [exército czarista], começou a encontrar sérias deficiências nos partidos socialistas e a abandonar o Bund (organização de judeus socialdemocratas), o partido Socialista Revolucionário e o P.S.P. (o Partido Socialista Polaco cujo o credo socialista se vinculava com uma poderosa ideologia nacionalista), aproximando-se das proposições mais extremas do anarquismo”<sup>20</sup>. A principal razão para abandonarem suas antigas organizações políticas e aderirem ou fundarem associações anarquistas era a oposição que esses partidos faziam às ações terroristas, pois julgavam-nas atos que desmoralizavam os trabalhadores. O rompimento com a mediação e representação partidária se deu em favor de fomentar a luta direta.

Além disso, esses anarquistas viam as disputas internas pelo controle do partido como brigas estéreis, como no “verão de 1903, um grupo recém-criado de anarquistas de Bialystok, assistiu ao II Congresso do Partido Social Democrata, [segundo eles] um espetáculo deprimente de disputas organizativas e picuinhas teóricas, que resultou na cisma do movimento marxista em duas facções inconciliáveis [naquele momento], mencheviques e bolcheviques”. Por fim, “para os anarquistas, os socialdemocratas se apoiavam exclusivamente na organização dos trabalhadores qualificados para emancipar a Rússia, se esqueciam das massas camponesas e dos trabalhadores sem qualificação e desempregados, além de ignorarem os marginalizados pela sociedade”<sup>21</sup>. A atenção com os que não eram considerados “sujeitos da História” também foi um dos motivos decisivos para a

---

<sup>19</sup>Paulo Avrich, 1974, op. cit., p. 9.

<sup>20</sup> Idem, p. 24.

<sup>21</sup> Ibidem, pp. 25-26.

recusa da forma partido e a visão de mundo das organizações marxistas por parte dos rebeldes.

Dessas cisões iniciais nasceram as primeiras associações fortemente engajadas em atos de expropriação, ações contra donos de terras e fábricas e ataques contra membros do governo. Embora, de uma maneira geral, este anarquismo russo combinasse algo do revolucionarismo voluntarista e, por vezes, violento de Bakunin com o naturalismo cientificista e evolucionista de Kropotkin, as diversas associações se dividiam entre anarco-comunistas, anarcossindicalistas, estes muito influenciados por Alexander Herzen, e anarco-individualistas, como o grupo de Alekséi Borovói e Lev Chórnyi, que viviam em Moscou e foram responsáveis pelas primeiras publicações em russo de Max Stirner, Benjamin Tucker e Friedrich Nietzsche.

A história do movimento anarquista russo escrita por Paul Avrich está dividida em duas grandes tormentas, nas quais as associações, mesmo sendo minoria numérica, atuaram com potência suficiente para derrubar o Tzar e para inventar práticas de destruição do poder centralizado ou de qualquer investida de governos sobre a heterogeneidade dos grupos sociais.

A primeira grande tormenta ocorre em 1905, quando uma fome se alastrou em todo território russo enquanto Nicolau II entrava em guerra com o Japão, tornando-se bastante impopular entre as classes populares na Rússia. Uma enorme manifestação em frente ao Palácio de Inverno no dia 22 de janeiro de 1905 foi duramente reprimida, aumentando a tensão social, após o chamado Domingo Sangrento, e criando condições para o que se chamará, a posteriori, de ensaio geral da revolução de outubro de 1917. Segue-se a esse evento o período de pacificação, ou seja, a reação à Revolução de 1905, que institui a Duma (o parlamento russo). Muitos anarquistas foram condenados a longas penas de prisão e aos trabalhos forçados neste período. Foi uma resposta violenta e terrorista do novo arranjo governamental aos que se recusavam a fazer parte dele e inflamavam a continuidade da luta até a derrubada definitiva de Nicolau II.

Portanto, o movimento anarquista na Rússia nasce sob o signo do terror de Estado; ou melhor, em combate aberto e violento com o Estado. Torna-se, simultaneamente, atirador e alvo do terror estatal.

Não é por coincidência que precisamente no período de pacificação funda-se a Cruz Negra Anarquista (CNA), uma associação que, mais tarde torna-se planetária, voltada à luta contra as prisões e dedicada à proteção e libertação (mesmo de forma ilegal) dos anarquistas perseguidos pelo terror estatal. Estas associações existem até os dias de hoje e são muito atuantes em países como a Espanha e os EUA, embora possuam pequenos grupos em outras partes do planeta<sup>22</sup>.

A segunda tormenta se dá em 1917. Diferente de 1905, quando o anarquismo era mais forte nas regiões de fronteiras, agora ele se concentra em Petrogrado, “que já não era o quartel general de um governo despótico, mas o coração da tormenta revolucionária” e ponto de partida da derrubada do Tzar. Em julho de 1917, há o primeiro passo de federalização do movimento com a criação da Oficina de Informação Anarquista para convocar uma Conferência Pan-Russa dos libertários. As divisões entre anarco-comunistas, anarcossindicalistas e anarco-individualistas se mantinham, mas já se formavam federações entre comunistas e sindicalistas. “Os individualistas, eram por vezes pacíficos e, em outras ocasiões partidários da violência, mas todos eles repudiavam as comunas territoriais dos anarco-comunistas e as organizações operárias dos anarcossindicalistas; só os indivíduos não organizados, diziam eles, estavam a salvo da coerção e da opressão, e seriam capazes de não capitular para os bolcheviques”<sup>23</sup>. Estas diferenças e divisões, apesar de produzirem eventos embaraçosos, um tanto cômicos e até de enfretamento violento entre eles, eram uma forma de impedir que a centralização se cristalizasse e se sobrepusesse ao movimento, combatendo a retórica da necessidade de unificação ou formação de frentes amplas que quase sempre se traduz como a vitória do programa político de um grupo sobre os demais. Mantinham as diferenças ao animar o embate inclusive entre os próprios anarquistas, pois se faziam como *antipolítica* na recusa ao apelo por unidade perseguido por sindicalistas, comunistas, socialistas revolucionários e até por algumas associações anarquistas.

---

<sup>22</sup>Ver Acácio Augusto. “os anarquistas e as prisões: notícias de um embate histórico” In *Revista Verve*, vol. 9. São Paulo: Nu-Sol, 2006, pp. 129-141.

<sup>23</sup>Paulo Avrich, 1974, op. cit., p. 177.

Mas o terror como forma racionalizada e organizada de luta também poderia brotar de dentro. O mais evidente é o revolucionarismo conspiratório de Bakunin, que encontra sua forma acabada em seu escrito junto à Nietcháiev: *Catecismo revolucionário e Programa da sociedade da revolução internacional*<sup>24</sup>. Nesse escrito, os louvores inflamados à revolta popular, que despertaram a paixão de Bakunin pela ânsia criadora da destruição nas revoltas de 1848<sup>25</sup>, tomam a forma de um programa revolucionário que disciplina a revolta e exige a mortificação de si em nome de um bem maior e abstrato, no caso, a revolução redentora que compensaria os sacrifícios presentes.

Albert Camus foi quem melhor delineou essa subordinação da revolta pela revolução como valor moral regulador na conduta em Bakunin. Ele observa que o jovem Bakunin, estudioso da filosofia de Hegel, foi tomado pela ideia hegeliana de potência criadora da destruição (“a paixão pela destruição é também uma paixão criadora”) e, ao fazer isso, encarnou um paradoxo. De um lado, “Bakunin foi o único de seu tempo a criticar o governo dos sábios com uma perspicácia excepcional. Contra toda abstração, ele defendeu a causa do homem totalmente identificado com sua revolta”<sup>26</sup>. Mas em seu texto sobre o catecismo revolucionário, essa paixão pela revolta toma contornos mais dramáticos do que trágicos e se perde em uma fé mortificadora de si. Como observa Camus:

apesar de se opor, em todas as circunstâncias e com a mais extrema lucidez, ao socialismo autoritário, a partir do instante em que ele próprio define a sociedade do futuro, ele a apresenta, sem se preocupar com a contradição, como uma ditadura. Os estatutos da Fraternidade Internacional (1864-1867), que ele mesmo redigiu, já estabelecem a subordinação absoluta do indivíduo ao comitê central durante o período da ação. O mesmo ocorre em relação ao tempo que se seguirá à revolução. (...) Bakunin, da mesma forma que seu inimigo Marx, contribuiu para doutrina leninista. O sonho do império eslavo revolucionário, aliás, tal como evocado por Bakunin diante do czar, é o mesmo, até nos detalhes de fronteira, que foi realizado por Stálin. (...) Bakunin

---

<sup>24</sup>Makhail Bakunin. *Catecismo Revolucionário/Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário, 2009 & Sergei Nietcháiev. “O catecismo revolucionário”. Tradução de Andre Degenszajn In *Revista Verve*, vol. 11. São Paulo: Nu-Sol, 2007, pp. 78-94.

<sup>25</sup>Edward Hallett Carr. *Los Exilados Románticos*. Tradução de Buenaventura Vallespinosa. Barcelona: Editorial Anagrama, 1969, pp. 197-331.

<sup>26</sup>Albert Camus. *O homem revoltado*. Tradução Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003, p. 188.

anunciava a ditadura, não a despeito de seu desejo de destruição.<sup>27</sup>

É evidente que a análise de Camus em seu ensaio sobre a revolta tem as tintas fortes de um texto que ousou, em 1951, lançar bases para uma compreensão crítica do terror de Estado na URSS, um assunto sobre o qual a esquerda europeia, em especial a francesa, não apenas guardava silêncio como silenciava quem tinha a coragem de enfrentá-lo. São conhecidos os problemas que teve Camus após o lançamento de *O homem revoltado*. O menor, mas mais conhecido deles, foi o rompimento com Jean-Paul Sartre e seu séquito de intelectuais engajados e proféticos. É o menor porque até hoje a morte prematura de Camus, em 1960, em um acidente de carro no qual estava como motorista seu editor Michel Gallimard, é coberta de zonas escuras e suspeitas não infundadas sobre ter sido provocado por agentes do governo soviético como vingança às duras críticas tecidas no longo ensaio contra o terror de Estado racionalizado, e justificado filosoficamente no país do socialismo<sup>28</sup>.

De fato, como observa Edward Carr em sua história do anarquismo centrada nas figuras de Bakunin, Herzen e Ogarev, o forte caráter de romantismo, herdado de Voltaire e impresso nos louvores revolucionários, busca justificar tudo<sup>29</sup>, inclusive o terrorismo que, ao ser racionalizado enquanto prática sistemática, assemelha-se ao terror de Estado. No entanto, a ligação que sugere Camus entre ânsia de destruir e o terror de Estado na URSS, apesar de plenamente sustentável, carece de nuances que a distância temporal hoje permite demarcar, sobretudo porque a abertura do ensaio de Camus sugere uma leitura jurídico-política dessa história da violência revolucionária e do terror de Estado. Ele parte da diferenciação entre crime passional (que seria o praticado pelos niilistas e anarco-terroristas do final do século XIX e começo do

---

<sup>27</sup>Idem, pp. 189-190.

<sup>28</sup>Recentemente, o poeta e romancista Giovanni Catelli publicou o livro “Camus deve morrer” (sem tradução em português) no qual ele retoma, na forma de romance, essa tese sobre a morte de Camus. Sua referência é a descoberta dos diários de Jan Zábbrana, poeta e tradutor tcheco, dissidente do regime soviético, que assevera que o acidente foi provocado por agentes da KGB. Cf. Silvina Frieria. “A la manera de una novela policial” In *Página 12*. Buenos Aires, 30/01/2018. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/92487-a-la-manera-de-una-novela-policial>

<sup>29</sup>Edward Hallett Carr. *Los Exilados Románticos*. Tradução de Buenaventura Vallespinosa. Barcelona: Editorial Anagrama, 1969, p. 249-280.

século XX) e o crime como homicídio doloso realizado por homens de Estado. Em suas palavras: “estamos na época da premeditação e do crime perfeito. Nossos criminosos não são mais aquelas crianças desarmadas que invocam a desculpa do amor. São, ao contrário, adultos, e seu álibi é irrefutável: a filosofia pode servir para tudo, até mesmo para transformar assassinos em juízes”<sup>30</sup>. O erro de Camus está em criticar o terror de Estado tomando como dado de realidade uma categoria inerente a própria configuração jurídico-política do Estado Moderno: o crime. O que em nada diminui a potência de seu ensaio.

Vinte e cinco anos após o lançamento do ensaio de Camus, Michel Foucault ofereceu uma outra chave analítica para a crítica ao terror de Estado. Ao invés de recorrer à história da razão e às categorias jurídico-políticas, Foucault, em curso realizado entre os anos de 1975 e 1976, recorreu à história-política das lutas para se perguntar não *por que* o Estado mata (suas justificativas racionalmente organizadas), mas *como* (sua forma) o Estado promove a morte que, no meio dia do século XX, tomará proporções genocidas. Sua resposta é simples e direta: o que permite o corte mortal é o racismo. Em suas palavras conclusivas do curso: “Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo?”<sup>31</sup>. Um corte feito em meio à luta e que está irreversivelmente vinculado à tecnologia política moderna que moldará a sociedade e o Estado a partir do século XVIII: a biopolítica.

Segundo Foucault, esse corte, assim como a capacidade e a forma de governo da vida, características da biopolítica, passou ao largo da crítica socialista. Mais do que ignorar essa forma de tecnologia política as formas do socialismo aderiram a ela: “em todos os momentos em que o socialismo foi obrigado a insistir no problema da luta, da luta contra o inimigo, da eliminação do adversário no próprio interior da sociedade capitalista; quando se tratou, por conseguinte, de pensar o enfrentamento físico com o adversário de classe na sociedade capitalista, o racismo ressurgiu, porque foi a única maneira, para um pensamento

---

<sup>30</sup> Albert Camus, 2003, op. cit., p. 13.

<sup>31</sup> Michel Foucault. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 315.



socialista que apesar de tudo era ligado aos temas do biopoder, de pensar a razão de matar o adversário. Quando se trata simplesmente de eliminá-lo economicamente, de fazê-lo perder seus privilégios, não se necessita do racismo. Mas quando se trata de pensar que se vai ficar frente a frente com ele e que vai ser preciso brigar fisicamente com ele, arriscar a própria vida e procurar mata-lo, foi preciso racismo”<sup>32</sup>. Esta análise de Foucault muito se aproxima da crítica de Camus (inclusive ao apontar esses elementos também entre os anarquistas), mas a partir de uma mirada diversa.

Por fim, cabe perguntar: as críticas de Camus e Foucault ao terror de Estado, que atravessou as lutas políticas desde o século XIX, nos levam a glorificar os direitos humanos e os sistemas de freios e contrapesos que prometem regular a violência neste início de século XXI? Evidente que não. Até porque, os 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos não suprimiram o terror e o racismo de Estado. Esse terror hoje se mostra mais assassino, mais insidioso e com atualizações metamorfoseadas do racismo de Estado como corte mortal, como momento no qual o poder soberano decide quem deve viver e quem deve morrer.

### **Luta contra o Estado hoje e *antipolítica***

Para se chegar à formulação de um problema colocado às lutas hoje a partir desse acontecimento inaugural do século XX, é preciso voltar, mais uma vez, cem anos atrás.

A crítica ao centralismo, ao autoritarismo e ao terror de Estado praticado pelos bolchevistas após o golpe na revolução em 1917 teve lugar inclusive no interior da II Internacional. Em sua segunda versão, a Internacional dos Trabalhadores estava totalmente dominada pelos socialistas marxistas dos partidos comunistas nacionais, em decorrência da expulsão de Bakunin por meio de manobras de Marx e Engels em 1872, em sua primeira versão. Evidentemente, foi uma crítica logo abafada, mas ela existiu. A mais conhecida, no interior dos ciclos marxistas, foi a de Rosa Luxemburgo.

---

<sup>32</sup> Idem, p. 314.

Rosa Luxemburgo parte, em sua crítica, de uma valorização da política como campo do dissenso, da liberdade de expressão e da garantia da pluralidade de opiniões como elementos educativos para a tomada de consciência das massas trabalhadoras. Ao se referir diretamente a Lênin e a Trotsky em manuscrito escrito de dentro da prisão de Breslau, na Alemanha, ela não apenas critica os atos de seus camaradas russos, como a própria forma deles conceberem a condução da revolução e a ocupação do governo na forma de uma ditadura do proletariado. Segundo Luxemburgo, “o pressuposto tácito da ditadura no sentido [dado por] Lenin-Trotsky é que a transformação socialista seria uma coisa para a qual o partido revolucionário tem no bolso uma receita pronta, que só precisa de energia [do proletariado] para ser realizada”<sup>33</sup>. Não havia uma recusa do governo, mas uma crítica à forma como ele era conduzido. Assim, ela era dirigida, também, aos atos e decisões dos que a partir de então ocupavam o governo e buscavam, desde lá, conduzir a revolução segundo suas concepções, cumprindo o que a teoria revolucionária marxista acredita ser “o papel histórico da vanguarda”.

Da mesma maneira, não havia uma crítica à forma-partido, mas à maneira como ele era concebido e conduzido: “liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa diferente. Não por fanatismo pela ‘justiça’, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a ‘liberdade’ se torna privilégio”<sup>34</sup>. Dessa maneira, não há uma crítica ao centralismo, mas à falta de pluralidade em sua construção e, paradoxalmente, não há uma crítica à ditadura do proletariado, mas sim (contraditoriamente) à forma não democrática que os bolchevistas constituíram essa ditadura. Mas o que interessa, apesar das críticas aos bolchevistas e os louvores à liberdade como valor purificador, é essa profissão de fé na política expressa neste ponto.

---

<sup>33</sup>Rosa Luxemburgo. “A revolução russa” In Jörn Schütrumpf (org.). *Rosa Luxemburgo ou O preço da liberdade*. Tradução Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2015, p. 181.

<sup>34</sup>Idem, *Ibidem*.

Essa fé na política também repercute em alguns ciclos anarquistas. E o que é mais surpreendente: até hoje! De alguma forma, talvez seja por isso que a principal “acusação” de Lênin contra as críticas de Luxemburgo tenha sido chama-la de anarquistinha. Um equívoco, pois em todo texto a revolucionária e economista polaca deixa claro não apenas sua fé na política, mas sua adesão decidida à ação partidária, à tarefa da vanguarda do proletariado e à instauração de uma ditadura, ainda que busque argumenta-la a partir de sua concepção retirada dos escritos de Marx e Engels sobre a Comuna de Paris (1871), enquanto a realização efetiva da democracia operária.

Mas a Revolução Russa também revelará, em seu desenrolar e repercussões imediatas, essa fé na política como tecnologia de condução das condutas entre alguns anarquistas. É conhecido o papel decisivo da revolução dos camponeses na Ucrânia pelos soviets livres para o sucesso da Revolução Russa de outubro de 1917. Assim como também é conhecida a traição de Léon Trotsky aos acordos militares firmados com o bando de camponeses agrupados em torno da figura de Nestor Makhno. Foi a resistência desse bando armado de autodefesa que garantiu a contenção do exército branco pela fronteira ocidental. Em resumo, os chamados makhnovistas cumpriram um papel militar decisivo para a revolução e contiveram as investidas contrarrevolucionárias dos exércitos estrangeiros, em especial o exército branco dos alemães<sup>35</sup>.

Após a traição e esmagamento militar, durante a chamada guerra civil, por parte do comandante do Exército Vermelho, o grupo de sobreviventes que se denominava Grupo Dielo Trouda, entre eles, o próprio Makhno, propuseram, em 1927, a formação de uma organização unificada de anarquistas como o nome de “Plataforma de Organização da União Geral dos Anarquistas (Projeto)”<sup>36</sup>. Não se pretende aqui retomar toda a polêmica, que vez por outra é requeitada por alguns grupos e associações anarquistas hoje<sup>37</sup>. O que interessa, para chegar

---

<sup>35</sup>Ver Nestor Makhno, Alexandre Skirda e Alexandre Berkaman. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo: Nu-Sol/SOMA/Imaginário, 2001.

<sup>36</sup>Nestor Makhno. *Anarquia e organização. Plataforma de organização e outros escritos*. Tradução Danielle Sales. São Paulo: Luta Libertária Coletivo Editorial Anarquista, s/d.

<sup>37</sup>Sobre as retomadas da “polêmica sobre a organização” e uma recusa frontal a esses métodos de agremiação e unificação política por alguns anarquistas, ver Edson

ao termo de uma questão na luta contra o Estado hoje, é indicar que mesmo entre alguns anarquistas críticos ao modelo proposto pelo Dielo Touda, havia uma disposição em se pensar a necessidade de uma organização que agregasse todos os anarquistas para uma ação política programática. O polemista mais direto foi Errico Malatesta<sup>38</sup>, que louva a iniciativa, mas faz duras críticas aos princípios autoritários e centralizadores (e, portanto, incompatíveis com os anarquistas) presentes na proposta dos camaradas russos.

A breve menção a esse efeito específico da Revolução Russa tem o objetivo de indicar como no intervalo entre a derrota da Comuna de Paris, em 1871, e a vitória na Rússia, em 1917, houve uma ampliação da fé na política nos meios revolucionários, inclusive entre os anarquistas. Política esta entendida não apenas como tecnologia de governo, mas também como um campo de batalha no qual adversários, sob o domínio de regras mutuamente aceitas (de forma declarada ou tácita), em algum momento se tornam inimigos que buscam a eliminação física do outro. Nesse sentido, a passagem das ações terroristas de anarquistas e nihilistas russos ao terror de Estado dos bolchevistas não se dá, como expõe Camus, pela passagem de crianças que cometem crimes passionais para adultos racionalmente organizados que cometem crimes em massa desde seus postos de autoridade estatal. O terror de Estado e seus assassinatos são imensuráveis e sua prática não se verifica ao diferenciar dimensões de tamanho e justificativas sentimentais ou racionais. O terror moderno está inscrito na própria política como racionalidade de Estado, não apenas como instituição, mas o Estado como categoria do entendimento – algo que se manifesta, inclusive, ou antes de mais nada, em pequenos grupos. A recusa do Estado é antes uma decisão ética e estética relativa a como se dá forma a liberdade na vida das associações, e não uma decisão moral entre o uso ou não da violência física e/ou discursiva. Basta constatar que pacifistas estatais, mesmo inspirados em certas práticas libertárias, como Mahatma Gandhi, produziram enorme violência em torno das ações espetaculares de suas

---

Passetti e Acácio Augusto. “Para dar um fim ao juízo dos sábios! (Conversação com anarquistas de ontem e de hoje)”. In *Revista Utopia*, vol. 27-28, 2009, pp. 73-76.

<sup>38</sup>Errico Malatesta. “Um projeto de organização anarquista” In Nestor Makhno. *Anarquia e organização. Plataforma de organização e outros escritos*. Tradução Danielle Sales. São Paulo: Luta Libertária Coletivo Editorial Anarquista, s/d, pp. 67-75.

“grandes almas” e produziram como efeito final a renovação e o fortalecimento da máquina estatal.

É dessa maneira que as polêmicas, disputas, lutas e adversidades em torno da Revolução Russa mostram que a atualidade da luta contra o Estado está na revolta como recusa da política. Em uma palavra, é uma luta *antipolítica*. Pois não se trata apenas de produzir a revolução permanente como forma de impedir a emergência de um soberano após o grande ato revolucionário, como sugeriu assertivamente Pierre-Joseph Proudhon. Trata-se, também, da produção de uma vida revolucionária permanente, para a qual a revolta é uma forma ética e não se confunde com a indignação dirigida às autoridades morais ou estatais do momento. Não é coincidência que as formas políticas que buscam uma estratégia de execução da revolução estão a todo o momento tentando colonizar essa vida revolucionária do revoltado, seja pelo partido (mais ou menos democrático entre os marxistas), seja pela organização (mais ou menos centralizada ou federalista, entre alguns anarquistas).

Mais uma vez, o comentário de Foucault não pronunciado em suas aulas sobre a coragem da verdade ao falar do cinismo, do ceticismo e do niilismo entre os artistas modernos e os revolucionários do final do século XIX e começo do século XX, é uma via analítica interessante para olhar essa história de modo intempestivo: “o cinismo da arte e a vida revolucionária: proximidade, fascínio de um pelo outro (perpétua tentativa de ligar a coragem do dizer-a-verdade revolucionária à violência da arte como irrupção selvagem do verdadeiro), mas também uma insuper punibilidade essencial, que se deve sem dúvida ao fato de que, enquanto essa função cínica está no próprio cerne da arte moderna, ela é simplesmente marginal no movimento revolucionário desde que este foi dominado por formas organizativas: quando os movimentos revolucionários se organizaram em partidos e quando os partidos definem a ‘verdadeira vida’ por uma uniformidade sem falhas às normas, por uma uniformidade social e cultural”<sup>39</sup>. Na expressão popular, o “caldo entorna” quando a atitude de revolta é disciplinada pelo programa revolucionário que busca ser hegemônico e se traduz de

---

<sup>39</sup>Michel Foucault, 2011, op. cit., p. 166.

forma acabada no começo do século XX nas escolas de formação de governantes e burocratas estatais: os partidos políticos.

Hoje, no final da segunda década do século XXI, a crítica aos partidos tornou-se um clichê, a partir de uma alegada crise de representação que até o momento só produziu efeitos de atualização e renovação do espetáculo da representação política e suas formas participativas. Da mesma maneira, a figura do militante partidário, a partir do libertário *acontecimento 1968*, passou a ser também criticada na medida em que este seria um sujeito submetido a uma rígida moral que lhe rouba a autonomia, tornando-se um militar, um soldado, um tarefeiro. Assim, após os efeitos do *movimento antiglobalização* no final do século XX, passou-se a falar em uma *nova política*. Nesta, os partidos são substituídos por plataformas de ação (metaforizando a ideia de plataforma como programa atualizável da linguagem computo-informacional) e a figura do militante dá lugar à figura do ativista, atomizado nas redes sociais digitais e, vez por outra, convocado para manifestações de rua nas quais eles se espantam (mesmo quando são solidários) com os que se dispõem ao enfrentamento físico com as forças policiais e a destruição educativa de propriedades do Estado e das grandes corporações empresariais e financeiras. Em resumo, as metamorfoses das tecnologias políticas contemporâneas, em operação desde o final da Segunda Guerra Mundial, já produziram novas formas de colonização da revolta, empurrando-a para o campo da moral com a politização da indignação e flexibilizando a rigidez partidária em plataformas móveis, colaborativas e horizontalizadas que não abdicam da centralização no processo de decisão. Neste contexto, o militante tarefeiro é travestido de ativista colaborativo e participativo que se projeta como cidadão empoderado. Isso em nada muda as transposições da disciplina militar para a organização política, apenas evidencia que, se há transformação da guerra (e não o seu fim, como defendem alguns filósofos), há mutações nas formas de se fazer política. A disputa pelo controle do racismo de Estado segue empilhando corpos, talvez de forma mais atomizada com alguns focos de concentração, mas seguramente em números muito maiores.

Neste contexto, renova-se o interesse pela crítica histórica dos anarquistas ao centralismo e autoritarismo estatal e ao dirigismo

partidário. Mas como essa negação não tem a potência da recusa revoltada da política e do Estado como categoria do entendimento, relativiza-se por meio de metáforas familiares que sugerem um parentesco entre anarquistas e marxistas. A primeira investida nesse sentido é de Daniel Guérin (um marxista luxemburguista), em seu livro de 1965 “O Anarquismo. Da doutrina à ação”, com grandes repercussões entre os jovens do *acontecimento 1968* em todo planeta, no qual ele sugere que anarquistas e marxistas são primos brigados<sup>40</sup>; e foi retomada, sem citar Guérin, por Antônio Negri e Michael Hardt em suas análises sobre o *movimento antiglobalização*, nesta feita, incorporando o libertarismo de Michel Foucault e Gilles Deleuze<sup>41</sup>. Mais recentemente, um pequeno livro escrito por Olivier Besancenot e Michael Löwy retoma essa relação de forma mais direta, desta vez citando o parentesco entre anarquismo e marxismo sugerido por Guérin, alocado no livro, junto a André Breton e Walter Benjamin, como “marxistas libertários” (sic)<sup>42</sup>. Além disso, o livro retoma uma série de eventos históricos nos quais, segundo os autores, houve uma “convergência solidária” entre marxista e anarquistas, inclusive a Revolução Russa. O livro, em francês, é de 2015 e foi prontamente traduzido para o português. Não é fortuito esse lançamento, se pensarmos neste livro como uma peça dentro de um contexto geral de retomada no interesse pelo anarquismo, e sendo sua data de lançamento imediatamente posterior à carnificina estatal instaurada após a chamada Primavera Árabe no norte do continente africano, a captura institucional por meio de plataformas cidadãos (de direita e de esquerda) do 15M ou Movimento dos Indignados na Espanha e após o que se convencionou chamar de fim do ciclo de governos progressistas na América do Sul. Eventos estes imediatamente sucedidos pelo crescimento de grupos de extrema direita e vitórias eleitorais de partidos de direita em diversos países do planeta, diante das quais a eleição de Donald Trump, nos EUA, seria o auge. Portanto,

---

<sup>40</sup>Daniel Guérin. *O anarquismo. Da doutrina à ação*. Tradução de Manuel Pedroso. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1968.

<sup>41</sup>Antonio Negri e Michael Hardt. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001 & *Multidão*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

<sup>42</sup>Olivier Besancenot e Michael Löwy. *Afinidades revolucionárias. Nossas Bandeiras Vermelhas e Negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. Tradução João Alexandre Peschanski e Nair Fonseca. São Paulo: Editora da Unesp, 2016, pp. 131-146.

há uma coincidência entre uma “nova onda” de retomada do interesse pelo anarquismo e a perda de postos governamentais por parte da esquerda partidária e, desde os anos 1980, democrática.

É diante desse quadro atual que se mostra a atualidade da Revolução Russa no combate contra o Estado. Há mais de cem anos na Rússia czarista, enquanto os anarquistas e nihilistas russos faziam de suas vidas um atentado à ordem vigente (e vez por outra produziam atentados contra as autoridades), eles interessavam ao movimento revolucionário. Enquanto os corajosos camponeses ucranianos lutavam com suas próprias armas contra a reação estrangeira, eles eram adversários reconhecidos com quem se poderia fazer acordos. No entanto, finalizada a ocupação do governo pelo partido vitorioso, o terror se instituiu contra toda e qualquer oposição. Em menos de uma década, os anarquistas que haviam constituído um movimento difuso e combatente, no campo e na cidade, com forte participação na invenção de uma tecnologia de descentralização do poder estatal (os soviets), foram varridos do território nacional agora sob dominância de um único partido. Eis o risco que se corre ao aderir à política e abandonar a potência revoltada da *antipolítica*.

E essa recusa *antipolítica* em nada se assemelha ao isolamento e a negação do combate. Ela é uma atitude na produção da arte de viver como *militantismo* - revolta permanente que recusa as formas coletivas que buscam doutrinar a vida e as formas de vida em luta contra os poderes e, por isso, não é nem militante, nem ativista. Ela se dá de forma associativa e móvel, desde que cada um não abra mão da própria liberdade, e pode se federar, desde que por meio de contratos sinalagmáticos comutativos. Há quem chame isso de grupos de afinidade e, de fato, esta é uma forma possível dentre tantas. Mas se a afinidade é entendida pelo campo da identidade ideológica e programática, ela vira política, cria obrigações parentais e familiares (a metáfora dos primos brigados não é apenas um recurso discursivo) e cai, como na amizade entre Varvara Pietrovna e Stiepan Trofímovitch, “regularmente naquilo que entre nós se chama de ‘tristeza cívica’, ou seja, simplesmente em melancolia profunda”<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup>Fiódor Dostoiévski, 2004, op. cit., p. 22.



Se hoje a resposta dos anarquistas como resistência à insistente tentativa de colonização pelos discursos e plataformas da *nova política* se faz com a invenção de grupos de afinidade para ações espetaculares em manifestações, convivência em *ocupas*, produção de análises demolidoras que não poupam o atual louvor à democracia, criação de grupos de educação popular, formas singulares de produção artística e teatral, experiências ecológicas e com povos nativos, edições de livros físicos e eletrônicos, dentre muitas outras práticas, essa resposta não pode transformar a afinidade na forma de pluralismo político entre os anarquistas e dos anarquistas com as demais forças em luta<sup>44</sup>. A revolta como *antipolítica* mantém a tensão do combate, diz sim ao *agonismo* das forças. Como anotou Edson Passetti, “as afinidades anarquistas também dependem do temperamento dos envolvidos, de diferentes formas de sensibilidades, jeitos de fazer, predisposições, enfim, as afinidades libertárias como se poderia presumir não são da ordem da ideologia”<sup>45</sup>. Nesse sentido, a ultrapassagem da afinidade como fronteira da política e limiar da *antipolítica* está posta para as práticas da anarquia contemporânea.

A história não precisa ser, como querem alguns, a ciência que estabelece as determinações da política no caminho da luta a ser travada; tampouco, ela é uma luz de proa que ilumina o espaço liso que se vai navegar segundo as regras de navegação. Ela interessa como inventário das lutas no qual os combatentes do presente estabelecem suas afinidades com as formas de vida que inventaram, de forma intempestiva, os combates do passado. A anarquia não trava uma luta de extermínio como querem os códigos da política moderna, ela é invenção da vida livre realizada no espaço associativo. Nesse sentido, ela pode ter relações com o cinismo e o ceticismo, mas não é niilismo; ela pode ter em seu meio praticantes de ações direta violentas contra as autoridades, mas não é terrorismo. Anarquia não é a verdade a ser plasmada, pois são práticas a serem forjadas, como o ferro, no ardor dos

---

<sup>44</sup>Para uma crítica à afinidade como forma política entre os anarquistas, ver Edson Passetti. “Sociedade de controle e anarquia”. In *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 235-318.

<sup>45</sup>Edson Passetti. “Atravessando Deleuze”. In *Revista Verve*, vol. 8. São Paulo: Nu-Sol, 2005, p. 46.

combates, no fogo. “Pouco importa a história da doutrina, o importante é estabelecer uma história das artes de existência”<sup>46</sup>.

No entanto, a história dessas artes da existência deve nos alertar contra os riscos de captura por meio das afinidades político-ideológicas que produzem a “tristeza cívica”, a amizade melancólica e a vontade de extermínio. É preciso lembrar sempre “que muito pouco verdade é indispensável para quem quer viver verdadeiramente e que muito pouca vida é necessária quando se é verdadeiramente apegado à verdade”<sup>47</sup>. Assim como há cem anos durante a Revolução Russa e a Greve Geral de 1917 em São Paulo, foi preciso proferir escandalosamente a verdade diante dos colonizadores da luta pela política de disputa do Estado. Ainda hoje é preciso dizer, diante do ardiloso convite pela afinidade ideológica ou parentesco forçado, algo próximo do que está num verso de uma canção popular brasileira do final dos anos 1960: “não vem que não tem/pra virar cinza minha brasa demora”. Mas sem pilantragem. Isso depende hoje da capacidade das associações anarquistas em combinar vandalismo, depredação e análise.

---

<sup>46</sup>Michel Foucault, 2011, op. cit., p. 166.

<sup>47</sup>Idem, ibidem.

## Romper as fronteiras: conexões entre anarquistas na Rússia e no Japão

por Luíza Uehara<sup>1</sup>

Em livros, mangás, filmes e relatos do começo do século XIX e início do XX, o Japão é retratado pela invasão do Ocidente sacramentada em inúmeros tratados, na abertura do mercado acompanhada da perseguição aos *samura*<sup>2</sup> contrários à industrialização, na Guerra Russo-Japonesa e, posteriormente, na miséria dos camponeses que culminou com os acordos com o Brasil de incentivo à imigração.

Apresento outras leituras a respeito da modernização que romperam com a imagem do povo subserviente por meio da coragem de homens e mulheres que recusaram as fronteiras estatais entre Japão e Rússia ao se aventurarem em relações apartadas do Estado, do Imperador e do czar. Não se trata de fazer uma antologia dos anarquismos dali, mas apresentar resistências que pulsaram e hoje permanecem esquecidas.

### A abertura dos portos e fugas

No ano de 1861, Mikhail Bakunin desembarcou em Hokodate, porto da província de Hokkaido, um dos poucos autorizados pelo governo japonês a receber embarcações estrangeiras. Estivera preso desde 1849, quando foi capturado nos levantes em Dresden, na Alemanha. Após percorrer as prisões russas, foi exilado na Sibéria em 1857. Seu corpo estava devastado pelo escorbuto, vivia sob a vigilância constante podendo apenas fazer pequenas viagens. Para aparentar estabilidade, casou-se com uma de suas estudantes de francês<sup>3</sup> e procurou um emprego fixo junto a seu primo Nikolai Muraviev, governador da Sibéria.

---

<sup>1</sup>Pesquisadora no Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol)/PUC-SP e doutoranda na Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na mesma universidade. Contato: [luiza.uehara@gmail.com](mailto:luiza.uehara@gmail.com)

<sup>2</sup>Os termos em japonês não possuem plural e estão em letras romanas.

<sup>3</sup>Billingsley, 2014.

Após quatro anos exilado e parcialmente recuperado, Bakunin optou pela fuga a passar o resto de sua vida ali. O caminho para chegar à Europa era impossível pelas principais vias; a fuga teria de ocorrer por outra saída. Suas opções eram a China, cujos portos estavam abertos desde 1840 com a vitória da Inglaterra na I Guerra do Ópio, ou o desconhecido Japão<sup>4</sup>.

O país havia aberto seus portos apenas em 1853, quando o estadunidense Comodoro Matthew Perry<sup>5</sup> chegou com seus quatro navios de guerra em Edo (Tóquio), ainda no período Tokugawa (1603-1868), marcado pela presença dos Xoguns da família homônima no governo, com alguma semelhança aos senhores feudais da Europa. O Imperador, entretanto, não possuía funções de governo, mas praticamente divinas. Com a modernização, ele assumirá o governo para centralizar as decisões. As relações comerciais e políticas com as nações estrangeiras estabeleceram-se com a compra de armas pelos Xoguns e envio de intelectuais para estudar no Ocidente. Entretanto, aumentava a insatisfação de proprietários de terra, que tinham de lidar com novas tributações, e com o descontentamento da família imperial que se articulava para tomar o governo, o que ocorreu em 1867, com o domínio centralizado do Imperador Meiji, fundador do Grande Império do Japão<sup>6</sup>.

Os portos do Japão eram também alvo de disputas entre Rússia, Inglaterra, França e EUA. A Rússia havia assinado o Tratado de Amizade em fevereiro de 1855, e tentava garantir seu passo nessa corrida com a assinatura do Acordo de Pequim corroborado também pela China, França e Inglaterra ao final da II Guerra do Ópio, em 1860. Este acordo garantia as delimitações de fronteiras, sendo que o Rio Amur, na atual região da Manchúria, passava a integrar a Rússia<sup>7</sup>, facilitando a navegação até o porto de Hokadate.

---

<sup>4</sup>Idem.

<sup>5</sup>Em 1854, EUA e Japão assinaram o Tratado Kanagawa, para a abertura de dois pequenos portos, Hadokate e Shimoda, para o comércio.

<sup>6</sup>Nome do país entre a Era Meiji e até o final da II Guerra Mundial na Era Showa, também era chamado de Império do Sol (大日本帝国). Com a rendição, a ocupação militar estadunidense e a aprovação de uma constituição, foi rebatizado como Japão (日本国).

<sup>7</sup>Beijing-Russia, 1860.

Atento, Bakunin enviou uma carta ao novo governador da Sibéria, também um parente seu, solicitando uma viagem pelo rio Amur para tratar de negócios e com a promessa de não trair sua confiança. Para sua surpresa, a resposta foi positiva, com a indicação de que retornasse antes do congelamento do rio. Em um dos portos que o barco que o levava ancorou, Bakunin abordou o capitão do USS Vickery, embarcação estadunidense, e solicitou entrar nesse navio que, após passar pelo porto de Olga, seguiu para Hakodate, aberto para estrangeiros há três anos<sup>8</sup>.

Bakunin ficou na região de Yokohama por um mês, provavelmente, observando um Japão que começava a se industrializar, muitas obras e harmonia construídas em meio a inúmeras repressões, como ressaltou o jornal anarquista *Liberio*, impresso no Japão na década de 1970<sup>9</sup>.

No entanto, Bakunin continuou seu percurso e em 17 de setembro embarcou no *Carrington* para quatro semanas depois chegar a São Francisco. Em seguida foi a Londres, percorreu a Europa travando lutas contra o governo da ciência e qualquer autoridade centralizada. Incendiaria a Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT (1862) com críticas contundentes ao centralismo de Karl Marx (1818-1883), que culminou em sua expulsão em 1872. Seu amigo russo, Alexander Herzen (1812-1870), com quem nunca deixou de trocar cartas, lembrou de sua passagem pelo Oriente como “a fuga mais longa em termos geográficos”<sup>10</sup>.

## **Discípulos do Ocidente**

Até hoje, pouco se sabe dessa passagem de Bakunin, que não estabeleceu contato direto com os japoneses tanto pelo impasse do idioma como também por estar em fuga, mas que foi inaugural ao estabelecer uma das rotas que seria muito utilizada na segunda metade do século XIX e início do XX por aqueles que conseguiam fugir da Sibéria e pretendiam chegar aos EUA ou Europa.

---

<sup>8</sup>Billingsley, 2014.

<sup>9</sup>*Liberio International*, n.5, 1978.

<sup>10</sup>Apud Avrich: 320.

Alguns anos depois, seu amigo Lev Metchnikoff desembarcou no Japão a convite secreto de seu conhecido Saigô Takamori, um dos últimos *samurai* que enfrentaram o governo Meiji, mas que era favorável à abertura dos portos e, posteriormente, se tornou uma liderança do próprio regime do Império.

Entretanto, Metchnikoff não se interessou pelos desdobramentos de seu conhecido, mas em fazer uma nova leitura do Japão. Opôs-se à visão eurocêntrica de que o Ocidente tinha proporcionado uma modificação completa das relações no Japão, e afirmou que isso só fora possível devido a mudanças na Era Tokugawa. Sua proposição permanece inédita até hoje, pois quebra a ideia do protagonismo ocidental para analisar enquanto transformações internas que não cessam<sup>11</sup>.

O anarquista francês e geógrafo Elisée Reclus (1830-1905) interessou-se pelo Japão ao tomar contato com as obras de Metchnikoff. Conheceram-se no retorno deste do Japão. Ao prefaciar a edição francesa de *A civilização e os grandes rios históricos* (1889) de Metchnikoff, Reclus recorda as investigações do amigo que tinha acabado de falecer e que lhe emprestara generosamente todas as suas anotações e documentos para que fossem usadas na escrita do tomo VII de *Nouvelle Géographie Universelle* (A nova geografia universal), lançado em 1876, mesmo ano do falecimento de Mikhail Bakunin.

Neste livro, de subtítulo *Ásia Oriental*, Reclus dedicou um capítulo ao Japão, no qual salientou a geografia do território com atenção aos terremotos e tufões: “A abundância de chuvas, a relativa moderação dos invernos e o calor úmido dos verões dão à flora do Japão uma extraordinária riqueza e vigor”<sup>12</sup>. Reclus ainda atentou para os vulcões, os admirava principalmente pela sua beleza e imprevisibilidade nas erupções que podem tudo destruir.

Nas obras de Reclus não é possível compreender a geografia separada de pessoas, não há separação *da terra e do homem*. Assim descreve o Japão como “um dos países mais curiosos da Terra por sua natureza, seus habitantes, sua história e especialmente pelos eventos

---

<sup>11</sup>Konishi, 2013.

<sup>12</sup>Reclus, 1876: 739.

que ocorrem lá. De todas as nações que vivem fora da Europa, do Novo Mundo e da Austrália, os japoneses são os únicos que aceitaram voluntariamente a civilização do Ocidente (...) são como discípulos voluntários” (IDEM: 685). Destaca que: “A posição geográfica do Japão dá uma particular importância a esta nova anexação. Situado no meio do caminho de São Francisco a Londres e Rússia pelo Oceano Pacífico, o reino do Sol Nascente (...) une o oriente ao ocidente, e pelo mar, comanda todos os caminhos que levam às ilhas da Malásia, à Austrália, à Indochina, aos países do Pacífico e do Oceano Índico. Além disso, sua população é considerável e trabalhadora o suficiente para assumir rapidamente um papel de grande importância na história do comércio. Muitos escritores já falam no *Nippon* como a Grã-Bretanha do Oriente”<sup>13</sup>.

As proposições de Reclus articuladas a de Metchnikoff sinalizam para as transformações do próprio Japão enquanto um processo, não uma relação dominante/dominado marcada pela data da gloriosa chegada dos navios do Comodoro Perry a Edo. Trata-se de um processo, no qual interessam as relações de forças, a busca das lutas e das memórias dos combates, metodologia próxima à genealogia de Michel Foucault produzida cem anos depois<sup>14</sup>.

Portanto, não se trata de estabelecer uma história verdadeira sobre os anarquistas, delimitar um começo, onde homens e mulheres falharam ou acertaram, mas sim como resistiram a essas relações de forças. Como combateram a devoção ao Xogum, atualizada posteriormente em amor ao Imperador, somada à obediência ao Ocidente, como destacou Reclus.

O geógrafo anarquista não fez uma proposição eurocêntrica, mas uma leitura do que é um Estado e seus acordos. Ainda observou a glorificação do militarismo e o crescimento do Japão por meio da exploração de outros povos, como os da China e Coreia. Reclus destoa de muitas leituras que indicaram o despontar militarista japonês somente com a Guerra Russo-Japonesa, e destaca que a abertura das negociações com o Ocidente ocorreu pelas armas de fogo e em como aprimorá-las. O receio da guerra que mantinha os portos fechados foi o mesmo que levou à abertura, dando um novo uso à pólvora agora em

---

<sup>13</sup>Ibidem: 686.

<sup>14</sup> Foucault, 2005.

armas e canhões, não mais restrita aos fogos de artifícios apropriados da China.

Como já previa Reclus, o rápido desenvolvimento da indústria e das armas no Japão aos moldes ocidentais lhe possibilitaria: “enfrentar China, Coreia e até mesmo resistir à Rússia”<sup>15</sup>. A constatação foi possível ao verificar o investimento japonês em inúmeras províncias para torná-las polos militares, entre elas, Hiroshima, um dos alvos das bombas nucleares de 1945, e que fora estrategicamente escolhida pelo governo dos EUA quando era uma potência na produção de armas, de uniformes e no treinamento do exército. Hoje, condecorada pela ONU, também é conhecida como Cidade da Paz.

### **Contra a Guerra, o Imperador e o czar. *Banzai!***

Após a Guerra Sino-Japonesa que marcou o despontar da marinha japonesa com financiamento da Inglaterra, eclodiu em 1904 a Guerra Russo-Japonesa.

Nas disputas pelo crescimento do Império, outras conexões começaram a se estabelecer, e dentre elas as dos anarquistas. Em janeiro de 1905, em uma de suas últimas edições, o jornal *Heimin Shimbun* (Jornal da plebe), fundado pelo jornalista Kôtoku Shûsui no ano de 1903, no interior da associação *Heimin Sha* (Sociedade da plebe) que articulava anarquistas e socialistas, estampou em suas páginas um desenho identificando as relações entre os dois países. Dois soldados que só se diferenciavam pelo uniforme, lutavam com espadas enquanto pisavam sobre as cabeças de dois camponeses, um no Japão e outro na Rússia. Os trabalhadores sofriam diante do jugo dos soldados, mas permaneciam de mãos dadas entre o mar que os separavam em uma demonstração de união e solidariedade. A mensagem de *Heimin Shimbun* é clara: a guerra é produto do Estado, produtor de misérias e inúmeras violências.

O *Heimin Shimbun* opôs-se incansavelmente à guerra russo-japonesa. Na “Carta ao partido socialista da Rússia”, publicada em 13 de

---

<sup>15</sup> Reclus, 1986: 855.



março de 1904, afirmou que o patriotismo e o militarismo deveriam ser combatidos pelos trabalhadores.

Em 1905, por conta da prisão de Kôtoku Shûsui, sob a acusação de promover propaganda subversiva, a publicação do jornal foi interrompida e a *Heimin Sha* dissolvida. Enquanto esteve encarcerado, trocou cartas com seu amigo Albert Johnson que vivia na Califórnia. Em uma dessas, afirmou: “Entrei na prisão marxista e saio dela anarquista”. Durante o encarceramento, inicialmente, realizou traduções de trabalhos de Engels, depois se dedicou a Kropotkin, que, em 1904, já tinha sido publicado no *Heimin Shimbun* em traduções de Nishikawa Kôjirô e Ketsumi Kesson.

Com a saúde debilitada por conta da vida na prisão, Kôtoku Shûsui foi para São Francisco, onde tomou contato com a IWW (*Industrial Workers of the World*). Elaborou sua crítica à crença no parlamentarismo e, influenciado por Fernand Pelloutier, afirmou a ação direta e a greve geral como uma revolução no agora.

Ao retornar ao Japão, seus amigos o esperavam em Tóquio ansiosos e com um convite para que ele entrasse no Partido Socialista. Então, publicou um dos mais lidos artigos do anarquismo no Japão: “Eu mudei minha opinião” (1906) que marcou a retomada do *Heimin Shimbun*: “o que a classe trabalhadora precisa não é a conquista do poder político (...), não precisamos de leis (...). O que queremos é realizar uma verdadeira revolução social (...) devemos concentrar todos os nossos esforços não no poder parlamentar, mas no desenvolvimento da solidariedade dos trabalhadores. Para repetir: a última coisa que os trabalhadores devem fazer é confiar em votos e em deputados”.

O mesmo viria a acontecer no Brasil com Edgard Leuenroth, adepto do anarcosindicalismo, e outros anarquistas que se recusaram a tomar parte do Partido Comunista, fundado majoritariamente por socialistas e anarquistas empolgados com a Revolução Russa.

O *Heimin Shimbun* foi retomado e continuou firme nas publicações com maior presença dos anarquistas com artigos contra a representação, o parlamento e pela ação direta. Em 1908, Kôtoku conheceu a jovem Kanno Sugako, companheira de Arahata Kanson (1887-1981), um jovem escritor do *Heimin Shimbun*, e que chegaram em Tóquio alguns anos antes. Apaixonaram-se e lançaram-se em uma

relação livre sob críticas de anarquistas e socialistas que resolveram tomar as dores de Arahata. Anos mais tarde, Ôsugi Sakae, Itô Noe e Kamichika Ichiko também foram alvos de repulsa pela relação amorosa que viviam.

Sem se deter a isso, Kanno e Kôtoku continuaram suas publicações, sempre tendo de lidar com as perseguições policiais. Após ser presa por conta de seus escritos para *Jiyû Shisô* (Livre Pensamento), fortaleceu sua repulsa ao Imperador e, em contato com Morichika Umpei (1881-1911), que escrevia contra a ascendência divina do Imperador e Miyashita Takichi (1875-1911), um operário anarquista, passaram a arquitetar o assassinato do Imperador<sup>16</sup>.

A inspiração de Kanno era a russa Sophia Perovskaya que com seus companheiros assassinou Alexandre II (1818-1881) da Rússia. Seu sonho não durou muito tempo, os anarquistas estavam sob constante vigilância. Em 1910, quando Kôtoku tentava embarcar para a Europa, foi preso junto com outros 23 anarquistas, entre eles, Kanno (idem). Não foi preciso esperar o teatro do tribunal para saber o que aconteceria: foram condenados à morte, no conhecido *Caso de Alta Traição*. Em “Discussão sobre a revolução violenta a partir de minha prisão”, já sabendo do destino que lhe aguardava, Kôtoku afirmou a vitalidade das obras de Piotr Kropotkin e Élisée Reclus ao demonstrar que a anarquia não é violência. Violento é o Estado. Contra essa violência, a ação direta.

Kanno Sugako escreveu suas memórias antes de ser executada. Não tentou se redimir, ou pedir clemência. Afirmou seus atos e a necessidade de dar um fim ao Imperador. Não reverenciou os juízes, e escancarou o que é o próprio tribunal:

“Vocês são pobres juízes e lamentáveis. Tudo o que vocês queriam fazer era proteger suas posições. Para salvaguardá-los [a família imperial], vocês transmitiram esses veredictos (...). Vocês, pobres juízes, pobres escravos do governo. Eu deveria estar com raiva de vocês, mas tenho pena (...). Vocês podem viver por cem anos, mas o que é uma vida sem liberdade, uma vida de escravidão? Vocês, pobres escravos”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup>Hane, 1993.

<sup>17</sup>Kanno, 1993: 67-68.

Kanno escancarava a subserviência dos juizes como de uma população disposta a seguir o Imperador ou o soberano da ocasião, sabia que ser anarquista já era suficiente para lhe levar ao tribunal. O Japão não possuía uma lei específica de perseguição aos anarquistas, entretanto, certos pensamentos estrangeiros eram considerados perigosos ao Imperador, e este era esse o caso dos anarquismos. Declarar-se anarquista já era pretexto para ser alvo do sistema penal. O acusador dos anarquistas era Hiranuma Kiichiro (1867-1952), que em 1939, tornou-se Primeiro-Ministro durante o fascismo japonês e a II Guerra Mundial<sup>18</sup>.

“Meus pobres amigos, meus pobres camaradas! Mais da metade deles eram (...) acusados pelas ações de cinco ou seis (...). Só porque eles estavam associados a nós, eles agora devem ser sacrificados dessa maneira monstruosa. Simplesmente porque são anarquistas. Então, o chapéu de palha [que cobre o rosto do prisioneiro] foi colocado na minha cabeça. Porque fomos marchando na ordem inversa da nossa chegada, fui a primeira a sair. Quando me levantei, pensei em meus camaradas. Embora, eles estivessem no mesmo andar que eu, nunca mais nos encontraremos”<sup>19</sup>.

Neste caminhar, sem estabelecer contato visual com seus companheiros, um grito de *Banzai* ecoou entre os prisioneiros. *Banzai* pode ser traduzido como *saúde*, termo tão caro aos libertários.

O anarquista Ôsugi Sakae - conhecido pelas conexões que estabeleceu com anarquistas na China e França e responsável pela tradução de obras de Kropotkin, Bakunin e Max Stirner -, não foi capturado e executado nesse processo, pois já estava preso e não pôde ser acusado. Se estivesse liberto, provavelmente seria assassinado pelo Estado nesta ocasião. Ôsugi recordou em suas memórias a passagem dos prisioneiros no corredor de sua cela: “Durante esse período, vi quase todos os réus do caso da alta traição. A entrada do banheiro era bem próxima a minha cela, e o corredor externo que levava ao banheiro se estendia diante de mim por cerca de vinte metros. Sempre que tinha uma oportunidade, observava esse corredor da minha janela. Cada prisioneiro tinha o rosto escondido sob um grande chapéu de palha,

---

<sup>18</sup>Pelletier, 2015.

<sup>19</sup>Kanno, 1993: 59.

embora pudesse identificar os que eu conhecia pelo corpo e pelo jeito. (...) Um dia, avistei Kôtoku passando. ‘Ei, Kôtoku! Kôtoku!’ Eu o chamei duas ou três vezes, mas não muito alto. (Hoje me arrependo do que foi provavelmente uma hesitação estúpida de minha parte)”<sup>20</sup>.

O *Caso de Alta Traição* foi noticiado na revista *Mother Earth* de Emma Goldman. Relataram-se as arbitrariedades e pediu-se a solidariedade dos anarquistas pelo planeta. Esta é uma prática anarquista para tentar evitar a morte de seus companheiros, como viria a ocorrer no caso dos italianos Sacco e Vanzetti na década de 1920, nos EUA. Quando os dois foram acusados e condenados à morte pelo Estado, comitês em sua defesa e manifestações se espalharam por todo o planeta, inclusive no Brasil.

A conexão de Kôtoku com Goldman não era recente, seus textos contra o cristianismo e contra qualquer outra superioridade divina já haviam sido publicados na revista *Mother Earth*.

Pelletier, anarquista e geógrafo francês que na década de 1980, tomou parte no grupo de Estudos Anarquistas em Hiroshima responsável pelo resgate de uma série de escritos libertários perdidos durante a II Guerra Mundial, afirmou que as práticas anarco-terroristas no Japão se inspiraram no niilismo russo, não tanto pela sua filosofia, mas por suas práticas voltadas ao czar, assimilado ao Imperador nipônico<sup>21</sup>. Os dois países estavam em processo de modernização simultânea com a imensa miséria no campo. No caso japonês essa *modernização* ocorria tanto nas maquinarias, como na introdução da polícia, armas de fogo e uso da força enquanto uma humanização das penas de mortes que não mais passariam pela arbitrariedade dos xoguns e seus funcionários, mas pelo teatro do tribunal e suas sentenças. Tal método é utilizado até hoje e conta com o apoio de 80% da população.

A constatação de Pelletier, entretanto, não sinaliza o distanciamento dos anarquistas japoneses em relação a Sergei Nietchaiev, autor de um autoritário manual do anarquista profissional: o *Catecismo Revolucionário*, redigido na década de 1860. Os anarquistas acusados de tentar assassinar o Imperador não eram adeptos desse

---

<sup>20</sup>Ôsugi, 2002: 169.

<sup>21</sup>Pelletier, 2002: 98.

niilista russo. Como destacou o Nu-Sol na apresentação da publicação do texto de Nietchaiev na revista Verve 11: “Ele (Nietchaiev) é a constatação do risco da tirania, da permanência do fanatismo e da hipotética seriedade dos intelectuais que falam em nome de, que se dizem portadores de uma consciência verdadeira e que pretendem conduzir pessoas, grupos, classes ou massas à liberdade”<sup>22</sup>. Mais tarde, Nietchaiev foi saudado com mérito por Lenin.

A prática dos anarcoterroristas japoneses ao se direcionar ao Imperador, aproxima-se da dos anarcoterroristas na França que respondiam às perseguições e execuções após o sufocamento da Comuna de Paris. No final de 1893, ao vingar-se da execução de Ravachol, Auguste Vaillant lançou uma bomba no parlamento, não ferindo gravemente ninguém, mas foi executado no ano seguinte. O jovem Émile Henry, atacou o Café Terminus, local frequentado pela burguesia parisiense, foi também capturado e guilhotinado em 1894.

Os anarquistas diante da prisão e do tribunal afirmam a vida livre. Após receber a leitura da condenação no tribunal, Kôtoku lembrou os gritos dos anarcoterroristas franceses antes de serem assassinados: “Viva os anarquistas! Viva a anarquia”<sup>23</sup>.

Kôtoku foi executado com outros 11 homens na manhã de 24 de janeiro de 1911, depois de fumar seu último cigarro. No dia seguinte, Kanno Sugako foi enforcada<sup>24</sup>.

## **O inverno e a Revolução Russa de 1917**

Os anos subsequentes ficaram conhecidos como a consolidação da modernização, a efetivação do novo slogan do governo: *fujoku kyôei* – “um país rico, uma arma forte” –, e a condenação de certos pensamentos que seriam provenientes do ocidente: “pensamento de estrangeiro, pensamento perigoso” (*gaikokujin no shisô, kiken na shisô*), como os anarquismos e o socialismo. Após o incidente do *Caso de Alta Traição*, os anarquistas passaram a chamar o momento de “inverno”,

---

<sup>22</sup>NU-SOL, 2007: 78.

<sup>23</sup> Pelletier, 2015.

<sup>24</sup> Kan, 1930.

que ficaria ainda mais rígido com a continuidade da perseguição aos libertários e a ascensão do fascismo na década de 1930.

Alguns anos depois de ter saído da prisão, Ôsugi Sakae refundou, em 1914, o jornal *Heimin Shimbun*, como uma homenagem a Kôtoku e uma recordação do julgamento.

Ôsugi também se tornou anarquista na prisão. O encarceramento insuportável o fez lutar por relações livres e apartadas de aprisionamentos. Suas conexões não eram tanto com anarquistas russos, mas também com os socialistas chineses e, principalmente, com os libertários na França. Sob a constante vigilância policial, pouco depois encerrou o *Heimin Shimbun* para lançar outros jornais anarquistas que seriam censurados constantemente.

Quando irrompeu a Revolução Russa, Ôsugi não deixou de declarar o seu apoio, assim como anarquistas de vários cantos do planeta. Entretanto, a perseguição aos anarquistas acirrou-se naquele ano, foi proibida a entrada de russos no Japão, e Ôsugi ficou isolado por conta de seu relacionamento com duas companheiras e seus desdobramentos. O anarquista fazia homenagens aos libertários que admirava pelo planeta dando o mesmo nome destes a seus filhos, já tinha Emma, referência a Emma Goldman, Louise, de Louise Michel, e, no pós-revolução, seu penúltimo filho chamou-se Nestor, homenageando Nestor Makhno e sua ação na Ucrânia. Sua filha mais nova chamava-se Mako, cuja tradução é 'demônio'.

No ano de 1918, eclodiu a Revolta do Arroz, agitada pela Revolução Russa, como uma resposta ao racionamento do alimento anunciado pelo governo para disciplinar o povo japonês. Saques ocorreram em Kyoto, Osaka e Kobe. Guaritas policiais, lojas, mercearias, entre outros espaços, foram alvos da ira de manifestantes, entre eles Ôsugi. O resultado foi mais de 7000 pessoas presas e condenadas à prisão perpétua<sup>25</sup>.

Ôsugi entendeu que era o momento de voltar à imprensa libertária e no mesmo ano junto com seu amigo Arahata Kanson, que fôra companheiro de Kanno Sugako, lançaram o *Rodo Undo*. A importância do *Rodo Undo*, ao ser um dos únicos meios de veiculação

---

<sup>25</sup> Garcia, 2013.

de notícias e com textos de anarquistas e socialistas, fez com que Ôsugi fosse convidado para a Conferência Socialista do Extremo Oriente em Xangai em 1920, que marcaria o rompimento com os socialistas e com a Revolução Russa. Assim como os russos emigrados nos EUA, Alexander Berkman e Emma Goldman, eles constataram a partir da repressão aos anarquistas e os efeitos da política econômica adotada pelo partido comunista russo<sup>26</sup>. O libertário japonês percebeu que as propostas dos socialistas chineses, financiados pela Rússia, de apoiarem as publicações anarquistas só se realizariam se fosse obedecida a linha editorial que ordenavam.

Se seus escritos anteriores eram recheados de *fusejis* (marcas em X feitas pela polícia para censurar frases ou artigos) no Japão, agora estavam sob a censura dos socialistas. A recusa fez com que Ôsugi retornasse sem qualquer ajuda financeira e passasse a entender que a ditadura do proletariado seria a supressão de todo e qualquer anarquista<sup>27</sup>. Como afirmou Emma Goldman, meios autoritários não levam a fins libertários, mas os sufocam.

No ano de 1922, tendo já ocorrido o massacre de Kronstadt pelo Exército Vermelho, foi fundado o Partido Comunista Japonês, proibido em seguida pelo governo e com alguns de seus integrantes presos. Também neste ano, Ôsugi foi convidado por André Colomer, então editor do periódico anarquista francês *Le Libertaire*, fundado por Sébastien Faure e Louise Michel, para ir à comemoração aos 50 anos da Conferência Anarquista de St. Imier (1872) que ocorreria na Alemanha.

Ôsugi estava proibido de sair do país, conseguiu fugir por Tóquio, passando por Xangai. Na China, tentou divulgar o Esperanto e a escola que havia montado em Tóquio; estabeleceu relações com outros libertários a partir das indicações do anarquista e esperantista japonês Taiji Yamaga que havia falsificado um passaporte para que Ôsugi pudesse fugir do Japão<sup>28</sup>. Não pode ficar em nenhum dos hotéis em que estivera dois anos antes, pois todos os seus dados haviam sido entregues à polícia chinesa pelos socialistas.

---

<sup>26</sup> Berkman, 2007; Goldman, 2006.

<sup>27</sup> 2014.

<sup>28</sup> Ôsugi, 2002.

Entrou na Europa pela França, onde se encontrou com os anarquistas do *Le Libertaire*, mas, ao tomar parte das manifestações no Primeiro de Maio, foi preso após realizar um discurso. Sua fuga não foi bem sucedida como a de Bakunin. Nunca chegou à Alemanha, foi deportado para o Japão.

Alguns dias depois após chegar, foi capturado em 16 de setembro de 1923, junto com sua companheira Itô Noe e seu sobrinho de seis anos. Ao chegarem à delegacia, foram espancados até a morte por Masahiko Amasaku, oficial da polícia do Exército Imperial, que depois, assim como o acusador no *Caso de Alta Traição*, serviria ao fascismo japonês. Seus corpos, inclusive o da criança, foram encontrados meio aos destroços do Grande Terremoto de Kantô que havia atingido a região dias antes.

## **Atualidades**

Anarquistas russos e japoneses travaram suas relações independentes dos limites e fronteiras que lhes eram impostos; suas práticas se multiplicaram em conexões que estabeleceram por meio de seus encontros na fuga, na imprensa libertária, em traduções, no anarcoterrorismo. Hoje, os anarquistas no Japão fazem um resgate de sua história em meio a palestras e à tentativa de manutenção do arquivo CIRA-Japana. A presença dos anarquistas russos no Japão permanece viva, são assíduos leitores de Bakunin e Piotr Kropotkin.

A obra de Bakunin, após a morte de Ôsugi e as perseguições aos anarquistas que acirraram o “Inverno”, só foi resgatada na década de 1960, quando uma série de greves de estudantes eclodiu pelo Japão na luta contra o fascismo na educação. Rapidamente tragada pelo Partido Comunista e tornada reivindicação para negociar as reformas estudantis com o Estado, a obra de Bakunin quase foi esquecida novamente, mas se mantendo viva entre os anarquistas. As traduções em japonês de suas obras e de Kropotkin datam ou de 1910-1920 ou da década de 1970<sup>29</sup>.

Diante de uma subserviência renovada no Japão em meio a tecnologias, mercado, negócios e acordos, talvez seja necessário

---

<sup>29</sup>Hikaru, 2014.



lembrar uma pequena frase de Ôsugi Sakae ao recordar suas leituras iniciais de textos libertários: “os jovens que começaram a ler sobre anarquismo, todos sentiram a efervescência de Bakunin”<sup>30</sup>.

A efervescência de Ôsugi lendo Bakunin está em agitar-se diante da obediência, em se recusar a ser governado. Como afirmou certa vez Christian Ferrer, anarquista na Argentina, libertários não deixaram rastros para serem seguidos, mas deixaram suas marcas e ebulições que agitaram e desacomodaram seu tempo. É preciso recordar o presente dessas lutas contra o Estado enquanto efervescência para desacostumar-se ao confinamento na nação, no partido, no sindicato. Desacostumar-se e combater o Imperador, o czar, o Estado e o renovado e pacificado súdito.

## Referências

### *Jornais e documentos*

BEIJING-RUSSIA. Treaty of Peking [Beijing].1860. Disponível em: <http://www.chinaforeignrelations.net/node/234>. Acesso em 21/09/2017.

LIBERO INTERNATIONAL, n. 1-5, 1975-1978.

### *Livros e artigos*

AUGUSTO, Acácio. Revolta e *antipolítica* em Bakunin. Verve. São Paulo: Nu-Sol, 2014, pp. 157-173.

AVRICH, Paul. Bakunin and the United States. *International Review of Social History*. N. 24 (3), pp. 320-340.

BIEUX, Gilles. “La vie en prison d’un anarchiste: Ôsugi Sakae”. *Ebisu*, n. 28, 2202, pp; 119-154.

BILLINGSGSLEY, Philip. Bakunin in Japan: Bakunin, Yokohama, and the dawning of the Pacific Era. UK: Christie Books, 2014.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

---

<sup>30</sup>apud idem.

- HANE, Mikiso (ed.). Reflections on the way of the gallows: rebel women in prewar Japan. Translated by Mikiso Hane. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1993.
- KATAYAMA, Sen. The labor movement in Japan. Atlanta: On our own authority! Publishing, 2013.
- KONISHI, Sho. Anarchist Modernity: Cooperatism and Japanese-Russian Intellectual Relations in Modern Japan. Cambridge/London: Harvard University Press, 2013.
- METCHNIKOFF, Lev. La civilization et les grands fleuves historiques. Paris: Libraire Hachette et c, 1889.
- NIETCHAIEV, Sergei. Catecismo Revolucionário. Verve, n. 11. São Paulo: Nu-Sol, pp. 80-94.
- NU-SOL. O anarquista profissional (o catecismo revolucionário de Sergei Nietchaiev). Verve, n. 11. São Paulo: Nu-Sol, p. 78.
- ÔSUGI, Sakae. Memórias de um anarquista japonês. Tradução de Ludimila Hashimoto Barros. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.
- PELLETIER, Philippe. "Ôsugi Sakae, une quintessence de l'anarchisme au Japon". Ebisu, n. 28, 2002, pp. 93-118.
- \_\_\_\_\_. Um esquecido do consenso: o anarco-sindicalismo no Japão de 1911 a 1934. História do movimento operário revolucionário. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Observatório de Políticas Sociais; Expressão e Arte Editora; Editora Imaginário, pp. 225-268, 2004.
- \_\_\_\_\_. (org.). Kôtoku Shusui: socialiste et anarchiste japonais. Paris: Éditions du Monde Libertaire, 2015
- RECLUS, Élisée. Nouvelle géographie universelle: la terre et les hommes. Paris: Libraire Hachette, 1876.
- TANAKA, Hikaru. "Bakunin and Japanese anarchist". International Conference for Bicentennial of Mikhail Bakunin. Pryamukhino: 12/07/2014. Disponível em: <http://kansaiarchismstudies.blogspot.com.br/2014/07/bakunin-and-japanese-anarchist.html>. Acesso em 23/09/2017.

## Mulheres em revolução pelas ruas incendiárias do planeta

por Flávia Lucchesi<sup>31</sup>

Tarde de 15 de junho de 1917, Nova York. O escritório dos jornais anarquistas *Mother Earth* e *Blast* foi invadido pela polícia. Emma Goldman e Alexander Berkman, editores dos dois periódicos, respectivamente, foram detidos.

Não acreditávamos na lei e seu maquinário, e sabíamos que não poderíamos esperar justiça. Portanto, ignoraríamos o que nos era uma simples farsa. Recusaríamos a participar. Se isso se mostrasse impraticável, levaríamos adiante nosso próprio caso, não para nos defendermos, mas para dar vazão pública a nossas ideias. (Goldman, 2015, p. 444).

Dado o veredito, Berkman afirmou: “Fomos condenados por sermos anarquistas’. (...) ‘Nos Estados Unidos, a lei é algo imperecível’, o juiz declarou ao impor a sentença, ‘e para pessoas tais que gostariam de anular nossas leis não há lugar em nosso país. Nesse caso eu os condeno à lei máxima permitida pelas leis” (Idem, p.451). Eles passaram dois anos na prisão.

Outubro de 1919, fora da prisão, de volta à Nova York. Uma das primeiras pessoas com quem Emma Goldman se encontrou foi a jovem Mollie Stierner. Elas não se conheciam pessoalmente, mas Emma já havia ouvido falar de sua “força excepcional” em suas ações diretas e em seu posicionamento combativo diante do tribunal. Como Emma, Berkman e muitos outros libertários, Stierner fora presa em 1917 por suas “atividades anti-América” enquadradas no recém promulgado *Espionage Act*.

Em sua autobiografia, *Vivendo Minha Vida*, Emma Goldman conta o encontro e a conversa que teve com a jovem. Mais experimentada, ela alertou Stierner de que a continuidade das atividades clandestinas poderia voltar a encarcerá-la. “Ela era uma garota maravilhosa, com uma

---

<sup>31</sup>Flávia Lucchesi é mestre em Ciências Sociais e pesquisadora no Nu-Sol. [flalucchesi@gmail.com](mailto:flalucchesi@gmail.com)

vontade de ferro e um coração terno, mas era assustadoramente segura quanto a suas ideias” (Ibidem, p.505), disse Emma. E Mollie não parou.

Nos onze meses que se seguiram, ela foi detida, ao menos, oito vezes. Passou noites e semanas inteiras em delegacias, horas e dias trancafiada sob o jugo das forças policiais, mas foi liberada por falta de provas. No fim do ano de 1919, conseguiram aprisioná-la. Ficou encarcerada na mesma prisão onde Emma estivera, no Missouri, até novembro de 1921, quando foi deportada para a Rússia junto com seus companheiros da Frayhayt, grupo de jovens anarquistas judeus que publicava um periódico de mesmo nome.

Dezembro de 1919, a bordo do navio militar USAT Buford, Emma Goldman, Alexander Berkman e centenas de libertários, dentre eles Aaron e Fanya Baron, seguiram para a Rússia, deportados, contudo, empolgados com a revolução. Na primeira conversa que tivera com Mollie, Emma discordara de seu posicionamento em relação ao governo bolchevique. A jovem alegara que os bolcheviques compunham um governo e que deveriam ser combatidos como tal. A conversa com Emma fez Mollie repensar, e quando ela também foi deportada, embarcou animada com o calor da revolução. Era uma questão de tempo para que ambas sentissem na pele o que a revolta da jovem anunciava: era um governo e, como tal, devia ser combatido.

### **Libertárias e o fogo regicida**

Neste encontro com Emma, Mollie a lembrou das mulheres revolucionárias russas que enfrentaram o czarismo, “que sacrificaram suas vidas, antes mesmo de mal terem começado a vivê-las” (Stiemer apud Avrich, s/d, s/p).

Na segunda metade do século XIX, uma trajetória comum à maioria dessas mulheres que se erguiam contra o czarismo e outros autoritarismos era o ingresso na universidade. Elas iam à Suíça, para a Universidade de Zurique, ou buscavam a Universidade de Alarchinsky para Mulheres, na Rússia. Em Zurique, na década de 1870, as jovens universitárias niilistas, empolgadas com Mikhail Bakunin, organizaram-se no Ciclo Fritschí, onde estudavam outros assuntos que não a medicina, curso que lhes era um pouco melhor aceito socialmente. A

partir desses estudos, que iam de questões como o suicídio e os escritos do anarquista, elas elaboraram um programa revolucionário, que apresentaram na Internacional de Genebra, e que levaram na bagagem quando retornaram à Rússia. Muitas delas, ao lá chegarem, foram recebidas com ordens de prisão.

As que escaparam das prisões – a cadeia ou o casamento – envolveram-se em novas associações, como a conspiratória Organização de Todos os Revolucionários Sociais Russos, na qual tomaram parte Sophia Bardina e Vera Figner, que já lutavam juntas no Fristchi.

Figner tornou-se uma figura de destaque devido a sua boa oratória, o trabalho de alfabetização e as leituras que fazia com os camponeses, e à perspicácia em escapar da polícia. Isso lhe possibilitou uma trajetória diferente de Bardini, que condenada a nove anos de prisão, suicidou-se no cárcere.

Após seu encontro com Sophia Perovskaya, Figner deixou sua vida nômade entre o campesinato, e voltou para a cidade, onde criaram o Narodnaya Volya (Vontade do Povo). No dia 26 de agosto de 1879, o Comitê Executivo da Narodnaya Volya decidiu matar o czar Alexander II. De agosto a março de 1881, dedicaram-se a produzir um explosivo potente e adequado às condições de transporte, e a armar a emboscada precisa para matar o soberano. Foram três tentativas em 1879 e duas em 1880, todas falharam. Alguns integrantes do grupo foram presos, enforcados, e a imprensa clandestina da Vontade do Povo foi descoberta. Seguiu-se um período de intensas perseguições.

Em março de 1881, a estratégia se concretiza: o czar está morto. Sophia Perovskaya foi presa poucos dias depois e condenada à forca junto de cinco companheiros libertários. Outros integrantes foram detidos, e alguns se suicidaram, preferindo eles mesmos darem cabo à própria existência. Perovskaya foi a primeira mulher russa a receber a pena capital, acusada de terrorismo. Gesya Gelfman, também detida, não foi enforcada porque estava grávida. Forçaram-na a levar a gravidez adiante na Fortaleza de Pedro e Paulo. Assim que nasceu, a criança foi sequestrada pelas autoridades, e Gelfman morreu na prisão, pouco tempo depois.

Em 1882, Vera Figner era a única integrante do Comitê Executivo da Narodnaya Volya que havia escapado da prisão e que seguia vivendo no país, tentando achar meios de libertar seus companheiros presos, articulando uma nova imprensa e uma nova associação<sup>32</sup>. Nessas tentativas, ela foi denunciada por Sergey Degayev, ex-membro do Comitê que a delatou para ter sua pena abrandada. Ela foi presa em 1883 e quis fazer sua própria defesa. Escreveu em seu testemunho, ridicularizado pelo júri como “um romance”, sua trajetória na luta pela revolução social e sua transformação de “altruísta social” a regicida (Broido, 1977).

Na Fortaleza de Pedro e Paulo, mesmo lugar onde Bakunin ficara preso anos antes, Figner passou vinte meses trancada na solitária, enquanto aguardava a decisão judicial. Foi condenada à morte, depois à prisão perpétua na Sibéria, e por fim cumpriu duas décadas nessa Fortaleza. Encarcerada, Figner não abrandou, pôs-se em greve de fome como protesto mais de uma vez e escreveu suas *Memórias de uma Revolucionária*, obra publicada em 1926, na Rússia. Após sua libertação, ela foi exilada e retornou ao país em 1915.

Assim como muitos anarquistas, tomou parte na revolução de outubro. Como alguns, ela constatou rapidamente os rumos autoritários dos bolcheviques<sup>33</sup>. No entanto, diferente do destino preferencial dado aos anarquistas, tidos como bandidos e contrarrevolucionários, Figner era respeitada como uma figura revolucionária, assim como Piotr Kropotkin. Eles, como Berkman e Emma Goldman, eram figuras muito populares e os comunistas temiam puni-los e estrategicamente os deixavam soltos.

---

<sup>32</sup>A intenção era planejar o assassinato do novo czar, Alexander III. Outro grupo tentou fazê-lo, mas cinco envolvidos foram pegos e enforcados.

<sup>33</sup>Em *A repressão ao anarquismo na Rússia soviética*, escrito por um grupo de anarquistas russos exilados na Alemanha, e publicado em 1923, em Berlim, enfatiza-se: “O primeiro divórcio ocorreu em outubro, na criação do ‘governo soviético’. Quando anunciado no II Congresso dos Sovietes, em outubro de 1917, Efim Yartchouk, delegado anarquista de Kronstadt, exclamou: ‘Que governo? Nós não necessitamos de nenhum governo!’”. (Skirda, 2007: 95).

## **Libertárias e o fogo nos condutores da revolução**

“Com uma multidão no Bulford que não tinha respeito por dragonas e medalhas douradas, com 249 radicais à mão que acreditavam em greves e ação direta, o navio de guerra foi um verdadeiro presente dos deuses” (Ibidem, p.521). Ainda que aprisionados e sendo arbitrariamente mandados de um país para o outro<sup>34</sup>, os libertários singraram neste clima para as terras onde sabiam estar em curso uma revolução. No entanto, o contexto que lhes aguardava era muito menos favorável às práticas de liberdade do que esperavam.

Em março de 1919, o tratado de Brest-Litovsk, firmando aliança com o Império Alemão, foi para muitos libertários a constatação do caráter autoritário do governo bolchevique, estancando e sufocando a revolução, fixada em um Estado. No mês seguinte, as tropas da Tcheka empreenderam os primeiros ataques aos clubes e comunas anarquistas, e as perseguições e prisões de anarquistas começaram se intensificar<sup>35</sup>. A intenção, impossível de ser concretizada, foi explicitada por Trótski, que depois de comandar seu exército contra os espaços anarquistas, proferiu: “Enfim o poder soviético varre o anarquismo da Rússia com uma vassoura de ferro” (Trótski apud Skird, 2007: 100).

A situação dividia os anarquistas e havia aqueles que seguiam acreditando que as condições eram profícuas para a continuidade da revolução. Deste lado, agruparam-se os companheiros Aaron e Fanya Baron, que logo aderiram à Nabat (Confederação Anarquista Ucraniana) e ao movimento de Nestor Makhno e do campesinato ucraniano. Já

---

<sup>34</sup>Mollie Stierner foi relutante em aceitar uma defesa pedindo deportação. “Cada um deve viver aonde ele ou ela escolher. (...) Nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, tem o direito de me mandar para fora desse ou daquele país! (...) Eles são meus companheiros também, e eu penso que é extremamente egoísta e contrário aos meus princípios anarco-comunistas pedir minha a libertação e a de outros três indivíduos em um momento em que milhares de presos políticos estão languescendo em prisões nos Estados Unidos”. (Stierner apud Avrich, s/d, s/p).

<sup>35</sup>Imediatamente após a instauração do governo bolchevique alguns anarquistas, considerados mais “perigosos” foram caçados. Como Iosif Bleikhman, que integrara a Federação Anarco-comunista de Petrogrado na Revolução de 1917 e que já havia sido preso por suas atividades ácratas durante o período czarista. “Depois de outubro ele é constantemente perseguido pelos bolchevistas, que o prendem em 1918 e o deportam para um campo de concentração, forçando-o a trabalhos humilhantes e penosos na lama e com a água até a cintura. Uma vez que já havia adoecido na prisão czarista, sua saúde agora se arruína e morre em 1921”. (Skirda, 2007: 95).

durante a intensificação da repressão em 1919, mais concentrada na capital, as experimentações de Makhno assustavam o Kremlin. No decorrer de 1920, deram a cartada final, estancando o movimento makhnovista.

Emma e Berkman estavam entre os anarquistas mais desconfiados, e não tiveram pressa em se posicionar de um lado ou de outro. Em seu escrito “O comunismo não existe na Rússia”, a anarquista conta que logo que desembarcou, em janeiro de 1920, ficara em alerta ao notar a seletividade em torno da distribuição da ração<sup>36</sup>. Eram os proprietários da carteira vermelha (membros do Partido Comunista) que ganhavam as melhores rações, que podiam comer na *sto/ovaya* (cantina do Partido) – os bolcheviques tinham seus próprios restaurantes –, e que ganhavam as melhores roupas para enfrentar o rígido inverno. Abaixo deles estavam os marinheiros, depois os soldados do Exército Vermelho, e por fim, os operários segmentados (primeiro os trabalhadores da indústria armamentista, depois os qualificados, os artesões, os sem qualificação etc.).

Foi olhando para essa questão cara ao seu anarquismo – a comida e os seus prazeres –, que Emma Goldman começou a notar os privilégios e seletividades firmados pelo novo regime. Atenta às relações, ao exercício do governo, à militarização e ao autoritarismo, a libertária foi avançando em suas reflexões de que a terra não era socializada, mas nacionalizada, e que ela e os instrumentos de produção não eram mais do que propriedades do Estado; o trabalho não era fruto da livre vontade e associação, mas condicionado pelas políticas do Kremlin; e que o bolchevismo não aboliu, mas operou uma inversão nas relações de classe, consolidando uma “aristocracia soviética” (Goldman, 2007, p.115).

A continuidade das prisões e a perseguição ao “banditismo anarquista” foram, possivelmente, as questões derradeiras que a levaram a constatação do despotismo do governo bolchevique e da urgência da luta contra ele, articulando formas de tentar libertar os presos – assim como fizera diversas vezes no democrático Estados Unidos.

---

<sup>36</sup>Variava a quantidade do que recebiam, um pouco menos ou mais de “pão, banha, água, tabaco e outros produtos (quando havia)”. (Goldman, 2007, p.109).



Sua amiga Fanya Baron foi pega e levada à prisão de Butyrki, e depois transferida junto com outros 399 presos para o campo de concentração de Ryzan, de onde conseguiu escapar. Caminhou exaurida até Moscou, onde o seu companheiro, Aaron, estava detido, para tentar tirá-lo da prisão. Lá foi ajudada por Berkman e outros anarquistas, mas acabou encontrada durante uma operação da Tcheka.

30 de setembro de 1921, Fanya foi fuzilada no porão de uma prisão pela Tcheka junto com oito presos.

Rebelde até o fim, Fanya usou sua força restante contra o monstro por um momento e então entrou na eternidade enquanto o abominável silêncio no porão da Tcheka voltou após os tiros de fuzil.

Eu havia chegado ao fim. Não podia mais tolerar aquilo. No escuro, tateei até Sasha [Berkman] e implorei-lhe para deixarmos a Rússia, de qualquer jeito. (Goldman, 2015, p.657).

Emma e Berkman já haviam partido rumo à Berlim, quando uma nova leva de deportados chegou à Rússia, trazendo também Mollie Stierner. Neste momento, o tom repressivo do pós-revolução preponderava. Stierner logo soube da morte de Kropotkin, que a revolta dos marinheiros de Kronstadt havia sido esmagada pelo Exército Vermelho, que o exército insurgente de Makhno não existia mais, e que centenas de anarquistas estavam encarcerados. Mas não desanimou. Ao lado de Senya Fleshin, com quem experimentou uma longa parceria de paixão e anarquia, organizou a Sociedade para Ajudar Prisioneiros Anarquistas. Como nos EUA, foi presa algumas vezes. Da última detenção, em 1923, ela e Fleshin foram expulsos do país e “embarcados” com destino à Alemanha.

Em Berlim, estiveram com Emma e Berkman e articularam novas associações e ações em prol dos presos anarquistas na Rússia<sup>37</sup>. Depois, em Paris, junto com Berkman, criaram o Grupo de Apoio Mútuo de Paris para receber e auxiliar anarquistas exilados. Estiveram entre Paris e Berlim, fugindo da guerra. Mollie chegou a ser internada em um campo de concentração – além de anarquista, era judia. Muito doente, Berkman

---

<sup>37</sup>Joint Committee for the Defense of Revolutionaries Imprisoned in Russia (1923-1926) e Relief Fund of the International Working Men's Association for Anarchists and AnarchoSyndicalists Imprisoned in Russia (1926-1932).

se matou em 1936. Os outros libertários seguiram suas vidas nômades, viajando pelo planeta e praticando anarquia. Emma foi à Revolução Espanhola e depois embarcou para o Canadá. Steimer e Fleshing, no início dos anos 1940, também voltaram para a América, passando a viver no México.

## **Libertárias e o fogo na democracia neoliberal**

21 de fevereiro de 2012, cinco integrantes da Pussy Riot subiram no altar da Catedral do Cristo Salvador, em Moscou, para apresentar uma “reza punk”. Subiram no altar e dançaram, berrando um dos versos de sua canção *Virgem Maria, mãe de Deus, leve o Putin embora* – “Merda! Merda! A merda do Senhor!”. Este acontecimento levou à prisão preventiva e, posteriormente, à condenação de três das cinco jovens envolvidas na ação – Yekaterina Samustevich, Maria Alyokhina e Nadezhda Tolokonnikova – à sentença de dois anos de prisão por “vandalismo e incitação ao ódio religioso”. Esta foi a derradeira tentativa de repressão por parte do Estado a uma série de ações que esta associação vinha fazendo em Moscou, e que culminou, por meio de notícias midiáticas, no apogeu de sua notoriedade em todo o planeta.

A Pussy Riot foi uma associação de russas anônimas que praticava suas ações diretas em espaços públicos e privados, marcada pelo uso de roupas com cores vibrantes e balaclavas coloridas. As ações irrompiam, as mascaradas dançavam e berravam estrofes de suas músicas, e velozes, desapareciam. Depois, as ações, que eram filmadas, passavam por edição na qual mixavam as imagens às gravações de suas músicas, sempre canções de punk rock, barulhentas, rápidas e brutais.

As *pussies* fizeram suas primeiras ações em 2011. A primeira delas, “Operação: baixar lixo” aconteceu dentro de estações de metrô de Moscou, nas quais as jovens agarraram e beijaram mulheres policiais uniformizadas. A ação veio após o primeiro-ministro russo promulgar algumas reformas institucionais na polícia, que foi renomeada de “militsiya” (milícia, como era conhecida no período soviético) para “politsiya” (polícia), como se a troca de termos indicasse uma “humanização” da polícia. Foi também um ataque ao prefeito de Moscou, Sergei Sobianin, que declarou que o seu país não precisava de

gays. A música usada como trilha sonora para o vídeo, diferente das demais ações, não era uma composição da Pussy Riot, mas uma antiga canção anarquista russa, composta durante o regime czarista, cujo refrão é: “Hey, hey, abaixo a polícia! Abaixo a autocracia russa!”.

Elas fizeram mais quatro ações diretas antes de se tornarem um caso de polícia, e duas depois disso. Incomodaram as autoridades e a maioria da população, sendo em algumas dessas ações, levadas à delegacia, interrogadas, fichadas e autuadas.

Os alvos das ações e a escrita das músicas deixam claro o embate das *pussies* contra os autoritarismos. Em “Vodka-Kropotkin” saudaram o anarquista e atacaram o capitalismo, invadindo lojas, interrompendo um desfile de moda, tomando um espaço na rua mais cara de Moscou. Voltaram a atacar o capital em uma ação contra a indústria petroleira, no interior da Rússia, invadindo propriedades de extração e quebrando oleodutos. Nos muros vizinhos ao Centro de Detenção de Moscou, berraram: “Morte à prisão!”. Na Praça Vermelha, incitaram uma revolta russa, para “abortar o sistema”. E, voltando ao caso que as tornou conhecidas, atacaram a religião.

A Catedral do Cristo Salvador foi construída no ano de 1812 a partir de doações de fiéis, e demolida em 1931, dando lugar a uma piscina pública. Após o fim do regime soviético, a Catedral foi reconstruída, novamente, com participação dos fiéis. Este contexto foi apresentado por Yekaterina Samutsevich em seu depoimento no tribunal. Em vez de ter a conduta esperada e defender-se das acusações, assumindo a culpa ou repassando a acusação, ela buscou expor a coerência da ação. Enfatizou a nomeação do padre Kirill como líder da Igreja Católica Ortodoxa Russa por Putin, seu colega antigo, dos tempos em que ambos serviam a KGB. Tanto em seu depoimento quanto em outros de Maria Alyokhina e de Nadezhda Tolokonnikova, ressalva-se o caráter político da ação que buscou escancarar as relações indissociáveis entre Igreja e Estado. Questão posta por Bakunin e outros anarquistas desde o final do século XIX<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup>A cada uma dessas ficções [religiosas] corresponde, sabe-se perfeitamente, alguma realidade monstruosa; assim, o amor celeste não teve nunca outro efeito que o ódio terrestre, a bondade divina só produziu o mal, e a liberdade de Deus significa a escravidão aqui embaixo. Veremos de imediato que o mesmo acontece com todas as

No tribunal, as três *pussies* se recusaram a assumir culpa ou demonstrar arrependimento, aceitar desculpas das autoridades ou pedir desculpas a elas ou à sociedade. Durante o julgamento, buscaram afirmar sua luta, e debocharam das autoridades e dos reacionários da acusação o tempo todo.

No entanto, a repercussão do julgamento e da condenação suscitou, tanto dentro da Rússia quanto no exterior, debates acalorados em defesa da democracia. Dentro da Rússia, e de ambos os lados, sublinhou-se a presença do fantasma de mais de meio século da Ditadura do Proletariado. Fora da Rússia, a prisão das garotas, vistas como “artistas”, foi majoritariamente condenada por celebridades, chefes de Estado, Ong’s e organizações internacionais de Direitos Humanos, pela grande mídia e pela opinião pública. Nos países democráticos ocidentais, a condenação foi noticiada como uma repressão autoritária de um governo falho quanto à sua veracidade democrática diante da aplicação de uma pena “desproporcional”.

Mas a atual crença da maioria na democracia tem dimensões e desdobramentos que não podem ser ignorados, e que funcionam capturando e apaziguando resistências. Em dezembro de 2013, às vésperas do aniversário de vinte anos da Constituição Russa, o governo anistiou alguns presos, dentre eles, Maria Alyokhina e Nadezhda Tolokonnikova (Yekaterina Samutsevich teve seu pedido de liberdade condicional aceito em outubro de 2012). Desde que saíram da prisão, de cara anunciando uma mudança ética e política, as duas fizeram declarações midiáticas confusas quanto à Pussy Riot: ora diziam não serem mais associadas a ela, ora diziam que estavam privilegiando o ativismo via Ong à ação na Pussy, e chegaram até a declarar o fim da Pussy Riot. Quando foi oportuno, passaram a declararem-se a Pussy Riot e divulgaram novos vídeo clipes e composições, mesmo sabendo que o que fazem de suas vidas agora nada tem a ver com a associação Pussy, bem como explicitaram as demais integrantes incógnitas em carta aberta.

Infelizmente, para nós, elas estão tão empolgadas com os problemas nas prisões russas que esqueceram

---

ficções políticas e jurídicas, pois tanto umas quanto as outras são, por outra parte, consequências ou transformações da ficção religiosa. (Bakunin, 2011: 61).

completamente nossas aspirações e ideais: feminismo, resistência separatista, luta contra o autoritarismo e o culto à personalidade. Tudo isso o que, na realidade, causou suas injustas punições.

Agora, não é segredo que Masha e Nadia não são mais integrantes do grupo e que não participarão de ações radicais. Agora elas estão envolvidas em um novo projeto, agora elas são defensoras institucionalizadas dos direitos dos presos. (...) A defesa institucionalizada dificilmente pode proporcionar a crítica das normas e regras fundamentais que sublinham o próprio mecanismo da moderna sociedade patriarcal.

(...) não cobramos nenhuma taxa para que possam ver nosso trabalho artístico, todos os nossos vídeos são distribuídos livremente na internet, os espectadores de nossas performances são sempre transeuntes espontâneos, e nós nunca vendemos ingressos para nossos “shows”. Nossas performances são sempre “ilegais”, apresentadas apenas em locais imprevisíveis e públicos, não projetados para o entretenimento tradicional. A distribuição de nossos clipes é sempre por canais de mídia irrestritos e livres. (Pussy Riot, 2014: 148, 149, 150).

O trabalho artístico das duas, em paralelo às atividades da Ong Zona Prava e da mídia livre voltada para a reforma das prisões MediaZona, as inseriram na política a partir de uma perspectiva democrático-institucional. Diferente das ações anarquistas no início do século XX, que buscavam libertar os presos, afirmadas diretamente no embate contra as instituições disciplinares, hoje, a atuação em Ong's de defesa dos Direitos Humanos, adéqua-se muito bem às constantes modelações da prisão-prédio e das contínuas reformas e melhorias do regime dos castigos. Diferente da ação direta das Pussy Riots, o que fazem agora é uma arte política crítica, como novas celebridades engajadas. As músicas ganham cada vez mais uma roupagem pop e são cantadas em inglês e não mais em russo, os vídeos não são registros de ações, mas produzidos vídeo clipes; a recusa ao mercado e ao culto à personalidade, princípios da associação Pussy Riot, foram negociados. Capturadas<sup>39</sup>, as duas passaram a empreender no lucrativo mercado do

---

<sup>39</sup>Na dissertação de mestrado “Riot Grrrl: capturas e metamorfoses de uma máquina de guerra”, mostro, auxiliada pela noção de *máquina de guerra*, elaborada por Gilles Deleuze, como a atual sociedade de controle funciona *capturando* resistências no mercado e na política.

entretenimento, tornaram-se palatáveis símbolos da defesa da democracia ocidental, reclamando direitos e lutando por reformas. Capturadas, saíram do confronto contra o Estado e passaram a defendê-lo, colaborando com programas que buscam a sua eterna melhoria e que o sustentam.

E diante disso tudo, como ficaram as *pussies* anônimas? Escaparam. Chama atenção que, mesmo que a identidade de Yekaterina Samutsevich e de outras duas integrantes fichadas pela polícia sejam conhecidas, não é possível mapear, pela internet, o que fazem ou dizem. Mesmo diante de tantos controles, redes sociais e mídia. Em julho de 2015, as *pussy riots* anunciaram em seu livejournal a morte da Pussy Riot.<sup>40</sup> O texto escrito em russo não foi traduzido para outras línguas, bem como o vídeo que o acompanha, em que uma garota vestindo uma balaclava pink performatiza um suicídio. O tiro dado na própria cabeça da Pussy Riot e a recusa a qualquer forma de reconhecimento ou identificação, a serem pegadas pela polícia ou ao se entregarem à ordem e ao mercado, afirma uma radicalidade ingovernável.

### **Hoje, brasas ou chamas incandescentes?**

Apresentando essas lutas menores, essas existências muitas vezes deixadas ao ostracismo, são possíveis mostrar como a revolta, ganhando forma em práticas de ação direta, relações liberadas de autoritarismo e voltadas contra os governos e dominações, afirma-se intempestiva e atemporal.

Apartada de uma reivindicação por protagonismo, por uma nova História ou reconhecimento, trazer essas lutas mostra a contundência, a força e o discernimento produzidos pela revolta, ainda que em alguns momentos diretamente vinculada à vontade revolucionária.

Em séculos diferentes, enfrentando relações de poder e questões próprias, essas mulheres foram insuportáveis, incomodaram, empolgaram, incendiaram, fugiram, foram ingovernáveis e viveram suas vidas livres; por vezes, foram pegadas e mortificadas. Em meio a incessante batalha, não pediram licença ou permissão para serem o que

---

<sup>40</sup>Disponível em: <http://pussy-riot.livejournal.com/>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

eram, experimentando liberdades e escrevendo suas próprias existências.

## Referências

AVRICH, Paul. "An Anarchist Life: Mollie Steimer (1897-1980)". S/d. Disponível em: <https://www.waste.org/~roadrunner/ScarletLetterArchives/BlackRose/BR7/AnAnarchistLife.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

BAKUNIN, Mikhail. "O princípio do Estado" in *Revista Verve*. São Paulo: Nu-Sol, n.11, 2011, pp.50-77.

BROIDO, Vera. *Apostles into terrorists: Women and the revolutionary movement in the russia of Alexander II*. London: Maurice Temple Smith Ltd, 1977.

FRENCH, Jade e NEU, Emely (org.). *Let's start a Pussy Riot*. Londres: Rough Trade/ New York, Feminist Press, 2013.

GESSEN, Masha. *Words Will Break Cement: The Passion of Pussy Riot*. New York: Riverhead Books, 2014.

GOLDMAN, Emma. *Vivendo minha vida*. Tradução de Nils Skare. Curitiba: L. Dopa, 2015.

\_\_\_\_\_. "O Comunismo não existe na Rússia" in *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2007, pp.103-120.

\_\_\_\_\_. "Minha outra desilusão na Rússia" in *Revista Verve*. São Paulo: Nu-Sol, n.5, 2004, pp.109-122.

RIOT, Pussy. "Uma carta aberta da Pussy Riot" in *Revista Verve*. Tradução de Flávia Lucchesi. São Paulo, Nu-Sol, n.25, 2014.

SKIRDA, Alexandre. "A repressão ao anarquismo na Rússia Soviética" in *Revista Verve*. Tradução de Dorothea Voegeli Passeti. São Paulo: Nu-Sol, n.11, 2007, pp.95-108.

## Todo poder aos soviets: para fazer um mundo novo

por Camila Jourdan<sup>41</sup>

*Quem poderia gabar-se de estabelecer a verdade inconfundível? Não é, portanto, surpreendente que, sobre uma revolução, existam quase tantas versões como livros e que, basicamente, a verdadeira revolução permaneça desconhecida.*

Vesevolod Volin

Até 1917, anarquistas e bolcheviques encontravam-se unidos, seja por aliança tática, seja por entusiasmo militante, contra o czarismo, inicialmente, e depois contra o governo de Kerenski. Em todo o mundo, o processo revolucionário russo aparecia assim como anarquista-comunista. Na América Latina, inúmeras são as fontes que atestam que o Bolchevismo chegou a ser visto como uma nova fase do bakuninismo. Não deixa de ser digno de nota que, não por acaso, neste período, foi fundado no Brasil um partido comunista por anarquistas e de orientação libertária.

Traze-me, sol esplêndido, as boas novas do estupendo fragor da revolução, que agita e convulsiona as massas: bendito sejas, sol amigo, sol camarada, ó sol anarquista. (ASTROJILDO PEREIRA, Jornal A Plebe, 01/03/1919).

Sem dúvida alguma, os anarquistas tiveram uma participação ativa na Revolução de Outubro de 1917 e em todo o processo revolucionário envolvido nela, tomando parte, assim, em um dos acontecimentos históricos mais importantes do século XX. O que pode variar, portanto, é a interpretação acerca do que significou esta participação anarquista na revolução, sua importância para ela e o que podemos aprender com isso para pensar a Revolução Russa e sua relação com o tempo presente.

Os anarquistas neste momento, não apenas na Rússia, mas no resto do mundo, esforçavam-se, sobretudo, na construção do

---

<sup>41</sup>Camila Jourdan é doutora em Filosofia e professora na UERJ. [camila.jourdan@gmail.com](mailto:camila.jourdan@gmail.com)



sindicalismo revolucionário, acreditando na associação de trabalhadores como célula produtiva tanto da transformação social, quanto da nova sociedade, garantindo a autogestão federativa, junto à ordenação econômica da produção. Nesse sentido, a própria ideia seminal de uma revolução soviética, uma revolução fundada nos conselhos populares, pode ser rastreada à influência anarquista.

Pergunto-me como ele [Marx] faz para não enxergar que o estabelecimento de uma ditadura universal, coletiva ou individual, ditadura que faria, de certa forma, o trabalho de um engenheiro-chefe da revolução mundial, regulando e dirigindo o movimento insurrecional das massas, em todos os países, como se dirige uma máquina, - que o estabelecimento de semelhante ditadura bastaria por si só para matar a revolução, paralisar e falsear todos movimentos populares. (BAKUNIN, 1872, Carta ao Jornal 'La Liberté', p.11).

Como então tal Revolução, entretanto, se distanciou dos conselhos e se aproximou do partido ao serviço de um Estado centralizado?

A proposta da organização social com base em conselhos, que é de fato o significado da palavra 'soviets', apareceu expressamente no Congresso da Internacional de 1869. Tal proposta conferia aos sindicatos, enquanto organização social de base (e não um instrumento do Estado por meio do Partido, como veio a se tornar depois), o papel de célula da sociedade futura. Tais células seriam federadas em um conselho geral de indústrias, que cumpriria o papel de administração política das comunas, substituindo assim o Estado. Essas ideias foram desenvolvidas e defendidas por Bakunin e aprofundadas pelo desenvolvimento prático do sindicalismo revolucionário entre 1900 e 1907. O sistema de conselhos foi visto assim como a forma própria de organização da sociedade socialista, na medida em que o Estado é reconhecido como agente político defensor das classes possuidoras, e deve ser esmagado junto à sociedade de classes. Não aparece, portanto, ali o sonho de se conquistar o Estado por meio de um partido centralizado.

Mas esta proposta de autogestão a partir da base da sociedade então federalizada foi concretizada com a experiência dos soviets, presente no processo revolucionário russo, e sendo particularmente

forte no chamado 'ensaio geral revolucionário', de 1905, que instaurou o poder popular.

Quando eclodiu a revolução de 1905, os anarquistas desempenharam um papel importante e estiveram entre os elementos mais ativos do movimento revolucionário em seu conjunto. Eles tinham um grande número de jornais diários, e sua propaganda havia penetrado profundamente nas massas. Em Kronstadt, Odessa, Ekaterinburgo e inúmeras outras cidades importantes, eles tinham as massas operárias com eles. Entre as diferentes tendências, os anarco-comunistas e os anarcossindicalistas gozavam de maior influência. (ROCKER, 2007, p. 49).

Neste momento histórico, os sovietes foram produtos das greves que se iniciaram com reivindicações estritamente econômicas, mas rapidamente se desenvolveram para greves gerais com finalidades políticas. Os sovietes foram fundamentais neste processo na medida em que surgem das bases organizadas urbanas ou rurais com estrutura organizatória fundada na prática da democracia direta, o que possibilitou uma prática concreta transformadora da própria estrutura da organização política da sociedade.

Valorizando a ação direta como forma de atuação, rejeitando o Parlamento e os partidos políticos como mediadores entre o proletariado e a sociedade global, privilegiando a auto-organização e a transformação social por via sindical, Pouget, Griffuelles, Monatte e Yvetot, sindicalistas revolucionários franceses, foram os primeiros teóricos do soviete. Porém, sua primeira aparição enquanto fenômeno político e histórico se dará na Revolução Russa de 1905. (TRAGTENBERG, 1988, p.18).

Os sovietes demonstraram a alta capacidade de organização dos trabalhadores russos, urbanos e rurais, na medida em que surgiram espontaneamente nos movimentos grevistas, deixando claro como espontaneidade não exclui organização, como alguns costumam supor. Por exemplo, Vesenvolod Volin se declarou involuntariamente ligado ao nascimento do primeiro soviete de 1905 em São Petesburgo. Volin desenvolvia trabalhos educacionais com os operários locais e narra emocionado no artigo *A Revolução Desconhecida e o Nascimento dos Sovietes*, os acontecimentos da greve que ocorreu neste período e que de modo espontâneo teria sido a responsável pelo surgimento do

primeiro soviete (famoso posteriormente pela liderança exercida no local por Trótski), como uma necessidade prática de organizar a distribuição de fundos e doações entre os trabalhadores grevistas. Após a greve, o soviete se mantém como modo de dar continuidade a esta ação, criando assim uma organização permanente de trabalhadores que servia como elo entre eles e podia reunir as forças operárias revolucionárias.

Neste sentido, os sovietes teriam surgido da necessidade prática, como um tipo de auto-organização social permanente. E, independentemente das polêmicas históricas acerca das suas origens, representaram uma fase avançada de um processo revolucionário enraizado na sociedade, na medida em que contavam com o apoio dos trabalhadores e não tinham qualquer reverência a partidos. Isso notou bem Rosa Luxemburgo já em 1905 e admitiu também em seguida Trótski. Lenin, por seu turno, se opõe neste momento aos sovietes, considerando que estes só poderiam ser revolucionários se emanassem de partidos que deveriam dirigir a insurreição popular. Ele considera, assim, em *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática* (1905), que “os sovietes são uma mera fase revolucionária cujos termos sedutores pertencem a um passado remoto” (*apud* Tragtenberg, p.20), desprezando completamente a auto-gestão econômica, social e política exercida por estes.

Reprimidos após o fracasso da revolução de 1905, os sovietes reaparecem em 1917, novamente como produtos de uma série de greves e, neste momento, Lenin os considera os principais órgãos da revolução. Principalmente em Petrogrado, o primeiro soviete, agora presidido por Trótski, se torna o reflexo dos acontecimentos que conduzem à Revolução de fevereiro, a fuga do czar e a tomada de poder pelos bolcheviques, que, neste momento, pregam abertamente “Todos Poder aos Sovietes” (Teses de Abril), conclamando as iniciativas populares e a autogestão em ação.

Um olhar mais acurado aos relatos do próprio Trótski sobre as jornadas de julho nos permite compreender a atuação do partido bolchevique muito mais como uma resposta à revolução, que já se encontrava em curso e não poderia ser detida, do que como um partido centralizado que conduzia os acontecimentos revolucionários e,

particularmente, a Revolução de Outubro. De fato, durante as grandes manifestações da jornada, os bolcheviques tentaram impedir, conter a revolução e dispersar as manifestações populares.

(...) Na periferia da Revolução crescia a influência dos anarquistas, que desempenhavam o papel principal no seio de um comitê revolucionário arbitrariamente criado na Vila Durnovo. (...) Qualquer alusão a adiamentos enfurecia os soldados. Foi nesta reunião que surgiu o anarquista Bleichman, personagem apagado, porém que se destacava no quadro de 1917. Conseguia despertar nos comícios número apreciável de simpatias. (...) Em fins de junho, Bleichman nadava por toda sorte de encontro improvisado, tal como peixe dentro d'água. Expressia sempre a mesma decisão a ser tomada: sair de armas nas mãos. E a organização? É a rua que nos organizará. O fim em vista? Derrubar o governo provisório como já se derrubou o tzar. (TROTSKY, 1977, p.424-430).

As circunstâncias e os estados de opinião modificavam-se tão rápida e tão bruscamente que mesmo a mais flexível das organizações, a dos soviets, inevitavelmente se atrasava, obrigando a massa a improvisar, a cada passo, órgãos auxiliares destinados a resolver as necessidades do momento. Os anarquistas sempre jogavam lenha na fogueira, no que eram imitados por alguns nocivos do bolchevismo (...). Petrogrado adquiria consciência da sua própria força, tomava impulso, e o próprio partido Bolchevique já não era mais capaz de moderar a capital. (TROTSKY, 1977, p. 431).

Os relatos de Trótski nos mostram a total falta de controle do comitê central do partido em relação às ações populares, nos levando à conclusão de que os bolcheviques 'fizeram a revolução antes que o povo a fizesse', ou melhor, encamparam a revolução apenas porque ela era totalmente inevitável e já que ela iria ocorrer, melhor que fosse então com eles à frente. Daí gritaram 'todo poder aos soviets', quando estes demonstraram na prática seu poder, mas apenas e tão somente para, no momento seguinte, canalizarem este poder para o partido.

(...) 'Para frente, para frente', gritavam os trabalhadores. O secretário do comitê de usina, um bolchevique, propunha que se consultasse a opinião do partido. Romperam-se protestos generalizados, 'desejais arrastar indefinidamente a questão'. (...) Um certo Efimov correu ao comitê de bairro do partido: 'o que vamos fazer?' Responderam-lhe: 'não nos manifestaremos, mas não podemos abandonar os operários à própria sorte, é por isso que marchamos com eles, nossa função é 'manter a

ordem' (...). (TROTSKY, 1977, p. 433).  
Os comitês executivos do partido aprovaram um manifesto que declarava que quaisquer manifestações significaria traição à revolução. (...) Não apelamos para as manifestações, mas as massas populares desceram à rua espontaneamente... e uma vez que as massas já desceram, nosso lugar passa a ser no meio delas, nossa tarefa agora é organizar o movimento. (TROTSKY, 1977, p. 434).

Os anarquistas, todos sabem, são os grandes cornos da História, sempre fundamentais no processo revolucionário, sempre eliminados após para o estabelecimento de um novo poder e de uma nova ordem de coisas. Já em 1918, Lênin perseguia, matava e mandava prender inúmeros anarquistas insurrecionais, acusados de conspirarem contra a revolução. Particularmente na noite de 14 de abril de 1918, Lenin ordenou tomar de assaltos vários locais anarquistas, que foram bombardeados com conflitos sangrentos que se estenderam por toda a madrugada, fazendo inúmeros mortos.

O destino da revolução socialista desenvolvida na Ucrânia não contraria esta tese. Tal revolução se fundava nos princípios da auto-organização camponesa, da autogestão social e na formação de milícias para enfrentar os generais czaristas. Tal processo revolucionário tinha como expoente o camponês Nestor Makhno, que em março de 1917 reuniu os socialistas libertários e fundou a União dos Camponeses de Guliai-Pole, que não admitia nenhum político, pois, segundo Makhno, *estes sempre procuraram impedir o poder popular e a revolução*. Makhno organizou e liderou o exército anarquista negro, conhecido como makhnovitina.

Em 1919, após concluir vitoriosa campanha contra o Exército Branco, o Exército Negro de Makhno foi atacado por agentes da Tcheka e colocado na ilegalidade por Trótski, então comandante das forças bolcheviques. Tragtenberg ressalta inclusive que os bolcheviques esperavam que os Brancos vencessem os anarquistas ucranianos para intervirem depois, destruindo a makhnovitina, entretanto, o que ocorria era o oposto.

Após oito meses de batalhas entre o exército branco e o exército vermelho, em 1920, o exército vermelho novamente pede apoio ao

exército negro no combate a ofensiva contra-revolucionária, a promessa era anistiar todos os anarquistas presos e garantir a liberdade de propaganda anarquista, desde que não pregasse a derrubada violenta do governo. Os termos do acordo para cooperação provisória deixam claro o medo de que Makhno conseguisse cooptar os membros do exército vermelho para a makhnovitina:

O exército revolucionário dos franco-atiradores makhnovistas, que se encontra em território soviético ao longo do front ou transversalmente a ele, não pode integrar em suas fileiras nem partes do exército vermelho nem desertores deste último. (ROCKER, 2007, p. 61).

No entanto, após a vitória na Guerra Civil contra o exército de Wrangel, os comunistas rompem o acordo com Makhno e o exército negro é covardemente atacado e Makhno é exilado. Ao final de 1920, os anarquistas que lutavam com Makhno foram perseguidos, caçados, presos e, em maioria, sumariamente fuzilados. Isso marcou o declínio do anarquismo russo. Trótski chega a declarar na época que teria sido melhor que a Ucrânia fosse ocupada pelos Brancos do que entregue aos makhnovistas, pois se Denikin ocupasse o país, os camponeses acabariam por apelar aos bolcheviques. Três meses depois Kropotkin morre de pneumonia e no seu enterro foi a última vez que as bandeiras negras e vermelhas foram vistas na Rússia.

1921 foi justamente o ano de adoção da Nova Política Econômica (NEP), que acabou de vez com os conselhos operários e soldados por uma política de Estado. Ano também no qual o levante dos marinheiros de Kronstadt, que exigia, entre outras coisas, liberdade de eleições para esta comuna, foi esmagado. A insurreição se iniciou em 3 de março de 1921 e terminou em 16 de março do mesmo ano. É importante ressaltar que a revolta foi esmagada sob a justificativa de que era não apenas contra-revolucionária, mas fascista, ideia que na época foi largamente divulgada pela imprensa comunista internacional, embora o jornal bolchevique *Novy Put* tenha publicado em março de 1921:

Os marinheiros de Kronstadt são, em sua maioria, anarquistas. Eles não se situam à direita, mas à esquerda dos comunistas. Em seus últimos radiogramas eles proclamam: 'Viva o poder dos soviets' e não

pronunciaram nem uma vez sequer 'Viva a assembleia nacional'. Por que eles sublevaram-se contra o governo soviético? Porque eles não o acham soviético o bastante. Eles inscreveram em suas bandeiras as mesmas palavras de ordem semi-anarquista e semi-comunista, que os próprios bolcheviques haviam proclamado há três anos e meio, no dia seguinte à revolução de Outubro. Em sua luta contra o governo soviético, os insurretos de Kronstadt manifestaram em diferentes ocasiões seu profundo ódio contra o burguês e tudo que é burguês. Eles declaram que o governo soviético aburguesou-se. (*apud* ROCKER, 2007, p.74).

Entre as reivindicações do movimento, retiradas na assembleia geral das tripulações, estavam a livre eleição nos soviets, a liberdade de organização, reunião e expressão para os anarquistas e socialistas revolucionários e a liberdade para presos políticos, além do fim do privilégio político para membros do partido comunista.

Kronstadt, considerando que os soviets atuais não exprimem mais a vontade dos operários e camponeses, reivindicava: imediata eleição com voto secreto, com liberdade de desenvolver campanha eleitoral, liberdade de imprensa e palavra para operários e camponeses, anarquistas e socialistas de esquerda; liberdade de reunião para todos os sindicatos operários e organizações camponesas; liberdade para todos os socialistas prisioneiros políticos, assim como para marinheiros e soldados do Exército Vermelho presos durante os movimentos populares; eleição de uma comissão encarregada de avaliar cada caso dos prisioneiros e internados em campos de concentração, supressão de todos os departamentos políticos; nenhum partido deve ter o privilégio de propaganda política ou ideológica nem receber nenhuma subvenção governamental; no lugar dos departamentos políticos formar comissões de educação e cultura financiadas pelo Estado; supressão imediata de todas as barreiras militares; supressão dos destacamentos comunistas de choque em todas as seções militares e da Guarda Comunista nas minas e usinas; se houver necessidade de destacamento, que sejam nomeados pelos soldados das seções militares; se houver necessidade de guardas, que sejam escolhidos pelos próprios trabalhadores, o camponês deve usufruir sua terra sem empregar salário assalariado. (TRAGTENBERG, 1988, p.12).

O que Kronstadt reivindicava era em máximo grau seu direito à auto-gestão. Isso não significa que a autodenominada “Terceira Revolução Russa” fundamentalmente anarquista, é importante destacar que além dos anarquistas reivindicavam naquele momento a importância dos soviets livres em oposição à ditadura do partido único,

setores do socialismo revolucionário de esquerda e os membros da Oposição Operária.

Consideramos os ocorridos em Kronstadt extremamente simbólicos como marco de uma virada centralista, anti-anarquistas e complementemente contrária à construção do poder popular por parte do governo soviético. Lênin acusou Kronstadt de receber financiamento do capital financeiro internacional e a argumentação de Trotski foi no mesmo sentido. Pouco antes de morrer em seu exílio no México, Trotski ainda avaliou a repressão bolchevique a Kronstadt como “uma necessidade trágica”.

Kronstadt havia desempenhado um importante papel em 1905 e pretendia realizar, nos termos de seus próprios manifestos a terceira e derradeira revolução popular, com autêntico poder operário. Foram então massacrados como os homens e mulheres da comuna de Paris.

Esses homens combateram, contudo, por uma causa que também fora aquela de seus carrascos: as próprias palavras que os rebeldes de Kronstadt inscreveram em suas bandeiras haviam servido de slogans aos bolcheviques, preparando a revolução de Outubro de 1917 e derrubando o governo de Kerenski. Quem poderia imaginar que a ditadura do proletariado, alguns anos mais tarde, se opor-se-ia aos porta-vozes das mesmas ideias que os futuros ditadores usaram como bandeira em sua luta pela conquista do poder político? Embora esta sangrenta sátira da história ainda hoje seja pouco compreendida, chegará o tempo em que se compreenderá seu sentido profundo. (ROCKER, 2007, p.75).

Fato é que após a tomada de poder pelo partido, Lenin muda totalmente de ideia quanto ao poder dos soviets e a defesa da auto-gestão popular, fazendo com que o campesinato e o operariado russo percam totalmente o controle dos modos de produção, então colocados nas mãos de delegados do Partido. Todo poder deveria ser direcionado ao Partido único, tomado então como o órgão legítimo da revolução. Isso deixou clara a existência de uma tensão entre movimento social de base auto organizado e partido político bolchevique, cada vez mais distanciado das camadas proletárias e se tornando, juntamente com os sindicatos, um órgão do Estado. Este é um modo extremamente rico para abordarmos o processo da Revolução Russa, um processo de dualidade crescente entre soviets e



Estado.

Tragtenberg defende, por exemplo, que em 1905, Lenin se vincula a uma tradição jacobina defendendo uma ditadura democrática de operários e camponeses que seria apoiada pela Assembleia Constituinte, como na Convenção da Revolução Francesa. Como Trótski defendia a tese da revolução permanente, na qual os sovietes seriam órgãos da ditadura revolucionária, Lenin utiliza em 1917 os sovietes contra o Estado dos liberais, mas após a tomada de poder, persegue os sovietes, isola e os suplanta pelo partido centralizado, mantendo a *ditadura sobre o proletariado*.

Nesse sentido e complementarmente, é interessante retomarmos também a tese avançada contemporaneamente por Wayne Price (em seu famoso 'Organização Anarquista, não Vanguarda Leninista'). Price desenvolve suas análises atentando contra o que denomina 'o mito da revolução Bolchevique', isto é, a muito difundida ideia pela qual a revolução socialista, só seria possível com um partido centralizado que conduzisse a revolução. Price considera, ao contrário, que o partido não manteve a Revolução, mas, ao contrário, mantendo o modelo básico da relação capital/trabalho e foi assim a real razão de seu declínio:

Por exemplo, o panfleto I.B.T. argumenta que os bolcheviques tinham razão para manter uma ditadura de partido único, nos primeiros dias da União Soviética (quando Lenin e Trotsky estavam no poder). Isso é correto, dizem eles, apesar da maioria dos trabalhadores (para não mencionar os agricultores) não os apoiava. Se eles permitiram eleições livres nos sovietes, operários e camponeses os rechaçariam, votando nos revolucionários socialistas de esquerda (populistas), nos mencheviques, ou anarquistas. Estes, argumentam eles, capitulariam ao capitalismo e permitiram o surgimento de um profascismo. Verdade ou não, os trotskistas justificam que se governe uma ditadura de um partido minoritário, porque o partido sabe o que é melhor para o povo. No entanto, esta abordagem não levou ao socialismo, mas o stalinismo, a contrarrevolução através do partido. De acordo com o panfleto da I.B.T., por volta de 1924 o partido bolchevique já não era revolucionário, logo após a revolução de 1917. Concluo, portanto, que teria sido melhor ficar com a democracia revolucionária bolchevique dos sovietes originais, mesmo que isso significasse perder o poder. Nada poderia ter sido pior do que o que aconteceu. (PRICE, 2014, p.19).

Neste aspecto, Price retoma as análises de Murray Bookchin e Hal Draper segundo as quais o Partido Bolchevique anteriormente à

Revolução de Outubro não era uma máquina centralizada e burocratizada, mas uma organização múltipla e ilegal com várias facções e que apenas esta multiplicidade permitiu a realização da Revolução. Foi preciso transformar a revolução social democrata de fevereiro em uma revolução comunista e, para tanto, os ditos anarquistas, de todo poder aos soviets foram extremamente necessários:

As organizações associadas na Rússia eram grupos de partidários locais e regionais, que poderiam ter simpatias bolcheviques em parte e em parte mencheviques, ou poderiam mudar o seu apoio de um grupo para outro ao longo do tempo, etc. Sempre que tinha lugar um "congresso do partido" ou conferência, cada grupo partidário tinha de decidir se ia assistir um ou outro, ou ambos... Os membros individuais de um partido na Rússia, ou os grupos partidários, poderiam decidir distribuir o jornal de Lenin ou os mencheviques, ou nenhum dos dois, muitas preferiam grupos "não-rebeldes" como o que Trotsky criou em Viena; ou podiam as publicações bolcheviques que mais gostavam, além de outras mencheviques ou outros grupos, sem qualquer restrição. (HAL DRAPER, *apud* PRICE, 2014, p.17).

Em 1917, o comitê central do partido não pretendia controlar as organizações regionais e locais, como passa a fazer posteriormente. De fato, mesmo em locais centrais como Petrogrado e Moscou as organizações de base mantinham sua autonomia, tiravam suas linhas de atuação e tinha sua imprensa própria. As primeiras etapas da Revolução se desenvolvem na base de conselhos, os bolcheviques tomaram o poder através desse modo de organização social. Neste momento, o partido foi aberto para milhares de novos membros e o que ganhou em quantidade, obviamente perdeu em centralização e são estas novas bases que derrubam os mencheviques e a política conservadora dos antigos bolcheviques, permitindo assim a própria revolução. Convém ressaltar ainda que os bolcheviques não derrubaram o governo provisório sozinho, mas através de uma frente que incluía anarquistas e outros setores da esquerda. A ditadura monolítica e centralizada do partido só se instaura a partir de 1921. Desde então, os soviets são despojados de todo o poder. Quando autores como Price, Draper e Bookchin reforçam este ponto, eles pretendem notar que o que permitiu a revolução não foi a centralização, mas a organização local

descentralizada e de baixo para cima. Somente após o processo revolucionário, o Partido passa a ganhar contornos monolíticos. Após a revolta de Kronstadt, entre 1921 e 1924, o que houve foi um acirramento do burocratismo e da repressão. Terminando a guerra civil contra os Brancos, o poder dos soviets e a democracia operária são silenciados de uma vez por todas. Esta centralização e supressão das facções de base vêm acompanhadas, como não poderia deixar de ser, de um total distanciamento do clamor popular. Entretanto, o partido que fez a revolução russa, que a tornou possível, era muito mais uma federação do que um partido centralizado. Os ideais e o modo de organização anarquista foram fundamentais neste momento. Assim, a participação anarquista na revolução foi direta e indireta.

Os socialistas revolucionários de esquerda eram os herdeiros do populismo camponês russo, com um programa socialista libertário. Ao contrário dos bolcheviques, tinha apoio entre os camponeses. Sua fraqueza era seus entrelaçamentos com a ala direita do partido, que só começou a se espalhar em 1917. Os anarquistas estavam ativos nas grandes cidades e em muitas indústrias. Os anarcossindicalistas foram importantes na construção de conselhos de fábrica. (PRICE, 2014, p.10).

A tese leninista acerca da centralidade do partido perpassaria o trotskismo por meio do diagnóstico segundo o qual o grande empecilho para as revoluções seria a falta de uma direção central adequada para o proletariado, uma nova direção comprometida com a revolução. Tal diagnóstico chegou até os nossos dias e muitos já pretenderam e ainda pretendem ocupar o papel da verdadeira direção adequada da revolução popular. A ideia básica é substituir líderes ruins por bons líderes; partidos entreguistas por partidos revolucionários realmente comprometidos com o povo. Mas e se a causa revolucionária não tiver qualquer relação com o ocupar o poder? E se o problema da revolução não tiver sido falta de centro, mas ao contrário a escolha política de supressão das bases organizadas?

Tanto Rocker como Tragtenberg defendem a incompatibilidade contraditória entre conselhos populares autogeridos e o estabelecimento de uma ditadura. Não apenas porque os conselhos se

fundariam na vontade da base, de baixo para cima e a ditadura se estabeleceria de cima para baixo, mas também porque a própria noção de ditadura não procede da prática de organização dos trabalhadores, mas da burguesia, que historicamente, desde a revolução francesa, influencia os movimentos e partidos que se denominam de esquerda.

Ela está vinculada a uma ideologia da ignorância das massas, da suposta incapacidade do povo para formular seu próprio projeto político-social e, neste sentido, em máximo grau, em uma concepção moderna de conhecimento, que pressupõe um abismo rígido entre teoria e prática ou entre intelectuais e homens de ação. Tal abismo assim tão tacitamente assumido abre a porta para as hierarquias e introduz o modo de vida liberal ainda que sob o nome de Estado Proletário. Mas, afinal, o que poderia haver de tão proletário em um Estado? Ou, talvez como sintetizou Deleuze, o que poderia haver de tão esquerda em um governo?

Espera-se que transformação radical da sociedade por meio da gestão operária da produção acarrete também a impossibilidade de uma determinada classe social conservar posições privilegiadas, com poder decisório, por meio de uma suposta competência técnica ou intelectual que sempre foram dominadas por uma elite burguesa. Isso significa dizer que romper com o domínio da classe burguesa implica também romper a separação entre teoria e prática que é própria da epistemologia liberal. Pode-se mesmo dizer que a gestão operária da produção não se completa se a sociedade se organiza por meio do Estado e não da autogestão.

Isso explica por que setores da burguesia suspiraram aliviados quando verificaram que o governo soviético pretendia nacionalizar (estatizar) os meios de produção, deixando intacta a hierarquia dentro da fábrica, a separação entre dirigentes e dirigidos. Milhares de indivíduos ligados à classe expropriada voltaram a desempenhar papel de mando como diretores de fábrica do “Estado operário”. Incorporaram-se ao partido para legitimar sua volta a posições dominantes nas relações de produção. (TRAGTENBERG, 1988, p. 07).

A ideia defendida por Tragtenberg é justamente essa, os bolcheviques, ao conservarem o *taylorismo* na gestão da sua produção, juntamente com o burocratismo hierárquico da máquina estatal,

ganharam de brinde aspectos fundantes da ideologia liberal, notadamente o individualismo meritocrático e o racionalismo científico. Isso significa herdar uma estrutura de dominação na produção e manutenção de conhecimento que é própria às sociedades liberais. A própria ideia de uma *administração científica* seria incompatível com uma sociedade proletária, pois o cientificismo moderno foi desenvolvido pela classe dominante em seu benefício e de modo apropriado à manutenção e reprodução da sua dominação. A classificação entre o que é científico e o que não é corresponde grosso modo ao que é suscetível de sistematização na cultura dominante e o que pertence à cultura popular e excluída. Como romper com tal dominação mantendo intacta sua estrutura de dominação saber-poder?

Quando os técnicos de organização do trabalho dividem-no, a ponto de extenuar o trabalhador, dir-se-á que tal divisão é científica. Quando os trabalhadores se auto-organizam para produzir, isso é considerado anticientífico. Assim, recebem etiquetas de científicos os trabalhos que podem ser integrados ao sistema capitalista, especialmente se se enquadrarem na divisão hierárquica de trabalho que caracteriza o capitalismo. Isso explica a taylorização do mundo do trabalho, tanto no capitalismo ocidental, como na URSS e no leste europeu. Por outro lado, a hierarquia na produção e na sociedade só pode ser reproduzida se o conhecimento continuar sendo monopólio de especialistas. (TRAGTENBERG, 1988, p. 09).

Vemos assim a separação entre intelectuais e não intelectuais, entre teoria e prática, entre gestores e não gestores como fundante da estruturação hierárquica capitalista, que se estende do papel do Estado às relações de poder dispersas no tecido social. Talvez por isso Foucault tenha afirmado criticando a tomada de poder do Estado:

Temos, com a sociedade soviética o exemplo de um aparelho de Estado que mudou de mãos e que deixa as hierarquias sociais, a vida em família, a sexualidade, o corpo quase como se estivessem em uma sociedade capitalista. Os mecanismos de poder que atuam no local de trabalho, entre o engenheiro, o contramestre e o operário, vocês acreditam que eles são tão diferentes na União Soviética quanto aqui? (FOUCAULT, 2001, p.36).

Nada se alterou nas relações saberes-poderes, nada se alterou na produção de conhecimento e na hierarquia que se depreende da

separação rígida entre teoria e prática, entre os que pensam e os que agem nas relações de produção e nas relações sociais como um todo. Rocker salienta neste sentido já em 1921 que um governo instaurado a partir de um partido na forma de poder estatual não poderia deixar de ceder à direita:

“Um partido que deve comprar seus propagandistas e seus homens de confiança, pagando-lhes regularmente elevadas somas, longe de assim fazer verdadeiros amigos, favorece a extensão em torno de si de uma zona pantanosa de corrupção, que atrai irresistivelmente todos os aventureiros políticos e que lhe será, a mais ou menos breve termo, fatal.” (...) É verdade, ele [o Estado] poderia voluntariamente partir cedendo o lugar aos elementos de esquerda, mas é justamente isso que um governo não faz. Com efeito, é uma característica essencial de todo poder constituído que aqueles que o detêm busquem por todos os meios conservar o monopólio de sua dominação. (ROCKER, 2007, pp. 36-37).

A guinada à direita foi uma *razão de Estado*, a alternativa estatal aos soviets, o que historicamente já havia ocorrido na Revolução Francesa, o Estado sucedendo à Revolução. Mas, sem o movimento autônomo das massas organizadas, como não retornar ao capitalismo? Os soviets teriam podido desempenhar na Rússia o papel das seções durante a Revolução Francesa; mas, uma vez que foram despojados de sua autonomia pelo poder central, que só deixou subsistir deles o nome, eles perderam infalivelmente toda influência fecunda no processo de organização social.

Talvez caiba então a nós agora, cem anos depois retomar o que há de atual nos conselhos populares autogeridos, talvez seja isso o que nos disseram de maneira tão direta os jovens que ocuparam as escolas secundaristas no ano passado, a lição retomada de todas as revoluções massacradas e silenciadas, os ecos da nossa greve geral de 1917 no eixo Rio e São Paulo, o poder para o povo que cantavam as ruas em 2013.

## Referências

BAKUNIN, M. (1872) “Carta ao Jornal 'La Liberté'” Em: Escritos Contra Marx. Tradução: Plínio Augusto Coelho. Imaginário, 2010.

FOUCAULT, M. *Estratégia, Poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos IV.

Forense Universitária, 2001.

PRICE, W. *Organização Anarquista, não Vanguarda Leninista*. Tradução: Alexandre Samis. GEAPI, 2014.

ROCKER, R. *Os Sovietes Traídos*. Tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.

TRAGTENBERG, M. “O Processo da Revolução Russa”. Em: *A Revolução Russa*. São Paulo: Unesp, 1988.

TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Tradução: E. Huggins. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VOLIN, V. “A Revolução Desconhecida e o Nascimento dos Sovietes”. Em: *A Revolução Desconhecida*. Editora Global, 1954.







# Secção 3

**Democracia e questão revolucionária**

## A propósito da Revolução Russa, a democratização

por Thais Florencio de Aguiar<sup>1</sup>

Como se relacionam os temas da Revolução Russa e o da democracia? Por que falar em democracia e democratização no centenário dessa revolução? Por motivos bem pertinentes.

A Revolução Russa é considerada o acontecimento mais importante do século XX. Maurício Tragtenberg diz que ela representa para o século XX tanto quanto o que a Revolução Francesa representa para o século XVIII (Tragtenberg, 2007, p. 61). Penso que podemos dizer que a Revolução Russa constitui também um marco na história da democratização moderna (assim como o foi a Revolução Francesa). A democracia ganha no século XX, pela primeira vez, ares de valor permanente e em escala quase global (ainda que distante de se tornar realidade efetivamente concretizada). De certo modo, a construção desse valor guarda uma relação especial com a Revolução Russa.

É possível afirmar que a Revolução constitui um marco para a democratização, pelo menos, de duas formas: uma pelo “avesso”, ou seja, pelos efeitos que a revolução suscita externamente às suas fronteiras; e a outra forma, pelos efeitos internos às fronteiras soviéticas. Então vejamos.

### **Democratização como conquista do socialismo: efeitos externos**

A Revolução Russa é capaz de inflamar as mentes e galvanizar as memórias das sociedades capitalistas no século XX. Ela mobiliza enormes esperanças em favor “dos de baixo” e, ao mesmo tempo, reação de medo por parte das camadas dominantes. Toda luta que os revolucionários do século anterior empreenderam, da Revolução Francesa, passando pelas jornadas de 1848 e pela Comuna de 1871, toda essa luta é, de certa maneira, condensada nos primeiros feitos revolucionários dos soviéticos. Poderíamos falar sobre esse ponto com

---

<sup>1</sup>Pesquisadora e professora em pós-doutoramento no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ. E-mail: [thais.aguiar@gmail.com](mailto:thais.aguiar@gmail.com)

Karl Polanyi ou outros teóricos, mas vou falar com Antônio Cândido, que faleceu em maio de 2017. Em uma entrevista antológica publicada em 2011, intitulada “O socialismo é uma doutrina triunfante”, Cândido assevera: “o que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue. Hoje é normal o operário trabalhar oito horas, ter férias... Tudo isso é conquista do socialismo”. Ou seja, resalto, foi por meio da história de luta travada do discurso às barricadas montadas pelas forças progressistas (socialistas de todos os matizes, anarquistas e libertários) que os direitos dos trabalhadores puderam ser conquistados. É preciso frisar: não podemos esquecer que a Revolução Russa, ocasião de protagonismo político inédito dos mais pobres, eleva ao máximo o alerta das elites capitalistas. Ela significa um grande impulso na luta aberta já travada entre burguesia e proletariado nos países de capitalismo avançado e simboliza a retomada da “cultura das insurreições” em vigor no século anterior, o avanço protagonista da multidão no palco do poder, na tomada de palácios, de assembleias e ruas dos maiores centros urbanos. Medo ou verdadeiro pavor são despertados nas classes detentoras do poder político. Não é exagero dizer que uma cultura de insurreições tomou a Rússia, conformando-se, em realidade, as “revoluções russas”: a de 1905, a de fevereiro e de outubro de 1917 e a revolução esquecida de Kronstadt, em 1921.

O protagonismo surpreendente dos mais pobres, dos trabalhadores, camponeses e operários russos é uma resposta contundente à afirmação liberal de que a impaciência e a linguagem quase inevitavelmente violenta da multidão atestam sua incapacidade de se governar. Essa afirmação é repetida de diversas maneiras ao longo do século anterior. Ela aparece em determinadas vertentes do pensamento político na forma de dúvida sobre o autogoverno das massas. Essa dúvida constitui o verdadeiro nó górdio, ou seja, o nó não desatado do pensamento acerca da democracia em tempos modernos. É nessa dúvida, a todo tempo reiterada, que é possível entrever como o medo das massas (o medo em relação às massas) se faz presente na teoria política, constituindo um verdadeiro obstáculo epistemológico para o avanço de formas democratizantes. O que vemos desde os primórdios da constituição de um pensamento moderno para a

democracia é, principalmente em sua linhagem liberal, mas não exclusivamente nela, uma preocupação constante com as "massas perigosas", uma associação direta das massas com instintos e paixões inquietantes, descontrolados e irracionais, que se traduz em questões como as sintetizadas por Pierre Rosanvallon (1992, p. 377): "como gerir as massas?", "como canalizar suas paixões e seus interesses?", "como evitar que a potência do povo se degrade em brutalidade?". Os princípios de governo daí advindos refletem uma visão totalmente externa à massa, o que redundava em uma compreensão limitada da democracia como engenharia institucional e na transformação do "grande número" (em grego, *hoi polloi*, em francês, *grand nombre*) em enigma para a reflexão democrática. O medo, como paixão política (revela Spinoza), e seus correlatos como desprezo e desconfiança, estão subjacentes a todo tempo na prática e no pensamento políticos. Com a democracia gestada no andamento das sublevações populares, o aspecto demofóbico parece tão incontornável quanto inevitável foi o avanço da democracia.

Por isso, digo que a demofobia está no fundamento das formulações acerca da democracia moderna, gerando um oxímoro poderoso: a democracia demofóbica (Aguiar, 2015). Ela tem como corolário fórmulas políticas para adestrar, conter, domesticar, esterilizar, regular as energias do *demos*, dos de baixo, da multidão, até a sua criminalização e psiquiatrização. A demofobia está presente nas premissas mais recônditas do pensamento político. Nesse sentido, enquanto a Revolução Russa se mantém como desencadeadora de protagonismo popular e produtora de um horizonte utópico, enquanto não se degrada em socialismo autoritário, ela é capaz de desafiar a demofobia preponderante.

O que diz Proudhon a propósito das jornadas revolucionárias de 1848 se aplica também ao advento da revolução em terras russas: "foi o medo do socialismo que forçou todo o mundo a refletir sobre as condições do trabalho e da propriedade, e a revolução foi feita" (Proudhon apud Capdevila, 2007, p. 14). Assim, de modo paradoxal, ora incutindo nos mais pobres a esperança contra uma ordem demofóbica, ora exacerbando nos mais ricos o medo constituinte dessa ordem, os eventos multitudinários da Revolução Russa favorecem a ampliação da

democratização fora de suas fronteiras, mudando a correlação de forças em favor das classes trabalhadoras nos países capitalistas e fazendo as elites políticas se curvarem à potência multitudinária para evitar movimentos de tipo revolucionário. Proudhon já havia dito que o temor que o protagonismo da multidão inspira nas classes detentoras do poder pode ser a forma de garantir conquistas (embora nem sempre o seja, é preciso frisar).

Nesses tempos em que vivemos, vale ressaltar o quanto o simbolismo socialista foi capaz de humanizar o capitalismo de seu entorno a partir do advento da Revolução Russa, produzindo nos países capitalistas condições favoráveis para conquista de direitos. Tempos de democracia minimalista, de recuo acelerado de todos os direitos e conquistas sociais, de real distanciamento do exercício ao menos temperado da democracia, na verdade, de deriva do antidemocratismo. Nos dias de hoje, quando não existe mais o espectro de um socialismo revolucionário, podemos ver facilmente o capitalismo retomar à sua natureza selvagem devoradora de qualquer impulso democrático e reforçar seu caráter pleno de incompatibilidade com a democracia. Os discursos que naturalizam a combinação entre democracia liberal e economia de mercado se fortaleceram e se sobrepõem. Tão logo a experiência do socialismo autoritário é descortinada na União Soviética, tão logo o Muro é posto ao chão, tão logo esgota-se a reserva de esperança, surgem teses teleológicas do fim da história, como a famosa tese de Fukuyama. O liberalismo volta com força a monopolizar o imaginário democrático, a transformar direitos em serviços, a mercantilizar todas as coisas (terra, água, ar, corpos, futuro etc.), inclusive, a prática política, já sintetizada por Schumpeter como "concorrência entre elites em circulação no poder" ou por Nozick como algo próximo de um "mercado político".

Desde que se passa a conjugar democracia e capitalismo, desde que essa fórmula distancia-se com força de uma aporia nos anos 90, o que testemunhamos é, na verdade, uma derrocada acelerada da democracia, com o aumento da desigualdade (como atesta em linguagem econômica Piketty, em *O capital*, e em linguagem política Rosanvallon, em *La société des égaux*). Testemunhamos também a neutralização ou minimização das arenas participativas (com o

chamado déficit democrático nas urnas – esse é justamente o léxico desses tempos). Quando democracia e capitalismo têm apagadas as feições de aporia, a divisa de Rosa Luxemburgo – “socialismo ou barbárie” – ecoa timidamente.

Pensemos agora na conjunção revolução-democracia. Ao longo dos últimos séculos a revolução também serviu de motor das formas de democratização. É o olhar de um liberal de gênese aristocrática como Tocqueville que melhor exprime essa relação. No século XIX, considerando o advento da democratização inarredável, Tocqueville considera que só resta como tarefa cessar seu impulso revolucionário e imprimir um compasso conservador ao seu desenvolvimento. Para ele, o processo de democratização não só encontra sua origem moderna na revolução, como se confunde efetivamente com ela. Ciente disso, Tocqueville opera uma torsão na conjugação entre socialismo e democracia. Vejamos que é sob o medo do socialismo que Tocqueville passa a defender a democracia e a revolução de 1789!

O esforço de desenredar a democracia do ritmo e do movimento revolucionário torna-se nítido. Em *A Democracia na América*, Tocqueville então questiona: “alguém acredita que, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos? Irá ela se deter agora, que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos?”, escreve (1998, p. 11). Por isso, Tocqueville e outros liberais da mesma estirpe não hesitam em travar, no espaço democrático, uma disputa interna, formulando limites para caracterizar essa forma de governo e intervindo contra democratas mais revolucionários autoproclamados. Ele contrapõe ao povo revolucionário o que ele chama de “o povo propriamente dito”, isto é, aquele que, na sua visão, apesar da incompreensão de seus verdadeiros interesses e tomado pelo instinto cego apresenta “sentimento de ordem” resistente à tentação socialista. Ele evoca os chefes de Estado e as classes superiores a apoderar-se da democracia, dirigi-la, instruí-la, corrigi-la, tutela-la, conclamando essas a tomar as rédeas do movimento democratizante, em vez de repeli-lo e combater-lo. Tocqueville anseia por aquilo que ele, em sua época, vê na democracia norte-americana, ou seja, “uma forma não revolucionária da revolução democrática”, para usar os termos precisos do filósofo Capdevila (2007, p. 25).

## **Democratização como conquista do socialismo: experimentos russos**

Agora abordemos os efeitos internos produzidos pela Revolução Russa. Com a prática revolucionária, podemos notar que o país se transforma em um laboratório vivo de experimentos democratizantes. A Revolução Russa constitui um marco inédito no processo de democratização nos seus primeiros anos. Isto porque se desenrola de modo que as classes populares exerçam, com suas próprias mãos, o poder político *de facto* e não somente *de jure* por um período de tempo considerável até desviar-se para os rumos do socialismo autoritário. Mais do que isso, esse processo ocorreu em um contexto de capitalismo ausente ou incipiente (que Marx apenas havia começado a vislumbrar, provocado pelo questionamento dos narodniki, os chamados populistas russos). Assim, diferentemente do que já havia ocorrido na história, as forças de natureza anticapitalistas (socialistas, libertários, anarquistas) dotaram essa revolução de um teor democratizante, enquanto atuavam em busca de uma modernização alternativa à modernização ocidental.

Que experimentos democratizantes são esses? Lembremos, em primeiro lugar, dos sovietes (nome em russo para conselhos), que surgem com toda força na primeira fase da Revolução contra o czarismo em 1905, eclodindo novamente em fevereiro de 1917 com a reconstituição dos sovietes de operários e de soldados em Petrogrado. Como nos conta a historiografia, em seu primeiro momento, os sovietes não ingressam no poder provisório, apesar dos convites da Duma. Permanecem como órgãos de poder popular autônomo, vigiando e fiscalizando o curso dos acontecimentos. Como frisa Aarão Reis, os sovietes são postos em movimento por gentes que haviam suportado todos os rigores e privações da guerra, censura e repressão, sendo considerados por muitos "amorfos e resignados", mas "puseram-se em movimento com um vigor que espantou o mundo" (2006, p. 59). Desencadeiam um ambiente de liberdade conquistada, passam a formular reivindicações, recriam os cadernos de queixas e reclamações (os *cahiers de doléances*, na tradição revolucionária francesa), não só falam, como agem e organizam-se em uma imensa rede de conselhos, de natureza descentralizada, horizontal, autônoma e autogestionária,

constituem na vida urbana e rural sindicatos, comitês, milícias, assembleias, congressos pan-soviéticos de camponeses, de operários e de soldados, agindo concomitantemente ao governo provisório, isto é, produzindo tensões em relação ao poder cristalizado do Estado. Fábricas, campos e unidades militares, como lugares de trabalho e de reprodução da vida, tornam-se núcleos de vivência política em um impulso não só politizante como democratizante de forte intensidade. A tensão ou dualidade exercida em relação ao aparato jurídico-político vem não de instituições capturadas por elites políticas como na forma democrática liberal, mas de instrumentos de auto-organização das forças espontâneas dos de baixo. Como pontua Tragtenberg (2007), em sintonia com a crítica de Rosa Luxemburgo, a espontaneidade está, portanto, na origem dos movimentos e na criação de novas instituições, sem implicar desorganização.

A reinvenção pan-russa da forma conselho decorreu das maiores greves do mundo desencadeadas nesses tempos, fertilizando a sociedade e produzindo outras instâncias de poder com origem popular. Os experimentos de natureza autogestionária criados nesse período inaugural da Revolução Russa comportam a promessa de mudança, pondo no horizonte não apenas uma tensão em relação às forças do Estado, mas uma superação dele, não bem de um Estado evanescente (como na visão marxista), mais precisamente de Estado supérfluo. É preciso frisar então que, enquanto os soviets não sofrem bolchevização, eles representaram o núcleo de dinamização democratizante das forças populares e a barreira de resistência às formas monopolizantes de poder dos bolcheviques. Como diz Tragtenberg, essa resistência está presente na revolução húngara de 1919, sob a forma de uma república dos conselhos; na revolução ucraniana em 1917, fundada nos princípios de auto-organização dos camponeses, na autogestão econômica e social, na formação de milícias para enfrentar os generais czaristas e, claro, na makhnovstchina, que somada ao evento de Kronstadt, constituem formas de resistir a todas as decisões de cima para baixo tomadas pelo partido comunista.

Como diz Tragtenberg, ao perceber que os soviets "surgiam como cogumelos no interior da Rússia", Lenin opera uma bolchevização. O anúncio da divisa "todo poder aos soviets", que primeiro foi



defendida por grupos libertários, ganha moldura na voz de Lenin que incorpora os conselhos ao seu programa político, ao ponto de, nas batalhas historiográficas, o soviete ser identificado com o bolchevismo e incluído na tradição marxista. Num primeiro momento, Lenin e bolcheviques aderiram às demandas do projeto soviético, como o controle operário sobre a produção, considerado então, como ressalta Aarão Reis, a síntese do que havia de mais avançado no programa social-democrata da época para os trabalhadores fabris. Apesar disso, o epílogo nós conhecemos: a força dos sovietes é neutralizada pela burocratização, a direção coletiva e os eleitos na fábrica são substituídos por gerentes técnicos escolhidos e nomeados por comitê central do Partido, ou seja, de cima para baixo (como denuncia a Oposição Operária), a separação entre dirigentes e dirigidos e a encarnação da ideologia individualista liberal são introduzidos, a descrença na força coletiva é afirmada, medidas de hierarquização e de repressão às iniciativas operárias são implementadas. Toda a vivacidade russa em criar e experimentar formas novas democratizantes é abafada com a bolchevização dos sovietes, ou seja, com a burocratização das formas políticas exercidas pelo poder formal.

A noção de comunismo de guerra, com a militarização do trabalho (incluindo a introdução de técnicas tayloristas) e, de modo geral, a organização militar para a vida civil (incluindo aí polícia política), retoma, de certo modo, a fórmula etapista, evolucionista e determinista de um marxismo de outrora, procurando aniquilar as formas pré-capitalistas na Rússia. Assim, o partido comunista é acusado por grupos libertários de Kronstadt de instaurar uma ditadura do capitalismo de Estado. Tomado esse caminho, todas as fórmulas democratizantes são definitivamente abandonadas pelo bolchevismo constituído em partido. Os procedimentos democratizantes são morosos e talvez não sejam adequados para momentos determinados que exigem a ação rápida e imediata em que o gênio político deve aproveitar a ocasião certa, como no assalto ao poder comandados por Trotsky e os bolcheviques em fevereiro de 1917. Mas deve toda ação imediata ser necessariamente ancorada em antidemocratismos? A democratização deve ser abandonada como princípio? Nesse sentido, censurando as ações de Lenin e Trotsky, membros da Oposição Operária argumentam ser uma

contradição confundir o poder de classe com o poder do partido em nome da classe, bem como falar em socialismo e tirar o controle do operário sobre a fábrica, isto é, sobre os meios de produção. Rosa Luxemburgo é a voz forte que assevera que a ditadura do proletariado deve ser exercida pela classe para aplicar a democracia e não se transformar em ditadura de um partido. Como lembra Negri (2014), os socialistas sempre reconheceram que era preciso fazer com que instrumentos de poder político coincidisse democraticamente com a gestão econômica da sociedade.

Quando lemos a obra de Lenin, questionamos se podemos atribuir inteiramente a centralização do poder e a direção econômica e militar pelo Partido Comunista às circunstâncias de boicotes, de guerra civil e de intervenções estrangeiras. Embora Rosa Luxemburgo, no seu tempo, pondere sobre isso e estudiosos de nossos tempos como Kevin Murphy (2017) argumentem que não eram essas as melhores circunstâncias para criar políticas igualitárias, como sabemos, o pensamento de Lenin operou várias vezes no registro do centralismo. Isso fica patente em *O que fazer?*, obra escrita entre 1901 e 1902. Está lá a teoria elitista da vanguarda de uma classe, da direção de um partido por revolucionários profissionais, a necessidade de um centro pensante e decisório constituído em núcleo organizado, associado a princípios de subordinação das organizações. Embora a proposta fosse colocada com o intuito de resistir ao rigor repressivo da polícia czarista e de agir politicamente na ilegalidade, ela se apresenta em uma perspectiva mais ampla da prática e da teoria leninista. Dela decorrem proposições de natureza demofóbicas como 1) a ideia de levar a consciência socialista ao proletariado de fora para dentro, ou seja, disseminá-la a partir do centro pensante e atuante, ou seja, de uma minoria dirigente (a elitização, que deixa de ser tática provisória para constituir a essência da prática política); 2) a noção de que a consciência política das massas não pode vir dela mesma (essa consciência lhes é externa, é produto dos "revolucionários de profissão"); 3) a ideia de que a configuração moderna da política impõe "novas tarefas teóricas e de organização muito mais complexas do que as que nos contentavam antes do aparecimento dos movimentos das massas", sendo necessário "uma dezena" de chefes, já que "nenhuma classe moderna pode conduzir

resolutamente a luta” (2006). Em *A Revolução Russa*, Rosa Luxemburgo critica Lenin do ponto de vista da democracia, afirmando que “a tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, é instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa e não suprimir toda democracia” – uma crítica ao abandono do sufrágio universal que não passava de retórica ou produto teórico de gabinete (Luxemburgo, 1991, p. 96).

O fervor democratizante condensado nos primeiros eventos da Revolução Russa constitui um ponto fora da curva, se situa propriamente na contracorrente do pensamento político. Vejamos por exemplo que, até mesmo o pensamento leninista ecoa sentidos de uma teoria das elites, sobretudo no que tange à confirmação do papel inteligente das minorias em contexto de massas (Schumpeter) e ao desempenho eficiente de grupos pequenos em relação aos grupos grandes (Olson). A valorização da vanguarda de um partido em oposição à atividade espontânea da classe operária (invenção da oposição partido x espontaneísmo) é expressão de uma desconfiança em relação às massas e seus possíveis processos democratizantes, desconfiança que conduz à aposta no aparelho burocrático. Na perspectiva de Lenin, quem diz partido diz organização, logo, centralização. Em estudo paradigmático sobre partidos políticos, o sociólogo Michels (1982) mostra que “quem diz organização, diz oligarquia” (ele usa o termo “lei de ferro da oligarquia” para designar a tendência presente em toda organização à emergência de uma oligarquia ou formação de minoria dirigente). Para Fanon (1974), quem diz organização, pode querer dizer dominação (em pesquisa feita no contexto colonial, ele denuncia que o fetichismo da organização prevalece sobre o todo da sociedade colonial, o partido tentando enquadrar as massas num esquema a priori) (Aguiar, 2015).

O corolário desse pensamento é a afirmação de modos de obstaculização a impulsos de democratização. Como salientou Tragtenberg, a “ditadura do partido está vinculada à ideologia da ignorância das massas e de sua incapacidade congênita em formular um projeto político social” (2007, p.114). Por esses meios tortuosos, podemos dizer que Lênin se aproxima da perspectiva demofóbica liberal.

A despeito do que se sucede após a Revolução Russa, uma coisa não pode ser perdida de vista: existe uma estreita e longa relação entre socialismo e anarquismo com a reivindicação de democratização na história. Desde que os liberais, a partir de fins do século XVIII e início do XIX, propõem engenhosos inventos teóricos para domesticar os impulsos democratizantes que emergem das revoluções, como a ideia de diferenciação da democracia moderna em relação à democracia antiga (tendo como centro a representação política como filtro das vontades populares), são os chamados "reformadores sociais" que defendem o sufrágio e outras fórmulas democratizantes. A propósito da ideia de representação política, o espírito presente na Revolução Russa vai por em xeque a noção de que sociedades modernas complexas demandam democracia representativa liberal, deslocando o monopólio sobre o imaginário da democracia. Não esqueçamos que títulos como socialismo, anarquismo, comunismo, democracia só se consolidam na segunda parte do século XIX e constituem na verdade fronteiras realmente porosas, tendo inclusive Bakunin, como diz Maximilien Rubel, se designado como militante e teórico do "socialismo revolucionário" e da "democracia socialista" (termos dele), e posteriormente como anarquista, estabelecendo uma relação sinonímica (Rubel in Châtelet, Duhamel, Pissier: 1993, p. 69). O historiador alemão Arthur Rosenberg esclarece que democracia, socialismo e comunismo são termos que se apresentam fortemente afins no início do século XIX, muito especialmente para a geração revolucionária de 1848. Não há sentido, como destaca Texier (2005), examinar a questão democrática no século XIX como desvinculada da questão revolucionária – a revolução é fundadora da democracia política. Mais tarde, porém, o pensamento socialista e comunista passa a se filiar em primeiro plano ao tema da revolução das condições econômicas e da dissolução do Estado, em detrimento da tarefa de prática e pensamento sobre democratização, como diz Rosenberg (1986). O liberalismo sequestra a bandeira da democracia para si, e socialistas desencantados com os resultados de eleições desfavoráveis, deixam de opor resistência à associação da democracia com liberalismo e capitalismo (Aguar, 2015).

Enquanto perdura como símbolo na memória, a Revolução Russa reacende no século XX essa herança esquecida, conjugando socialismo

e democracia, revolução e democracia e realizando experimentos democratizantes de natureza anticapitalista.

## Referências

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- AGUIAR, Thais Florencio de. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.
- CÂNDIDO, Antonio. “O socialismo é uma doutrina triunfante”. Entrevista a Joana Tavares. *Brasil de Fato*. 8 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>>. Acesso em: 02 de setembro 2017.
- CAPDEVILA, Nestor. *Tocqueville et les frontières de la démocratie*. Paris: PUF, 2007.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. *Dicionário de obras políticas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.
- FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- HARDT, Michel, NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *Que fazer?: A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LUXEMBURGO, ROSA. *A revolução russa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- MURPHY, Kevin. How the Revolution Was Lost. (Interview) *Irish Marxist Review*. 2017. Disponível em: <http://www.irishmarxistreview.net/index.php/imr/article/download/232/223>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.
- NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le Sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard, 1992.
- ROSENBERG, Arthur. *Democracia e socialismo: história política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937)*. São Paulo: Global Editora,

1986.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo, democracia*. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1984.

TEXIER, Jacques. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.



# Seção 4

Da Rússia ao Brasil

## **Questão agrária, campesinato e anarquismo – interseções entre Rússia revolucionária e a Amazônia Oriental<sup>1</sup>**

*por* **Fabiano de Oliveira Bringel<sup>2</sup>, Felipe Figueiredo da Costa<sup>3</sup>  
e Xavier Van Welden<sup>4</sup>**

### **Resumo**

Desde o século XIX os intelectuais da teoria crítica se debruçam sobre os elementos que formam, compõem e condicionam a Questão Agrária. Esses debates tomaram os primeiros sentidos na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da construção da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, popularmente conhecida como I<sup>a</sup> Internacional. Nesta arena destacaram-se duas grandes leituras da realidade que o desenvolvimento do sistema capitalista colocava para o campo. Uma primeira matriz cujos principais teóricos eram James Guillaume e Mikhail Bakunin. Conhecidos como socialistas libertários. E a segunda representada por Karl Marx e Frederick Engels. Classificados como a ala autoritária do socialismo. Uma das polêmicas que esses dois campos travaram foi sobre interpretação da Questão Agrária. Apesar de existirem vários pontos convergentes sobre o entendimento do fenômeno, outros tantos eram divergentes. Tanto os que se referem a sua natureza como suas consequências. A primeira delas diz respeito ao futuro que os camponeses teriam no aprofundamento das relações de produção especificamente capitalista. Neste sentido, o presente artigo busca as interseções possíveis para se compreender a Questão Agrária colocada na Amazônia Oriental a partir da luta dos subalternos e àquelas enfrentadas pelos camponeses durante o processo revolucionário russo. Destacando-se para isso os elementos que contribuem para a produção e reprodução dos camponeses que operam um repertório de instrumentos que remontam os princípios anarquistas na construção de seus territórios. Tanto materiais como imateriais.

---

<sup>1</sup>Projeto de Pesquisa desenvolvido no interior do GPTECA - Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia através de bolsa PIBIC - FAPESPA coordenado pelo Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel. Parte das reflexões aqui expostas foram discutidas no mini-curso A Revolução na Revolução – anarquismo e campesinato na Revolução Russa, os casos da Makhnovitchina e de Kronstadt no interior do Seminário Nacional 100 anos da Revolução Russa – debates sobre democracia, socialismo e anarquismo realizado pelo Projeto Confronto de Ideias coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Marly Gonçalves da Silva ligado a Faculdade de Ciências Sociais – FACS/IFCH-UFGA.

<sup>2</sup>Professor do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato – LEPEC/UFPE. Militante do Movimento de Organização de Base – MOB e da Federação Anarquista Cabana – FACA. Pesquisador do ITHA – Instituto de Teoria e História do Anarquismo (<https://ithanarquista.wordpress.com/>).

<sup>3</sup>Discente do Curso de Licenciatura de Geografia da UEPA, bolsista PIBIC – FAPESPA e integrante do GPTECA – Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia-UEPA.

<sup>4</sup>Discente do Curso de Pedagogia da UFGA. Pesquisador do GEPERUAZ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia. Militante do Movimento de Organização de Base – MOB e da Federação Anarquista Cabana – FACA.



**Palavras - Chave:** Questão Agrária; Anarquismo; Camponato; Rússia Revolucionária; Amazônia Oriental;

## Introdução

Desde o século XIX os intelectuais da teoria crítica se debruçam sobre os elementos que formam, compõem e condicionam a Questão Agrária<sup>5</sup>. A expansão do modo capitalista de produção e sua relação com as formações socioeconômicas anteriores, o papel do camponato na produção do espaço agrário, as inovações tecnológicas no rural, a constituição do assalariamento no campo, o processo de concentração de terras na estrutura fundiária são algumas temáticas que permeiam a agenda de pesquisa no mundo ocidental nos últimos dois séculos.

Polêmicas que perpassaram círculos revolucionários e acadêmicos durante muitos anos. Dentre as quais destacamos: Qual seria o *lugar* da ruptura revolucionária? Nos países e regiões onde o capitalismo estaria mais desenvolvido ou em sua margem, na periferia do modelo de produção capitalista. Qual seria o papel dos camponeses na luta de classes? Na vanguarda do processo organizativo ou como massa de manobra para a nascente classe operária. O feudalismo foi um fenômeno exclusivamente europeu ou foi transportado no bojo da expansão marítimo-comercial para América Latina também? Com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo a cidade e a urbanização se generalizariam a tal ponto de desaparecer com o campo e a sua ruralidade?

---

<sup>5</sup>Entendemos a Questão Agrária de acordo com Piotr Kropotkin. São elementos que envolvem “a concentração dos imóveis nas mãos dos mais ricos e o desenvolvimento sempre crescente de um proletariado do campo, os pesados impostos com os quais os Estados esmagam a agricultura, a introdução na agricultura da grande produção industrial mecanizada [...] a troca mais rápida das ideias, que hoje penetram até os lugares mais isolados – todas essas circunstâncias fizeram com que as condições da cultura mudassem a olhos vistos desde há trinta anos; neste movimento, a Europa encontra-se diante de um vasto movimento agrário, que vai em pouco tempo incendiá-la por inteiro e dar a próxima revolução um alcance bem maior do que ela teria, caso tivesse se limitado as grandes cidades.” (KROPOTKIN, 2005: 117-118). Definimos a Questão Agrária a partir da leitura de Piotr Kropotkin já que o mesmo entende o fenômeno a partir da centralidade do capitalismo (a Europa) e seu entendimento que ela irá se mundializar. Dando novos contornos ao processo revolucionário. O texto de Kropotkin, A Questão Agrária, é parte de um conjunto de artigos publicados no jornal anarquista “Le Révolté” entre o período de 1879 e 1882.

Essas e outras questões foram objetos de análise por teóricos e revolucionários. Esses debates tomaram os primeiros sentidos na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da construção da Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT, popularmente conhecida como Iª Internacional. Nesta arena destacaram-se duas grandes leituras da realidade que o sistema capitalista colocava para o campo. Uma primeira matriz cujos principais teóricos eram James Guillaume e Mikhail Bakunin. Conhecidos como socialistas libertários, ala federalista da Internacional. E a segunda representada por Karl Marx. Classificados como a ala autoritária do socialismo ou também conhecidos como centralistas na AIT.

Uma das polêmicas que esses dois campos travaram foi em torno da interpretação da Questão Agrária. Apesar de existirem vários pontos convergentes sobre o entendimento do fenômeno, outros tantos eram divergentes. Tanto os que se referem a sua natureza como suas consequências. A primeira delas diz respeito ao futuro que os camponeses teriam no aprofundamento das relações de produção especificamente capitalista. Para o setor comandado por Marx, este grupo social era um resíduo social em fase de extinção, uma espécie de entulho do modo de produção anterior. Na dinâmica da expansão do capital para o campo, os camponeses desapareceriam. Tal sumiço se daria, de um lado, pelo seu processo de assalariamento, portanto, uma espécie de transformação em operários rurais. Por outro lado, seu desaparecimento também se operaria pela conversão em novos fazendeiros muito bem integrados à lógica do mercado capitalista (podemos observar essa tese sendo desdobrada nas obras de vários marxianos conceituados como Karl KAUTSKY, Vladimir I. LENIN, Leo HUBERMAN, Caio PRADO JR, Maria da Conceição D'INCAO, José GRAZIANO da SILVA, Ricardo ABRAMOVAY, José ELI da VEIGA). Abaixo destacamos o fragmento em que Marx faz a comparação do campesinato com um *saco de batatas*

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de

produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (...) São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como um senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. (Marx, 2011: 114-115).

Para o agrupamento da Aliança da Democracia Socialista (ADS)<sup>6</sup>, liderada por Bakunin e James Guillaume na Internacional, os lavradores representavam uma lógica de resistência e eram uma classe revolucionária que poderia subverter a lógica do capital no campo. Já que características estruturais desse grupo social antecipavam a sociedade justa e igualitária que eram pleiteadas nos programas revolucionários dos organismos de orientação ácrata. Tais como o apoio/ajuda mútua, sua negação ao estado burguês e a lógica autônoma que perpassa seu processo de produção. Tal perspectiva pode ser constatada na seguinte passagem de Bakunin ao analisar a classe camponesa no interior da Rússia

---

<sup>6</sup>A Aliança era assim definida por Bakunin: “A Aliança é o complemento necessário da Internacional... – Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, com suas diferenças de profissões e países, através das fronteiras de todos os Estados, em um só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção realmente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem de modo algum opostos, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se tomado a sério, contém em germe, mas somente em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do [programa] da Internacional.”. (BAKUNIN, M. “Carta a Morago de 21 de maio de 1872”. In: CD-ROM Bakounine: Œuvres Complètes, IHS de Amsterdã, 2000).

Este ideal existe na concepção do povo russo? Existe, não há dúvida, e sequer há necessidade de analisar com profundidade a consciência histórica de nosso povo para definir seus aspectos fundamentais. O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecundada com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda a comunidade rural, ao Mir, que reparte a terra, o título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta, ao mesmo tempo que a gestão comunitária do Mir e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado. (BAKUNIN, 2003, pp. 29-30).

Em síntese temos, então, três questões colocadas pelas esferas políticas (anarquismo e marxismo) no interior do pensamento revolucionário no século XIX. A primeira delas diz respeito ao sujeito revolucionário, ou seja, quem seria ou quais seriam os setores da população responsáveis pelo desenvolvimento da revolução (sujeito revolucionário). A segunda se remete aos componentes táticos e estratégicos da transformação social, ou seja, que modelo ou que modelos deveriam ser adotados para a ruptura revolucionária e emancipação dos sujeitos subalternos (transformação social). Por fim, qual ou quais tempos-espacos que esse processo teria maior capacidade de acontecer (qual o lugar da revolução).

Levando em consideração a trajetória de lutas dos campesinatos na Amazônia Oriental e da Rússia revolucionária bem como o estudo sistemático do seu modo de vida em vários lugares do planeta podemos inferir que estes sujeitos sempre buscaram nos seus horizontes estratégicos a afirmação de tais princípios que foram destacados pelos anarquistas - o apoio e a ajuda mútua, elementos de solidariedade de classe como os mutirões, puxiruns e trocas de dias; a autonomia organizativa presente em várias comunidades no seu aspecto político buscando a horizontalidade, a autogestão econômica na organização do trabalho familiar e a autonomia em relação aos patrões já que eles detêm os seus meios de produção.

Neste sentido, o presente artigo busca as interseções possíveis para se compreender a Questão Agrária colocada na Amazônia Oriental a partir da luta dos subalternos e àquelas enfrentadas pelos camponeses durante o processo revolucionário russo. Destacando-se para isso os

processos de produção e reprodução camponesas que operam um repertório de instrumentos que remontam aos princípios anarquistas, na construção de seus territórios. Tanto materiais como imateriais. Para isso, os Assentamentos Rurais serão o lócus escolhido para observação sistemática e participante de tal reflexão.

*A necessidade de descolonizar o conceito de camponês - as experiências amazônica e russa*

É comum dentro de uma concepção vanguardista a visão de que devemos levar os preceitos (muitas vezes europeus) de transformação social para os povos do campo. Sejam eles indígenas, quilombolas ou camponeses. Uma rápida revisão de experiências na América Latina confirma tal hipótese. A experiência cubana, a construção dos zapatistas no México, as guerrilhas camponesas na Colômbia e o Sendero Luminoso no Peru são empirias que podemos destacar nesse processo.

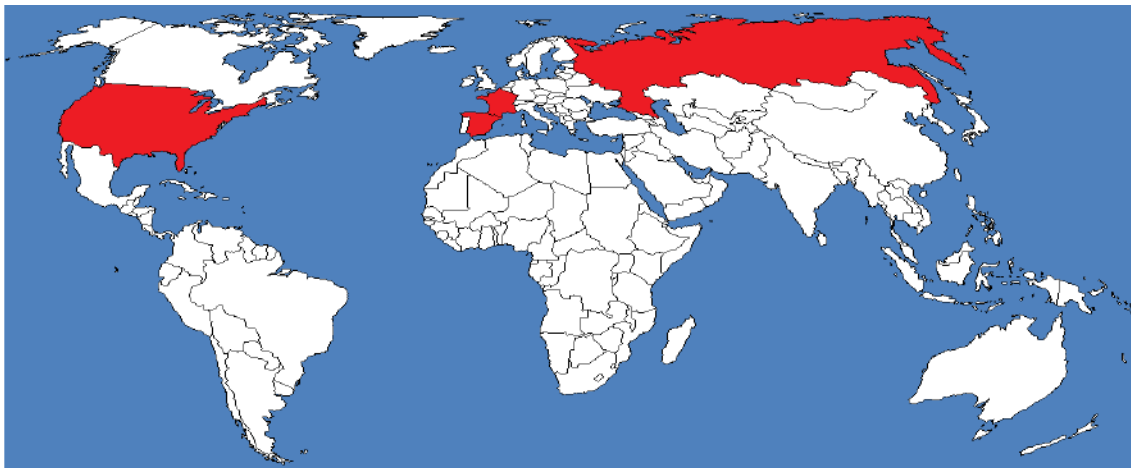
O que muitas vezes se oculta nesses esforços “iluministas” de *levar os princípios da revolução* para esses grupos sociais é a existência do perigo de *levar o fermento e eles chegarem como o bolo pronto*. Utilizamos este recurso da metáfora (e já pedimos perdão por isso) para dizer que o que era considerado *revolucionário* nas teorias críticas europeias, nas comunidades rurais já se praticava a partir do seu espaço vivido. No cotidiano banal que vai desde as relações no interior da unidade familiar até relações mais amplas na labuta com a terra e nas suas relações diretas com a natureza. O que chamaríamos de inovador entre os humanos europeus, não passam de práticas repetidas na Amazônia há pelo menos nove mil anos.

Esta advertência se justifica para esclarecer que nosso caminho de pesquisa neste artigo não é estudar as ferramentas libertárias para “encontrá-las” no horizonte camponês. É ao contrário. É entender como, na dinâmica desses grupos sociais, os princípios até então pregados no arsenal doutrinário do anarquismo podem ser encontrados nas práticas de resistência histórica desses povos. A autonomia, a autogestão, a ação direta, as solidariedades orgânicas, as relações diretas com a natureza são elementos que fazem parte da práxis dos grupos camponeses desde tempos imemoriais.

Por isso, há uma necessidade de pesquisa que procure descolonizar a leitura do anarquismo incorporando ao seu escopo uma

crítica à narrativa colonial do mundo que subalterniza saberes e grupos. Tal assertiva passa pela procura do encontro de espistêmes e racionalidades diversas. Uma simetria de construções entre o anarquismo europeu, dos chamados grandes sábios: William Godwin, P.J. Proudhon. M. Bakunin. Leon Tolstoi, Max Stinner, Pietro Kropotikin, Benjamin Tucker (ELTZBACHER, 2011) com práticas e saberes de grupos subalternizados como os camponeses no mundo e especialmente na Amazônia que através de suas diversas experiências territoriais contribuíram igualmente para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Inclusive com as práticas e experiências de rupturas revolucionárias pelo mundo (WOLF, 1972). Abaixo uma figura representando a centralidade nos países do hemisfério norte na produção das teorias anarquistas:

**FIGURA 01** – Base Geográfica dos Sete Grandes Sábios do Anarquismo.



**Fonte:** CORRÊA, F.; VIANNA, R. (2013).

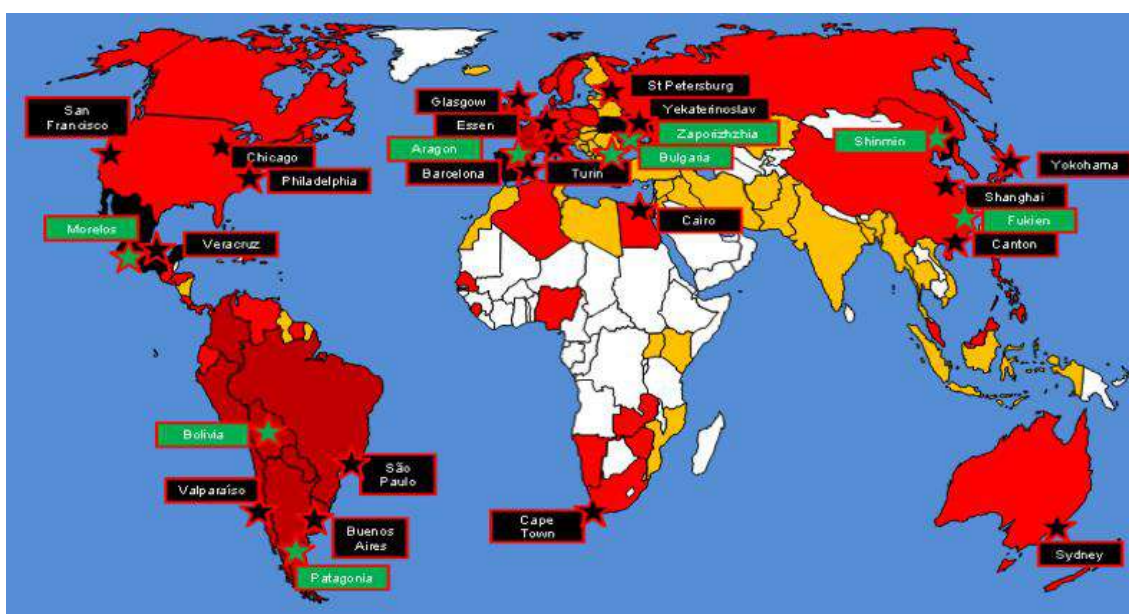
O pensamento não se encontra com a ação. Acima podemos observar o caráter eurocêntrico de produção teórica sobre o anarquismo. Tal cartografia não se encontra com as experiências revolucionárias de inspiração ácrata colocadas em prática pelos camponeses no mundo. Estamos nos referindo as práticas de autogestão e coletivização protagonizados por lavradores em vários cantos do mundo e que tiveram no anarquismo a sua principal inspiração. Em recente estudo Corrêa & Vianna (2013) analisaram 27 casos de experiências revolucionárias anarquistas pelo mundo (Figura 02). Dessas 19 das bases do anarquismo estão nas cidades, entre o

proletariado urbano (70%) 8 das bases do anarquismo estão nos campos, entre trabalhadores do campo e camponeses (30%).

Acreditamos que ainda existe um vácuo nos estudos das ciências sociais sobre as intersecções entre a teoria revolucionária anarquista e experiências territoriais camponesas. Para se aproximar disso vamos fazer relações entre as experiências desenvolvidas por camponeses num movimento que ficou conhecido como a Macknovischina<sup>7</sup> e a luta camponesa na Amazônia Oriental<sup>8</sup>.

Abaixo uma ilustração das experiências anarquistas pelo mundo.

**FIGURA 02** - Experiências Revolucionárias Anarquistas nos Cinco Continentes



**Fonte:** CORRÊA, F.; VIANNA, R. (2013).

Neste sentido, o artigo Questão Agrária, Campesinato e Anarquismo – intersecções a partir da Rússia Revolucionária e da Amazônia Oriental procura ajudar na compreensão sobre os nexos

<sup>7</sup>O Movimento Makhnovista foi um movimento de massas de guerrilha libertária camponesa entre os anos de 1917 e 1921 que estabeleceu a autogestão nos campos da Ucrânia através da desapropriação dos latifúndios e sua coletivização. Essa experiência gerou um documento importante para a história do anarquismo organizado chamado de A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas. Um documento apontando a necessidade de construção de um método e de programa anarquista para as organizações populares. Com forte influência hoje na construção do anarquismo na América Latina.

<sup>8</sup>Em especial, nas lutas mais contemporâneas postas em prática a partir de intervenções fundiárias na década de 1990 com a expansão dos projetos de Assentamentos Rurais no Brasil e vinculados aos movimentos sociais de massa como o MST.

causais entre a teoria revolucionária anarquista e as experiências de camponeses na r-existência colocadas pela expansão geográfica do modo de produção capitalista. Escolhemos para isso dois espaços que sofreram essa característica de fronteira. A Amazônia e a Ucrânia (Rússia). Dois espaços que têm em comum sua condição de fronteira, permeados por temporalidades distintas. Vamos a elas.

### **A luta do campesinato na Macknovischina (Ucrânia) e o anarquismo**

Um elemento em comum entre a Amazônia e a Rússia pré-revolucionária é a sua condição de fronteira. Recuperando uma categoria anglo-saxã, uma *fronteira em movimento*. Tal assertiva já foi trabalhada na tese clássica de Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (1976). Quando o autor, na ocasião, compara três fronteiras em movimento. A estadunidense, a amazônica e a russa. O que existe em comum nos três casos é o fenômeno da acumulação originária de capital. Porém, o autor conclui que existe uma diferença entre o deslocamento das mesmas. No caso das duas Ocidentais temos o itinerário em direção a Oeste (EUA e Brasil). Já na Oriental (Russa) sua mobilidade é em direção a Leste. Outra similaridade entre a região amazônica e a Sibéria é a incorporação de um modelo de capitalismo autoritário<sup>9</sup>.

A primeira face do autoritarismo no desenvolvimento do capitalismo russo é o fenômeno do Czarismo. O termo *Czar* é um desdobramento de *Caesar*. Porque se considerava Moscou como continuidade histórica de Roma. A terceira Roma (Roma -

---

<sup>9</sup>Este termo é um modelo de desenvolvimento do capitalismo naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. O que levou o Estado a assumir o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir e sucumbir. Sua característica principal é um sistema de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interviniente. Sua diferença em relação ao capitalismo clássico burguês reside no nível intenso de dominação da instância política. No âmbito da formação nacional o político mantém um alto grau de autonomia em relação ao econômico e uma grande capacidade de agir sobre ele. Por fim, podemos dizer que sob o capitalismo autoritário, a burguesia embora economicamente dominante, não é hegemônica. (VELHO, 1976). Tais características contribuem frontalmente para que alguns aspectos entre as regiões pesquisadas sejam similares. A primeira delas é a relação de servidão entre os proprietários e os camponeses. A relativa oferta de terras livres. A violência estrutural e a intensa migração e mobilidade em seu interior. Esses são alguns elementos que soldam a Amazônia com a Sibéria.



Constantinopla - Moscou). A política czarista, sempre autocrática e similar a monarquias centralizadas europeias, oscilou nos dez últimos séculos entre frear e incentivar a migração para interior de seu território. Alternava entre dois modelos de colonização: um “espontâneo” e outro sumário, de Estado. No perfil “espontâneo” destacamos o papel dos Cossacos para entender o processo de ocupação da Rússia. Eram grupos sociais com característica caçadora, pescadora e pastora. Através de um nomadismo relativo foram responsáveis pela conquista das estepes e, eventualmente, pela extensão gradual do poder do estado sob autonomias locais. Procediam principalmente de Moscou e da Ucrânia. Durante muito tempo foram grupos amantes da liberdade e praticamente ingovernáveis representando os anseios da revolução social e optando politicamente por camponeses e explorados de uma forma geral (TRAGTEMBERG, 2007).

Gradativamente os Cossacos são incorporados a lógica da política territorial do Estado Czarista. Pedro o Grande em meados do século XVIII se autoproclama como o único indicador do *Ataman* (Chefe, livremente eleito dos Cossacos) transformando-o numa figura agente do poder de Moscou passando a ser nomeado diretamente pelo Ministro da Guerra. Agora, além de serem agentes colonizadores são aproveitados pelo Estado em sua polícia interna. A casta desses oficiais cossacos transforma-se num grupo de grandes latifundiários admitidos no estamento da nobreza e oficialmente reconhecidos pelo poder central (TRAGTEMBERG, 1997).

Pedro o Grande avança a fronteira de recursos ao longo do século XVIII estabelecendo postos de forças cossacas avançadas ao leste da Sibéria. Isto coloca em cheque uma característica essencial dessa região. O não reconhecimento em toda sua extensão de uma nobreza senhorial bem como sua lógica de exploração, a servidão. Sua forma de organização espacial era a *Comuna* ou *Mir*. O tom desse padrão de organização social era a cooperação que ia desde a limpeza da terra para o plantio até formas de trabalho coletivo como o mutirão. Apesar das terras pertencerem legalmente ao Estado, os camponeses trabalhavam a terra a partir da lógica do princípio da ocupação do solo. A terra é de quem nela trabalha. A pressão paulatina czarista sobre os recursos na Sibéria coloca em cheque a lógica livre da Comuna

camponesa abrindo, no século XIX, uma fase de várias revoltas camponesas no interior da Rússia.

Para nossos interesses no artigo vale aqui apresentar algumas características do *Mir* na Rússia. A Comuna livre camponesa adquire, a partir da segunda metade do século XIX, após a abolição da servidão, importância fundamental. Os *populistas* russos viam nela uma instituição de raiz do povo, capaz de antecipar o socialismo agrário sem passar necessariamente pela fase capitalista. Os membros da comuna tinham direito hereditário de integrá-la, a organização do trabalho era familiar e redistribuíam as parcelas de terra conforme a capacidade de cada um e o número de membros do núcleo familiar. Pastos, bosques e pradarias eram de utilização comum, assim como a venda de terras sem uso ou a compra de novas eram decididas coletivamente.

Esse tipo de organização fundiária passa ser alvo do processo de acumulação do estado czarista através do aumento de impostos e da intensificação da concentração de terras pelo latifúndio ao longo do século XIX. O estado introduziu o passaporte interno. Este dispositivo controlava a mão de obra convertendo-a permanentemente em trabalho sumário na construção de canais, da nova frota naval, das estradas de ferro e para abastecer as forças militares através de seu serviço obrigatório. Todos esses elementos inauguram, como falamos acima, uma temporada de rebeliões camponesas que vão sacudir as estruturas da sociedade russa bem como o debate de ideias em torno do processo de transformação social de seu território. Basicamente, este debate coloca o enfrentamento de dois grandes campos da teoria crítica: os marxistas e os populistas russos.

A polêmica basicamente diz respeito às etapas do processo de transformação social e o lugar do sujeito revolucionário nesse processo de transformação. Enquanto os populistas russos pregavam a passagem direta do país ao socialismo utilizando as estruturas que o *Mir* (Comuna) camponês. Isso era afirmado com base na certeza que essa estrutura continha os germes da organização social com justiça, socialização dos meios de produção (terra principalmente), autonomia, trabalho coletivo e horizontalidade. Era possível, então, ir ao socialismo sem passar necessariamente pela modernização capitalista. Para os marxistas, principalmente na figura de Plekanov e sua organização *Emancipação*

*do Trabalho*, o projeto revolucionário passava primeiro pelo desenvolvimento das forças produtivas passando pela formação capitalista para, depois, se chegar no socialismo. Pensavam de acordo com as etapas que vislumbravam Marx e Engels: comuna primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo.

Outra questão importante nesta divergência era a centralidade do sujeito que concretizaria o processo revolucionário. Para as organizações narodnistas (populistas) o campesinato cumpriria esse papel e teria lugar central na transformação social. Já as organizações de orientação marxistas pregavam que o sujeito das transformações era o proletariado urbano. Na tradição narodnista destacam-se um mosaico de tendências e agrupamentos. O precursor era o Terra e Liberdade (1862). Tinha entre suas principais lideranças Lavrov e Herzen. Posteriormente o partido racha e se cria uma nova organização A Vontade do Povo (1876). Um setor deste partido faz a opção pelo terrorismo. Sua ação mais famosa foi o assassinato do Czar Alexandre II. Podemos destacar ainda um vetor anarquista entre os populistas. Agrupamento este que se origina o próprio Bakunin.

Dentre as principais teses dos narodnistas destaca-se a ideia de que o frágil desenvolvimento do modo de produção capitalista no espaço russo e as consequentes características luta de classes no campo colocam a revolução social na ordem do dia e a classe camponesa (Mujique) como central para o processo de ruptura. Isto não nos leva a crer na principal crítica dos bolcheviques aos populistas: a de que os narodnistas negavam que o capitalismo estivesse no embrião da Rússia. Tchernchevsky escreveu muito sobre o perigo de que a Obchtchina (Comunidade Camponesa) corria com a consolidação e a expansão desse mesmo capitalismo. Nicolau Frantsevitch Danielson em um texto clássico se preocupou em estudar as formas de acumulação capitalista na Rússia destacando o seu caráter específico (DANIELSON, 1982). Podemos, então, concluir que, ao contrário do que disse Lenin, os populistas jamais idealizaram a Comuna Rural (Obchtchina). A valorização do Mir não se deve a nenhum “misticismo campesino”, mas a sua capacidade de estrutural de forjar a futura sociedade socialista no cotidiano e no lugar de sua vivência. Tudo isso numa relação direta com a natureza.

Podemos afirmar tranquilamente que a polêmica entre marxistas e narodistas vai perpassar todo processo revolucionário russo. Levamos em consideração esse *processo* nas “três revoluções” russas. A primeira de 1905, a segunda em fevereiro de 1917 e, por fim, a de outubro de 1917. Entender as questões que colocavam as ideias de Marx em debate com o pensamento populista e essa trajetória da ruptura revolucionária é ponto chave para pensar o fenômeno do movimento camponês Macknovista.

Desde a virada para o século XX várias organizações operárias começam a se formar em várias cidades russas. Principalmente em Moscou. Em fins de 1904 havia onze seções operárias na capital. Todas elas controladas pela Igreja Católica e pelo Czar através de uma figura chamada Padre Gapon. Todas as reivindicações que ultrapassassem o limite das melhorias imediatas econômicas eram desestimuladas pela política czarista. Em dezembro de 1904 na Usina Putilov em São Petersburgo os operários decidem fazer uma pauta de reivindicações na linha do imediato econômico próprio dos sindicatos controlados pela liderança religiosa. Os patrões dessa Usina decidem demitir os envolvidos nesta luta. Em consequência os operários de outras seções se solidarizam e organizam uma manifestação em frente ao Palácio de Inverno para entregar uma petição formulada por Gapon ao Czar em nome dos trabalhadores urbanos e rurais da Rússia. O Partido Socialista Revolucionário reivindica um documento mais radical rompendo a fidelidade que movimento sindical tinha ao imperador e coloca direitos significativos como liberdade de imprensa falada e escrita; liberdade sindical; direito à greve; expropriação dos grandes latifúndios em benefício das comunidades camponesas e estabelecimento de 08 horas diárias de trabalho (TRAGTEMBEG, 1997).

Os manifestantes foram metralhados em frente ao Palácio de Inverno. Centenas de corpos foram conduzidos por trem para valas comuns fora da cidade. O Padre Gapon pede perdão publicamente ao Czar que por sua vez quer que o religioso informe os principais líderes do movimento e do Partido Socialista Revolucionário. Ele obedece a delação e um dos militantes do partido identifica-o. Como resultado os manifestantes enforcam o Padre e no dia 10 de janeiro de 1905 decretam Greve Geral no país. É nesta ocasião que se cria o primeiro Soviete de

delegados operários. Esta instância inicialmente se configura como uma tática de auxílio mútuo para o enfrentamento das contingências que a greve iria impor. Em seu interior participavam diversos setores do movimento sindical organizado. Editavam jornais e faziam debates sobre a conjuntura. Este exemplo se disseminou em vários cantos do país. No espaço rural criou-se a União Camponesa uma associação de trabalhadores camponeses com forte inspiração socialista que tinha uma grande base na Ucrânia. Era o exemplo da democracia direta difundindo-se tanto no campo como na cidade.

No campo ucraniano, no calor das movimentações de 1905, desponta uma grande liderança camponesa e anarquista chamada Nestor Makhno. Se destaca pela sua intrepidez e suas ações radicais contra os policiais e os ricos proprietários rurais. Basicamente, atentados e expropriações na Ucrânia meridional em especial nos territórios de Odessa e Ekaterinoslav. Municípios onde o movimento anarquista era forte. Lembrando que toda tradição anarquista e libertária é descendente direto dos Narodniks ou Populistas Russos. Porém, desde 1880, os populistas ou tinham se exilado ou foram massacrados pelo regime czarista. Os anarquistas, a partir de 1905, significam uma espécie de retorno ou de reorganização daquela antiga tradição populista (ARSHINOV, 1987).

Em setembro de 1906, Makhno entra em contato com um grupo de camponeses terroristas anarco-comunistas chamado de União dos Livres Agricultores. Esse atuava basicamente em Gulyai - Pole. Nesse mesmo ano foi preso por posse de armas, mas logo foi solto por ser menor de idade. Conduziram ao longo desse ano quatro expropriações sem nenhum derramamento de sangue. Exigiam dinheiro “para os famintos” ou simplesmente expropriavam para o anarquismo e desapareciam. Até 1909 realizaram várias ações pela região. Até que em novembro de 1909 a União assassinou o policial Karachentsev. Em 22 de março de 1910, Makhno junto com seus companheiros foram presos e condenados a morte por enforcamento. A época o militante anarquista não tinha participado de nenhum assassinato, mas o processo de criminalização do movimento estava intenso e era preciso dar exemplo para coibir futuras ações. Um fator decisivo foi importante para a sua salvação da forca. A falsificação da data de seu nascimento feita em

algum momento pelos seus pais. Foi considerado menor de idade e sua pena comutada por uma pena perpétua de trabalhos forçados na prisão política de Butyrki em Moscou.

Da prisão Makhno só sai com a revolução de fevereiro de 1917. Em março do mesmo ano retorna para sua aldeia em Gulay Polé. É uma época de euforia revolucionária. Os presos políticos do czarismo saem do cárcere. Na Ucrânia, rápido se estabelece a Rada Central<sup>10</sup> e Makhno reorganiza o Grupo Anarco Comunista da região sob influência teórica direta de Piotr Kropotkin. Ainda no final de março foi eleito para o comitê executivo da União Geral dos Camponeses – UGC (fundada em 1905). Uma das primeiras medidas da organização dos agricultores foi a paralisação do Comitê Social, órgão que apoiava o Governo Provisório. A União dos Camponeses paulatinamente substitui o Comitê Social (que apoiava o Governo Provisório de Fev. de 1917) se apoderando de suas seções. Em agosto de 1917 transforma-se no Soviete de Gulai-Polé.

Começa, então, resistência sistemática contra a ocupação alemã na Ucrânia (tudo isso no contexto da primeira guerra mundial). Com uma unidade de um pouco mais de três dezenas de *partisans*, os *makhnovistas* imprimem uma derrota as superiores forças alemãs expulsando-as de seu território<sup>11</sup>. Os grandes latifundiários da região apoiavam os alemães contra as forças revolucionárias. Com a retirada dos germânicos começam um processo de socialização das terras dos fazendeiros e dos *kulaks*<sup>12</sup>. Um confisco dos registros de terra. Tomando-os do Estado (a partir da expropriação dos documentos nos cartórios). O objetivo era reorganização da distribuição de terras através da expropriação dos *kulaks* e da aristocracia; O programa agrário dos anarquistas propunha a liquidação da propriedade dos camponeses ricos e dos senhores feudais (25 de setembro de 1917). Importante dizer

---

<sup>10</sup>Organização nacionalista burguesa contra-revolucionária constituída pela coligação dos partidos e grupos burgueses e pequeno-burgueses nacionalistas ucranianos no Congresso Nacional de Toda a Ucrânia, realizado em Abril de 1917 em Kíev. A Rada Central procurava consolidar o poder da burguesia e dos latifundiários ucranianos, criar um Estado burguês ucraniano, utilizando para isso o movimento de libertação nacional da Ucrânia.

<sup>11</sup>Após a expulsão dos alemães, Makhno passou a ser chamado pelo respeitoso apelido de *Batko* que significa “paizinho”.

<sup>12</sup>Um termo pejorativo usado pelo vocabulário político russo para se referir aos camponeses ricos.

aqui que esse confisco foi feito antes do Congresso Pan Russo dos Sovietes e da Assembleia constituinte.

Os Makhnovistas criaram seu próprio Comitê de Defesa da Revolução. As armas desse comitê foram expropriadas dos *kulaks*. Instalam-se tribunais populares nas reuniões dos camponeses para decidir o destino dos acusados. Geralmente as tropas alemãs capturadas eram libertadas com exceção de oficiais e civis alemães considerados espiões. Estes eram executados. Paralelamente a isso, no início de 1919 os makhnovistas apostam na construção de escolas de orientação libertária e intensificam a propaganda anarquista. As crianças eram ensinadas a ler e passavam a treinamento militar na forma de jogos militares. Mas o principal trabalho educativo era conduzido junto aos adultos. Cria-se um conselho de cultura e propaganda responsável pelo esclarecimento e a agitação junto à população. Liberdade de propaganda foi estimulada. Foram abertos dez hospitais na região, oficinas organizadas para produção de ferramentas e equipamentos em geral. Militantes dos Socialistas Revolucionários de esquerda estavam juntos nesta empreitada.

A partir de 1919 os Exércitos Brancos ampliam sua campanha na Ucrânia. Entre 24 de janeiro e 4 de fevereiro foram travadas batalhas dramáticas contra os anarquistas do EIRU - Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (também conhecidos como Makhnovistas). A tese de Aleksandr Shubin é que os Makhnovistas foram obrigados a fazer um acordo pelo fato da única fonte de suas armas serem do Exército Vermelho. Aumenta-se a quantidade de armas aumenta-se os combatentes. Evolução dos guerrilheiros - Em janeiro, 400 combatentes. Em março, 5.000 guerrilheiros. Em abril de 15 a 20 mil soldados. Em seu auge, no final de 1919 e início de 1920, o EIRU conseguiu contar em suas fileiras com 110 mil pessoas.

Os Makhnovistas fortalecidos derrotaram o General Denikin. Um dos principais comandantes do Exército Branco. O final da luta contra os Brancos foi marcado pelo roubo do seu trem que carregava 1.500 toneladas de pão. Estes alimentos foram enviados a Moscou e Petrogrado como uma "oferenda" do EIRU aos Bolcheviques que estavam com dificuldade de alimentação nessas cidades.

Começam, então, as disputas no interior dos soviets entre Makhnovistas (EIRU) e Bolcheviques. A questão camponesa como centro da polêmica entre as duas concepções. Os Bolcheviques apostavam no desenvolvimento de Fazendas Estatais que ia de encontro à posição dos camponeses sob orientação anarquista na Ucrânia já que os revolucionários do EIRU propunham a coletivização das terras. Um sistema de requisição de alimentos foi imposto aos camponeses. As lideranças bolcheviques urbanas alheias à realidade camponesa insistiam na estatização das terras. Um discurso de Makhno na ocasião ilustra essa questão

O governo Bolchevique da Ucrânia se autoproclamou guardião dos trabalhadores. Colocaram as mãos sobre todas as riquezas do país e a consideraram propriedade do governo. A burocracia do partido, colocando novamente em nossos pescoços os grilhões das classes dominantes, tiraniza o povo. Eles zombam dos camponeses, usurpam o poder dos trabalhadores e não dão trégua aos insurgentes. Os esforços dos Bolcheviques para nos humilhar e humilhar os homens de Grigorev, a tirania da Cheka [Comissão Extraordinária Pan-Russa dos Bolcheviques para Combater a Contrarrevolução e a Sabotagem] contra anarquistas e organizações socialistas revolucionárias, tudo indicava um retorno ao despotismo do passado. (MAKHNO apud ARSHINOV, 1987, pag.22).

Importante neste momento de nosso artigo destacar algumas características gerais do Movimento Makhnovista para entender a divergência com os Bolcheviques e a sua principal liderança militar, Leon Trotsky. A primeira delas é seu caráter essencialmente popular. Desde a sua origem até o fim grande parte das fileiras do movimento foram compostas de camponeses pobres que viam no território autônomo da Ucrânia a possibilidade de resgate de sua dignidade. O EIRU primava pelo direito dos trabalhadores se auto-organizarem exatamente para garantir seu caráter autônomo. A organização da produção e a recondução do tecido social tinha na autogestão socioeconômica outro princípio. Mais do que isso: uma categoria da práxis revolucionária. Todas as ações na Makhnovishina tinham por base um anti-estatismo na sua edificação social. Em nome destes princípios tombaram 300 mil pessoas ao logo de uma experiência de 5 anos. Abaixo uma figura que ilustra no mapa da Ucrânia o território da Makhnovishina.



**FIGURA 03** Aproximação cartográfica do Território da Makhnovishina.



**Fonte:** [http://www.wikiwand.com/pt/Territ%C3%B3rio\\_Livre\\_\(Ucr%C3%A2nia\)](http://www.wikiwand.com/pt/Territ%C3%B3rio_Livre_(Ucr%C3%A2nia))

### **Elementos territoriais dos Assentamentos Rurais e sua relação com o Anarquismo**

Com o estudo das diferentes clivagens territoriais (migração, trabalho, família e saberes) podemos inferir algumas conclusões sobre o perfil do campesinato que vem se forjando no interior da fronteira amazônica e sua relação com as ferramentas históricas manejadas pelo anarquismo.

A primeira delas é a constatação que os grupos domésticos nesta região vêm acompanhando historicamente às fronteiras do Estado Nacional. Conversamos com trabalhadores cujos avós eram migrantes italianos e que chegaram ao Brasil para trabalhar na agricultura do café na divisa de São Paulo com o Paraná. Outros lavradores tinham avós que saíram da Bahia ou de Pernambuco e se deslocaram para o Oeste do Maranhão ou para o norte de Goiás em meados da década de 1950 em busca de terras devolutas. Os seus pais, por sua vez, saíram desses estados nas décadas de 1960 e 1970 e adentraram o Pará em busca de trabalho acompanhando novas frentes de econômicas com o

alargamento da fronteira. Tal situação nos força o entendimento que a migração aparece no horizonte das famílias como uma “bagagem”, passada de pais para filhos e ao mesmo tempo como consequência de uma política de estado que historicamente exclui os camponeses para as bordas de expansão do capitalismo. Fenômeno similar entre as fronteiras russa e amazônica.

Por outro viés, a terra no horizonte do campesinato na fronteira amazônica, ao contrário do Sul do Brasil ou mesmo da Europa, não é sinônimo de fixação, de enraizamento ou de imobilidade, necessariamente. É importante compreender a diferenciação do campesinato na fronteira amazônica no que se refere à representação da terra. Geralmente, para este campesinato, migrante da e na fronteira, a terra é recurso aberto e inesgotável, diferente da visão de outros grupos camponeses pelo Brasil, como os colonos do Sul ou mesmo de agricultores familiares na Europa onde encontramos famílias fixadas em um mesmo lote de terras há 700 (setecentos) ou 800 (oitocentos) anos. A apropriação da terra para os camponeses da Amazônia não é sinônimo necessariamente de fixação. Por isso, nos indagamos: será que a propriedade da terra, bem como a produção agrícola, é condição para o indivíduo se sedentarizar, como comumente percebemos na literatura que trata da transformação das sociedades nômades para sociedades sedentárias? No caso da fronteira nos parece que não podemos afirmar com tanta certeza. Assim como a apropriação da terra não é sinônimo de fixação tão pouco parece sinônimo de propriedade privada individual permanente.

O perfil de gênero do camponês migrantes na fronteira é masculino. Porém, existe uma tendência ao equilíbrio entre os sexos na composição demográfica recente. Contudo, registramos alguns casos que extrapolam uma visão binária da leitura de gênero e de sexualidade. É o caso de uma lavradora da Palmares com quem conversamos no trabalho de campo. Ao indagarmos sobre sua trajetória laboral disse que trabalhou como garimpeira em Serra Pelada no início da década de 1980. Sabedores de que era proibida a presença da mulher nos barrancos do garimpo, retrucamos dizendo que tinha trabalhado em alguma atividade de suporte a mineração. Ela continuou afirmando que foi na lavra e seu nome no momento era “João”. Tomamos um pouco de

fôlego e, curiosos, perguntamos como assim. Ela nos explicou a história. Disse que pela necessidade de trabalho, já que tinha filhos e seu marido tinha morrido recentemente, precisou se transvestir e adotou o pseudônimo de João. Passou dois anos no “personagem” e disse que nunca ninguém desconfiou que ela fosse mulher.

Se entre os camponeses entrevistados a grande maioria eram do Nordeste brasileiro, especialmente do Estado Maranhão, a geração que é sua filha nasce paraense. Tal conclusão desautoriza algumas desqualificações comuns de serem ouvidas pelo interior do Pará. Tais como: são pessoas de fora do Estado e da região que vêm para “invadir” as terras na Amazônia. Para aprofundar a reflexão detectamos uma rede de parentesco que se estabelece no sentido dos antigos moradores das fazendas que por sua vez têm seus filhos ligados à luta pela terra e territorializados nos assentamentos rurais que se avolumam a partir da década de 1990. Estes por sua vez, já tiveram seus próprios rebentos e que hoje se encontram em acampamentos mais distantes igualmente em outros lugares da fronteira envolvidos na luta pela terra. É o caso do acampamento na Fazenda Cabaceiras. Cumpre-se um ciclo neste sentido: Trabalho na Fazenda - Acampamento na Fazenda - Assentamento Rural - Acampamento na Fazenda. Uma espécie de atavismo na luta pela conquista da terra, especialmente estabelecido através da ação direta na ocupação do latifúndio.

Do ponto de vista de uma territorialização a partir da lógica do trabalho encontramos um elemento que perpassa e dá unidade a todas as estratégias de conversão e reconversão social - a necessidade de retorno ao campo, através da conquista da terra e garantia de autonomia através da estruturação do que estamos chamando aqui de matriz camponesa e que é portadora das seguintes características: a busca pela posse da terra; no trabalho, essencialmente, agrícola; na mão de obra prioritariamente familiar; nas relações familiares primárias; num estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza e na busca pela autonomia nas suas relações de produção.

A busca pela autonomia encontra um fator limitante em nosso estudo sobre o processo de reprodução dos camponeses nos assentamentos. Um fator relacionado a lógica demográfica e fundiária pelas quais os PA's são estruturados. Os assentamentos são pensados

de forma sistemática para dar resposta a uma geração apenas. Aquela que se encontra nas lutas pela ocupação das terras. Uma espécie de “curativo” imediato que logo exporá novas “fraturas” no contexto amazônico. Estamos falando dos estoques de terras que são disponibilizados e que não garantem a reprodução dos filhos neste mesmo lote. Em média os lotes agrícolas nos assentamentos da Amazônia paraense giram em torno de 10 (dez) a 15 (quinze) hectares. É um estoque de terras insuficiente para uma família que em média tem em seu grupo doméstico 05 (cinco) filhos (média de filhos nos assentamentos pelo Brasil). A consequência deste problema é a saída da nova geração e uma nova “corrente” migratória se estabelece e, geralmente, contribui para o alargamento da fronteira nas frentes de expansão. E, por outro, deposita sua cota de “culpa” nas causas do processo de fragmentação das famílias a partir da lógica da fronteira.

Um elemento importante que gostaríamos de destacar é o papel central que cumpre, nos assentamentos, as escolas. Nos dois assentamentos pesquisados elas eram um importante fator de territorialização. Na Palmares elas se apresentavam com uma estruturação bem definida e interessante e no PDS carecia ainda de uma ação mais efetiva do poder público junto às escolas, no sentido de melhorar sua infraestrutura e seus quadros de formação. Já que em cada vicinal é fundamental a presença de pelo menos uma instituição escolar. Por outro lado, os camponeses ainda precisam estabelecer uma disputa no que se refere aos currículos e as metodologias bem como o garantir um perfil de professor senão assentado e camponês, pelo menos comprometido com a reprodução daquela comunidade.

Passando de uma educação formal e escolar para a socialização dos saberes nos assentamentos, destacamos a importância da estruturação espacial baseada no binômio Vila - Lote agrícola. A vila configura-se como um importante espaço de encontro, principalmente da juventude, para as mais diversas atividades. Desde uma brincadeira de rua como o Garrafão, passando pelos encontros para ensaios das quadrilhas juninas até a reunião do grupo de Hip Hop, que dança *break dance* na piçarra.

Ainda sobre a articulação Vila - Lote agrícola um elemento chamou a atenção na Palmares. A tendência que existe para a

desarticulação do binômio. Os contínuos processos existentes de parcelamento dos lotes na agrovila pela formação de quitinetes que são alugados para trabalhadores sem um vínculo territorial com o assentamento. O fenômeno se deve a proximidade do PA em relação à cidade de Parauapebas e o preço razoavelmente barato do aluguel. Essa questão é preocupante pela capacidade que a agrovila tem em aglutinar os camponeses para as mais diversas atividades de socialização.

Agregado aos elementos acima temos a força de um processo de urbanização intenso potencializado pelos poderes públicos para poderem se ver livre dos encargos sociais e infra estruturais que lhe competem. Estamos falando do INCRA que insiste em teimar que a vila já é urbana e que por isso não tem responsabilidade pela sua estruturação transferindo a sua responsabilidade para a prefeitura local. Os assentados desenvolvem resistência neste campo também. Uma das reivindicações na dimensão simbólica é mudar a toponímia da rodovia que leva Parauapebas a Palmares. Batizando-a de Rodovia dos Camponeses.

Outro elemento que gostaríamos de trazer a baila é uma tendência que constatamos na direção dos deslocamentos dos camponeses do Sudeste do Pará, especialmente de ex-assentados na Palmares, em direção ao Sudoeste do Pará, com destaque para o próprio PDS em Anapu. Existe uma rede migratória que liga as duas mesorregiões, sentido Leste-Oeste, e mais ainda, uma relação de deslocamentos de um assentamento para o outro.

Finalizamos confirmando a hipótese de que campesinato na fronteira além de ser um modo de produção é também um modo de vida através dos elementos que se agregam e que estão na esfera da dimensão cultural, portanto imaterial e simbólica. Sem as quais não conseguiríamos entender em sua complexidade este grupo social. O que é importante reter desse exercício de compreensão e análise sobre os camponeses assentados na fronteira é de que eles se constituem em uma categoria que mantém uma perspectiva de vida ligada à produção agrícola em condições históricas e tecnológicas que tentam reproduzir adaptando ao contexto atual, em ambiente socioeconômico desfavorável. A mobilidade se constitui em uma estratégia que vem se esgotando enquanto alternativa, levando a posições radicalizadas de

enfrentamento para obtenção da terra, meio fundamental e central para a existência e reprodução dessa categoria.

### **Conclusão: A concepção periférica sobre as forças por trás da transformação social**

Em nosso entendimento o elemento que soldará as duas realidades aqui expostas, em contextos sócio espaciais e temporais tão diferenciados, é uma concepção de mudança social que tem por base uma estratégia que privilegia a lógica periférica própria do instrumental do anarquismo forjado ao longo de pelo 150 anos de lutas sociais no campo. Tal concepção se assenta na noção de que qualquer centralidade deva ser destruída. Buscando as forças da periferia para eliminação do centro. Ao falarmos disso temos como referência o quadro de uma expansão capitalista para campo portador da centralização na cidade como um espaço privilegiado de vivência e de proletarização da força de trabalho. Este aspecto da Questão Agrária vem se intensificando a pelo menos dois séculos.

Tendo como base a reflexão de Jong (2008) a concepção marxista ortodoxa de matriz leninista sempre privilegiou o centro como instrumento - seu modelo é sempre um centro: Estado, Partido ou Exército. Para eles a revolução é, antes de tudo, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, que traz a lógica da produção de um novo centro, para utilizá-lo como instrumento para a construção de uma nova sociedade. Para os ácratas o centro deve ser destruído imediatamente. E qualquer tentativa de reconstruí-lo depois de um processo revolucionário deve ser combatido. A luta contra o centro é seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os anarquistas tentam evitar a criação de um novo centro. A perspectiva, então, dos socialistas libertários sempre foi orientada para a periferia.

Falar então em periferia é ir em busca das franjas do sistema capitalista. Desenvolver luta social em suas fronteiras agrárias de expansão como práticas insurgentes sempre compuseram as estratégias libertárias. Neste sentido, o campesinato, bem como o conjunto dos povos tradicionais, se converte em sujeitos estratégicos de transformação social porque residem em tempos-espacos pré-

capitalistas e portadores de uma potência anticapitalista. Na Rússia revolucionária do *Mir* ou na Amazônia dos Assentamentos Rurais - PA's signos estruturantes da futura sociedade com justiça e igualdade foram observados. A busca constante por autonomia, o trabalho familiar e coletivo frente ao assalariamento e propriedade individual da terra, o apoio mútuo nos momentos claudicantes da vida na roça, a valorização da educação e dos processos formativos como ferramenta para emancipação, a busca constante por tecnologias apropriadas ao ambiente e a unidade familiar de produção foram algumas das características comuns observadas nos lugares em questão em nosso trabalho.

## Referências

- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v.02.03, p. 21-41, 2012.
- ARSHINOV, Piotr. *History of the Makhnovist Movement*. London: Freedom Press [1923], 1987.
- BAKUNIN, Mikhail. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Hedras/Imaginário, 2015.
- BAKUNIN, Mikhail. "Carta a Morago de 21 de maio de 1872". In: CD-ROM *Bakounine: Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. *Fronteiras Agrárias Intermitentes e Processos de Territorialização do Campesinato na Amazônia - uma análise comparativa de projetos de assentamentos no Sudeste e no Sudoeste paraense*. Tese de Doutorado. Recife: PPGeo/UFPE, 2015.
- CORRÊA, Felipe & VIANNA, Rafael. *Anarquismo, teoria e história*. IN: CORRÊA, F.; SILVA, R.; SILVA, A. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prisma, 2015.
- ELTZBACHER, Paul. *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York: Dover, 2004.
- DANIELSON, Nicolau Frantsevitch. *A tarefa econômica da Rússia*. IN: FERNANDES, Rubens César (ORG). *Dilemas do socialismo - a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- JONG, Rudolf de. *A Concepção Libertária da Transformação Social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Faísca/Federação Anarquista do Rio de Janeiro - FARJ/ Coordenação Anarquista Brasileira - CAB, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. Palavras de um revoltado. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2005.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

TRAGTEMBERG, Maurício. A Revolução Russa. São Paulo: EDUNESP, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato - um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976, 261p.

WOLF, Eric. Las luchas Campesinas del siglo XX. Madri: Siglo veinteuno editores, 1972.



# Revolução Russa avaliada por Florentino de Carvalho (1883-1947)

por Rogério Nascimento<sup>1</sup>

## Palavras iniciais

Florentino de Carvalho é o pseudônimo mais conhecido de Primitivo Raymundo Soares<sup>2</sup>, que atuou intensamente no movimento operário brasileiro até a sua morte em 1947. Entrando para o movimento operário no final do século XIX, participou ativamente dos três COBs – Congresso Operário Brasileiro de 1906, 1913 e 1920; escreveu ativamente na imprensa assinando com seu nome e vários pseudônimos; integrou o coletivo editorial de jornais e revistas; publicou dois livros<sup>3</sup>, tendo a polícia paulistana apreendido os originais de mais seis; dirigiu escolas em São Paulo e outras localidades no Brasil e na Argentina, além de ter participado em São Paulo da criação de uma universidade para trabalhadores no ano de 1915.

Seu pensamento social está registrado tanto nos livros por ele publicados, como na imprensa anarquista da qual foi colaborar e incentivador. Num trabalho de pesquisa e resgate de suas elaborações intelectuais, tenho me empenhado em publicar seus artigos em revistas e em livros<sup>4</sup>. Ele, como tantos outros de seu período, são desconhecidos

---

<sup>1</sup>Rogério H. Z. Nascimento é doutor em Ciências Sociais, professor da UFCG e pesquisador no Nu-Sol. [rogeriohznascimento@yahoo.com.br](mailto:rogeriohznascimento@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Primitivo Raymundo Soares nasceu em 1883 na Espanha. Veio com os pais para o Brasil ainda criança, em fins do século XIX. Ver NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho, pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

<sup>3</sup>Ver CARVALHO, Florentino de. *Da escravidão à liberdade, a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. 1ª ed. 1927. Seridó; RN: Tumulto, 2015. CARVALHO, Florentino de. *A guerra de 1932 em São Paulo: solução dos grandes problemas sociais*. São Paulo: Ariel, 1932.

<sup>4</sup>Ver a trilogia de escritos de Florentino de Carvalho: CARVALHO, Florentino de. *Anarquismo e sindicalismo*. Organização de Rogério Nascimento. São Paulo: Imprensa Marginal: 2008. CARVALHO, Florentino de. *Anarquismo e anarquia*. Organização de Rogério Nascimento. São Paulo: Imprensa Marginal: 2010. CARVALHO, Florentino de. *Anarquismo e socialismo*. Organização de Rogério Nascimento. São Paulo: Imprensa Marginal: 2012. Organizei uma coletânea com escritos de trabalhadores anarquistas sobre o recorte temático Educação Anarquista. Nesta publicação tem escritos de Florentino de Carvalho. Ver NASCIMENTO, Rogério (org.). *Educação anarquista, saberes, ideias, concepções*. São Paulo: Imprensa Marginal, 2012. A revista *Verve* do Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP tem publicado artigos de Florentino de Carvalho em vários números. Sobre a Revolução Russa, há reunidos, em *Verve* número 12, cinco artigos de sua autoria. Ver NASCIMENTO, Rogério. A propósito dos 90 anos

em nossa contemporaneidade. Mesmo estudiosos e interessados na questão social, fiam seu próprio pensamento em autores e referenciais conceituais formados fora dos setores populares. É bastante revelador da condição colonial, afetando concepções e sentimentos de pesquisadores e militantes sociais, este desconhecimento quanto às produções intelectuais de trabalhadores quando dos tempos de maior visibilidade e vigor do movimento operário no Brasil.

Um dos aspectos presentes em seus escritos diz respeito à busca de uma mais definida apresentação do anarquismo diante do socialismo. Desde seus textos mais recuados no tempo até os elaborados nos anos da década de 1930, quando combateu intensamente o socialismo autoritário cuja mais completa expressão está no pensamento de Karl Marx. Para os objetivos deste evento, me fixarei nas avaliações produzidas por Florentino em torno do socialismo marxista. Inicialmente percorrerei seus escritos anteriores ao ano de 1917, tendo como marco a Revolução Russa, em seguida os efeitos do bolchevismo no Brasil a partir de 1917 e dos anos de 1920 quando alguns anarquistas cogitavam da criação de um partido comunista. Por fim, pontuarei suas anotações nos anos das décadas de 1920 e 1930, arrematando com comentários breves na parte final deste artigo.

### **Antes de 1917**

O escrito mais antigo de Florentino de Carvalho, por mim encontrado, tratando do socialismo autoritário é este logo abaixo, publicado no jornal *Germinall*, de São Paulo, no 30 de março de 1913. Florentino integrava o coletivo editorial desse periódico. Curto e breve, o comentário sobre o Partido Operário da Bélgica indica a analítica constante do autor quanto a algum partido tido na qualidade de operário ou popular. Na verdade sua crítica ao socialismo autoritário tomou formas mais amplas, densas e intensas conforme o passar dos anos. Começemos por este seu primeiro artigo. Está completo por ser curto e direto.

---

da Revolução Russa: reflexões críticas de um anarquista nos idos de 1920. IN: Revista Verve. São Paulo: Nu-Sol, nº 12, 2007, pp. 129-156. [www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org)

## Os maus pastores

Segundo um telegrama recebido há dias, de Bruxelas, o Congresso do partido operário da Bélgica aprovou uma moção, propondo a declaração de greve geral, no próximo dia 14 de Abril.

É sabido que os socialistas belgas cogitam desde longa data a declaração da greve geral para conquistarem a liberdade de eleger amos, o sufrágio universal.

Os traidores da causa do proletariado que tão insistentemente lutam por fortalecer as instituições burguesas com o concurso de todos os cidadãos, multiplicando os candidatos ao poder, como se os partidos reacionários já não tivessem bastantes, e chegam a tentar para isso uma greve geral, serão, como de costume, os primeiros a guerrear qualquer tentativa de greve que os trabalhadores procurem realizar para resistirem à imposição e exploração do patronato.

Os fatos estão a cada passo provando que os caudilhos do socialismo parlamentarista, ou legalitário, são os maiores e mais temíveis inimigos das classes trabalhadoras. (CARVALHO, 2012: 63-64).

A contundência do fim do artigo manteve-se ao longo dos anos de suas colaborações na imprensa operária e anarquista. Os partidos socialistas seriam a causa de confusão de conceitos entre os trabalhadores, conduzindo-os, ao contrário do que difundiam, a adotarem posicionamentos favoráveis ao patronato e aos governantes, afirmando lutarem a favor da emancipação dos trabalhadores. No decorrer dos anos seguintes, este tema está presente nos artigos elaborados por Florentino. Não remeterei a alguns destes seus escritos. Passarei para algumas de suas análises produzidas no ano anterior a 1917.

No importante jornal *Guerra Sociale* (1915-1917), em São Paulo publicado nos idiomas italiano e português, Florentino de Carvalho divulgou, nos números 24, 25 e 28 entre os meses de agosto a setembro de 1916, a série de três artigos com o título “Mentiras do socialismo”. Nestes escritos, ele prepara análises detalhadas do Partido Socialista Democrático. Pontua o empenho de seus adeptos em conduzir os trabalhadores de sua luta por emancipação não por meio da ação direta, mas confiando aos políticos a condução de suas vidas. Nesta altura, evidencia e pontua com destaque a inspiração deste partido nos escritos de Karl Marx.

Nesse momento em que os acontecimentos marcavam o ponto culminante da ruína do mundo antigo, de

escravidão e de infâmia, e indicavam o despontar do sol da liberdade integral das classes operárias e de todos os seres humanos, surge, para desgraça das vítimas dos tiranos e exploradores, no próprio seio das coletividades subversivas a grei dos ambiciosos de mando e de riqueza, promovendo um movimento de reação contra os que mais se distinguiram nas batalhas pela liberdade.

As épicas frases de Marx: “Trabalhadores do mundo unidos. – A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores”, passaram a constituir palavras vazias de sentido, tanto para o filósofo que as havia pronunciado, como para os seus discípulos e para todos os socialistas autoritários. Entre os elementos chegados da classe burguesa, com o fim de dar novo rumo ao movimento operário, e os que, sendo, por muito tempo, militantes nas lutas sociais, não se haviam libertado dos prejuízos sociais, organizou-se uma força reacionária e dissolvente, a qual arrastou consigo um número considerável de aderentes à Internacional, dando a esta federação o golpe de graça, e, à burguesia, um novo triunfo sobre os homens do trabalho.

Para que os trabalhadores não se iludam com a dialética dos demagogos da política que se intitulam socialistas, sendo apenas agenciadores de votos, convém analisar as suas doutrinas, os seus princípios, as suas finalidades e os seus meios de luta, pois somente assim nos convenceremos de que constituem a melhor rede de escravização com que o regime burguês se mantém e se perpetua.

Ele prossegue destacando em sua crítica incisiva ao Partido Socialista Democrático na defesa intransigente da organização social centralizada em torno de um Estado de presença interventora e dominadora sobre todas as dimensões da vida social humana. Os socialistas atuam para o alargamento, aprofundamento e adensamento da ação violenta do Estado sobre o conjunto dos segmentos constituintes da sociedade. Nada ficaria fora de sua ação interventora e reguladora.

Os princípios, fins e meios sustentados pelos democratas socialistas podem ser enunciados da seguinte forma:

1º Centralização da riqueza social nas mãos do Estado.

2º Organização de uma república social em que o Estado seja o centro de gravidade do dinamismo social, sob o ponto de vista econômico, político e moral.

3º Conquista do poder público.

O Estado regularizará o desenvolvimento da riqueza, organizará o trabalho, ministrará a educação, a assistência, legislará sobre os cultos e distribuirá a justiça. O Estado, uma vez de posse de todas as forças vivas de um país, será o grande mandarim, o Deus onipotente, sem a vontade do qual não se moverá uma folha. Tendo em suas mãos a terra, o Capital, as rédeas do poder público

e, em consequência, todos os meios de instrução e de educação do povo, assim como a imprensa e todos os outros recursos de publicidade, com os quais se forma a opinião pública, o Estado, ou mais claramente, os governantes serão senhores absolutos dos países que estiverem sob o seu domínio. Os partidos de oposição não poderão existir porque carecerão dos recursos necessários à sua vida e desenvolvimento. O controle e a crítica tornar-se-ão impossíveis, porque não haverá quem conte com os elementos indispensáveis para organizar uma força capaz de se fazer respeitar pelos governantes. Este regime é próprio, excelente, para dar lugar a uma exploração e a um despotismo nunca vistos, tanto pela sua extensão como pela sua intensidade.

Um movimento em tal sentido produziria apenas a mudança de amos, com tendência para uma nova forma de escravidão até hoje desconhecida pelo seu requinte.

Neste novo regime ficariam subsistindo duas classes perfeitamente distintas: a dos funcionários públicos, senhores, ao mesmo tempo, do poder e da riqueza, e a dos trabalhadores, salarizados, ao serviço do Estado.

A classe dominante passaria a ser, pelo próprio determinismo deste sistema social, uma vasta oligarquia principesca, cujo esplendor nobiliário e plutocrático estaria em razão direta das possibilidades econômicas e políticas.

Mas, dirão que um regime deste quilate não tem nada de socialista. Com efeito, uma sociedade desta ordem seria o pólo oposto dos princípios socialistas; porém, é para estes novos horizontes que os socialistas autoritários, evoluíram, jactando-se de evolucionistas e criticando os ideais revolucionários propagados pelos anarquistas.

Como é possível que alguém, apesar das incontestáveis demonstrações que apresento, julgue exageradas as cores com as quais descrevo o regime do socialismo democrático, reforço os meus argumentos com a autorizada palavra de um proomem do Partido Socialista e deputado ao Parlamento Italiano.

Este homem - Labriola - reconhece, como nós, que a democracia e o socialismo são coisas que se repelem. Uma é a negação da outra.

Diz o ilustre parlamentar socialista: "A verdade é que o socialismo não é um derivado da democracia. Quando muito se pode dizer que uma e outra provêm da mesma situação histórica e foram simultaneamente originados. A democracia tinha por fim a ação em comum e solidarizada de todos os cidadãos dentro do Estado; o socialismo tinha por fim a ação distinta e separada dum grupo de produtores numa oficina ou no terreno dos antagonismos econômicos, para daí irradiar para fora e investir contra o Estado." E, mais adiante acrescenta: "O partido socialista, pela forma como toma parte nas instituições atuais, torna-se para elas um elemento de conservação. Não pode fazer parte de ministérios ou de maiorias parlamentares sem defender o Estado. De resto, a experiência mostra-nos que não há maiores reacionários do que os socialistas, desde que chegam ao poder".

O socialismo tem feição conservadora e reacionária não apenas por elaborar medidas insuficientes ao alcance de algo próximo de um ideário de justiça social, mas, por fazê-las reprodutoras e galvanizadoras da organização social burguesa. Florentino de Carvalho tem em vista algumas propostas apontadas pelos socialistas democratas. Desta maneira entende que as diversas iniciativas socialistas, como conselhos, cooperativas entre outras, são meios de emprestar maior fôlego, sustentação e expansão ao domínio e predomínio burguês.

Lançados na corrente reacionária, os socialistas democratas não podiam deixar de cantar as excelências dos processos tendentes a um lento movimento político sem alterar as bases das instituições históricas. Desde que descambaram para o terreno da política eleitoral e parlamentar, uma obsessão absorveu as suas energias e faculdades: a posse dos poderes constituídos.

Ora, os elementos que melhor podiam servir para este fim eram os que, de um lado inspirassem entre as classes trabalhadoras a possibilidade de um melhoramento econômico imediato, que é o que está mais ao alcance da sua fraca mentalidade, e que, ao mesmo tempo aparecessem ante as classes conservadoras como os principais elementos de ordem, de paz, dentro do regime burguês, servindo como melhor garantia da estabilidade e solidez do velho regime.

Com o fim de reunir em seu seio todas as forças sociais e chegar, assim, mais depressa, ao fim almejado, os socialistas democratas pretenderam contentar a todos e, as suas ideias passaram a ser *pau para toda obra*. Aventaram a ideia de criar leis protetoras, cooperativas de produção e de consumo, bolsas de trabalho e, também, conselhos de arbitragem, para resolver os conflitos entre o Capital e o Trabalho.

As leis protetoras, porém, só podiam ser criadas por parlamentares operários ou socialistas. E aqui radica o motivo da propaganda pelo voto, da luta eleitoral, para levar às câmaras legislativas e aos ministérios, os homens de mais valia, de mais astúcia, ou os que, à custa do sacrifício da sua dignidade conquistassem a benevolência ou a proteção das figuras mais *brilhantes* do Partido Socialista Democrático.

O escopo a atingir era a harmonia entre o Capital e o Trabalho, sonho dourado de todos os burgueses.

Ainda foram mais longe os senhores socialistas da democracia. Forjaram doutrinas políticas, econômicas e morais, para cada classe social. Para os proletários, elaboraram princípios de socialização das terras, da riqueza social e, para os pequenos proprietários: agricultores, industriais e comerciantes, codificaram um programa de defesa da pequena propriedade. O socialismo democrático chegou a ser uma espécie de panaceia universal, e... *tutti contente*. (CARVALHO, 2012: 98-102).

*Guerra Sociale* foi um jornal muito importante nos acontecimentos que precederam os levantes populares em São Paulo em 1917. A campanha contra a exploração de menores, iniciada em 1915, conseguiu sensibilizar os setores populares contra a situação de extrema exploração e violência sobre a infância. Florentino integrava o coletivo editorial. Em suas páginas, ele se empenhou energicamente em levar os trabalhadores e setores populares para posicionamentos mais e mais decididamente libertários. O debate por ele encetado com representantes do socialismo se deu também simultaneamente a polêmicas com companheiros anarquistas em torno do tema relacionado ao anarquismo diante do sindicalismo. Em continuidade ao seu artigo, Florentino indica em doze pontos as mentiras do socialismo:

O perigo maior que nos oferece o socialismo democrático encontra-se nos seus princípios, nas suas doutrinas, nas suas tendências antirrevolucionárias e antilibertárias, encontra-se nesse labor diário, de propaganda e organização, de manejos com os inimigos do proletariado, na ação dissolvente e enervante realizada entre as classes trabalhadoras, fazendo convergir as suas energias para uma luta inglória, estéril e prejudicial, que favorece a classe capitalista.

Este movimento de reação, contrário às aspirações de emancipação humana, dirigido pelo Partido Socialista Democrático, é determinado:

- 1º Pela mentira patriótica e nacionalista;
- 2º Pela mentira do possibilismo estatal que se diz favorável aos trabalhadores;
- 3º Pela mentira da panaceia legalitária;
- 4º Pela mentira das virtudes do reformismo;
- 5º Pela mentira relativa à burla eleitoral e parlamentar;
- 6º Pela mentira dos valores do cooperativismo;
- 7º Pela mentira histórica, ou falsidade na exposição dos fatos históricos;
- 8º Pela mentira inerente à inversão das concepções filosóficas do socialismo;
- 9º Pelos princípios autoritários e hierárquicos do democratismo;
- 10º Pelos meios de luta que o Partido Socialista Democrático, desenvolve dentro da ordem e da lei do regime burguês;
- 11º Pelas suas finalidades imperialísticas e tirânicas;
- 12º Pelas ambições que estas tendências despertam entre os seus componentes, impelindo-os a uma luta desesperada para galgar os cargos públicos bem remunerados e sair, à brevidade possível, da situação de párias aguilhoados pelas necessidades econômicas. (CARVALHO, 2012: 106-107).

O último dos três escritos de Florentino acentua a sua crítica num ou noutro aspecto, arrematando sua abordagem do socialismo estatal ou autoritário, a partir da perspectiva anarquista. Para o autor, os socialistas provocam numa confusão entre sociedade e Estado. Este confusionismo é ressaltado neste artigo de encerramento.

O sofisma que entre os sociais democráticos está mais em voga é a confusão que estabelecem entre o Estado e a Sociedade.

É sabido que o Estado é posterior à Sociedade e que a sistematização e organização estatal é de origem recente. Além disto, as funções da Sociedade e as do Estado são específicas, distintas, opostas.

A Sociedade tem por fim a solidariedade, a ajuda mútua, e a atividade das relações, dando a cada indivíduo maior soma de liberdade, de bem-estar e de cultura. O Estado, ao contrário, é um agrupamento de indivíduos mais ou menos arregimentados pela coação, submetidos pela força bruta. No Estado impera o arbítrio, o direito do indivíduo mais favorecido pelos privilégios.

Na Sociedade o indivíduo é um homem que exerce livremente as suas faculdades, e desenvolve diretamente, com os outros homens, as suas atividades na produção e na distribuição das riquezas, e em todas as iniciativas da vida cultural e artística.

No Estado o indivíduo é um cidadão, um súdito, um autômato, cuja vida se acha ao capricho de terceiros, os quais não permitem que cada qual se mova sem o consentimento. Os governantes, absorvendo as funções da coletividade ou de cada indivíduo nas questões concernentes à direção da vida social e particular, obrigam os governados a obedecerem à lei, à autoridade, suprimindo, de fato, os mais mezinhos direitos e liberdades. Na produção e distribuição de riquezas o Estado ou funcionalismo público aplica a *lei do funil* açambarcando o produto do trabalho e deixando *sem camisa* os trabalhadores, que recebem um salário equivalente - se for - às mais peremptórias e grosseiras necessidades.

Quanto à vida cultural e artística previamente o Estado toma as medidas necessárias para que o indivíduo não se desvie dos sentimentos e das ideias que devem formar um bom cidadão, capaz de sacrificar-se pela pátria e pelo regime político imperante.

Nas relações jurídicas o Estado é o único juiz. O indivíduo não está autorizado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, a não ser em virtude da lei.

Deste conjunto de fatos resulta um mal-estar, uma irritação constante entre todos e cada um dos componentes do agregado de indivíduos arregimentados, cuja explosão de revolta somente a força armada pode conter.

O Estado prejudica, pois a economia e a ética do povo, e, unicamente a sua ausência pode restabelecer o equilíbrio e a harmonia das relações entre os seres humanos. O Estado é um sistema de princípios e de instituições que



suprimem o progresso, a liberdade e a moral, em toda forma, em todo tempo e lugar onde possa exercer as suas funções.

O *socialismo democrático*, cujo postulado tanto defende o estatismo governamental, é, pois, um catecismo de mentiras e de sofismas, que estão em pugna com os mais rudimentares princípios de organização social. (CARVALHO, 2012: 109-110).

O sentido de confusão entre conceitos e ideias, arrastando os trabalhadores a adotarem posicionamentos dúbios entre as propostas libertárias e autoritárias, se intensificou com a chegada de notícias sobre a Revolução Russa. A acolhida aconteceu de maneira entusiasta no mundo operário internacional e não foi diferente no Brasil. Os jornais e revistas dos trabalhadores registram o arrebatamento envolvente. A animação com a revolução aniquiladora da tirania dos czares deixava os trabalhadores empolgados com a possibilidade de execução das ideias de justiça, liberdade e igualdade social.

### **Depois de 1917: o movimento operário no Brasil sob os efeitos da Revolução Russa**

O maior jornal operário no Brasil foi *A Plebe* (1917-1951). Editado em São Paulo, capital, em suas diversas fases foi semanal, quinzenal, mensal e chegou a ser diário nos meses de setembro a novembro de 1919. Sua existência expressa a energia de personalidades associadas em coletivos de editoriais, mas também envolvidos com escola, cultura, sindicatos e enfrentamentos em várias outras dimensões da vida social. A situação externa da primeira guerra e a interna com o recrudescimento da repressão aos trabalhadores resultou na impossibilidade de publicação do jornal no ano de 1918. Com a volta de sua publicação a partir do ano de 1919, as páginas de *A Plebe* registram acirrado debate agitando os trabalhadores em torno da revolução russa. As notícias sobre a ascendência bolchevique levou não poucos a demonstrarem simpatia pelo bolchevismo, a ponto de proporem a adoção, pelo movimento operário no Brasil, de suas concepções e práticas.

Desde este ano de 1917, *A Plebe* publica em suas páginas artigos noticiando os acontecimentos na Rússia. Mesmo com a precariedade das fontes de informações, elas registram o interesse existente entre os trabalhadores quanto às ocorrências naquele distante país. O

entusiasmo é patente nestes escritos. Afinal, uma revolução socialista estava em pleno andamento naquele início de século XX e esta empolgação geral possibilitava a discussão em torno da adoção, pelo movimento operário no Brasil, dos procedimentos instaurados pelos trabalhadores e camponeses russos e ucranianos.

Outros periódicos surgiram neste meio tempo, repercutindo o tema da Revolução Russa. *Alba Rossa*, escrito em italiano, surgiu em São Paulo no ano de 1919, mesmo ano do surgimento do jornal *Spartacus* no Rio de Janeiro. O coletivo editorial do jornal carioca estava inclinado à adoção do modelo bolchevique, iniciando a divulgação da criação de um partido chamado Partido Comunista do Brasil (PC do B). *A Plebe* de número 08 de 12/04/1919 registra a fundação deste partido. Alguns dos integrantes do grupo editorial deste jornal foram os principais articuladores da criação do PCB no ano de 1922. Florentino de Carvalho escreveu em 29/03/1919, no número dez do jornal *Alba Rossa*, um artigo intitulado “La rivoluzione in Rússia”, registrando a sua admiração com os revolucionários russos e, ao mesmo tempo, a existência de temores da burguesia internacional quanto à difusão da revolução, sobretudo, pelos países europeus. Ele torcia por este espalhamento na Europa e noutros países.

É a partir do ano de 1920 que começa em *A Plebe* o intenso combate contra o bolchevismo no Brasil. Vejamos algumas dos artigos elaborados por Florentino de Carvalho.

### **Anos das décadas de 1920 e 1930**

No ano de 1920 Florentino de Carvalho dirige a revista *A Obra*, além de participar do coletivo editorial do jornal *O Libertário* e de *A Plebe*, publicados em São Paulo. Os dois primeiros periódicos concentram suas energias no enfrentamento ao bolchevismo. Junto com as publicações de *A Plebe*, Florentino deixa documentado seu esforço particular na recusa do bolchevismo e, mais largamente, do marxismo em quaisquer de suas manifestações. Assinando com outro pseudônimo – Content. – divulgou em *A Obra* de 01/10/1920 o artigo “Vivamos às claras – Basta de confucionismo – Pelo despotismo autoritário ou pelo anarquismo”, como uma síntese do folheto “Contra o confucionismo” (CARVALHO, 2017) publicado por editora portuguesa no mesmo ano de 1920.

O folheto “Contra o confucionismo” assinado por Content, mais um pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, demonstra o seu esforço em diminuir ou mesmo anular os efeitos da confusão de ideias e da adoção dos conceitos e práticas autoritárias, enquanto meio para se alcançar fins libertários. No ano de 1920, Florentino de Carvalho publicou intensamente, nos periódicos acima referidos, artigos críticos em torno do tema do socialismo marxista, do bolchevismo e quanto à presença de candidatos aos cargos políticos por socialistas partidários<sup>5</sup>.

No espaço de tempo que vai de 1921 a 1925, Florentino de Carvalho adoeceu gravemente, foi preso por meses e abriu a “Lista de anarquistas perigosos” elaborada pela polícia paulista. Por esta razão, evade do Brasil em 1926, para retornar em princípios de 1931. Em sua fuga rumo à Argentina, passa pelo Rio Grande do Sul com tempo para providenciar a publicação de seu primeiro livro (CARVALHO, 2015). Neste livro há vários capítulos dedicados a tratar do socialismo de Karl Marx como também da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.). Sua análise apontava para o fim da U.R.S.S. já em 1927 e deixava seus contemporâneos perplexos. Vejamos seu conteúdo, quando situa a tensão formadora das sociedades ocidentais no embate entre liberdade e autoridade posto desde séculos e de regiões diferentes:

As correntes de civilização que concorrem à formação da ética ocidental são: a oriental, a egípcia antiga, a helênica e a árabe.

A civilização egípcia, pelo fato de adquirir sobre as outras mais poder de irradiação, penetra na Europa e instala sua sede na “CIDADE ETERNA”.

Por necessidades filhas das circunstâncias assimila<sup>6</sup>, da civilização indígena alguns traços essenciais e consolida a conquista dos novos domínios.

O fato não admite contestação: seja qual for o prisma por que encararmos a civilização romana da era cristã, havemos de descobrir, sob a polidez filosófica, científica e artística advinda da Universidade Ateniense e da Escola Alexandrina (metamorfoseada conforme a idiosincrasia nacional), aquela alma ascética, profundamente mística e despótica que florescera às margens do Nilo; havemos de

---

<sup>5</sup>Para conferir as publicações de Florentino de Carvalho neste período ver Florentino de. *Anarquismo e socialismo*. Organização de Rogério Nascimento. São Paulo: Imprensa Marginal: 2012. p. 127 - 169.

<sup>6</sup>A evolução do politeísmo, semi-relativista e democrata, para o monoteísmo, fortaleceu a escravidão dos povos ocidentais.

esbarrar com as “sanguinárias leis de Moisés”, com o Direito tipicamente absolutista<sup>7</sup>.

A civilização egípcia estende desde Roma, por todo o Ocidente e parte do Oriente, a sombra da religião, o morbus da autoridade.

Em compensação, o helenismo projeta desde Atenas a luz da filosofia positiva, o gênio das artes, a força espiritual.

A seguir, a civilização árabe invade a bacia do Mediterrâneo, portando como troféu de glória um riquíssimo tesouro de ilustrações, e como título de nobreza o exemplo vivo da liberdade, o caráter cavalheiresco, anárquico, que notabiliza uma raça nômade e culta.

Os princípios da grisalha civilização egípcia refletem o movimento reacionário. Se vingasse definitivamente, regressaríamos à escravidão faraônica, à cultura hieroglífica.

Os princípios da civilização helênica e da árabe e o progresso ético realizado nas últimas centúrias, refletem a evolução para a liberdade e a fraternidade universais.

Daí o atrito.

Quem vencerá?

Podemos agora responder, de viseira erguida, à inquirição de Bourgeois - onde nos conduzem as forças que se desbridam?

Após vinte séculos de domínio, a águia romana contempla desconsolada e impotente o sinistro do edifício egípcio-cristão, com todos os seus impérios e monarquias. Dele restam, para nosso museu, alguns esqueletos periclitantes: o da Inglaterra, o da Espanha e da Itália...

Que significa essa vertigem das dinastias e das classes reinantes?...

Significa a caducidade de uma civilização grosseiramente fetichista, significa uma nova renascença. Os movimentos políticos e sociais produzem-se com velocidade excepcional, escapam ao influxo das evoluções locais, por obedecerem à dinâmica social do mundo civilizado.

Por certo, aos bons observadores não escapa que, ao movimento reivindicador se incorporam e ameaçam a normalidade da evolução os partidos políticos da vanguarda, que no julgar da demagogia bolchevista, devem dirigir todos os seus esforços em sentido oposto às manifestações iconoclastas das massas.

Por este fato há quem tema pela sorte do futuro social. Naturalmente, a burguesia, esgotados como estão todos os seus recursos de estabilidade, refugia-se, ampara-se na extrema esquerda, nos partidos que se rotulam proletários; estende-lhes as mãos, reivindica-os, engrossa as suas fileiras, assume-lhes a direção, fá-los passar por uma metamorfose basilar e doutrinária.

---

<sup>7</sup> No original há aqui uma nota de mesma numeração da anterior. Creio ser intencionalmente colocada a fim de remeter o leitor para o mesmo texto. (N. A.)

“As classes conservadoras, de hoje, submetem o socialismo político a um processo de adaptação, como as de outrora submeteram o cristianismo primitivo”.

ou, então, entretêm as classes trabalhadoras com as pitorescas gestões de administração estatal pelos chefes das organizações trabalhistas (Inglaterra, França, etc.), expondo-os ao ridículo, obrigando-os a governar (?) dentro do círculo de ferro das constituições monárquicas ou republicanas, sob controle da plutocracia, a imitação de qualquer ministério reacionário.

A situação não é, evidentemente, das mais lisonjeiras. Cremos, entretanto, que alguns revolucionários se impressionam demasiado com os êxitos momentâneos e aparentes do socialismo democrata.

O papão socialista governamental, caso a burguesia continue a utilizá-lo em seus planos de ataque às multidões insubmissas, será “flor de um dia”. (CARVALHO, 2015: 283 - 286).

Em seu segundo livro, Florentino elabora uma análise crítica da constituição do socialismo marxista como expressão autoritária afetando o pensamento social moderno. Situa neste diapasão uma crescente inclinação da vibração revolucionária para formas autoritárias. Vejamos.

#### “CAPÍTULO XXI **INCOERÊNCIAS DO SOCIALISMO DEMOCRATA** DESORIENTAÇÃO SOCIALISTA

Durante a sua marcha através do Ocidente, a revolução nacionalista, republicana e democrática, que culminou nas memoráveis jornadas de 93, e consagrou as liberdades políticas, um novo movimento se desenhava em seu seio, imprimindo à história a diretriz que leva as sociedades humanas ao estado de equilíbrio e de normalidade, decorrentes da igualdade social - o movimento econômico.

Infelizmente, este movimento que se enunciou sob a denominação de *socialismo* e que em seus princípios originários e negativistas visava acrescentar à liberdade política a liberdade econômica, incorreu em grave erro de orientação. A constatação desse fato estava patente na sua incoerência filosófica, que provoca a degenerescência<sup>8</sup> das liberais e generosas inspirações populares, deslocando-as do seu curso natural para um polo absolutamente oposto.

O SOCIALISMO  
FRANCÊS

---

<sup>8</sup>Repetia-se o fenômeno da degenerescência do Cristianismo, - N. A.

Essas inspirações consignadas na parte crítica do socialismo utópico, foram contrariadas, sem má intenção, já se vê, pelas doutrinas econômicas e políticas de Cabet, Babeuf, S. Simon, Luis Blanc e todos os socialistas da época.

Enquanto o liberalismo individualista burguês postulava o fracionamento da propriedade, e a redução do Estado, e reclamava liberdades indispensáveis ao progresso da indústria, do comércio e da cultura, os teóricos do socialismo utópico, saíam-lhes ao passo com um sistema econômico e político retrógrado. Julgando fazer obra revolucionária, iniciavam a contra-revolução.

O socialismo francês, calcado nos princípios da centralização, alteando como providência universal e absoluta o poder político, cortava pela base os foros sociais e individuais.

Os seus apóstolos, por cuja imaginação não havia passado a ideia de autopsiar o Estado, tomaram esta entidade como princípio dinâmico do Direito, da Justiça, como um Deus capaz de remediar todos os males sociais.

---

## O SOCIALISMO GERMÂNICO

A esta altura, o socialismo irradiou-se sobre a Europa Central, encontrando os povos germânicos em luta pela respectiva unificação nacional e arrebatados pelo chauvinismo.

É lógico que uma burguesia surgida da revolução recebesse com júbilo um postulado político riquíssimo de princípios, em harmonia com o idealismo latente, com vistas à Constituição de um Estado perfeito, poderoso, destinado a ser cúpula da grande potência em formação. Na nova pátria, o socialismo transfigurou-se, foi despido das poucas roupagens liberais que o enfeitavam, e passou a formar um conjunto de doutrinas que faziam do homem, simples célula gregária do grande corpo político.

A morte do individualismo e do liberalismo teutônicos explica-se pelo novo domínio religioso da seita protestante, eivado de dogmas rígidos de onde o metodismo nasce e sutilmente se impôs.

O luteranismo alcançou com sucesso o governo absoluto sobre a personalidade.

Esse acontecimento explica-se também por força da hegemonia filosófica do neoplatonismo de Herschel e de Kant.

No domínio da espécie a teologia era secundada pela metafísica.

Não tardaram, pois, os homens a agirem com todas as suas faculdades, seguindo um ritmo determinado, uniforme, constante e perpétuo.

Nos princípios religiosos, filosóficos e políticos, acima mencionados, é que se encontra o segredo da unidade, da força, da disciplina do exército germânico e da “social-democracia” teutônica.

O militarismo e o socialismo germânicos eram, e ainda são, duas escolas idênticas, solidárias, as quais se combinam e se complementam.

Paralelamente a este movimento, surgia no campo revolucionário a agitação dos comunistas democratas. Estes, como os mentores do socialismo político, não estavam ilustrados para conceber uma sociedade sem Estado, desta vez, absoluto.

É da raiz da constituição desse partido, que Carlos Marx e Frederico Engels elaboram o seu formidável libelo contra o capitalismo.

De resto, se de um lado Marx recorria à filosofia materialista, na sua crítica ao capitalismo, de outro, para construir as suas previsões económicas e política, servia-se da metafísica.

Revelou-se, desde logo, cultor de um ecletismo singular e criador de um sistema de princípios heterogêneos.

A sua doutrina é o pináculo da evolução do socialismo de Estado.

O postulado marxista adjudicou-se, sem razão, o título de socialismo científico, pois não possuía para isso elementos suficientes.

Com efeito, do mesmo modo que o socialismo utópico, o marxismo não estava fortemente impregnado nas ciências exatas e nas ciências naturais. Particularmente, as ciências morais lhe eram desconhecidas.

A escola marxista tinha por alicerce a filosofia do “materialismo histórico”, segundo a qual as leis da evolução, nas sociedades humanas obedecem, em regra, ao dinamismo económico.

É neste grau de perfeição que o socialismo germânico assume a posição de universalidade do socialismo internacional.

## O SOCIALISMO NA RÚSSIA

Agravada a crise económica, política e religiosa no império dos tzares, chegada ali a hora da revolução do Terceiro Estado (idêntica à produzida em fins do século XVIII em França) e o despertar das classes proletárias sacudidas pelas rajadas subversivas do Ocidente, abriu-se para o socialismo germânico, em direção ao Ocidente, (sic) um mundo novo.

A burguesia moscovita, em plena campanha de reivindicações, aberto o seu espírito às novas ideias políticas, embriagou-se de socialismo germanizado, principalmente de marxismo.

Na Rússia, o marxismo sofreu um novo processo de adaptação, e ficou reduzido a uma expressão indígena, em harmonia com as necessidades de um povo, que, ciente da sua grandeza, dos seus inesgotáveis recursos, e sentindo-se superior em inteligência e espírito, sonhava, como sonhavam os teutões com a gloriosa missão de civilizar a Terra.

Neste ponto, o seu orgulho não conhecia limites. O idealismo que daí floresceu tornou-se perigoso misticismo. São bem claros os postulados do socialismo democrático russo, para provar que o postulado socialista ocidental, havia sido, ali, amputado em seus valores sociais e tomado uma feição francamente imperialista.

Por último, a filosofia agrícola e pastoril, da quase totalidade do país, o estado rudimentar da mentalidade das massas, o seu fanatismo e humildade servil que as caracterizam, a domesticação milenária feita a golpes de knout, haviam preparado maravilhosamente o terreno para a frutificação do postulado marxista.

O povo russo estava, ao mesmo tempo, talhado para experiências à prova de fogo.

A infeliz gleba moscovita que chegava ao paroxismo da alegria quando se agitava bem alto a bandeira vermelha da emancipação, não suspeitava que, entre as dobras da mesma, se ocultassem os princípios de uma nova tirania. (CARVALHO, 1932: 89 - 94).

Em *A Plebe*, entre os meses de maio a setembro de 1933, Florentino de Carvalho, com as iniciais I. M. publica a série de artigos com título “Anarquismo e sindicalismo”. Num momento de discussão entre anarquistas sobre a conveniência de sua atuação dentro do sindicato, alguns consideravam os limites do sindicalismo – como o corporativismo e o economicismo – como motivos para se absterem do sindicato, Florentino procurou circunstanciar historicamente as relações entre movimento operário, socialismo, marxismo e anarquismo. Neste seu esforço, demonstra como as ideias de Marx penetraram setores do movimento dos trabalhadores, fazendo a exposição e a crítica dos postulados do socialista alemão. Na parte V desta publicação ele diz o seguinte:

Todas as revoluções através da história têm sido feitas depois de ter-se operado previamente uma transformação mais ou menos fundamental nos costumes e nas ideias.

Pois bem: essa mudança foi eficaz e resultou verdadeira em maior ou menor grau na medida em que recebeu a sua inspiração em anelos de liberdade e em desejos de progresso.

É por isto que em virtude de tantos fracassos e após muitas observações e experiências, os povos, tantos séculos oprimidos e os espíritos emancipados teriam de sentir a necessidade e apresentá-la de mudar o rumo da história para destinos de superior convivência.

Ao socialismo que se tinha nutrido de todas as investigações do conhecimento e constituiu, ao incorporar-se à vida do pensamento, a expressão das vontades humanas, lutando sem cessar pela redenção dos oprimidos, devia caber a enunciação e a solução teórica, no princípio pelo menos, de tão magno problema.

\* \* \*

Expostas as origens da ideia socialista, definamos a sua significação para melhor compreensão do assunto que tratamos.



O Socialismo é a doutrina econômico-filosófica que constitui o expoente de um desejo de equidade social, afirmado pelos povos através do tempo e de unidade moral através do espaço.

Expressado de outro modo: O socialismo é a ideia moderna que propicia perante os homens e ante os grupos humanos a realização de uma nova convivência, cuja base associativa terá de ser a socialização de todas as riquezas obtidas pelo esforço comum, de todas as fontes destas, de todos os meios de trabalho e dos utensílios de distribuição e de intercâmbio.

O processo da cultura em todas as suas manifestações valorizou a firme consistência desta ideia e o desenvolvimento da técnica contemporâneo veio a confirmar a praticidade e a excelência racional da mesma. Mas apresenta-se, ante a precedente afirmação, a interrogação seguinte: pode realizar-se a socialização enunciada sem destruir as formas orgânicas da sociedade capitalista?

Desta consideração tiveram origem duas correntes distintas.

A partir de Marx e de suas teorias econômicas e pretendidamente científicas, têm-se vindo elaborando e reafirmando uma concepção que até ao aparecimento desta escola foi julgada como empírica.

Estabelecendo como premissa fundamental o conceito materialista a que temos feito referência e limitando este, não sabemos em virtude de que razões científicas, a uma exegese meramente econômica. Marx e seus cooperadores chegam a alicerçar as suas teorias sobre um silogismo falso.

Depois de estudos conscienciosos em que foi analisado detidamente o influxo da vida econômica dos povos sobre as restantes manifestações ativas, termina-se tão pouco sabemos em razão de que ciência infusa – por deduzir uma conclusão mais extensa que as premissas.

Restabelece-se como princípio o seguinte apótema: não é a maneira de ser social a que determina o processo e as contingências da vida econômica, se não que esta é a determinante do desenvolvimento e de todas as alternativas da vida política. Daqui deriva o princípio errôneo do marxismo, consistente na interpretação materialista, ou dito mais exatamente, da explicação economista da história. De tal forma de compreender o desenvolvimento da vida social da espécie ininterrupta e quotidiana, haviam de desprenderem-se inevitavelmente outros erros fundamentais: o fatalismo introduzido na filosofia social e aplicado à realidade da história e o menosprezo do homem, o desconhecimento da vontade individual no desenvolvimento da vida coletiva.

Infere-se do que fica exposto que, sociologicamente falando, o importante para o marxismo teria de consistir em acelerar (primeiro paradoxo, ou melhor, ainda, contradição flagrante, posto que ao formular esta expressão, se apela abertamente para a vontade dos homens) a marcha da produção, para que esta por sua vez impusesse uma evolução forçosa às instituições políticas que lhe são consubstanciais, ainda que sempre superposta em cada época.

Dos primeiros marxistas tão enfaticamente qualificados pelos seus próprios autores e divulgadores, de científicos, inferem-se os primeiros corolários: 1º O homem é produto e instrumento cego do meio; este influi nos sentidos e orienta em todos os momentos e circunstâncias as faculdades e inclinações volitivas do indivíduo, sem que nunca possa produzir-se o fenômeno inverso. (Cremos que é Sorel quem afirma que “as invocações ao direito e à justiça não farão adiantar um só passo no caminho da história”).

2º - Que em maior grau que o meio material, é o ambiente econômico e os órgãos criados pelas necessidades do mesmo, os que fazem do indivíduo um prisioneiro, impondo-lhe um cometimento inevitável e obrigando-o a ser servo voluntário ou involuntário para a realização iniludível dos fins de cada ciclo histórico. (Ideia mecanicista esta última, tomada em parte de Comte e de Spencer e requentada para ser encaixada em um molde ou sistema mais estreito).

3º - Que os males existentes reconhecidos como tais, engendrados pela estrutura social de cada período, só podem ser superados por um processo de tempo durante o qual se opera o desgaste natural dos mesmos em virtude das mudanças trazidas pelo progresso que é a negação constante do ponto de partida. (Filiação hegeliana do marxismo).

Pois bem: daquilo que laconicamente deixamos dito, não se torna já presumível que haveria de ser demasiado estreita a base filosófica onde os teóricos do determinismo econômico quiseram levantar o seu sistema pretensamente científico?

Vejamos como o socialismo não podia caber dentro das quatro paredes de tão acanhado edifício.

\* \* \*

Negar a independência - sempre relativa, como todas as demais coisas da vida - do homem ante o meio circunstancial que o rodeia, apagar duma penada a sua autodeterminação, o fator denominado determinismo psicológico, desconhecer que o indivíduo, além de motivos externos, também é movido por suas paixões, ideias e sentimentos, implica tanto como anulá-lo, ante a mais elevada consideração, como agente criador de um mundo novo.

E se o indivíduo não há de constituir o alicerce firme de uma nova ordem social; a pedra angular duma sociedade renovada, muito perto estaremos de pronunciar sem esforço que a sociedade, segundo o ritmo fatal da sua metamorfose, é tudo e a célula, o átomo integrante dela, nada significa.

Não deveremos concluir então, sendo lógicos com os raciocínios do fatalismo econômico, que se deve geral reconhecimento e servidão voluntária ao capitalismo e ao Estado como instituições históricas impostas aos homens pelo processo material da história nas diversas latitudes do globo terrestre?

Assim o admitiu o marxismo e seguem-no reafirmando as suas distintas escolas e tendências políticas ao render tributo ao postulado que considera iniludível a

transitoriedade do Estado, não somente durante o “período de supercapitalização” mas também depois da revolução expropriadora, para os que olvidando as suas doutrinas aceitam à priori a utilidade deste fato.

É por isto que os senhores marxistas, sendo consequentes com o seu falso princípio de sacrificar à sociedade o indivíduo, não podiam deixar de seguir a tradição histórica da sociedade autoritária que, com imperturbável obstinação, desconhecem sempre a autonomia de cada um de seus membros, estrangulou a existência soberana da individualidade e conspirou em todos os momentos e circunstâncias contra tudo que significasse direito individualizado, independência do homem no conjunto social, afirmação da consciência particular.

Porém, ante as reflexões precedentes, é possível que se nos objete: “Perdestes-vos numa bizantina digressão, estais em absoluto fora do lugar, porquanto o socialismo não passa de ser uma noção econômica que apresenta à consideração geral a necessidade de organizar a produção e a distribuição de forma que o resultado de suas vantagens e benefícios seja de proveito comum”.

Refutamos esta objeção respondendo: não é possível a realização da ideia e da vontade socialistas sem que o ensaio dum nova vida social tenha por base o princípio associacionista e federalista da liberdade. (CARVALHO, 2008: 33 - 36).

E sobre a U. R. S. S., mais adiante nesta série ele diz:

O regime cristão-estatal-capitalista deu à humanidade uma terrível lição: a demonstração de que a escravização das consciências, o predomínio sobre o pensamento e a dominação corporal, a exploração do esforço muscular dos homens, sempre converterá num inferno dantesco a vida social e apressará cada vez mais a degradação progressiva da espécie.

O Estado é uma entidade que se converte sempre em horrível realidade quando temos à vista e podemos examinar detidamente qualquer de seus agentes ou representantes: o juiz, o burocrata, o gendarme, o político profissional.

Descristianizai e descapitalizai a atual ordem de coisas e convertei o Estado em Deus e em patrão único.

Obtido este propósito, terá sido resolvida a grande questão?

Toda a gama de tipos autoritários, dogmáticos, cegos executores da lei, autômatos obrigados a cumprir inexoravelmente o dever de sua função, ficam de pé. O mal que se pretende eliminar, longe de conjurar-se, aumentou-se, porque a instrução estatal e monopolista estendeu aos membros ativos que a sustentam suas atribuições omnimodas.

Suponhamos por um instante que tivesse sido realizado na Rússia o mentido comunismo do Estado. Haveria quem fascinado ante este fato tivesse a ousadia de afirmar que simultaneamente teria mudado a sorte do povo? Conseguir-se-á quando muito, seguindo esta via,

solucionar em mais ou menos tempo o problema econômico. Mas poderiam, no fim de contas, os doutores da ciência econômica, os catedráticos da economia política, afirmar seriamente que a felicidade do homem há de concretizar-se no que poderíamos chamar o ideal do porco, que consiste em só engordar?

O homem não é um animal indômito ao que há que domesticar e cujas necessidades se reduzem à satisfação apenas de simples instintos biológicos.

Não o tendes assim admitido e estipulado para vós mesmo, senhores super-homens de todos os matizes do autoritarismo, traficantes da cultura e profissionais da indústria da legislação.

O ser humano em geral – não só o que pertence a uma casta privilegiada – é um ente moral que tem necessidades superiores além dos imperativos fisiológicos de nutrição. E não terá efetividade na manifestação das ideias e dos fatos a personalidade humana enquanto que, ajustando-se à natureza intrínseca e complexa do homem, não haja sido estabelecido e organizado, segundo as situações mutáveis, o meio social correspondente.

Não estamos vendo, como última experiência cruel na história, de que modo a sombra da Rússia se ostenta ameaçadora sobre as cabeças do mundo revolucionário? Dentro dos limites até onde alcança o poder do Estado bolchevista, é demasiado sabido que pela ameaça de Solowiezky e de Sibéria e pela sugestão da boca dos mausers foi obtido peremptoriamente o sonho que acompanhou até o túmulo o inválido Tamerlan: o acatamento absoluto dos dogmas do Kremlin. E para os que mais além das fronteiras do Soviète, não queiram submeter-se voluntariamente à sua bestial ditadura, fica reservado, imitando o sistema de todas as igrejas, o anátema fulminante da excomunhão.

Os cézares romanos e Napoleão intentaram conquistar o mundo levando a guerra a todos os povos que não quiseram submeter-se à sua vontade. Assim a Igreja “comunista” de Moscou, que deu à humanidade a impostura vermelha e a quem cabe a triste primazia de proclamar a excelência da ditadura sobre o valor da ideia de liberdade, condenou à morte, por agonia lenta, ou ao exílio perpétuo, aos anarquistas russos e estrangeiros de todos os seus domínios, aos heterodoxos do pensamento oficial e a todos os suspeitos de heresia. E com o mesmo espírito dominador e jesuítico, Lênin e Trotzky aconselharam a calúnia da qualidade de anátema contra os inimigos do exterior.

Não são arautos da discórdia em todas as reuniões a que assistem os catecúmenos da investidura vermelha?

É como todos os autoritários do presente e do passado têm a contumácia de impor ao conjunto social as suas fórmulas estreitas, a sua orientação unilateral e exclusivista. (CARVALHO, 2008: 41 - 42).

No ano de 1935 publica em *A Plebe* um artigo intitulado “Revolução de massas” com outro pseudônimo: Angelo Lasheras.

Note-se a permanência de sua crítica às ideias de Marx como à U. R. S. S.

Difícilmente haverá alguém que desconheça a existência de um partido político que há dezessete anos domina, de Norte a Sul, a grande extensão do território russo. Os métodos empregados pelos agentes desse partido, espalhados por todas as partes do globo, consistem na prática da violência para impor os seus princípios, visando, principalmente, à classe média, - advogados, jornalistas, empregados públicos bem remunerados, assim como oficiais do exército e da marinha, e em segundo lugar, as classes proletárias dos campos, fábricas, oficinas, soldados e marinheiros...

Torna-se preciso, antes de tudo, explicar o que em realidade é o comunismo pregado por Karl Marx, que não passou de ser um simples plagiador das idéias e conceitos de outros pensadores que anteriormente haviam expendido os seus conhecimentos científicos, mal digeridos pelo sociólogo alemão, que se arvorou em inventor do "Comunismo", mas dentro de um princípio autoritário que não se coaduna com os sentimentos de liberdade das coletividades humanas.

Mikhail Bakunin, o genial pensador russo, que contraditou com ele, deixou bem esclarecido o ponto de vista libertário, deixando-nos como herança o mais amplo conceito de liberdade.

O homem não deve sujeitar-se à palavra de ordem lançada a esmo por indivíduos sem escrúpulos, cujos efeitos desastrosos constituem a causa de que a humanidade siga por caminhos tortuosos e sofra, assim, as consequências dos choques sanguinolentos sem resultados práticos. Dia a dia, esses choques acentuam-se mais, até chegarmos a uma guerra civil em que tomarão parte a maioria dos povos, cuja carnificina difícil nos será prever, dado o grande confusionismo reinante entre as classes proletárias que seguem a orientação dos que se arvoram em pastores para arrancar o último fio de lã dos infelizes que vivem do trabalho.

Como a princípio íamos dizendo, o "Marxismo" tem por fim:

1.º Implantar um regime em que a propriedade privada passará a ser diretamente do "Estado", sem dar a mínima satisfação ao povo por esse gesto de apropriação tão indébita quanto a do "regime capitalista-burguês".

2.º Toda a produção será administrada pelo "Estado", que intervirá nos negócios de cada um, com a máxima despreocupação, com imposições que passam todos os limites do "bom senso" como há bem pouco sucedeu com os camponeses russos que, entendendo que a produção pertence a quem produz, se negaram a entregar a sua produção ao Estado, sendo, por essa razão, chacinados barbaramente, por meio de gases asfixiantes e metralhadoras, obrigando-os a desprenderem-se da sua produção para entregá-la ao Estado...

3.º Todo indivíduo que se manifestar contrário às determinações despóticas do Estado, será passado pelas armas sem formação de processo de espécie alguma, ou metido nos presídios políticos que abundam em toda a Rússia e que abundarão em todo país em que for estabelecido o “Novo Estado”, – Em suma, eis aí onde nos querem arrastar os “engenheiros de pontes carcomidas”. Se o proletariado não quer, de fato, enterrar os sentimentos de igualdade social, deve livrar-se do domínio da política marxista, porque o caminho das ditaduras só poderá levar ao maior derramamento de sangue, à supressão de todas as liberdades, ao domínio da exploração dos trabalhadores em benefício do Estado. (CARVALHO, 2012: 203 - 204).

Fica evidente a crítica de Florentino de Carvalho ao dinamismo concentracionário e absorvente do Estado marxista mais emblemático: a extinta U. R. S. S. Quando Florentino escreveu boa parte dos artigos aqui apresentados, nem de longe estava colocado a quem tivesse alguma inserção no vasto campo do socialismo, a sua derrocada. Para o autor, o socialismo estatista apresenta-se, sobretudo a partir das ideias de Marx, como fator de autoritarismo sobre os segmentos sociais, com destaque aos trabalhadores e discordantes. O caráter centralizador do Estado toma maior vulto com sua expressão marxista apresentada na U. R. S. S. Quem não se adaptasse teria triste fim sob as forças de repressão de tal Estado marxista.

### **Palavras finais**

No ano de 2017 comemora-se cem anos da Revolução Russa. No Brasil contemporâneo houve diversos eventos comemorativos deste acontecimento importantíssimo no século passado. Os impactos desta revolução se espalharam pelo planeta. O proletariado internacional recebeu as primeiras notícias com forte entusiasmo. No Brasil o regozijo do movimento operário é possível de ser avaliado com a consulta dos jornais e revistas do período. É este o ponto complicado, porque as fontes primárias como documentos históricos, jornais, revistas e livros produzidos num esforço coletivo dos trabalhadores, são desconhecidas em nossos dias. Os periódicos só muito recentemente tiveram parcela consideráveis colocados ao acesso da pesquisa através da internet. Os livros, por outro lado, não são reeditados.

Mesmo existindo diversas publicações de pesquisas sobre o movimento operário no Brasil, ainda assim há um desconhecimento abissal quanto ao pensamento social operário elaborado nas primeiras décadas do século passado. Foi este o tempo em que o movimento operário possuía densidade existencial visível nos impactos transformadores da vida social no Brasil. Isto pode ser verificado com as lutas e conquistas em termos de mudanças nas condições de vida e de trabalho dos setores populares.

Este desconhecimento é fruto da construção de uma *cartografia intelectual* (NASCIMENTO, 2012) favorável às ideologias políticas universalistas, cujo predomínio tem sua instauração a partir da chamada Era Vargas (1930 - 1945). Apresentar estes excertos de escritos de Florentino de Carvalho, com o recorte temático relativo à Revolução Russa, busca fazer justiça a um operário cujo esforço intelectual e prático ficou sob a poeira do tempo e do apagamento calculado.

Recuperar as reflexões e estudos de figuras como Florentino de Carvalho nos oferece a ocasião tanto para conhecer contribuições intelectuais e estudos elaborados por trabalhadores no Brasil, como também refletir sobre os rumos abraçados pelos segmentos sociais, sobretudo os populares, a partir da referida Era Vargas. No caso do tema em destaque, a luta e energia desprendida por Florentino de Carvalho e outros contra o crescimento do fascismo em suas diversas colorações e modalidades foi hercúlea. Suas análises servem também de apreciações elaboradas na contramão do entusiasmo nacionalista, de forte teor do conservadorismo religioso, afetando as diversas camadas sociais no Brasil.

Na sua luta a favor de um socialismo libertário, Florentino de Carvalho é a expressão da existência de uma economia distributiva posta em andamento no movimento operário. As realizações dos trabalhadores, como congressos nacionais e internacionais, escolas e universidade popular, jornais, revistas e livros, teatro operário, excursões de propaganda, auxílio financeiro a trabalhadores enfermos, aprisionados ou expulsos, foram possíveis por conta da prática de um reordenamento da economia, inclinada para uma dinâmica distributiva.

A crítica do pensamento social de Karl Marx, como também do bolchevismo, parte da recusa aos procedimentos centralizadores, de

dominação, universalista e repressor orientando conceitos e processo social. Para Florentino de Carvalho, mesmo com a retórica cheia de indignação contra as injustiças sociais, o socialismo de Marx, e de seus adeptos em diversas expressões e o bolchevismo, em particular, produz a tirania e a continuidade da exploração dos trabalhadores e das camadas populares. Pensando nestas implicações, Florentino de Carvalho procurou com vigor, interferir no rumo dos acontecimentos, inclinando o processo social para vibrações libertárias.

## Referências

### *Periódicos*

A Plebe. São Paulo – SP. 1917-1951.

A Obra. São Paulo – SP. 1920.

A Voz da União. São Paulo – SP. 1922.

O Libertário. São Paulo – SP. 1920.

### *Livros*

ARCHIVOV, P. *História do movimento macknovista* (a insurreição dos camponeses da Ucrânia). Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.

BAKUNIN, M. A. *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Nu-Sol/ Editora Imaginário, 2001.

CARVALHO, Florentino de. *A guerra civil de 1932 (em São Paulo): solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo: Editorial Ariel, 1932.

\_\_\_\_\_. *Anarquismo e sindicalismo*. Organização de Rogério Nascimento. São Paulo: Imprensa Marginal, 2008.

\_\_\_\_\_. *Anarquismo e socialismo*. Organização de Rogério Nascimento. São Paulo: Imprensa Marginal, 2012.

\_\_\_\_\_. *Da escravidão à liberdade*. A derrocada burguesa e o advento da igualdade social. [1ª edição 1927]. 2ª ed. Apresentação e notas de Rogério H. Z. Nascimento. Organização e revisão de Renato Lauris Jr. Seridó: RN, 2015.

\_\_\_\_\_. (Content.). *Contra o confusionismo – pela lógica – pela organização anarquista – falsa e perigosa ilusão*. IN: *Verve*. São Paulo:



- Nu-Sol, Nº 32 (novembro 2017). São Paulo: o Programa, 2017, pp. 65-81.
- GLUCKSMANN, André. *A cozinheira e o canibal*. Ensaio sobre as relações entre o estado, o marxismo e os campos de concentração. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GUILLÉN, Abraham. *Economia Libertaria: alternativa para un mundo en crisis*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Economia Autogestionaria: las bases del desarrollo economico de la sociedad libertaria*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo Libertario: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de Estado*. Móstoles: Ediciones Madre Tierra, 1990.
- KROPOTKIN, P. *O Estado e seu Papel Histórico*. São Paulo: Nu-Sol/ Editora Imaginário, 2000.
- MAKHNO, Nestor. *A “Revolução” contra a revolução: a Revolução Russa na Ucrânia, março 1917 - abril 1918*. Tradução de Milton José de Almeida. São Paulo: Cortez, 1988.
- MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial*. Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010 (Coleção Repensando África, Volume 05).
- NASCIMENTO, R. H.Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- \_\_\_\_\_. Cartografias intelectuais: políticas do pensamento social. IN: *VERVE*. São Paulo: Nu-Sol, Nº 22 - Outubro, 2012. p. 99-116.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- VOLIN. *A revolução desconhecida*. Nascimento, crescimento e triunfo da Revolução Russa (1825-1917). V. 1. São Paulo: Global Editora, 1980.
- WALTER, Nikolas. *Do Anarquismo*. São Paulo: Nu-Sol/ Editora Imaginário, 2000.
- WOODCOCK, Georg. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. (vol.1 - A Ideia). Porto Alegre: L&PM, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. (vol.2 - O Movimento). Porto Alegre: L&PM, 1984.

## Relato: memórias comunistas

por **Alfredo Oliveira, André Nunes, Hecilda Veiga e Nazareno Tourinho**

Mesa coordenada por: **Dulce Rocque**

### **Hecilda Veiga**

[...] o movimento que ganhou as ruas de Paris, que ficou mundialmente conhecido, na expectativa da derrubada do regime de De Gaulle, e a expectativa muito ansiada à época, que era a aliança operária, estudantil, camponesa, que acabou não acontecendo. Isso acabou dando ao movimento estudantil no mundo todo, na França, um protagonismo que estava muito além das suas possibilidades, aí é o caso de nós falarmos como foi no Brasil. No Brasil antes do golpe, o que nós tínhamos? O que nós podemos falar sobre isso?

É um dos temas da disciplina que eu costumo ministrar, Política Brasileira. Nós vamos assistir no Brasil, na década de 1960, a uma radicalização das formas de ação popular, à multiplicação das greves, às exigências das reformas de base, sobretudo a reforma agrária, que ainda hoje não aconteceu no nosso país. Aí nessa luta pela reforma agrária, as ligas camponesas, eu acho que o Alfredo, o Nazareno e o André devem lembrar mais bem disso do que eu, do que a minha geração, a geração de 1968. Pois bem, aí nós vamos ver no Brasil essa luta pela reforma agrária, as ligas camponesas, sob a liderança de Francisco Julião, o movimento de educação de base sob a liderança do grande educador Paulo Freire, que ao invés de ensinar as crianças, aos adultos (lvo viu a uva), vai colocar a questão da terra, a questão da luta pela terra, uma questão muito cara ao Brasil na época.

O CGT - Comando Geral do Trabalho, se por exemplo o Jinkings ainda estivesse vivo estaria aqui entre nós, que ele era o presidente do Comando Geral dos Trabalhadores. Bancário, perdeu o emprego no golpe de 1964. O ISEB, que era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, se dedicou a estudar uma alternativa de mudança para o Brasil. Não só mudança econômica, mas mudança social. A expectativa de resolver aquilo que a CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina, ligada à ONU, já tinha descoberto, um intercâmbio desigual. E aí o economista argentino, chamado

Raul Prebisch, mostrou a possibilidade dos países organizarem na Europa um processo de substituição de importações, para vencer, para superar essa troca econômica desigual dos países mais ricos.

Mas vejam, esses eventos todos são na década de 1960, mas o ano da década de 1960 que foi o ano mais importante que chamou a atenção do mundo, foi o ano de 1968. Aí eu perguntava para o Zuenir Ventura, por que ele deu ao livro o título "1968: o ano que não terminou", e ele me disse: "Hecilda, é porque aquele sentimento de mudança do mundo, das mudanças revolucionárias do mundo, as mudanças que precisavam ser feitas ainda não foram realizadas. Então por isso que eu digo 1968: o ano que não terminou."

Que é o coração desse ano de 1968, não só em Paris, como no Brasil, em todos os Estados da Europa, houve esse movimento da contracultura nos Estados Unidos, que acaba culminando mais tarde no Festival de Woodstock, que não foi só droga, orgia, mas foi rebeldia contra a guerra do Vietnã, a recusa de participação dessa guerra. Isso ficou muito bem expresso em um personagem muito conhecido, que foi o Muhammad Ali, quando ele se recusa a ir para guerra do Vietnã, perde o cinturão que ele tinha conquistado.

Então vejam, qual é a importância de lembrarmos esse evento... 1968 foi esse ano extraordinário que marcou a vida dos jovens franceses, jovens norte-americanos, jovens mexicanos. E uma das mais trágicas experiências desse ano na América Latina foi o massacre de Tlatelolco, no México, uma matança de estudantes nessa praça da capital mexicana, que passou na história como o ato latino americano que talvez mais se aproximou das manifestações que varreram os países europeus. Mas Tlatelolco teve seus resultados em Medellín, na Colômbia, em 1968, na Conferência Episcopal Latino Americana, quando a Igreja do continente adotou a "opção preferencial pelos pobres".

Então a primavera de Praga, que foi aquele episódio da invasão das tropas soviéticas na Tchecoslováquia, a guerra do Vietnã, o assassinato de Martin Luther King, o massacre de Tlatelolco, as manifestações estudantis na França, com a sonhada aliança operário-estudantil, foram os principais ingredientes de uma fase da história que independentemente dos erros e acertos influenciou a humanidade.

O meu envolvimento com o movimento estudantil, que acabou tendo um protagonismo no Brasil, ocorreu quando ainda era estudante de

Universidade Federal do Pará, da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que ficava ali na Generalíssimo, esquina com a Antônio Barreto. Então aquela coisa da discussão política, do debate, acabei me filiando à Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, que estava precisando de gente em outros lugares, então foi aí que houve a nossa transferência, a minha e a do Paulo, o Paulo estudante de Direito e eu de Ciências Sociais, o Paulo Fonteles, e aí nós nos transferimos para a Universidade de Brasília e lá chegando, começamos a participar ativamente do movimento e ficamos conhecidos como o "casal do Pará", que sabia das coisas, sabia até cantarolar uma canção dos Beatles... E eu acho que o pessoal achava que a gente, eles ficavam surpresos que a gente sabia das coisas, falava bem o português...

Pois bem, aí um dia o Exército invadiu a Universidade, por conta dos movimentos, e isso culminou com a nossa prisão, a nossa experiência da prisão em Brasília, a tortura, a não obtenção de depoimentos nossos e a nossa transferência pro Rio de Janeiro, onde tinham montado uma estrutura grande de tortura científica, como eles diziam, e aí nos levaram pra lá, e depois nos trouxeram de volta pra Brasília, e foi lá que eles nos arrancaram depoimentos naquelas condições muito adversas, e aí viemos pra cá e terminamos de cumprir nossa pena no Presídio São José, a pena do Paulo de um ano e oito meses e a minha pena de um ano.

Quero lembrar que a nossa ação política, essa ação que nós classificávamos como linha de massa, não estávamos envolvidos em ações como da ALN do Marighela, nem da VPR do Carlos Lamarca, por isso que a nossa pena foi menor, a do Paulo um ano e oito meses, eu um ano. E nessa circunstância da prisão, quando fui presa eu estava grávida do meu filho mais velho, Paulinho Fonteles, e quando nós voltamos pra Belém, decidiam as autoridades onde nós iríamos ficar, ficamos ali no Batalhão de Guardas da PM na Gaspar Vianna, lá eu engravidei do meu outro filho, tive dois filhos nessas circunstâncias, os meus filhos mais velhos, o Paulo e o Ronaldo. E é isso o que posso dizer a vocês, chamando a atenção sobre a importância daquilo que a professora Marly nos disse há pouco sobre as atividades de extensão, e essas experiências que estou relatando, vai ter a do Alfredo, vai ter a do Nazareno, vai ter a do André, essas experiências nos permitem sonhar que a mudança é possível, que aquilo que estava no coração de 1968 é possível realizar: a mudança revolucionária da sociedade, e mais do que nunca nesses tempos que estamos vivendo hoje, tempos perigosos,

estranhos. Isso tem que estar presente em nossos corações, em nossos sentimentos, essa perspectiva da mudança revolucionária da sociedade. E viva a revolução!

## **Dulce Rocque**

Obrigada Hecilda, por esse levantamento daquilo que aconteceu nos anos de 1960, e que muita gente não tem a menor ideia, por exemplo o que aconteceu na praça, lá no México, a questão da Tchecoslováquia, o movimento da primavera de 1968, no mundo inteiro, foi muito revolucionário. Obrigada.

Agora dou a palavra ao Alfredo. Alfredo Carlos Cunha de Oliveira nasceu em Belém, dia quatorze de junho de 1935. Médico, compositor, pesquisador e memorialista, ele iniciou sua atividade política no Partido Comunista Brasileiro em 1958. Depois do golpe, ele se afastou um pouco desse trabalho, porque foi criado um "socorro vermelho", então ele tinha como médico que cuidar daqueles companheiros que saíam da prisão não muito bem de saúde. Ele se formou em 1960 em medicina, foi delegado federativo do Sindicato dos Médicos e presidente do Conselho Regional de Medicina, onde se preocupou muito com a questão da ética. Mas não foi somente de medicina que ele se preocupou, ele também é escritor, e deixou vir à tona em seus livros as dolorosas memórias dos tempos de perseguição, censura, morte, inclusive de companheiros. Pesquisou e escreveu muito sobre a nossa música, relatando histórias e biografias. Ele compôs até umas que gente importante cantou por aí..

No seu décimo primeiro livro, "Cabanos e Camaradas", de 2010, ele relata inclusive o que ouviu de todos os companheiros que militaram em Belém desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1931.

Com a palavra o nosso pesquisador, musicólogo, médico, o Alfredo.

## **Alfredo Oliveira**

Eu fui convidado para dizer alguma coisa a respeito das minhas memórias. Minha militância político-partidária foi de exclusiva integridade ao Partido Comunista Brasileiro-PCB, sem nenhuma alteração de rumo. Procurei

fazer dos princípios e objetivos partidários o caminho relacionado com a própria vida.

A descoberta do PCB pesou em influência familiar; meu pai era marxista e dois tios militavam no Partido em outros estados, também contaram as leituras de esquerda, de cunho revolucionário, filosófico e social, nos primeiros anos da faculdade, assinadas por Maxim Gorki, John Reed, Emile Zola, Jean-Paul Sartre, Jorge Amado, Graciliano Ramos, textos de Lênin e sobretudo o "Manifesto Comunista", de Marx e Engels.

Fui recrutado pelo cearense e dirigente regional Humberto Lucena Lopes em um encontro em sua casa, juntamente com o companheiro universitário João Luís Araújo. Nessa ocasião, estava presente o inesquecível baluarte negro Claudino José da Silva, membro do comitê central e deputado federal constituinte em 1947.

Eu e João Luís éramos estudantes de medicina e engenharia, respectivamente. De imediato fomos incumbidos de atuar na reformulação da política grupista da União Acadêmica Paraense e dos diretórios estudantis, desprovida de conteúdo ideológico progressista.

O dirigente Humberto Lopes era oriundo de uma família rural do Ceará, constituída por um típico quadro profissional do partido com a fachada de jornalista. Possuía uma família formada pela mulher e quatro filhos, vivendo precariamente, mas nunca reclamando das dificuldades financeiras. Participara do esquema de segurança de Luiz Carlos Prestes, servindo como motorista ou guarda-costas nos primeiros anos de 1950. Gozava inclusive da confiança e amizade desse grande líder comunista; com extrema dedicação partidária, demonstrava grande nível teórico e de argumentação. Erguia-se contra o sectarismo dos remanescentes stalinistas insatisfeitos com a nova política de coexistência pacífica internacional e aliança com a chamada "burguesia nacional". Humberto morreu na clandestinidade no Rio de Janeiro, alguns anos depois do golpe militar de 1964, em 1º de Outubro de 1976.

Na época do meu ingresso no PCB em 1958, o Partido enfrentava a repercussão da denúncia do culto à personalidade de Stalin, feita por Khrushchov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. E que veio derrubar o endeusamento aos dirigentes comunistas do mundo inteiro; igualmente absorvia o impacto causado pela coexistência

pacífica pregada pelos soviéticos e condenada então pelo radicalismo de Mao Tsé Tung na China.

O PCB alimentava a confiança em uma revolução por via pacífica, sem luta armada, e propunha à burguesia nacional uma aliança na luta contra o imperialismo norte-americano e o latifúndio. Havia no Brasil um clima de otimismo gerado pelo desenvolvimento industrial impulsionado por Juscelino Kubitschek.

A repressão policial contra os comunistas ganhara um certo alívio, permitindo que o PCB agisse praticamente às claras. Humberto Lopes chegava ao Pará no início de 1958 para reorganizar o Partido no âmbito estadual. O Governador Moura Carvalho, do Partido Social Democrático, conversava politicamente com o PCB e ouvia as opiniões de Humberto. O relacionamento com o Partido Trabalhista Brasileiro do vice-presidente João Goulart era satisfatório, graças inclusive à atuação do deputado trabalhista Benedicto Monteiro, que também militava no PCB.

A movimentação sindical crescia através de lideranças comunistas importantes no meio dos trabalhadores. Registra-se que o entrosamento com o Partido Socialista Brasileiro só não podia ser melhor do que era devido à posição do presidente socialista local, mais envolvido na oposição à supremacia eleitoral de Magalhães Barata do que na política de esquerda.

Coube a mim a tarefa de coordenar as recentes bases universitárias do PCB, estruturadas a partir de 1958, o que procurei realizar com empenho e continuidade, apesar da forte discriminação anticomunista com reflexo na movimentação estudantil. A fim de recrutar adeptos, realizávamos cursos para colegas universitários, acerca dos fundamentos marxista-leninistas e também da política do PCB. Por sinal, havia também uma base de secundaristas já bastante ativa e bem centralizada no comando da sua área. Um integrante dessa base está ali sentado na ponta.

Progressivamente, por influência dos comunistas, o comportamento político dos diretórios universitários tornou-se nacionalista de forma nítida e resoluta.

Em agosto de 1959, fui eleito secretário político do setor universitário do PCB, tendo como companheiros, entre outros Francisco Barbosa Costa, de Medicina, o Otávio Maciel, de Direito, Pedro Paulo Vilhena, Engenharia, Adelino Cerqueira, economia, Luiz Fernando Monteiro, agronomia, e Oscarina Novaes, que depois ficou muito conhecida como proprietária de

casas noturnas em Belém. Em outubro de 1959 fui escolhido para integrar o comitê estadual do PCB, a fim de preencher uma vaga existente no mesmo.

Nesse escalão da direção partidária, tive companheiros, entre outros, Humberto Lopes, Benedicto Monteiro, João Luís Araújo, Francisco Nascimento, Rui Barata, José Maria Padilha, Wilson da Mota Silveira, Sandoval Barbosa, Carlos Chapeleira, Rita da Silveira, Mariano Klautau de Araújo, Mario de Sousa, Raimundo Jinkings, Luciano Amaral, Manuel Albuquerque, Ademir Monteiro da Silva, Guilherme Cruz, José Dantas, José Osório e José Fiel.

Em abril de 1960, durante os debates das teses para o V Congresso Nacional do PCB, fui reeleito para o comitê estadual e indicado delegado do Pará para o V Congresso Comunista junto com Humberto Lopes. Fui igualmente incumbido de desempenhar o cargo de secretário de cultura da comissão executiva do PCB do Pará, com a missão de organizar cursos de marxismo, participar de eventos culturais na capital e no interior e dar assistência política e intelectual aos estudantes. Essa referida comissão possuía a seguinte composição: Humberto Lopes: secretário político, Francisco Nascimento: organização, Guilherme Cruz: finanças, Raimundo Jinkings: sindical, João Luís Araújo: agitação e propaganda, José Padilha Maria: massa, Alfredo Oliveira: cultura.

Em julho de 1960, participei do XXIII Congresso da União Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte, como líder da fração comunista, ao lado de [...]. O grande nome desse congresso foi Chico Julião, fundador e dirigente da entidade aglutinadora das Ligas Camponesas Nordestinas.

Em janeiro de 1961, já formado em Medicina, com a ajuda de meu pai montei um consultório particular, onde dava atendimento isento de cobrança aos companheiros; esse atendimento se estendia também aos enfermos em residência hospitalizados, representando uma espécie de “socorro vermelho” sob minha responsabilidade.

Em abril de 1961, no Rio de Janeiro, fui apresentado por Humberto Lopes a Luiz Carlos Prestes na sede do PCB, localizada na Cinelândia. Prestes, por sua vez, levou-me a conhecer Zuleica A., encarregada pelo comitê central de orientar a Juventude Comunista Brasileira, e ao senador Abel Chermont, admirável político paraense, que depois tornou-se uma figura histórica do PCB nacional.



Em maio de 1961, viajei para Cuba, durante as comemorações do 1º de maio em Havana, tive o privilégio de assistir Fidel Castro declarar Cuba o primeiro país socialista da América Latina. Também vi Che Guevara perfilado em um palanque próximo, e ao cruzar a ilha de ponta a ponta observei as transformações radicais da estrutura socioeconômica, antes consideradas impraticáveis e agora implantadas por meios revolucionários.

Em agosto de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, fui mandado para Castanhal afim de articular um movimento em favor da posse de João Goulart e de resistência ao golpe militar iminente. Cumpri a missão satisfatoriamente, apoiado pelo prefeito municipal da época.

Em setembro de 1962, organizei e passei a coordenar uma base de médicos do PCB, tendo como companheiros, entre outros, Maria do Carmo Sarmiento, Wilson da Mota Silveira, Manoel Aires, Almir Gabriel, Edith Seligman, Jorge Loureiro, Luiz Maneschy, Renato Veloso. A qualidade deste organismo era tanta que chegou a reunir nomes de cinco secretários estaduais de saúde, nomeados em governos de esquerda: Wilson da Silveira, Manoel Aires, Ernani Mota, Almir Gabriel e [?] Almeida.

Após trinta e um de março de 1964, com a vitória do golpe militar, busquei um refúgio secreto durante 30 dias; a seguir, para evitar demissão por abandono de emprego, apresentei-me no trabalho de serviço médico, quando fui preso e levado para o QG da 8ª região militar na Praça da Bandeira. Sofri sucessivas detenções e curtas prisões em dependências do Exército, respondendo interrogatórios, sempre conduzidos pelo Major Jarbas Passarinho, mentor do golpe no Pará. Também fui indiciado em inquéritos policiais e militares referentes ao meu desempenho na área de previdência social.

Nada conseguiram provar de ilegal contra a minha pessoa; para defender-me contei com a atuação do velho advogado Amarildo Barata, pai do poeta Rui Barata. Terminei sumariamente demitido da SPEVEA, não adiantando o recurso impetrado pelo advogado.

Os anos de chumbo infligidos pela ditadura militar foram repletos de silêncios forçados, tensões dramáticas, super clandestinidades para a militância comunista. O receio da prisão e da tortura, do assassinato, da demissão do emprego, tornaram-se mais do que preocupações aflitivas, as vezes tornavam-se a realidade brutal e tenebrosa. Tudo isso veio a fazer parte da [?] insensível do regime militar.

Os comunistas concentraram-se nos atos de amparo aos companheiros presos, escondidos, sem recursos financeiros por causa das perdas de emprego e afastamento das ocupações.

### **Dulce Rocque**

André da Costa Nunes Neto nasceu em Belém, no dia 10 de novembro de 1939. Militou no movimento estudantil secundarista na UESP, que é a União dos Estudantes Secundaristas do Pará e depois na UAP, que é a União Acadêmica Paraense dos Estudantes Universitários. Aos 17 anos de idade entrou para o Partido Comunista.

Com o Ato Institucional número cinco ele foi exonerado do Banco da Amazônia, fez vários outros trabalhos até que criou a empresa que se dedicava principalmente a cobertura aos presos políticos que saíam da prisão, os presos do Partido Comunista. A sua atividade política transparece através de sua produção literária.

Depois que ele fez 60 anos ele resolveu começar a escrever e abriu um restaurante, só que ele não sabia que a vida ia dar voltas e agora ele está fazendo de novo atividade brigando contra o lixão de Marituba, e agora ele vai nos contar suas memórias.

### **André Nunes**

Quinze minutos é uma sacanagem. Tudo bem, até porque a minha história não é tão rígida quanto os dos meus companheiros. O meu primeiro contato com o Partido foi no Rio de Janeiro, porque eu morava na casa de uma senhora e o filho dela era um comunista que chamava Arildo Doria, ainda hoje um grande expoente.

Aí chegando em Belém logo em seguida a gente foi contactada por um grande companheiro do Nordeste, de Alagoas, Zé Dantas, que ficou uma arara quando chamaram ele de calango elétrico, mas o apelido dele era esse mesmo. Então o Zé Dantas coordenava a base estudantil nessa época.

Olha, eu não tenho muito assim pra falar dessa atividade porque foi atividade política estudantil e que os estudantes em toda atividade política estudantil é uma incubadora de que se pretendia de líderes para o futuro, então a gente via atividade estudantil, é... Eu me recordo agora que o Alfredo falando, um dos cursos de marxismo etc, que eu participei era no quintal da

casa do Alfredo Oliveira. O Bira era o irmão dele que era uma figura genial e foi, sabe aquele choque? E quem ministrava era o João Luís, se não me engano ele tinha vindo de Moscou e o pai do Alfredo, e aquele choque que a gente achava que ia fazer a revolução no outro dia, que as massas estavam esperando apenas... "Olha gente, ser comunista é uma missão", ele não disse sacerdócio, mas é uma "missão e não esperem que quando um líder comunista estiver pegando porrada e sendo preso que as massas vão se levantar para defendê-lo e tirá-lo da prisão, não é assim que se dá. Isso é um processo."

Então foi o primeiro choque dessa maneira, eu escrevi um livro junto com meus companheiros, com Pedro Galvão, com o Seráfico, com o João de Jesus de Paes Loureiro, chama-se: "1964 - Relatos Subversivos: os Estudantes e o Golpe do Pará".

Então a gente conta o que aconteceu na época do golpe militar, e eu dou umas pinceladas. Eu entre os companheiros era o mais irresponsável, sei lá, não sei por quê. E de tal maneira que quando nas perseguições no Banco da Amazônia, que eu era funcionário, eu resolvi fazer uma fábrica de parques infantis. Bom, foi ótimo, foi beleza, os companheiros iam saindo da prisão e o Humberto Lopes ia encaminhando para lá pro Central Park, olha esse nome. Pro Central Park, que era primeiro no quintal da minha casa, que era no Largo de Nazaré e depois na José Bonifácio. E principalmente o pessoal da Petrobras era muito preparado em fazer, trabalhar com ferro, com aço, essa coisa toda, e que tinha nenhuma habilidade passou a ser gerente o Mariano etc.

E eu tinha uma costa meio quente de um cunhado que era do exército, então o Coronel Dércio, o Coronel Dércio tinha um nome francês bonito, mas o Coronel Dércio não deixava que a gente tivesse emprego nenhum, perseguia direto. E assim eu fui lá em cana, na Praça da Bandeira, e ele dizendo que eu tava acobertando uma porrada de comunista. Então ele disse: " vamos fazer o seguinte: Eu quero..." Aí eu disse para ele...

Ele sabia onde tava todo mundo, então em vez dele gastar quarenta, cinquenta sargentos pra ficar vigiando o pessoal, pra ele bastava um que já sabia onde tava todo mundo. Aí ele chegou e falou: "vamos fazer o seguinte: você todo sábado você traz aqui o livro de empregados." Aí eu disse: "Coronel, não dá, me põe fora dessa que isso é 'caguetagem'. O senhor faz o

seguinte: o senhor manda me buscar lá e eu trago." E todo sábado parava lá um jipe do Exército.

Aí ele tava tão... que o Mariano gritava: " Ei André, os poliça tão aí pra te buscar". Tudo bem, era uma coisa assim, não sei, quase que irresponsável, os companheiros levavam as coisas muito a sério, como tem que ser levado a sério, porque repressão é uma coisa assim absurda, é antinatural. Nós tínhamos um companheiro no Banco da Amazônia que era gerente em Capanema, ele não podia nem se esconder, ele ficava com a alcunha de intelectual da noite, agora chama-se Lenine. Ele fazia uma campanha e mandava ele lá, arroz, farinha, ovos, frango, esses troços. E ele mandava para mim e eu tinha um caminhão, um caminhãozinho baú, e eu saia entregando nas casas dos companheiros que estavam presos, e quem era o motorista era o cara mais enquadrado do mundo, tinha feito um CPOR, e ele era todo, oficial, nasceu pra ser prussiano. Rui Guilherme Sousa Filho, era desembargador no Amapá, se aposentou agora.

Ele tinha uma namorada, ele me apresentou para ela, eu casei com ela. Aí o Rui Guilherme dirigia o caminhão, na farra, sei lá, porque ele era todo, todo, todo milico, e atrás do caminhão ia sempre um jipe do Exército. Uma das vezes a gente parou na casa de um companheiro, na Quatorze de Março e ele tinha uma, a esposa dele era forte, meio gorda e a gente chegava e entregava, sei lá, dez, vinte quilos de arroz e aquela coisa toda, e o pessoal tinha que se virar com panela. E aí rapaz, a pobre da mulher para segurar, esse Rui Guilherme pegou uma esculhambação de um sargento, enquadrrou o sargento, aí depois de um tempo o sargento passou a ajudar, aí depois o sargento falou: "não conta essa parada para ele". Tudo bem, a gente nunca contou essa história para o chefe que o sargento ajudava.

Eu tô falando essa coisa assim para dizer que no Pará não era sempre, sempre a história dos porões, era também e muito, muito chocante quando um companheiro era preso. Um companheiro sumia e eu militava aqui e um pouco no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro foi mais pesado. A falta de liberdade é pesada em qualquer lugar. Eu só tenho cinco minutos, e esses cinco minutos é para dizer o seguinte: que não é à toa que eu sou comunista, porque é a única contrapartida ao capitalismo, por que não tem outra. Quando se fala, é muito, muito importante, foi muito importante o que aconteceu em 1917, a Revolução Russa. Foi muito importante a III

Internacional Socialista na França, foi muito importante o Manifesto de Marx e Engels.

Gente, não tem jeito, o capitalismo deixado solto, ele vira escravagismo, mas a tendência natural pela maximização dos lucros é o escopo final do capitalismo, ele vira escravagismo. Gente, quando as pessoas vão... um belo dia um cara me disse: "poxa, e o socialismo não deu certo." Aí eu disse: "cara, foi preciso que um bando de socialistas tivesse que morrer para vocês terem décimo terceiro. Foi preciso que um bando de socialistas pegassem porrada pra que vocês tivessem férias de trinta dias, pra que tivesse horário de oito horas de trabalho, ou você tá pensando que um bando de capitalistas sentado em uma mesa..". Aí alguém levantou e disse: "Esses rapazes trabalham muito, vamos diminuir esse peso, vamos dar umas férias". Isso não existe, descanso remunerado, não gente, foi a peso de muita porrada.

E quando surgiu o socialismo real, depois da Revolução Russa, ficou o medo da dicotomia. Aí a gente tinha como negociar na ameaça, senão esse pessoal vai se bandear pro outro lado, aí surgiu a história da bondade do capitalismo.

Mas olha gente, eu vou terminar dizendo que se não fosse a Revolução Russa essa nossa estrada teria sido muito mais pedregosa, muito mais árdua. Tanto assim, que quando caiu o muro de Berlim, os elementos acharam que: "Pô, ganhamos". De pessoas que pra baixo tudo é canela, aí corre, privatiza tudo, pegou corda todo mundo, no mundo todo, inclusive Fernando Henrique Cardoso. Mas de repente o mundo todo diz: "Pô, não era assim".

Aí parou, o Fernando não podia parar, ele tava em um processo de conquistar, de comprar a reeleição, então ele tinha que continuar a história do estado mínimo e vender os nossos artigos. Então gente, agora, por exemplo, na hora que derrubam o presidente, a Dilma, de repente os malvados têm pressa para acabar com os direitos trabalhistas, tem pressa para acabar com a terra dos índios, liberar o máximo possível, certo?

Nós permitimos isso, hoje paira um fantasma muito grande, o fantasma da direita, e a direita tá crescendo porque a juventude não tem ideia do passado. E a gente precisa, pelo amor de Deus, explicar, contar. Gente, toda essa história de corrupção que tá aí a gênese ou o fortalecimento foi no regime militar. O fortalecimento da Odebrecht, o fortalecimento da

Camargo Corrêa, da Queiroz Galvão foi durante o regime militar, foi durante o regime militar que as obras sofreram um sobrepreço de em média trezentos por cento. Assim foi com Tucuruí, com a Transamazônica, e aliás o trezentos por cento ninguém nem chegou na metade, com Tucuruí, com Itaipu, com Angra, com um mundo de coisas, gente.

Olha, só tinha um detalhe, nessa época eu trabalhava no jornal O Estado do Pará. Era proibido até transcrever sermão de padre. Gente, é muito importante a gente lembrar que houve sim uma revolução, uma revolução socialista na Rússia. Só para lembrar pra vocês que a herança foi espetacular, que sem ter a União Soviética não haveria Cuba.

Você pega todo aquele troço chamado Ásia Menor, todos aqueles países, você vê os que tiveram experiências socialistas, que é o Curdistão, Cazaquistão, todos esses "tãos" e a parte de baixo que seguiu o FMI, que é os noventa e três por cento de analfabetos e aquela coisa toda.

Então foi fundamental que houvesse essa coisa toda, e do ponto de vista histórico, sim, a gente tem que ser dialético, é a União Soviética teve dezessete anos só de relativa tranquilidade, o resto foi de baixo de pau de todo mundo. Gente, eu não sou russo, nem sou soviético, eu só sou comunista, que é o caminho da humanidade, não é capitalista.

## **Dulce Rocque**

Nós aqui tivemos por enquanto a fala de pessoas ligadas aos partidos. O caso do próximo, Nazareno Tourinho, de 82 anos, nascido em dezembro de 1934, jornalista, escritor, professor e dramaturgo é um pouco diferente. Ele foi um ativista político, porém, independente, nunca se ligou com nenhum partido, mesmo se era amigo íntimo durante quarenta anos do Rui Barata, que foi inclusive secretário do Partido Comunista em Belém.

Então, mesmo se ele não era comunista, ele foi fichado como comunista pelo Serviço Nacional de Informações, ele tem até cópia desse documento. Talvez ele mostre para vocês. Ele teve uma de suas peças teatrais proibidas pelo Ministro da Justiça no tempo da ditadura, com a ordem da Polícia Federal retirar em todo o território nacional.

Ele além de ser jornalista, escritor, professor e dramaturgo, foi também fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas, ele é da Academia Paraense de Letras e agora vai nos falar das suas peripécias.

## **Nazareno Tourinho**

Em primeiro lugar eu quero agradecer a Marly Gonçalves de Silva pela gentileza generosa de me incluir nessa programação. Logo a seguir, em segundo lugar eu quero dizer que estou me sentindo nesse instante muito confortável por um lado, e desconfortável por outro lado. Confortável porque estou perto de duas mulheres ainda jovens e bonitas, dá para ver, e desconfortável porque estou também ao lado de dois velhos feios que eu detesto por motivo de inveja, ou porque o meu querido companheiro da "República Independente do Bar do Parque", e outro porque é um médico que além de comunista tem um coração maior que a Baía do Guajará. Socorreu muita gente em dificuldade no tempo da ditadura militar, ninguém sabe disso, se sabe apenas que o Alfredo Oliveira é um escritor competente, um compositor de excelente talento, mas se desconhece o outro lado da personalidade dele.

Então vejam bem, estou muito satisfeito e vou colocar para vocês, no tempo, eu tô muito preocupado com o tempo. Não pelo fato de terem me deixado para o fim, quando eu sou o mais charmoso, o mais bonito, não sou o mais culto, mas sou o mais velho. Mas isso não é problema, pois o Cristo disse que os últimos serão os primeiros, então estou me sentindo privilegiado, só que eu tenho muita coisa para dizer pra vocês e eu levei muito a sério essa oportunidade de falar nesse seminário, que pra mim foi muito bem programado e muito bem definido na sua temática. Esse seminário é sobre a Revolução Russa e comunista.

Eu me dei ao trabalho de fazer uma reflexão crítica de conteúdo não só científico, mas filosófico sobre esse tema, agora como o tempo não urge, o tempo ruge, eu não vou ler. Já distribuí, quem quiser ao encerrar pode pegar aqui para ler em casa.

Eu vou aproveitar o tempo que me resta para distribuir simpatia, eu sou artista de teatro, eu tenho que fazer a minha cena, não é isso? Então deixa eu pedir para vocês que sejam caridosos comigo. Quero pedir para essa moça aqui que tardasse o máximo de mostrar esse papel cruel de "cinco minutos", e quero dizer que levei muito a sério o tema desse seminário, que foi muito bem escolhido, muito inteligente. Estão dizendo por aí muita besteira a respeito de comunismo e especificamente a respeito da Revolução Russa, que merece mais respeito do que tá recebendo, porque se vê só os

erros que ela cometeu e toda revolução comete erros, mas não se vê o lado positivo.

Acima de tudo, se ela foi cruel, violenta, foi porque ela foi gerada por um regime muito mais cruel e muito mais violento. Segundo, que a Revolução criou uma União de Repúblicas Socialistas que confrontou os Estados Unidos da América do Norte, que mandava no mundo sozinho. A Revolução Russa divulgou para toda a humanidade pela primeira vez a necessidade dos trabalhadores se unirem, se organizarem. A Revolução Russa provou que é possível se tomar o poder constituído mais tirânico, se implementar uma revolução através de conselhos populares e não de grupos de elite, ela provou isso.

A Revolução Russa inspirou nos vários continentes muitos homens e muitas mulheres a lutarem para pelo menos reduzir os bolsões de miséria que degradam a condição da humanidade e que engordam e alimentam as contas bancárias dos capitalistas safados e cretinos à custa da fome do povo bom. Então a esse respeito se pode fazer ressalvas e restrições, algumas falhas do marxismo leninismo, nem tanto por ter assumido o materialismo dialético, que realmente tem fundamentação, pois é lei da natureza que a quantidade pode determinar a qualidade.

É lei da natureza a interpenetração dos contrários e é lei da natureza a negação da negação, mas o materialismo histórico é outra coisa. Dizer que os homens e as mulheres não fazem a sociedade, que a sociedade é que faz os homens e as mulheres e nós somos produtos do meio, isso é uma meia verdade. Porque assim como o meio determina a nossa cultura, é a nossa cultura que determina o meio.

Nós somos agentes da história, nós podemos transformar o mundo e haveremos de transformar. Porque se o comunismo é uma utopia hoje, não será amanhã. O que desgraçadamente a história nos provou é que nós não poderemos construir a sociedade comunista igualitária, justa e libertária através do Estado, mas haveremos de construí-la transitando primeiro pelo anarquismo, que não é o que muita gente pensa.

O anarquismo não é o apreço à desordem, à bagunça, o anarquismo é o desprezo ao Governo, porque todo governo é safado. Uns mais, outros menos, mas o anarquismo tem um valor imenso pela sua postura crítica. Nós precisamos criticar.



É verdade o que já disseram que a ideologia é o refúgio de muitos canalhas. Nós estamos vendo nesse país, confiamos em líderes de esquerda que nos enganaram, nos traíram, saquearam a Petrobras, fizeram uma onda de corrupção que nos envergonha. Essa é uma realidade.

Deixa eu dar uma esfriada no meu entusiasmo e dizer pra vocês que eu não sou um cientista social, eu sou um artista autor de peças teatrais. Eu estou aqui como dramaturgo, o "Nó de Quatro Pernas", não sei se vocês conhecem, essa peça foi publicada em 1961.

Alguns homens que estão aí na plateia talvez já tivessem nascido por terem já idade de ser meus filhos, agora das mulheres, nenhuma. Nenhuma aqui tem idade de ser minha filha, todas que eu estou vendo tem idade de ser minhas netas. Então quando essa peça foi escrita, vocês não existiam.

O personagem era um padre que tem uma igreja lutando pela justiça social. 1961, o Leonardo Boff, a quem se atribui a criação da Teologia da Libertação, ainda tava fazendo pipi no chão, e a gente já tava propondo o comunismo cristão. Porque o comunismo não nasceu com Marx e Engels, o comunismo nasceu há muito tempo, antes do Cristo, com Platão, que escreveu sua obra imortal "A República". Ele já estava fazendo a pintura do regime comunista.

No fim da Idade Média, quando Thomas More escreveu "A Utopia", ele estava tentando aprimorar o regime comunista na prática, nunca esqueçam isso. O comunismo nasceu com Spartacus, que se colocou á frente com cinquenta mil escravos e enfrentou as legiões romanas, que eram invencíveis. Foi crucificado antes do Cristo, e se no ponto de vista tático o comunismo nasceu com Spartacus, vocês sabem com quem nasceu o comunismo do ponto de vista teórico? Não foi com Marx não, nasceu com o filho de um carpinteiro, que disse certa vez esta frase, que é uma pena que seja esquecida. "É uma mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha que um rico se salvar".

Porque as religiões todas não repetem isso? Porque elas se aliam aos ricos? Na verdade, a tragédia da humanidade é a acumulação de riqueza. Eu repito o que disse um grande poeta: "só serei feliz no dia que a humanidade reunir em uma praça pública todo o dinheiro do mundo, fizer uma grande fogueira e dançar em volta".

Sobre dinheiro disse um poeta: "Ao fim do sol que nos vislumbra a vista e salpica de sangue a face do universo. Acaso a fundamental e toda tragédia da humanidade começou no dia que inventaram o dinheiro".

Quem estava certo também, antes do Marx, era o Jean Jacques Rousseau: "os homens viviam em paz, viviam em harmonia, os homens viviam com as mulheres em estado de graça, até um dia que um deles passou uma cerca ao redor da sua casa e disse: 'Isto é meu!' ". Criou a propriedade privada.

A propriedade privada é fruto do egoísmo. Na verdade, ninguém é proprietário de nada, nós somos usufrutuários, tudo que a gente tem a gente perde, até o nosso corpo físico, só não perde a nossa consciência. Porque há uma sobrevida, o materialismo nega isso, mas as filosofias espiritualistas, inclusive a minha, kardecista, insiste muito nisso. Há uma sobrevida, há um tempo além do tempo, há um Deus que é a causa primária da vida e do universo.

O ateísmo é a maior burrice que existe na inteligência humana, sabe por quê? Por duas razões, uma absolutamente científica, de uma lógica inquestionável. A existência de Deus é a coisa mais lógica e mais científica que existe, sabe por quê? Porque é um axioma científico.

Axioma significa verdade por si mesma, que dispensa demonstração. Há um axioma científico, nenhum cientista pode negar que não há efeito sem causa. De onde ele veio? Os materialistas que são incompetentes e mentirosos, que fazem pose de sábios, e que negam a existência de Deus com ateísmo, como Stephen Hawking, que é uma besta quadrada e todo mundo fica querendo elogiá-lo, e que mente.

Eu tenho um livro publicado em Portugal, "O fim da Ferida", do Stephen Hawking, e ele diz nesse livro que os físicos se baseiam em ideias intuitivas de validade duvidosa. Então esse grau de certeza...

Deixa eu encerrar do meu jeito. Eu tenho duas memórias da minha vida como comunista que vão me acompanhar sempre. Uma quando eu tava sentado na minha redação federal, um tenente da Marinha chegou e disse: "se levante e me acompanhe". E me levou ao quarto Distrito Naval e me deixou mofando lá horas, depois voltou e disse: "o jipe vai lhe deixar na sua casa, só que você tá proibido de sair de Belém." 1964, até eu não saio de Belém. Não me deram contraordem.

Encima disso, quando a ditadura militar tava quase acabando, me convidaram pra ser candidato a vereador pela Arena, que era o partido da ditadura. E aí eu corri com os camaradas. O primeiro disse: "Te infiltra, aceita". Era tática, já que a Guerrilha do Araguaia não deu certo, era entrar para ajudar a dividir, e o besta aqui aceitou. Não se elegeu, que aparecia Nazareno Tourinho - MDB, não aparecia Arena. Eu perdi a eleição, agora isso não foi um mal, foi um bem. O mal foi que eu manchei a minha reputação, qualquer um pode dizer: "você fica aprontando de comunista, mas foi candidato a vereador pela Arena.

O pior é de que todas essas pessoas que eu consultei, me aconselharam, só tem uma viva. E eu tô dizendo isso aqui porque isso vai ficar gravado, se alguém duvidar, procure essa pessoa, tá viva. Cláudio Barradas, ele me deu corda.

Mas como o tempo tá encerrando, eu tenho uma memória que quero terminar esse meu discurso expondo pra vocês essa memória, por dois motivos. Um porque ela é bonita, que é um poema, outra porque estão querendo a volta da ditadura agora no Brasil. Vocês têm visto o noticiário. General Mourão, mesmo nome do que implantou a ditadura de 1964, falou aí, o presidente desconversou, que diante de tanta corrupção é preciso uma intervenção militar.

Então deixa eu terminar o meu discurso declamando este poema que eu escrevi em 2004, quando a ditadura de 1964 completou quarenta anos de nascida, vivida, morta e sepultada. Como eu era muito ligado ao Rui Barata, e o Rui Barata tinha um poema chamado "Canção dos quarenta anos", eu escrevi a minha canção dos quarenta anos de ditadura militar, que agora vou declamar para vocês. Para encerrar, esse poema, esse livro infelizmente tá esgotado, faz parte desse livro. "Versos para os pobres e oprimidos", que documenta os crimes de pistolagem no interior do Pará. Esse poema foi escrito com incentivo do Deputado Arnaldo Jordy, que me deu corda para escrevê-lo e com apoio do Deputado Edmilson Rodrigues, que era prefeito e mandou publicar. Se alguém quiser imprimir esse livro, são poemas denunciando os crimes e eu dou direitos autorais na hora, aliás não precisa nem me pedir. É com esses versos que se vocês quiserem, podem reproduzir.

Mas o tempo tá estourando eu vou ler esse poema pra encerrar. Escrito em 2004, alusivo ao golpe militar de 1964, que querem renovar.

Título: "**Quarenta anos de sonho depois de uma tempestade**".

"Dando brilho à verdade  
Sem usar qualquer verniz  
Lembro uma tempestade destroçando esse país  
Quem tava farda e maldade, fez nela tudo que quis  
Com a minha dignidade eu protestei e não fiz  
Choveu chumbo sobre a terra  
Burros fugindo a galope  
Imaginaram ser guerra o que era um simples golpe  
Um golpe na sociedade, ferindo a democracia  
Sepultando a liberdade, isto em plena luz do dia  
Quarenta anos correram e do medo não correram  
Tantos lutaram e morreram pela vida que eu vivi?  
Quantos foram aprisionados? Quantos eu não sei.  
Quantos foram torturados pelos sonhos que eu sonhei?  
Quanta gente boa e pura que tanto o Brasil amou  
Mastigou na ditadura o pão que o diabo amassou?  
Quantos famintos ficaram até hoje sem comer?  
Quantos viram e se calaram tendo muito o que dizer?  
Quarentas anos passaram e eu continuo sonhando  
Meus sonhos não acabaram  
Eu é que estou acabando  
Mas na casa dos setenta sinto a velhice chegar  
Quarenta anos, quarenta  
Ainda quero sonhar o sonho do sono somente  
Pode o ser humano engrandecer  
O sonho planta a semente que faz o futuro nascer  
Quem sonhou com o comunismo  
Vivo ou morto, honre o seu povo  
Quem sonha o socialismo não é velho  
É sempre novo  
Setenta anos eu tenho e me sinto uma criança  
O meu retrato desenho com a tinta da esperança  
E ponho esta frase eloquente no alto da sua moldura  
Nada existe tão indecente quanto uma ditadura  
Quarenta anos, quarenta  
No céu a vida é ligeira, já no solo o sol esquentando a folha da minha mangueira  
Sou criança, não cresci na minha Belém do Pará  
Porque sonhei, mereci ser índio Tupinambá  
Estou nu e grito forte  
Meu sonho é minha coragem  
Nasci caboclo do Norte no tempo da Cabanagem  
Digo o que quero dizendo  
Vôo como gavião e faço o que quero

E fazendo, todo pobre é meu irmão."

Muito obrigado.

### **Dulce Rocque**

E eu lhe disse que pega corda, né? Pegou toda a corda, superou, usou o dobro do tempo, mas foi um sucesso. Obrigada. Agora nós vamos para as perguntas, e enquanto vocês pensam uma pergunta eu queria contar uma história rapidinho.

Em 1970, eu tava na Praça Vermelha em Moscou, assistindo o desfile do aniversário da revolução. Sou convidada para almoçar na casa da minha host. Chego lá, almoçamos e a ela acende a televisão e de repente aparece o Stalin, que tinha desaparecido. Nunca mais, desde 1958 que ninguém nunca mais tinha ouvido falar nada do Stalin. Aparece durante cinco segundos a foto, esta mulher deu um grito e começou a chorar, a filha ficou estática, ficou assim chocada e nós os três brasileiros que estávamos ali não entendíamos.

Eu tô contando isso por uma coisa que ele falou e que me trouxe em mente para questão do Stalin e o culto à personalidade. A segunda guerra foi, a Rússia ganhou a segunda guerra, a União Soviética ganhou a segunda guerra muito por mérito de Stalin, quando ele conseguiu levantar o povo. Então ela em determinado momento, esta senhora continuava a chorar, queria falar e não conseguia, ela disse: "paizinho". O Stalin era chamado pelo povo de paizinho.

"Este homem fez tanto mal para minha família, mas eu não posso vê-lo, porque me vem em mente como as coisas eram diferentes naquela época. Como nós acreditávamos na sociedade que estávamos fazendo, e arregaçávamos as mangas durante a guerra e íamos fazer tudo aquilo que era necessário para defender o primeiro país socialista do mundo."

Então tinha um povo inteiro que realmente o amava, porque ela disse que quando ele falava todo mundo saía dali com a alma cheia de esperança. Então vê como a gente só conhece do Stalin na parte ruim? E hoje foi bom lembrar que no socialismo a gente também tira muita coisa boa. E agora nós vamos passar para as perguntas. Obrigada.

## **Marly Silva**

Bom dia a todos. Eu queria agradecer a participação de todos os nossos convidados, eu acho que foi uma seção muito rica, extremamente contundente nas colocações, mas devido ao adiantado da hora a gente não vai poder infelizmente abrir para uma sessão de debate.

Já que o professor Ernani vai fazer uma palestra e ele já está aí, como nós explicamos no início da sessão que houve um problema de falha na logística do transporte, que atrasou bastante o início da sessão de hoje. Então agora nós vamos pedir desculpas para plateia, mas não vai ser possível fazer esse segundo momento de debate, tá bom?

Nós vamos ter que passar a palavra para cada um dos convidados fazer as suas considerações finais e vamos chamar o professor Ernani, para que ele possa então assumir os trabalhos com a sua palestra. Obrigada.

## **Dulce Rocque**

Agora vamos dar a palavra em ordem... eu queria dar logo primeiro para ele, porque senão ele vai falar outra meia hora, então eu só vou dar um minuto. Um minuto para cada um deixar sua opinião sobre o evento.

## **Nazareno Tourinho**

Bom, em um minuto quero lembrar com saudade e um tributo de admiração. Primeiro Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, que tentou começar o comunismo no Brasil e que acabou sendo destruído pelo poder instituído do capitalismo que manda no governo e que pôs fim praticamente à vida do Luiz Carlos Prestes, o grande comunista do passado.

Quero lembrar três comunistas paraenses com quem mais convivi de perto, o Rui Barata, o Sá Pereira e o Raimundo Jinkings. E quero lembrar um comunista nacional que foi o maior romancista brasileiro na minha opinião. Maior que o Machado de Assis, porque além de ser um grande estilista, tinha uma qualidade que faltou para o Machado de Assis, ele era comunista. Me refiro ao Jorge Amado, que escreveu em um dos seus romances esta frase poética genial: " Há homens que têm uma estrela no lugar do coração, quando morrem o coração fica no céu".

Então quero dizer para vocês que nas noites quentes de verão, quando não há nuvens chuvosas no espaço eu olho para cima e procuro divisar no teto azul do firmamento, onde a via láctea estende seu véu de noiva bordado de estrelas, procuro divisar o rosto do velho Rui Barata, do bar do Parque e do Percival. Procuro divisar o rosto do Luiz Carlos Prestes, mártir do Brasil, do Raimundo Jinkings, do Sá Pereira e de todos aqueles que lutaram pela causa comunista, da justiça social. E não lutaram em vão, porque um tempo novo virá, um tempo de liberdade, de justiça, um tempo em que os capitalistas terão desaparecido, um tempo em que se o Voltaire reencarnar, vai dizer: "o mundo só será feliz no dia que o último canalha for enforcado com as tripas do último capitalista". Muito obrigado.

### **Alfredo Oliveira**

Agradeço a oportunidade de ter dito alguma coisa. Quero declarar a satisfação de [?] com os companheiros dessa mesa. Depois de 1964, onde se concentrou a maior luta que nós tivemos, não só para organizar o PCB como para enfrentar a ditadura. Muito obrigado.

### **André Nunes**

Pois bem, muito obrigado por esses três minutos que me deram. É o seguinte pessoal, eu não consigo me dissociar de qualquer luta popular. Nós estamos hoje rememorando os cem anos da Revolução Russa, que foi um marco para todo mundo e para toda a história da humanidade. Isso é incontestado, mas serve para lembrar que a luta continua, serve para lembrar que esse velho, que não vai ficar velho. Eu vou fazer oitenta, tenho 78.

Uma luta, uma luta que precisa de todo mundo, eu moro em Marituba. Do lado, dentro da região da zona urbana de Marituba, do lado dos jardins das casas, o governo concedeu para máfia do lixo fazer um lixão e concedeu todas as licenças por que essa máfia foi a maior financiadora de campanha do Jatene.

Não tinha um funcionário, não tinha nada, tinha uma sede em um apartamento na Batista Campos. E bancou toda a campanha, toda não, parte da campanha do Jatene. Em segundo lugar foi a Friboi e a terceira foi a Odebrecht. Mas para vocês só de ficar gravado na memória a continuação e

que vão continuar. Eles estão ganhando, em dois anos Marituba será uma cidade fantasma. Os malvados ganharam. Obrigado.

### **Hecilda Veiga**

Eu queria agradecer a Marly por essa oportunidade, por ter lembrado dessa revolução e por essa presença dessas pessoas. Obrigada a todos vocês.

Novamente eu gostaria de lembrar a importância de um evento como esse. Parabênzo a Marly pela iniciativa e também com a oportunidade de ter perto pessoas de quem já tinha ouvido falar na minha geração de 1968, o Alfredo Oliveira, Nazareno Tourinho e o André. E agradecer a expectativa com que vocês trouxeram, que vocês vieram aqui, com que nos receberam, com que nos acompanharam. Agradecer essa oportunidade muito rara e temos outras iniciativas ainda do projeto até o dia 28, né professora Marly?

Agradecer a Dulce essa oportunidade, agradecer vocês todos e que novas iniciativas ou mais iniciativas dessa natureza possam continuar o continuar ocorrendo aqui na Universidade Federal do Pará, em particular na Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Muito obrigada.





# Secção 5

Revolução e Arte

## John Cage e Emma Goldman, a revolução que não tem fim

por Gustavo Simões<sup>9</sup>

### Anarquia

Em setembro de 2017, se algum de nós digitar “John Cage” (1912-1992) no *google* encontrará cerca de 74 milhões de referências. “Compositor”, “escritor”, “artista”, quase todos os links valorizam a corajosa ruptura com Arnold Schoenberg, a invenção dos pianos preparados nos anos 1930, o reconhecimento pelo primeiro *happening* e, em especial, por “4’33”. Nesta última, invenção ocorrida em 1952, ao longo de quatro minutos e trinta e três segundos, o pianista David Tudor, não executou uma nota musical sequer, liberando a sala de concertos para os ruídos anteriormente excluídos da música.

Contudo, nessa busca inicial, poucas são as referências à sua prática anarquista afirmada desde o final da II Guerra Mundial, a partir de seus encontros com Judith Malina,<sup>10</sup> inventora do *The Living Theatre* e com artistas que faziam parte da Black Mountain College. Apesar da escassez de comentários, Cage viveu o anarquismo por mais de uma década, entre meados de 1950 e 1960, em Stonypoint, comunidade rural próxima de Nova York, onde se apaixonou por cogumelos e conviveu com militantes como James Martin, historiador do libertarismo estadunidense. Para além disso, participou, no Brasil, em 1968, em meio

---

<sup>9</sup>Gustavo Simões em doutor em Ciências Sociais PUC-SP e pesquisador no Nu-Sol. [gusfsimoes@gmail.com](mailto:gusfsimoes@gmail.com)

<sup>10</sup>Judith Malina nasceu em 1926, em Kiel, Alemanha. Nos anos 1930, ao fugir com os pais do governo nacional-socialista, desembarcou em solo estadunidense. Ainda muito jovem, enquanto seu pai, Max Malina, trabalhou para libertar homens, mulheres e crianças encarcerados em campos de concentração, circulou com a mãe, Rosa, pelas ruas de Nova York, lendo poesias que expunham as violências orquestradas pelos nazistas. No mesmo ano em que a II Guerra Mundial se encerrou, Judith, então com menos de vinte anos, matriculou-se na escola de Erwin Piscator, diretor de teatro, também refugiado nos Estados Unidos. No interior da escola, além do teatro, descobriu outra paixão e amor com Julian Beck. Afetada por esse encontro e pelas leituras do anarquismo de Paul Goodman, no final da década de 1940, inventou com Beck o *The Living Theatre*, teatro vivo inaugurado no início dos anos 1950, na própria casa em que dividiam na West End Avenue e que completará setenta anos de existência em 2017. Judith faleceu em abril de 2015, em Nova Jersey (EUA).

à ditadura-civil militar, a convite de Pietro Ferrua, de um Encontro Anarquista no Rio de Janeiro. E como se isso não bastasse para chamar a atenção de historiadores da arte e biógrafos, em 1988, finalmente publicou *Anarchy*, livro no qual explicitou sua formação libertária.

Mas, voltando a razão deste encontro, afinal, por que comentar acerca de John Cage, visto que, em outubro de 1917, o artista possuía somente cinco anos de idade? É o que veremos adiante, a partir de alguns escritos do artista, articulados com as contundentes reflexões da anarquista Emma Goldman, sobretudo, aquelas relacionadas aos efeitos da revolução de 1917 na Rússia, acontecimento que no próximo mês completa um século.

...

“*Anarchy* foi escrito para ser lido em voz alta”, (Cage, 2001: vi), escreveu John Cage no prefácio da publicação com 81 páginas, contendo 20 mesósticos. O livro surgiu em 1988, um ano antes da queda do muro de Berlim e momento em que nos Estados Unidos, George Bush, ex-diretor da Central Intelligence Agency (CIA), milionário do petróleo, sucessor de Ronald Reagan, assumiu a presidência do país. Às vésperas de mais uma guerra na história, a chamada Guerra do Golfo (1990-91), Cage concluiu o livro de mesósticos libertários contendo elaborações sobre várias questões anarquistas.

Inventados no começo dos anos 1970, os mesósticos, maneira pela qual o artista decidiu apresentar os textos, foram elaborados inicialmente por Cage para compor pequenas celebrações dedicadas a amigos e artistas próximos. Em 1970, a pedido de Shigeko, artista e companheira do artista multimídia Nam June Paik, produziu o primeiro, sobre Marcel Duchamp. Na ocasião, dispôs como um poema as palavras na página, porém, no meio de tais palavras, a cada linha, uma letra do nome do artista francês era destacada em maiúsculo. Desta maneira, evidenciou um modo a mais de leitura possível, além do horizontal, isto é, o vertical, espinha e corpo do poema que explicita o tema ou título trabalhado no escrito<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup>Thiago Rodrigues, tradutor de alguns mesósticos de *Anarchy* expostos em diferentes edições da revista *verve*, declarou que a tradução destas experiências é especialmente difícil, pois, “há uma ‘fórmula vertical’ – que enuncia uma ideia, mais linear, e que

Finalizado em 1988, os esboços de *Anarchy* começaram nos primeiros anos da década, com uma investigação de Cage na biblioteca pessoal que mantinha em seu apartamento localizado em Manhattan, 6th Avenue, visando selecionar os temas e ideias que, nos anos 1980, ainda eram urgentes para ele. Dentre os assuntos vibrantes estava a anarquia. Todavia, foi somente em 1988 que, a partir de distintos livros sobre os anarquismos<sup>12</sup>, ele selecionou citações de textos de libertários do século XIX e início do XX, de contemporâneos como Paul Goodman, somados à retomada de trechos extraídos de seus próprios escritos como *De segunda a um ano* e *M*. Ao lado dos libertários dispôs também ao longo das páginas afirmações de Walt Whitman, Henry David Thoreau,<sup>13</sup> Buckminster Fuller, Marshall MacLuhan.<sup>14</sup>

Em *Anarchy*, Cage prosseguiu com o que chamou combate à sintaxe — “busco uma maneira de escrever como invenção de novas ideias em vez de escrever sobre novas ideias” (Cage, 2001: vi) —, a partir de um trecho publicado em *M*, recuperou o percurso de suas invenções desde os anos 1930 e 1940, concluindo que as experiências com ruídos não foram suficientes para revolucionar a música. Somente com o silêncio, com ‘4’33”, na década de 1950, responsável por “abrir nossos

---

demarca o tom e o tema do poema – e uma ‘forma horizontal’, composta pelas linhas/versos tirados por Cage de outro texto em prosa e que embaralham artigos, pronomes, verbos e preposições.”. (Rodrigues, 2016: 151). Daniel Ávila, tradutor de um mesóptico de John Cage realizado a partir de declarações de Jasper Johns, observou que a busca por sentido ou por uma sintaxe usual, no caso específico destas construções de Cage, “é uma batalha perdida” (Ávila, in Retallack, 2015: 68). “Como defendia o próprio Cage, o ‘substantivo é verbo, adjetivo, advérbio, e uma linguagem desprovida das ditaduras lingüísticas e plenamente musical, no limite, tornaria desnecessária qualquer tradução em prol de toda a comunidade humana” (Ibidem).

<sup>12</sup>No prefácio de *Anarchy*, John Cage reinforma que, além de ler *Men Against the State*, ensaio de James Martin sobre o anarquismo individualista estadunidense, leu também *Quotations from the Anarchists*, escrito por Paul Berman e *The Essential Works of Anarchism* de Marshall Shatz.

<sup>13</sup>Em *Anarchy* Cage incorporou de Thoreau a frase inicial de *A desobediência civil* utilizada pelo artista nos anos 1970, em “Song Books”.

<sup>14</sup>No início do prefácio, antes de apresentar os anarquistas, explicou a presença de Fuller e MacLuhan na antologia. Mesmo sem declararem-se anarquistas, para ele, ambos os pensadores alertaram para o fato de que o governo não é necessário, incentivando a produção de novas tecnologias na lida libertária com questões relacionadas ao planeta envolvendo “ar, água, energia, meios de comunicação e transporte, comida e abrigo”. (Cage, 2013: s/p). Junto a isto, trinta anos depois de experimentar a vida simples em Stonypoint, a partir de uma melhor distribuição dos recursos da Terra defendida por Fuller, para Cage poderíamos pensar menos em leis que protegem os ricos dos pobres, mas, sim, “[em leis] que partam da aceitação da pobreza como um meio de vida. Há que se fazer um mundo em que se possa ser pobre sem depender do governo” (Ibidem).

ouvidos” é que agora [final dos anos 1980] pôde “conceber a anarquia para nos abrimos inteiros e corajosamente” (Ibidem).

Ao lado das formulações de Cage, incorporados em *Anarchy*, a partir das formulações de Piotr Kropotkin e Malatesta, o artista sublinhou as peculiaridades da revolução anarquista. O primeiro alertou para a importância das revoluções, “tão necessárias para a evolução quanto as mudanças que as preparam e as sucedem” (Kropotkin apud Cage, 2001: vii). Malatesta defendeu que reviravoltas na sociedade só podem acontecer sem lideranças, através da ação direta, “com o povo decidindo seu próprio futuro” (Malatesta apud Cage, 2001: vii). A respeito do antimilitarismo – dois anos antes da invasão dos Estados Unidos ao Iraque, novamente amparadas com o apoio da ONU –, Liev Tolstói, escritor já citado anteriormente por Cage no *diário*, colaborou com a breve passagem: “um homem honrado e respeitado não pode e não deve participar do governo (...). Assim que as pessoas entenderem isto, deixarão de sustentar o Estado com soldados e dinheiro.” (Tolstói apud Cage, 2001: viii).

Contudo, ultrapassando as revoluções com Kropotkin e Malatesta, levando adiante o antimilitarismo de Tolstói, *Anarchy* é definitivamente marcado pela presença de outros dois libertários: Mikhail Bakunin e Emma Goldman. Do autor de *Deus e o Estado*, está a citação, “a liberdade do homem consiste unicamente no fato dele obedecer somente às leis que ele mesmo reconhece” (Bakunin apud Cage, 2001: vii) e sua notável afirmação da liberdade como potência ilimitada, liberada tanto da noção socialista autoritária como da liberal burguesa. “Eu sou um fanático amante da liberdade (...) mas, não da liberdade puramente formal, concedida, medida e regulada pelo Estado (...) [Eu sou amante da] liberdade de cada indivíduo, liberdade que não conhece fronteiras e é confirmada e estendida pela liberdade dos outros até o infinito” (Bakunin apud Cage, 2001: vii-viii).

Todavia, para além de Bakunin, como indiquei acima, na Anarquia de John Cage, Emma Goldman é a presença mais decisiva. No prefácio de *Anarchy*, sobre a leitura dos dois volumes de *Living my life*, autobiografia da anarquista, escreveu: “estou contente que na preparação deste trabalho [*Anarchy*] eu li *Living my Life* (...) Eu

recomendo a todos aqueles que gostam de livros que são difíceis de largar depois de iniciada a leitura” (Cage, 2001: viii).

## Os meios

Emma Goldman chegou aos Estados Unidos, vinda da Lituânia, em 1886. Três anos depois, já agitava ao lado de anarquistas, entre os quais conheceu seu companheiro Alexander Berkman. No início dos anos 1890, substituindo renomados oradores libertários, pôs o pé na estrada e passou a circular por todo o território estadunidense falando em favor da revolução social, do amor livre, contra o exército. Ao lado de Berkman, em 1892, participou da preparação da ação direta contra Henry Clay Frick, gerente de uma Companhia de Aço na Pensilvânia, responsável por uma brutal repressão aos trabalhadores. Após o atentado – Frick foi alvejado, mas, sobreviveu –, Berkman foi detido, julgado e condenado a mais de dez anos de prisão. Após sua saída, em 1906, Goldman passou a editar o jornal *Mother Earth*, periódico combativo que concentrava anarquistas de diferentes perspectivas assim como escritores, filósofos e artistas.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, Emma Goldman foi constantemente perseguida pelo governo estadunidense, sendo presa por duas semanas em 1916, em decorrência de uma palestra em favor do direito das mulheres decidirem sobre a maternidade. No ano seguinte, em 15 de junho de 1917, foi novamente sequestrada por dezenas de policiais, incluindo oficiais do esquadrão antibombas de Nova York, sob a justificativa de conspiração para abolir o alistamento militar obrigatório no país<sup>15</sup>. Nesta ocasião, um dos agentes exibiu uma edição do jornal *Mother Earth*, editado por Goldman, com o “Manifesto da Liga da Não Conscrição”. Da sede do *Mother Earth*, Goldman e Berkman foram levados diretamente a um prédio federal e, posteriormente, trancafiados em *Tombs*, prisão municipal construída no século XIX, nomeada assim em alusão as tumbas do antigo Egito.

---

<sup>15</sup>Sobre a prisão de Goldman em 1917 ver “Manifesto da Liga da Não Conscrição”. Tradução de Beatriz Carneiro e Eliane K. Carvalho. Revista Verve. São Paulo, Nu-Sol, vol. 32, 2017. Disponível em <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2017/11/verve32.pdf>

Durante as duas semanas de julgamento, muitas vezes interrompido, segundo Leonard Abott, por uma banda militar que tocava do lado de fora do tribunal, pois, na rua abaixo havia sido criada uma estação de alistamento<sup>16</sup>, os libertários recusaram o direito a serem representados por um advogado, defendendo a si mesmos no interior do tribunal. Em uma das sessões, ao ouvirem do juiz: “qualquer um que se recusar a ficar de pé será retirado da sala, e não lhe será permitido voltar”, insolentes e bem humorados, permaneceram sentados. O juiz, obviamente, não cumpriu sua palavra.

Em 1919, dois anos após o veredicto que os declarou culpados, amparados pelo Ato de Exclusão Anarquista (1918), os Estados Unidos, sob a presidência do democrata Woodrow Wilson, deportou Goldman e Berkman para a Rússia junto com outros cinquenta militantes considerados perigosos. Desde o desembarque do navio em Moscou, no início de 1920, conversando com operários, estudantes, artistas, não tardou para que Goldman, outrora identificada como “a mulher mais perigosa da América”, passasse também a combater corajosamente o autoritarismo bolchevique. “Os fatos apresentados na assembleia dos anarquistas de Moscou, a análise da situação pela Esquerda Socialista Revolucionária e minhas conversas com pessoas simples sem qualquer filiação política, permitiram-me olhar atrás dos bastidores desse teatro revolucionário e enxergar a ditadura sem sua maquiagem”. (Goldman apud Nu-Sol & Troyano, 2007: 72).

Convidada por Lisa Zorin, secretária do partido em Petrogrado, para visitar uma fábrica, a libertária revoltou-se com a argumentação da dirigente de que não havia banheiros no lugar de trabalho por falta de espaço disponível. “Na América, eu desprezaria o bem-estar no ambiente de trabalho, eu o consideraria um paliativo barato. Mas na Rússia socialista, a visão de mulheres grávidas, trabalhando sob um ar sufocante de tabaco, saturando de veneno os que ainda nem nasceram e a si mesmas, parece-me um grande mal”. (Idem: 73), respondeu Goldman.

Do lado de fora das fábricas, apaixonada pelas invenções libertárias na arte, características dos anarquismos desde Pierre Joseph

---

<sup>16</sup>Texto de Leonard Abott sobre o julgamento de Emma Goldman e Alexander Berkman. Ainda inédito em português.

Proudhon e seu livro sobre as pinturas de Gustave Courbet, amiga de Man Ray, Hypolite Havel, entre outros que ilustraram diversas edições de *Mother Earth*, nos primeiros meses de 1920, sob o que denominou efeito da anulação da vida cultural e artística do povo russo, arrematou: “a ditadura política dos bolchevistas acabou até com as relações sociais mais inofensivas. Não há clubes, não há lugares de encontro, nem mesmo um salão de dança. Eu me lembro do choque na expressão de uma secretária do partido quando perguntei: ‘Os jovens não poderiam se encontrar ocasionalmente para uma dança?’”. (Idem).

Em *Arte e Anarquia*, Alan Antliff situou que no momento em que Goldman chegou à Rússia, a repressão do Estado já havia incidido violentamente sobre os artistas, em especial, aqueles ligados ao jornal *Anarkhiia*. Como resposta às ações levadas adiante pela guerrilha da Federação Anarquista de Moscou, no rescaldo da revolução, no primeiro semestre de 1918, a Tcheca, polícia secreta do Estado, liquidou grande parte dos chamados clubes anarquistas. “Esses clubes eram mais do que simples pontos de encontro: tornaram-se instituições radicais. Por exemplo, o ‘Dom Anarkhiia’ (Casa da Anarquia) (...) também tinha uma biblioteca e uma sala de leitura, instalações para ‘impressão de arte proletária’, um círculo de poesia e um grande teatro onde exibiam-se peças e palestras eram realizadas (...). [Outro espaço,] a mansão Morozov havia sido a residência do proprietário de um moinho têxtil que era um dos homens mais ricos da Rússia; sob a ocupação anarquista, ela servia como comuna, estúdio de pintura e um museu da pessoa”. (Antliff, 2009: 72).

Somadas as violências do Estado, Antliff também ressaltou que a partir de 1918, muitos artistas, anteriormente anarquistas, como Aleksander Rodchenko, arregimentados pela possibilidade de algum cargo ou por mera sobrevivência, entregaram-se a atividades conduzidas pelos programas políticos de Lenin. Com a exceção de alguns grupos como os Anarco-Futuristas Russos, responsáveis pelo manifesto que convidou a derrubada não somente das Igrejas, mas, também “dos seus aliados, os museus!” (Anarco-Futuristas Russos, 1997: 34), raros eram os que ousavam desafiar o Estado. Para além da repressão estatal apontada por Antliff, muitas vezes os próprios artistas e “escritores proletários” agiam como policiais a serviço do Estado.



Segundo Augusto de Campos no final dos anos 1920, o poeta Vladimir Maiakovski era constantemente atacado por escritores, seja por seu relacionamento amoroso pouco convencional com Lília e Óssip ou por comprar um automóvel para uso pessoal. “O poeta ‘proletário’ Demien Biédni recriminou-o: ‘você está ficando pequeno burguês’. ‘Mas você sempre andou de carro’, retrucou Maiakovski. ‘Mas meu carro é do Estado, e não particular’, concluiu Biédni, triunfante” (Campos, 1997: 160).

Mesmo neste cenário desolador, Emma Goldman seguiu com suas contestações. No final de 1920, redigiu textos de apoio à luta de Nestor Makhno na Ucrânia; auxiliou, em fevereiro de 1921, a mobilização para o enterro de Piotr Kropotkin, rito fúnebre que reuniu mais de cem mil pessoas; se desentendeu com Lenin. Por fim, no mesmo ano, foi expulsa também da União Soviética. A partir de então, mudou-se constantemente. Viveu na Inglaterra, Canadá e França, países onde escreveu *Living My Life*, livro que empolgou muito da anarquia de John Cage. Quando a revolução libertária explodiu na Espanha, em 1936, a anarquista partiu para combater ao lado de Buenaventura Durrutti.

## **& mais**

Em *Minha desilusão com a Rússia*, publicado ainda na década de 1920, atualizando “Os perigos de um Estado Marxista”, notável reflexão de Mikhail Bakunin que já desvelava os perigos de uma revolução que tinha como objetivo a ocupação do Estado, Goldman, a partir da sua própria experiência, concluiu que Estado e Revolução são incompatíveis. Para ela, enquanto o primeiro visa a centralização, a segunda é a expansão de outras possibilidades de existência.

Após questionar a intensificação, no interior da revolução, da cisão entre trabalho intelectual e manual, sublinhou uma das diferenças radicais entre as práticas libertárias e a política levada a cabo pelos socialistas autoritários. “Métodos e meios não podem ser separados dos objetivos perseguidos. Os meios empregados tornam-se, através do hábito individual e da prática social, parte do objetivo final; eles o influenciam, modificam-no (...). Uma revolução só pode resultar em

favor de libertação se os meios utilizados foram idênticos aos objetivos buscados” (Goldman, 1997: 18).

Goldman morreu em 1940, aos 71 anos. Todavia, seus escritos, entre eles a reflexão sobre a revolução, afetaram muitos anarquistas ao redor do planeta, entre eles, como vimos anteriormente, John Cage, precisamente pela sua afirmação de uma transformação radical que não possui um fim, uma meta que seja dissociada de um *meio*, isto é, de um caminho, um percurso, uma via, uma senda que também é libertária. Para Goldman o futuro revolucionário pode ser pensado somente com o presente praticado de maneira liberadora.

John Cage, desde o final da década de 1940, coexistiu com anarquistas, em especial artistas. Todavia, foi a partir do seu retorno de Stonypoint, comunidade libertária onde viveu por uma década, de meados dos anos 1950 até o início dos 1970, que notamos suas primeiras leituras da inventora de *Mother Earth*, leituras que fundamentarão o que ele denominou mais tarde de “praticabilidade da anarquia”, importante noção em seus últimos anos de vida. Em “O Futuro da Música”, publicado em 1974, apesar do que o título sugere, o artista passou a afirmar a revolução de modo singular, “em vez de planejá-la, ou parar o que estamos fazendo a fim de realizá-la, pode ser que nos encontremos o tempo todo nela (...)”, (Cage, 2009: 339) formulação próxima a de Goldman, “anarquismo não é uma teoria para um futuro distante” (Cage, 2001: x)”, citada por ele em *Anarchy*.

Por fim, no último ano da sua vida, 1992, ainda sobre a revolução como prática da anarquia, ao relembrar a coexistência libertária fora de Nova York, na década de 1950, com Paul e Vera Williams, James Martin, pensando sobre o presente, completou: “penso que haverá cada vez mais indivíduos, espero estar entre eles, respondendo afirmativamente a questão... (pausa longa)... da anarquia como prática” (Cage, in Kostelanetz, 2003: 279). Depois de citar a viagem de Goldman à Espanha durante a revolução, encerrou de maneira otimista: “a anarquia está voltando a ser praticada. Eu tenho uma amiga da Espanha que conhece um escultor que tem como referência uma máxima do movimento anarquista: ‘de fracasso em fracasso até a vitória final’” (Ibidem).

É interessante notar que próximo à publicação de *Anarchy*, outro libertário, Hakim Bey, em *Caos* (1985) também atualizou as considerações de Emma Goldman defendendo uma “revolução do dia-a-dia”, argumentando que “os meios já são os fins. A insurreição já é nossa aventura” (Bey, 2003: LXII). Entretanto, enquanto Bey, pouco a pouco, depois da queda do muro de Berlim, vai se distanciando da palavra revolução, Cage a usou até o fim da vida como a definição de Emma Goldman, isto é, expansão de outros modos de vida, libertários.

Por isso retomo o começo. Para quê pensarmos em John Cage e Emma Goldman aqui nesta manhã? Para lembrarmos que para Cage, como citado anteriormente, em vez de planejarmos a revolução como algo situado no futuro é possível vivê-la como experiência no presente. Embora pouco citada entre curadores, acadêmicos e especialistas em John Cage, Goldman é uma das intensas procedências revolucionárias do artista. A crítica ao bolchevismo realizada por ela foi mais adiante do que somente escancarar o fracasso da idéia de Estado e do socialismo autoritário. Em “Por que a revolução russa não realizou suas esperanças?”, a anarquista distinguiu contundentemente revolução e a política levada a cabo pelos bolcheviques. Para ela, revolução é expansão, movimento libertário, não se completa. Leitor de Goldman, a sua maneira, como anarquista e artista, John Cage experimentou a revolução desta maneira. Agora, 2017, em meio a homenagens aos episódios ocorridos na Rússia, Cage e Goldman nos convidam a abrir os ouvidos e ouvir os ruídos da transformação aqui, no presente.

## Referências

ANTLIFF, Allan. *Anarquia e Arte: da Comuna de Paris à queda do muro de Berlim*. Tradução de Lana Lim. São Paulo, Madras, 2009.

BEY, Hakim. *Caos: Terrorismo poético e outros crimes exemplares*. Tradução de Patrícia Decia e Renato Resende. São Paulo: Conrad, 2003.

CAGE, John. *Anarchy*. Conecticut: Wesleyan, 2001.

\_\_\_\_\_. prefácio de *anarchy*. *vervedobras*, São Paulo, Nu-Sol, vol. 23, 2013.

- \_\_\_\_\_. "O futuro da música". In: FERREIRA, Glória e COTRIM, Cecília (org). *Escritos de Artistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CAMPOS, Augusto. Maiakovski, 50 anos depois in *Maiakovski*. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- NU-SOL; TROYANO, Cibele. Emma Goldman na revolução russa in *verve*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 12, 2007.
- GOLDMAN, Emma. Por que a revolução russa não realizou suas esperanças? In: *libertárias*. São Paulo, Coletivo Libertárias, 1997.
- MANIFESTO ANARCO-FUTURISTA. São Paulo, Coletivo Libertárias, 1997.
- RETALLACK, Joan. *Musicage: palavras*. Tradução de Daniel Camparo Ávila. Rio de Janeiro, Numa, 2015.
- RODRIGUES, Thiago; SIMÕES, Gustavo. para além do concerto: uma nota sobre a anarquia de John Cage. *verve*, São Paulo, Nu-Sol, vol. 29, 2016.
- RODRIGUES, Thiago. John Cage spaceship. *vervedobras*, São Paulo, Nu-Sol, vol. 23, 2013.
- KOSTELANETZ, Richard. *Conversing with Cage*. New York: Roulledge, 2003.

## Vermelho: o sangue ainda corre pelas veias ou ficaram apenas as manchas?

por José Denis de Oliveira Bezerra<sup>17</sup>

Este texto parte da apresentação, em linhas gerais, do trabalho teatral *Vermelho*, uma livre adaptação da obra *O Percevejo*, do escritor russo Vladimir Maiakovski, apresentado no evento *Cem anos da Revolução Russa*, a convite da sua equipe de organização. O que comemorar, rememorar, refletir sobre os efeitos históricos dessa revolução? Questionamentos que impulsionaram a sua realização, e, sem dúvidas, à produção desse evento teatral.

A relação entre arte e política, teatro e questões sociais sempre esteve presente. No teatro, para além das questões estéticas que o fazem existir, as questões sociopolíticas sempre o fizeram espaço de reflexão, de debates, de organização social, lugar de onde se ver, mas, também, lugar de onde se colocam pontos importantes para a organização social. Nesse espaço de encontro entre o fazer e o refletir, pelo e no teatro, que criamos esse espaço de socialização de ideias.

Trabalhar com a obra de Maiakovski, sem dúvida, foi uma escolha acertada, por ele ser um dos artistas mais importantes do século XX, principalmente na Rússia, onde lutou por uma sociedade mais justa e livre dos princípios burgueses de relação de trabalho. Uma arte operária, que dialogava com a ideia da construção de uma sociedade comunista. Dessa maneira, a partir do convite da coordenação do evento *Cem anos da Revolução Russa*, mergulhei nas possibilidades de mostrar, pelo teatro, um autor ou obra, ou temas acerca da Revolução de 1917. Vários escritores, poetas, romancistas, dramaturgos foram consultados, na tentativa de estabelecer aproximações, e reativar suas memórias com relação a esse evento histórico e suas reverberações ao longo do século XX.

Movimento intenso foi realizado até chegar à obra *O percevejo*. A revolução foi nosso mote, porém queríamos partir da força da palavra

---

<sup>17</sup>Ator, diretor, professor e pesquisador em artes. Doutor em História pela Universidade Federal do Pará. Professor da Escola de Teatro e Dança, do Instituto de Ciências da Arte da UFPA. Atua no Programa de Pós-graduação em Artes da UFPA e coordena o Mestrado Profissional em Artes do mesmo programa.

poética, da expressão do espírito revolucionário por meio da literatura. Depois de uma pesquisa sobre alguns autores russos, chegamos a Maiakovski, um importante homem da revolução e da arte. Ligado a ideia geral do evento, sem necessariamente em ser uma obra panfletária, pois acreditamos na liberdade de escolhas e de criação artística, chegamos a essa peça teatral. Algo nos impulsionava, e Vermelho surge como uma metáfora da revolução, revolução essa que não é mais a de 1917, mas a presente em nossos tempos. Vermelho o sangue que corre na juventude, vermelho a cor que provoca, hoje no Brasil do golpe, tantas leituras arbitrárias, equívocos de uma pseudo-sociedade consciente de si, que luta por um país livre de corrupção. Corrupção essa associada a um partido político, a um grupo de pessoas que possuem posicionamentos que vão de encontro aos interesses do grande capital.

Vermelho surge como metáfora, mas, também, como provocação. Queremos um mundo vermelho, vivo, sagaz, reflexivo. Não uma cor partidária, apesar da sua associação histórica aos movimentos de esquerda.

### **Um poeta da revolução**

**FIGURA 1:** Vladimir Maiakovski como estudante do Instituto de Belas-Artes. Moscou, 1910.



**Fonte:** Aleksandr Mikhailov (2008).

Maiakovski é sem dúvida um dos poetas mais importantes do século XX, tanto pela sua poesia vanguardista, futurista, quanto pela obra em constante diálogo com as causas revolucionárias de sua época. Segundo seu biógrafo:

O século XX finda sua corrida nervosa. A Rússia foi torturada por revoluções e guerras devastadoras, a balbúrdia em torno do nome e da obra do poeta cessaram (não, ainda não cessaram). Ele renegou a cultura do passado e foi renegado pela cultura. Foi colocado em pedestal e retirado do pedestal, admiravam-no, endeusavam-no e glorificavam-no e xingavam-no, amavam-no e odiavam-no. Maiakovski é o líder da vanguarda poética do século XX, “mobilizado e calhado pela revolução”, e carrega em si as marcas claramente expressas da experiência social iniciada pela Revolução de 1917, com suas ideias românticas e utópicas e tragédias nacionais, com a ênfase excessiva dos vitoriosos, coma desgraça e o sofrimento de milhões... E tudo isso reflete-se na obra de Maiakovski, e também se refletiu fortemente nele, de forma contraditória e intrigante. Na força e na fraqueza, ele surgiu como um homem que se entregava a tudo de corpo e alma. A nenhuma ideia, a nenhum trabalho ele se dava pela metade. Ele veio ao mundo para a vida, para a luta, parece que fisicamente havia sido criado para isso, carregado de energia para a ação: “E sinto – ‘eu’ para mim é pouco. Alguém quer sair de mim teimosamente”. (MIKHAILOV, 2008, p.11-12).

**FIGURA 2:** Vladimir Maiakovski (1910).



**Fonte:** Aleksandr Mikhailov (2008).

Maiakovski esteve à frente dos ideais revolucionários do início do século XX. Sem dúvidas a sua escrita poética foi um espaço de fala, de luta, de revolução. Foi justamente nisso que, ao criar o espetáculo Vermelho, acreditávamos: na arte revolucionária, no poder que o teatro tem de transformar, de combater. É verdade que na contemporaneidade essas batalhas são várias e múltiplas, mas nos inspiramos na força do poeta, pela sua linguagem. Isso por que:

O revolucionarismo de Maiakovski, com toda a sua espontaneidade inicial, tem um caráter diferente, mais civilizado (se é possível atribuir tal palavra à revolução). Mas a revolução, por mais elevados e justificados que fossem seus ideais, inevitavelmente despertava também nas pessoas instintos selvagens. Maiakovski teve que sufocar em si a fúria “orgiaca” revolucionária (e só lembra de “faca ou bomba” em “A nuvem”) que começou no país após a Revolução de Fevereiro. E ele encabelou o Comitê dos Soldados. (MIKHAILOV, 2008, p.203-204).

No contexto de *O Percevejo*, seu autor destaca: “é uma comédia fantástica em cinco atos e nove cenas” (MAIAKOVSKI, 2009, p.78). Maiakovski nos coloca em situações da classe operária em busca de sua ascensão social, na década de 1920. Ele afirma que sua obra surge da observação feita sobre a sociedade, durante o tempo em que exerceu o jornalismo e publicidade.

O dramaturgo, nessa obra, coloca-nos, segundo ele afirma, diante de “um amontoado de fatos pequeno-burgueses” (IDEM), retratados, principalmente, por duas figuras centrais: “Prissípkin, que por uma questão de elegância mudou seu sobrenome para o de Pierre Skrípkin, um ex-operário e atualmente noivo, e Oleg Baian, um bajulador, talentoso por natureza, membro dos antigos operários” (IDEM).

Em *O Percevejo*, Maiakovski nos apresenta quadros do cotidiano de uma sociedade socialista, mas sem os discursos de glória do Estado. Pelo contrário, revela os conflitos e comportamentos de sujeitos sociais que ascende ou querem mudar de status *quo*.

*O percevejo* é certamente o ápice da obra de Maiakovski dramaturgo. Segundo a perspectiva histórica de hoje, seu texto corresponde, creio eu, a uma tomada de consciência sobre o momento vivido então pela Rússia, com a consolidação do sistema stalinista e a eliminação



de quaisquer vozes divergentes. O poeta se considerava um fiel seguidor do partido e, embora não tivesse ingressado nas fileiras, toda a sua obra está marcada por esta atitude. Cinema, teatro, jornalismo, publicidade, programas radiofônicos, elaboração de cartazes, que englobava o desenho e as legendas, tudo era visto por ele como outras tantas formas de sua atuação poética. Ele só não transgredia, porém, quanto à posição que assumira em defesa da “arte de esquerda”, como se dizia então na Rússia em relação à arte moderna. Mas isso era o suficiente para criar uma situação de atrito permanente, pois a direção partidária estava imbuída de uma visão tradicional da arte e queria que tudo fosse expresso de modo simples e claro, que induzisse o povo à luta pelo comunismo. (SCHNAIDERMAN, 2009, p.85).

Na obra há uma passagem de tempo de 50 anos, somos levados para a década de 1960, na qual cientistas se empenham em descongelar um corpo encontrado nos escombros de uma antiga propriedade que havia sido incendiada na década de 1920. Maiakovski diz: “passaram-se cinco décadas de construção e luta pela cultura. Aquele cadáver não se consumira totalmente”.

O cadáver de Prissípkin ressuscita em uma outra época, momento no qual o próprio poeta Maiakovski não vivera, mas tinha projetado, talvez aí esteja seu traço futurista, uma sociedade que estranhava a presença de um homem do início do século. Com hábitos de antigamente, morto num incêndio na década de 1920, Pierre Skrípkin passava a representar nesse novo contexto um modelo de revolucionário, de um homem que apresentava àquela sociedade hábitos estranhos: as músicas que cantavam dentro da jaula; cuspir no chão; chamar a carruagem. São gestos que as pessoas da década de 1960 não compreendia.

Vermelho buscou sintetizar esses aspectos, valorizar o que mais achávamos importante em dialogar com o público. Fizemos recortes no texto, por questões de encenação, mas sem perder a essência da obra. Buscamos atualizar, trazer para nosso contexto esse ato revolucionário, presente em símbolos que representassem, também, os operários da arte que somos, assim como foi, também, Maiakovski.



À esquerda, cartaz da estréia da peça *O percevejo*. Foto menor superior à direita: cena da peça. Foto menor inferior à direita: Vladimir Maiakovski, A. Rodtchenko, D. Chostakovitch e V. Meyerhold. Moscou, 1929, durante a produção da peça.

**Fonte:** Aleksandr Mikhailov (2008).

Dessa maneira, *Vermelho* surge, no século XXI, como uma forma de relembrar o espírito revolucionário do século passado, mas reativando os sentidos contemporâneos. Em momentos tão difíceis pelos quais passamos hoje no Brasil, revistar a obra de Maiakovski e trazê-la ao público se torna uma forma de celebrar as memórias desse importante operário da palavra; e, acima de tudo, de refletir sobre o nosso lugar nessa sociedade que se importa cada vez mais com o individual e deixa os ideais coletivos no limbo.

O futuro  
 não virá por si só  
 se não tomarmos medidas.  
 Pega-o pelas orelhas, komsomol!  
 Pega-o pela cauda, pinheiro!  
 A comuna  
 não é uma princesa fantástica  
 com quem  
 de noite se sonha”.  
 desatai o futuro!

Maiakovski

*Vermelho* foi produzido em parceria com o grupo de teatro Honestíssimos, recém-criado e formado por alunos concluintes do curso Técnico de Teatro da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal

do Pará (ETDUFPA). Diante do convite que fiz a eles, esses jovens revolucionários, trabalhadores dos palcos, aceitaram e juntos mergulhamos na construção desse trabalho teatral. São eles: na atuação: Alana Lima, Bárbara Monteiro, Felipe Almeida, Hugo Corrêa, João Melo, Lennon Bendelak, Lucas Serejo, Rhero Lopes, Yuri Granha. Na cenografia: Márcio Maia. A direção e encenação foi assinada por mim. A concepção e criação do figurino e adereços cenográficos foi realizada coletivamente.

## **Referências**

MIKHAILOV, Aleksandr Alekseevitch. *Maiakovski: o poeta da revolução*. Tradução de Zoia Prestes. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAIAKOVSKI, Vladimir. *O percevejo*. Tradução de Luís Antonio Martinez Corrêa; cotejo com o original russo e posfácio de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2009.

SCHNAIDERMAN, Boris. Um texto decisivo. In: MAIAKOVSKI, Vladimir. *O percevejo*. Tradução de Luís Antonio Martinez Corrêa; cotejo com o original russo e posfácio de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2009.

# Biografias dos(as) convidados(as) do Seminário Nacional 100 Anos da Revolução Russa

## **Angelo Segrillo**

Professor de História Contemporânea na USP. Com mestrado pelo Instituto Pushkin de Moscou e doutorado pela UFF, é autor do artigo Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens (revista Projeto História, 2010) e de vários livros sobre a Rússia/URSS, entre os quais O Declínio da URSS: um estudo das Causas (ed. Record), De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do socialismo ao capitalismo (ed. Prismas), Os Russos (ed. Contexto) e Rússia: Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre Ocidente e Oriente (ed. Prismas).

## **José Alves Junior**

Historiador, professor associado da Universidade Federal do Pará, tendo trabalhado por um longo período como professor, também no ensino médio, principalmente em convênios e vestibulares. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia, Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Companhia de Jesus, Período Pombalino, ideologia, interpretações, organização, livro didático e ensino da história. Autor dos livros: Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos (Prêmio Professor Benedito Nunes de melhor tese na área de Ciências Humanas, Belém: EDUFPA, 2010) e Mundo Contemporâneo: do Imperialismo à derrocada do Leste Europeu. 2. ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002.

## **Ernani Chaves**

Professor Titular da Faculdade de Filosofia da UFPA, Pesquisador do CNPQ, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia, Psicologia e Antropologia da UFPA. Autor de inúmeros capítulos de

livros e artigos publicados o Brasil e no Exterior. Tradutor de Nietzsche, Benjamin e Freud.

### **Acácio Augusto**

Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV-ES e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES, pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) e bolsista Pós-Doc CAPES na UVV-ES. Doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP. Autor de Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens, Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

### **Camila Jourdan**

Professora adjunta do Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua principalmente nas áreas de Filosofia da Linguagem, Teoria do Conhecimento, Lógica e Filosofia Contemporânea. É autora de vários artigos e dos livros: Teoria Política Anarquista e Libertária (Rio de Janeiro: Via Vérita, 2016, com Moraes, W.) e Análises críticas da noção de infinito: contribuições da filosofia da linguagem de Wittgenstein (São José dos Campos: INPE, 2007).

### **Rogério Nascimento**

Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Integra o Núcleo de Sociabilidade Libertária-Nu-Sol da PUC-São Paulo, do coletivo editorial de Verve- revista semestral do Nu-Sol e do Laboratório de Estudos das Tradições-LETRAS da UFCG.

### **Edson Passetti**

Professor livre docente da PUC-SP. É coordenador do Nu-Sol ([www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org)) desde 1996, registrado em diretório de grupos de pesquisa do CNPq. É parecerista ad hoc do CNPq, Fapesp e de diversas publicações científicas. Livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Coordena os núcleos editoriais das revistas Verve e Ecopolítica. Realizou Projeto Temático Fapesp (Ecopolítica) entre 2010 e 2015).

### **Jean Tible**

Militante e professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo. É autor de *Marx Selvagem* (Annablume, 2013; 2. edição, 2016) e co-organizador de *Junho: Potência das Ruas e das Redes* (Fundação Friedrich Ebert, 2014) e *Cartografias da Emergência: Novas Lutas no Brasil* (FES, 2015).

### **Marly Silva**

Socióloga, professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, onde dirige o Projeto de extensão Universitária Confronto de Ideias. Tem uma rica trajetória de atuação nos movimentos sociais em Belém e no Pará. Participou do Coletivo que criou a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos-SPDDH no final dos anos 1970, atuando no seu Comitê de Anistia. Liderou o Movimento Em Defesa da Vida-MDV de solidariedade à luta dos ribeirinhos atingidos pela construção da barragem de Tucuruí e assessorou a luta de sindicalistas contra as cadeias de dominação do capital comercial no baixo Amazonas. Atualmente é ativista em movimentos urbanos.

### **Pere Petit**

Historiador, professor associado da Faculdade de História da UFPA e dos Programas de pós-graduação em História Social da Amazônia e Linguagens e Saberes na Amazônia. É autor dos seguintes livros: *A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no estado do Pará* (São Paulo: Boitempo, 1996), *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-64* (Belém: Paka-Tatu, 2003); *Lula! Donde vás?!: Brasil entre lá gestión de la crisis e la prometida transformación social* (Barcelona: Icaria, 2004, em colaboração com Pep Valenzuela).

### **Lúcio Flávio Pinto**

Jornalista, formado em sociologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Autor de mais de trinta livros sobre a Amazônia. Editor do *Jornal Pessoal* que no mês de setembro de 2017 completa 30 anos de circulação. Ganhador de vários prêmios no Brasil e no exterior

(Colombe d'Oro per la Pace, 1997; Wladimir Herzog, 2012). Seu jornal independente foi objeto de vários estudos no campo acadêmico. É autor de vários blogs: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com>

### **Thais Aguiar**

Cientista política, ganhou o Prêmio Capes de Tese 2014 na categoria Ciência Política com a tese Demofobia e Demofilia: dilemas da democratização, posteriormente publicada em livro (Rio de Janeiro: Azougue, 2015). É pesquisadora-membro do Grupo de Pesquisas Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes-GPASE/UFFS e do Sociofilo: co-laboratório de teoria social do IESP/UERJ.

### **Cássio Brancaleone**

Sociólogo, professor do curso de Ciências Sociais e do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Erechim. Desenvolve pesquisas e tem publicações sobre Democracia, Autogoverno e Autogestão; Sociabilidades Emergentes; Movimentos Sociais Latino-americanos e Anarquismo. É autor de Teoria Social, Democracia e Autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

### **Gustavo Simões**

Pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP) desde 2005, pesquisou durante a iniciação científica (2005-2006) o jornal libertário O Inimigo do Rei. Fez uma dissertação de mestrado intitulada Roberto Freire: Tesão & Anarquia e atualmente desenvolve a tese intitulada O sim do silêncio: a invenção da anarquia em John Cage.

### **Flávia Lucchesi**

Pesquisadora no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária), do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais-PEPGCS da PUC-SP. Desenvolveu as seguintes pesquisas: Mídia e polícia na (des)construção do movimento punk paulistano?, vinculada ao projeto temático-FAPESP, Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle,

coordenada pelo pesquisador Edson Passetti, e Capturas e metamorfoses de uma máquina de guerra.

### **Luíza Uehara**

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013), desenvolve pesquisas no Nu-Sol e é professora da Faculdade Sagrada Família-PR.

### **Márcio de Carvalho**

Professor e tradutor. Tem pesquisas e artigos publicados sobre tradução de poesia, com ênfase na obra tradutória de Haroldo de Campos e Jerome Rothenberg.

### **Fabiano Bringel**

Professor do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará-UEPA e militante da Federação Anarquista Fabiana-FACA/Coordenação Anarquista Brasileira-CAB. Membro do Instituto de Teoria e História do Anarquismo-ITHA. Coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia-GPTECA/UEPA e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato-LEPEC/UFPE.

### **Denis Bezerra**

Professor da Escola de Teatro e Dança da UFPA, ETDUFPA. Diretor de teatro.

### **Dulce Rocque**

Economista. Tem especialização em economia política na Rússia e na Itália. Durante sua estadia no exterior, militou contra a ditadura militar no Brasil. Mora em Belém desde 2006 e preside a Associação Cidade Velha-Cidade Viva-CIVIVIVA de defesa do Patrimônio Histórico.

### **Hecilda Veiga**

Cientista política, professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA. Ex-presença política e anistiada, foi militante na Ação Popular Marxista-Leninista-APML no período de 1968-1971, quando estudante na



Universidade de Brasília, juntamente com seu marido Paulo Fonteles, assassinado quase duas décadas depois por pistoleiros a serviço do latifúndio, em plena luz do dia em Belém.

### **Alfredo Oliveira**

Médico, compositor, pesquisador e memorialista. Ex-militante do PC do B. Seu 11º livro, publicado em 2010, *Cabanos & camaradas*, relata as narrativas de militantes do Partidão desde a sua fundação em Belém, em 1931.

### **André Nunes (*in memoriam*)**

Escritor e dono de restaurante rural na região metropolitana de Belém. Desde os 60 anos dedica-se à vida literária. Militou no movimento estudantil e aos 17 anos entrou para o Partido Comunista, então na clandestinidade. Com o AI-5, foi exonerado do cargo de economista do Banco de Crédito da Amazônia.

### **Nazareno Tourinho (*in memoriam*)**

Dramaturgo, jornalista e funcionário público aposentado. Homem de esquerda independente, comunista cristão, como se define, nunca se filiou a partidos políticos. Escreveu mais de 14 peças de teatro abordando a questão da fome, da miséria social, da opressão e da revolta popular, com destaque para a Cabanagem.

### **Nilson Oliveira**

Escritor e editor da Revista Literária Polichinello.

### **Honestíssimos**

Grupo de teatro constituído por ex-alunos da ETDUFPA.

Documentário fotográfico

# Seminário Nacional 100 anos da Revolução Russa

(25 a 28 de setembro de 2017, Campus da UFPA, Belém-PA)

Fotografias: **Patrick Pardini** (Museu da UFPA)

## CONFERÊNCIA - História e Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens

Angelo Segrillo

Comentário: José Alves



## RELATOS - Memórias comunistas

Alfredo Oliveira, André Nunes, Hecilda Veiga e Nazareno Tourinho

Mediadora: Dulce Roque



Hecilda Veiga e Dulce Roque



Alfredo Oliveira,  
Hecilda Veiga,  
Dulce Roque,  
Nazareno Tourinho  
e André Nunes



Nazareno Tourinho e André Nunes

**PALESTRA - Walter Benjamin e a história:  
por que lembrar o centenário da Revolução Russa?**

Ernani Chaves

**Mediador:** João Simões



João Simões e Ernani Chaves

## MESA-REDONDA - Revolução Russa: invenções, repercussões e estagnações

Acácio Augusto, Camila Jourdan, Rogério Nascimento e Edson Passetti

**Mediador:** Nilson Oliveira



Acácio Augusto e Rogério Nascimento



Rogério Nascimento



Acácio Augusto, Rogério Nascimento,  
Nilson Oliveira, Edson Passetti e Camila Jourdan



Edson Passetti e Camila Jourdan



Camila Jourdan

## **MESA-REDONDA - Revolução Russa: arte, mulheres e um acontecimento longínquo, o Japão**

Gustavo Simões, Flávia Lucchesi e Luiza Uehara

Mediador: Paulo Watrin



Gustavo Simões



Flávia Lucchesi

Gustavo Simões, Paulo Watrin,  
Flávia Lucchesi e Luiza Uehara



Luiza Uehara

# MINICURSO - O texto como produção: Maiakovski transcriado por Haroldo de Campos

Ministrante: Márcio de Carvalho

Márcio de Carvalho



Márcio de Carvalho



# MESA-REDONDA - Revolução Russa, soviéticos e reflexões acerca da democratização

Thais Aguiar e Cássio Brancaleone

Mediador: Fabiano Bringel



Fabiano Bringel e Thais Aguiar



Fabiano Bringel



Cássio Brancaleone,  
Fabiano Bringel  
e Thais Aguiar



Cássio Brancaleone



## DEBATE - A Revolução Russa e seus desdobramentos na América Latina

Cássio Brancaleone, Jean Tible, Pere Petit e Lúcio Flávio Pinto

Mediadora: Julia Otero



Lúcio Flávio Pinto e Jean Tible

Lúcio Flávio Pinto, Jean Tible,  
Julia Otero, Pere Petit e  
Cássio Brancaleone



Julia Otero e Pere Petit

# Apresentação da peça "Vermelho"

Grupo Honestíssimos

Direção: Denis Bezerra







**anexo**



**NOME** NAZARENO BASTOS TOURINHO **PRONTUÁRIO Nº** 00829/ABE  
**Filiação** - Aristóbulo da Costa Tourinho  
 - Jarina Bastos Tourinho  
**NACIONALIDADE** Brasileiro  
**D L N** 86 Dez 1934 BELEM - PA  
**ESTADO CIVIL** CÔNJUGE  
**PROFISSÃO** Teatrólogo  
**ENDEREÇO** Praça da República, Ed. Gualo Apto. 702  
**IDENTIDADE** ~~XXXX XXXX XXI~~ 325.565/SEGUR/PA 21.02.73  
**TÍTULO DE ELEITOR**  
**CERT. MILITAR**  
**GART. PROF.** Nº 41.443 série 46ª  
**SINAIS CARACTERÍSTICOS**  
**OBS.: OCUPAÇÃO ATUAL** - Diretor do TABA - Teatro Adulto de BELEM Adulta

DATA	HISTÓRICO
06 Jan 70	<p>-INFORME Nº 001/4ª DN <span style="float: right;">ACE Nº 0464/73</span></p> <p>NAZARENO TOURINHO, nome constante na agenda particular do padre RAUL TAVARES COUTINHO, da Ação Popular, quando um agente de Órgão de Segurança de BELEM conseguiu, subrepticamente, copiar, junto com outros nomes da mesma esquerda festiva (intelectualizada).</p>
23 Jun 71	<p>-NOTICIÁRIO DE IMPRENSA <span style="float: right;">DOC 0777/P-164</span></p> <p>FN/BE: "Sob o argumento de que contém 'matéria ofensiva a moral e aos bons costumes', o ministro da Justiça, Prof. ALFREDO BUZARD, proibiu a circulação do livro 'Lei é Lei e Está Acabado', de autoria de NAZARENO TOURINHO. Determinou, ainda ao Departamento de Polícia Federal a apreensão de todos os exemplares da obra."</p>
13 Jul 71	<p>-INFORME Nº 36/71/8ª FM <span style="float: right;">DOC 0777/P-164</span></p> <p>O prontuário é tido como comunista e consta, ainda, ter assinado o manifesto pró CUBA-FIDEL.</p>
10 Jun 75	<p>-NOTICIÁRIO DE IMPRENSA <span style="float: right;">ACE Nº 0854/75</span></p> <p>PPA/BE: "A luta encetada pelo teatrólogo NAZARENO TOURINHO, em favor da construção de um teatro popular em BELEM, passou a contar com o apoio da Câmara de Vereado</p>

## ***SOBRE O COMUNISMO E A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917***

**Nazareno Tourinho**

E-mail: [nazarenotourinho@yahoo.com](mailto:nazarenotourinho@yahoo.com)

Telefone: (91) 3259-0132

**Nota: Reprodução do texto, parcial ou na íntegra, autorizada pelo autor a quem interessa possa.**

Em nosso parecer de pensador caipira, com formação simplesmente proletária e literária, e na qualidade de dramaturgo de esquerda, nascido, crescido, sofrido e já quase morrido com mais de oitenta anos nesta “**terra de muro baixo**”, e ALTO índice de subdesenvolvimento, terra de tradição aristocrática onde, salvo melhor juízo, em matéria de arte cênica engada politicamente, tartaruga anda de bicicleta e jacaré nada como peixe ornamental, em nosso parecer, repetimos, **o comunismo, último estágio do socialismo, é o único regime capaz de fazer a Humanidade feliz**. Jamais deixamos de afirmar isso publicamente, ainda que também jamais tenhamos nos filiado ao brioso Partido Comunista, por discordar de duas teses por ele defendidas, pelo menos quando tivemos vontade de ingressar em seus quadros, a de que a moralidade é uma preocupação burguesa, e a de que a caridade da esmola só serve para adiar a rebelião transformadora das estruturas sociais.

Tendo em vista acontecimentos antigos e atuais, cumpre-nos reconhecer nesta oportunidade que somente pela educação das

massas, isto é, de todas as pessoas, poderemos construir o regime comunista, utilizando ideias generosas e não balas mortíferas.

Isto, contudo, não significa que ignoremos a importância de algumas revoluções nacionais e regionais, como a **Soviética** e a **Cabanagem**, resultantes de legítima revolta do povo contra o despotismo opressor que apenas pela força pode ser extinto, com inevitável violência que em hipótese alguma deve recorrer à tortura.

Convém discutirmos a Revolução Russa com equilíbrio e sensatez, sem colocar pólvora nos cartuchos das espingardas da velha **direitona reacionária** que ora no Brasil está em festa, soltando foguetes comemorativos de vitória, e que nas eleições vindouras certamente vai atirar como outrora contra nossos ideais humanitários, anticapitalistas. Para isto, basta possuímos lucidez crítica a fim de constatar que, mesmo tendo cometido erros imperdoáveis, a **Revolução Russa** não foi um desastroso fracasso como a **Comuna de Paris**, pois deixou pelo menos os seguintes saldos positivos ao lado dos negativos:

1º) Conscientizou os trabalhadores do mundo todo sobre a conveniência de se organizarem em sindicatos ou associações de classe, para poder melhor defender seus interesses;

2º) Criou uma União de Repúblicas Socialistas destinada a enfrentar, em permanente guerra fria, os Estados Unidos da América do Norte, que dominavam numerosos países se apropriando comercialmente de suas riquezas, e com elas reforçando uma indústria bélica montada com objetivos imperialistas;



3º) Contribuiu com o exemplo daquilo que fez para a implantação exitosa do comunismo na maior nação do planeta, a China, que logo avançou economicamente passando a ser uma ameaça à hegemonia americana;

4º) Impediu que os Estados Unidos invadissem a heróica Cuba de Fidel Castro, aniquilando seu projeto de independência, dignidade e progresso;

5º) Provou que é possível a tomada do mais sólido poder governamental tirânico, quando isto é implementado através de Conselhos Populares e não grupos de elite;

6º) Finalmente, inspirou incontáveis homens e mulheres idealistas, nos vários continentes, a lutarem pelo menos para reduzir os bolsões de miséria degradantes, envergonhadores da coletividade humana, ainda mantidos para satisfazer a ambição de minorias cretinas, que alimentam e engordam suas contas bancárias à custa da fome dos pobres.

Infelizmente todas as revoluções são autofágicas, começam derrubando a indesejável ordem estabelecida e acabam melancolicamente esfacelando a si mesmas por deficiências internas, decorrentes de burocracia, desunião entre líderes e desrespeito sistemático aos direitos individuais.

Não obstante esse fato, o regime comunista pelo qual a grande Rússia, do romancista Tolstói e do poeta Maiakovski, teve a nobreza de lutar a partir de 1917, sendo presentemente apenas um belo sonho altruístico, no futuro longínquo haverá de ser uma realidade e não utopia.

Se jamais concretizaremos tal sonho pela ação do Estado, como sugerem as lições do pretérito, poderemos realizá-lo no porvir distante, conforme já salientamos, pela via da educação, compreendida esta não como mera conquista de conhecimentos, e sim como introjeção na personalidade de valores tanto intelectuais quanto sentimentais, acima de tudo éticos.

Será bom admitirmos que para isso ocorrer teremos de transitar pela vereda espinhosa, mas não sinuosa, do **anarquismo**, e pela senda florida do **cooperativismo**, primeiro para derrubar uma floresta de mentiras, depois para plantar no terreno limpo da mesma as árvores que oferecerão os frutos da perfeita justiça social, nascidas das sementes do amor que é a lei da vida, frutos que o **marxismo-leninismo**, apesar de se lastrear em aguda racionalidade e admiráveis intenções, foi incapaz de produzir, por ter incluído na sua dialética os postulados do materialismo histórico, esquecendo que o ser humano não é só unidade econômica, pois tem uma natureza transcendente, consoante teorizam algumas filosofias espiritualistas, dentre elas a codificada pelo eminente educador Hippolyte-Léon Denizard Rivail, que quando adolescente foi discípulo de Pestalózzi e ficou conhecido como Allan Kardec (pseudônimo), a qual pessoalmente abraçamos sem ter negado nossa condição de comunista, já que para ser comunista ninguém precisa se tornar materialista, muito menos ateu.

O **ateísmo**, tanto quanto seu irmão gêmeo **agnosticismo**, ambos filhos espúrios do **materialismo**, histórico ou histriônico, nada tem de científico. O que possui base científica, embora não pareça, é a crença em DEUS, o Criador da Vida e do Universo, que não podem

ter vindo do nada porque se o nada produzisse alguma coisa não seria o nada.

Um axioma (**“verdade evidente por si própria que não carece de demonstração”**), segundo o Dicionário LELLO UNIVERSAL), ou conceito científico inquestionável, diz que não há efeito sem causa. Logo, a crença em um DEUS não antropomórfico, ou seja, não semelhante ao homem, e sim causa ou princípio criador da Vida e do Universo, é científica, nada tem de dogmática; e as leis da Natureza, como proclamam os físicos, são tão espantosamente perfeitas que somente podem ter sido geradas por uma inteligência infinita, nunca pelo acaso.

Sendo portanto logicamente irrefutável a crença em DEUS, o que devemos descartar não é o sentimento da fé religiosa, considerando-o **ópio do povo**, e sim a ingenuidade das seitas seguidoras da **Bíblia**, livro por elas aceito como sagrado, que inaugurou na civilização ocidental o **racismo**, garantindo serem os **judeus** o povo **escolhido de DEUS**, conseqüentemente **superior** aos **demais povos**.

Quanto ao Universo com a vida multifacetária nele presente, o que temos condição de dizer com absoluta certeza se o mesmo encontra-se em constante expansão, abrigando cerca de duzentos bilhões de sóis unicamente em uma de suas menores galáxias, a Via-Láctea?

Diante da grandeza do Universo todo ser humano, analfabeto, titulado de Doutor ou empossado como Reitor, representa menos que um fragmento de cisco perdido em canto de olho de uma pulga ou minhoca!...

Por que então alguém, só por desfrutar de erudição livresca, às vezes equivalente a muito saber e pouca ou nenhuma sabedoria, se acha orgulhosamente investido no direito de não reconhecer que DEUS existe **necessariamente**?

E por que este alguém apregoa suas convicções ateísticas como indispensáveis para a concepção do regime político comunista? Sendo fundamentalmente um sonho de justiça social o comunismo, em nossa opinião, na prática começou com o **Espártaco**, enfrentando as poderosas legiões romanas para libertar cinquenta mil escravos, pelo que foi crucificado antes de Cristo, e teve o comunismo seu ponto teórico de maior relevo quando **Jesus** disse ser mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico se salvar.

As respostas às perguntas que há pouco fizemos são mais valiosas do que o julgamento da viabilidade ou impossibilidade do regime comunista em qualquer tempo ou lugar; esta questão pouco importa. Seja o comunismo uma doce esperança para o amanhã remoto, ou uma completa utopia para sempre, o relevante é que o desejemos, cultivando-o na mente e cultuando-o no coração, porque sem o ideal de uma sociedade justa, igualitária e venturosa a vida deixa de ter sentido para quem é dotado de satisfatória inteligência e bom caráter.

Se o **ateísmo** é o que acabamos de expor, o **anarquismo** não é o que muita gente supõe, o apeço à desordem, muito menos o apego à loucura quase nietzscheana do “**tudo vale nada e o resto vale menos**”. O **anarquismo** é o desprezo ao governo, que sempre esconde da população a verdade, trancando pelo menos parte dela no cofre do pragmatismo interesseiro, visando sua conservação no poder,

que acaba se corrompendo quando não existe alternância democrática de seus ocupantes.

Por este motivo somos de opinião que todo governo é safado, uns mais outros menos, e aliás só o fato de existir governo já é a rigor uma pequena ou grande safadeza, porquanto os seres humanos deveriam ser totalmente livres. Quando estivermos devidamente educados não precisaremos de governadores nem presidentes, será bastante contarmos com administradores dos serviços públicos e da distribuição gratuita dos bens de consumo. O vil dinheiro que, como disse um poeta, **“é ave do sol deslumbrando a vista e salpicando de sangue a face do universo”**, e as leis que anulam o livre arbítrio das pessoas, deverão ter desaparecido por serem inúteis, já que então teremos convertido em realidade o sonho do comunismo, expresso no inesquecível lema da Revolução Francesa: **LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE.**

**FIM**



**editAedi**

Assessoria de Educação a Distância • UFPA